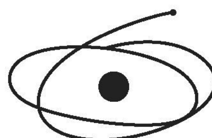
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano V nº 19 1962



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

©2004 *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.* Digitalização. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Presidente de Honra: *José Carlos Brandi Aleixo*
Diretor-Geral: *José Flávio Sombra Saraiva*
Diretoria: *Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Mota Pinto Coelho*

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

IBRI 50 ANOS 1954 2004

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*



Ano V nº 19 Setembro 1962

ARTIGOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Poderes Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

Conselho Curador:

JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, Presidente — FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS, CARLOS BERENHAUSER JÚNIOR, J. B. BARRETO LEITE FILHO, CLEANTHO DE PAIVA LEITE, JOSÉ JOBIM, LINNEU DE ALBUQUERQUE MELLO, HERMES LIMA, HÉLIO JAGUARIBE, JOSÉ SETTE CÂMARA FILHO, AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE, JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, GERMANO JARDIM, JOAQUIM CAETANO GENTIL NETTO.

Conselho Consultivo:

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, ANTÔNIO GALLOTI, ARTHUR G. DE ARAÚJO JORGE, ASSIS CHATEAUBRIAND, C. A. NÓBREGA DA CUNHA, CARLOS MEDEIROS SILVA, CYRO DE FREITAS VALLE, ESTÊVÃO LEITÃO DE CARVALHO, GUSTAVO CAPANEMA, HAROLDO VALADÃO, HERBERT MOSES, JOSUÉ DE CASTRO, LOURIVAL FONTES, LUIZ SIMÕES LOPES, MAURÍCIO DE MEDEIROS, NÉLSON DANTAS, NÉLSON ROMERO, OSCAR TENÓRIO, RAUL BITTENCOURT, ROSALINA COELHO LISBOA LARRAGOITI, THEMÍSTOCLES CAVALCÂNTI.

Diretor Executivo:

HENRIQUE VALLE

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1219

RIO DE JANEIRO, GB. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE
POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Diretor:
HENRIQUE VALLE

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1219 — Tel. 42-4553
RIO DE JANEIRO

Assinatura anual: Cr$ 400,00. Número avulso: Cr$ 100,00. Para o exterior: Cr$ 450,00 ou US$ 4,00 (Dois anos: US$ 7,00)

Escrevem neste número: OTÁVIO DIAS CARNEIRO, Ministro da Indústria e Comércio; FELIPE HERRERA, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento; JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, Ex-Professor de História Diplomática do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores; GERALDO EULÁLIO NASCIMENTO E SILVA, Diplomata, Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil na Inglaterra; JOSÉ ANTÔNIO MAYOBRE, Presidente da Sociedade de Desenvolvimento Internacional; PHILIPPE AUBERT DE LA RUE, Internacionalista francês.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano V | Setembro | Págs. 415 a 624

SUMÁRIO

DOCUMENTOS:

LIVROS:

O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS DE BASE

O. A. Dias Carneiro

O problema fundamental de desenvolvimento econômico relacionado ao comércio internacional de produtos de base, pode ser formulado, em suas grandes linhas, dizendo-se que a capacidade dos países subdesenvolvidos em progredirem econômicamente, isto é, em conseguirem elevar, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio interno e externo, a taxa de aumento de seu produto nacional líquido e real *per capita*, depende da estabilidade da receita obtida com a exportação dêsses produtos, do nível médio dessa receita e do aumento dêsse nível, a longo prazo. Depende, ainda, da relação entre a receita das exportações e a despesa com a importação, não financiada por movimentos internacionais de capital, de manufaturas, principalmente de bens de equipamento, e de serviços, de que necessitam êsses países para atingir, com a inversão de poupanças internas e o influxo líquido de capital estrangeiro, o volume anual de investimentos exigido para a realização de programas e projetos, tendentes a aumentar o produto nacional a uma taxa superior à do aumento da população e a reduzir a diferença existente entre os padrões de vida dos países subdesenvolvidos comparados com os dos países industrializados.

Êsse problema fundamental pode ser reformulado, por partes, da seguinte forma:

Em primeiro lugar, o crescimento explosivo das populações nos países subdesenvolvidos gera a necessidade inadiável de acelerar-lhes o desenvolvimento econômico, elevando, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio

interno e externo, a taxa de aumento anual de seu produto nacional *líquido e real per capita.*

Por outro lado êsse desenvolvimento acelerado, que visa ao *objetivo político de reduzir, ou pelo menos manter, a diferença* existente entre os níveis de vida nesses países e os dos países industrializados, requer, no que concerne à economia interna, inversões cada vez maiores de poupanças públicas e privadas para aumento da capacidade produtiva física e humana, do país. No que se refere ao comércio internacional, exige o aumento substancial e continuado das importações, principalmente de bens de capital, serviços e técnica, necessários ao aprimoramento da mão-de-obra e à execução, *sem inflação interna e sem desvalorização cambial*, de programas e projetos de desenvolvimento econômico equilibrado.

Finalmente, a capacidade dos países subdesenvolvidos de pagar por essas importações essenciais ao seu desenvolvimento, depende, no relativo ao seu balanço de pagamentos, de diversos fatôres, como a seguir se verá.

Primeiro, do influxo líquido de capitais estrangeiros, seja de empréstimo e donativo, seja de risco ou participação societária, provenientes de fontes externas, públicas e privadas, nacionais e internacionais, bem como de sua aplicação em projetos de desenvolvimento econômico, influxo líquido êsse que se calcula deduzindo-se do ingresso bruto dêsses capitais todos os pagamentos de serviços de dívida, rendas de investimento, juros, lucros, amortizações, dividendos e repatriações.

Em segundo lugar, da aplicação dêsse ingresso bruto de capitais estrangeiros em investimentos que aumentem o produto nacional líquido e real, seja diretamente, seja indiretamente, aumentando as exportações para com sua receita aumentar as importações ou substituindo importações pela produção interna ou fazendo ambas as coisas, conjuntamente.

Em terceiro lugar, do nível das reservas monetárias disponíveis, em ouro e divisas, bem como da capacidade de mantê-las ou ajustá-las a um certo nível de reservas considerado

adequado para cobrir possíveis deficits no balanço de comércio, sem necessidade de restringir importações.

Quarto, da parcela da receita das exportações, que no caso dos países subdesenvolvidos consiste em sua maior parte de produtos primários, resultante da dedução, da receita total, das seguintes parcelas:

a) das despesas com o pagamento de serviços da dívida externa e das remessas das rendas de investimento que não puderem ser cobertas com o influxo bruto de capitais estrangeiros;

b) do pagamento das despesas cambiais denominadas "invisíveis" tais como fretes, seguro, remessas de imigrantes, etc.

c) do pagamento das importações prioritárias, que não puderem ser evitadas ou adiadas;

Em quinto lugar, da estabilidade da receita das exportações, de seu nível médio e do aumento dêsse nível a longo prazo.

Finalmente, da relação entre tal receita e a despesa com a importação de manufaturas, principalmente de bens de equipamento, e serviços, de que necessitam os países subdesenvolvidos para atingir, com a inversão de poupanças internas e o influxo líquido de capitais estrangeiros, o volume anual de investimentos exigido para a realização do desenvolvimento acelerado que se almeja atingir.

II

O problema fundamental de desenvolvimento econômico relacionado ao comércio internacional de produtos de base, definido em sua totalidade e reformulado por suas partes principais, pode ainda ser desdobrado, segundo a natureza de

suas causas, em três grupos principais de problemas específicos, que são os seguintes:

1 — os decorrentes da instabilidade, conjuntural ou de curto prazo, da receita da exportação de certos produtos de base;

2 — os provenientes do baixo nível e reduzido aumento dessa receita para financiar programas de desenvolvimento econômico; e

3 — os resultantes de uma aparente tendência cadente, secular ou de longo prazo, da capacidade dessa receita para importar manufaturas.

O exame estatístico dos fatos do comércio internacional dos produtos de base, revela os seguintes dados, quanto à instabilidade conjuntural da receita de exportação de produtos de base.

No decênio de 1950 a 1960, somando-se todos os declínios sofridos pelos países produtores primários em suas receitas de exportação, calculados à base do ano imediatamente anterior, verifica-se que o ano de maior declínio conjunto foi o de 1958 com a soma de US$ 3 bilhões, tendo atingido US$ 1,7 bilhões em 1953 e cêrca de US$ 500 milhões em 1956. No mesmo decênio, calculando-se os declínios à base do nível médio da receita de exportação verificado nos três anos imediatamente anteriores a cada declínio, encontra-se que, de 1953 a 1958, os anos de maior declínio foram os de 1954 e 1958, com pouco mais de US$ 2 bilhões, sendo que dêsses US$ 1,7 bilhões se referem aos países subdesenvolvidos produtores primários.

Nos anos de após-guerra, o valor do comércio internacional dos produtos de base apresentou variações anuais que, eliminada a tendência a longo prazo, atingiram a 12%, o que, aliás, mostra uma certa melhoria em relação aos anos de entre-guerras, nos quais tais variações chegaram a atingir

a 17%, mas que evidencia claramente o grau de instabilidade a que está sujeito êsse comércio.

Como tendência geral, tanto os preços quanto os volumes apresentam variações que refletem a instabilidade da oferta e da procura nos mercados, mas as variações dos preços têm sido mais acentuadas do que as variações dos volumes, nas exportações de produtos de base: no após-guerra as variações médias dos preços têm sido 37% maiores que as variações médias dos volumes. Essas variações de preços e volume, embora efetuando-se quase sempre no mesmo sentido, não atingem todos os produtos de base com a mesma intensidade, o que denota serem as elasticidades com relação ao preço, seja da oferta, seja da procura, muito diferentes entre mercados individuais.

Ainda como tendência geral, as variações dos preços de exportação dos produtos manufaturados, oscilando também no mesmo sentido que as dos volumes, assim se processam em amplitudes mais semelhantes. As variações de preços e volume das exportações dos produtos de base não coincidem em duração sentido ou amplitude com as variações de preços e volume das exportações dos produtos manufaturados, verificando-se maior estabilidade no mercado internacional dêsses últimos, o que denota serem, a curto prazo, as elasticidades, preço de oferta e procura de produtos manufaturados, mais elevadas que as verificadas no mercado dos produtos primários.

Considerando-se especìficamente os produtos primários por país exportador, verifica-se que as variações dos volumes, em cada caso particular, são mais acentuadas do que a sua tendência geral. Isso indica a existência de condições peculiares atuantes sôbre a oferta, como as influências climáticas, bem como sôbre a posição de competição de cada país exportador nos mercados internacionais dêsses produtos primários. Por êsse motivo a receita dos produtores individuais dos bens primários e principalmente a capacidade real dos países produtores primários de importar manufaturas

necessárias à execução de seus programas de desenvolvimento, com a receita corrente de suas exportações, têm sido sujeitas a bruscas e amplas variações, no curto prazo. Tais variações são particularmente prejudiciais aos países subdesenvolvidos, em decorrência de sua especialização na produção e exportação de um ou poucos produtos de base, de sua dependência do comércio exterior para a importação de bens de capital, bem como do fato de que nêles as pressões inflacionárias tendem a ocorrer juntamente com as crises de balanço de pagamentos, ao invés de com elas se alternarem, como tende a acontecer nos países industrializados.

Os ciclos da atividade econômica dos países industrializados influenciam o índice geral dos preços de exportação dos redutos primários, mas não são irradiados com igual intensidade de cada um dêsses países, nem se exercem com igual fôrça para os produtos primários considerados individualmente, pois nesses casos específicos os efeitos dêsses ciclos sôbre a procura podem ser reforçados ou abrandados por outras influências atuantes sôbre a oferta. Por sua vez, as variações dos estoques de produtos primários, acumulados nos países importadores ou exportadores, tendem a ser mais uma causa importante da instabilidade. Isso porque tais variações se associam às variações cíclicas de atividade econômica e produção, nos países importadores, bem como a motivações especulativas, decorrentes das condições de incerteza que prevalecem nos mercados dos produtos primários, principalmente quando tais variações de estoques decorrem de modificações na política econômica dos governos.

Essas variações, a curto prazo, na receita de exportação de países produtores primários, podem ser minoradas ou mesmo anuladas por variações opostas em outras receitas de balanço de pagamentos. No período de após-guerra, para certos países produtores primários, a receita externa total, com exclusão de transferências compensatórias, foi muito menos instável do que a receita das exportações, mas, tomados os países subdesenvolvidos produtores primários como

um todo, a instabilidade da receita externa total não foi muito menor do que a instabilidade na receita da exportação.

As variações, a curto prazo, no mercado dos produtos primários sofrem também a influência das variações a longo prazo. Para países possuidores de recursos cuja demanda tenda a elevar-se substancialmente no mercado internacional, as variações a curto prazo na sua receita da exportação podem representar apenas variações na taxa de crescimento da demanda. Já os países que sofrem estagnação ou expansão lenta de seus mercados externos e que tendam a manter ou acelerar sua economia nacional, podem vir a sofrer variações tais em sua receita de exportação a curto prazo, que redundem em uma pressão contínua, embora em grau diferente em cada ano, sôbre seus balanços de pagamentos.

No que diz respeito à insuficiência e ao lento crescimento da receita de exportação de produtos primários para financiar programas de desenvolvimento econômico há a considerar os seguintes dados.

Ao findar-se a década de 1950 a 1960, o comércio internacional total, excluído o comércio entre os países de economia centralmente planificada, montava anualmente a cêrca de US$ 100 bilhões, dos quais US$ 47 bilhões, em 1957 e 1958, correspondiam ao comércio internacional de produtos de base. Do qual a importância, por sua vez, US$ 25 bilhões correspondiam à exportação de produtos de base por países subdesenvolvidos, dos quais, ainda, US$ 5 bilhões correspondiam a exportações de petróleo por êsses países.

Comparando-se as estatísticas de 1928 a 1957, em que as condições econômicas foram favoráveis, verifica-se que o volume das exportações totais se elevou de 58% e o seu valor de 94%, sendo tais aumentos percentuais pràticamente os mesmos para as exportações dos países subdesenvolvidos e industrializados. Nesse mesmo período, o volume da produção mundial elevou-se de 100%. Por sua vez, o quinhão dos países produtores primários no comércio mundial tendeu a

decrescer, caindo de 38% em 1948, a 36% em 1953 e a 31% em 1959.

Confrontando-se as estatísticas de 1928 e 1937, em que as condições econômicas foram, respectivamente, favoráveis e desfavoráveis, verifica-se que o volume das exportações totais decresceu de 7%, e o seu valor de 22%, havendo, porém, desigualdade entre países subdesenvolvidos, nos quais as exportações baixaram de 15% em volume e de 17% em valor, e os países industrializados, nos quais o volume das exportações se elevou de 9% e o seu valor baixou de 31%.

De 1928 a 1955, a composição das exportações mundiais mudou radicalmente. Nos países industrializados, houve aumento na percentagem das exportações totais relativas a maquinaria e equipamento de transporte, e declínio na relativa a tecidos e manufaturas em geral. No mesmo período, houve, nos países subdesenvolvidos, um aumento nas exportações de petróleo e derivados de 110% em preço e 457% em volume. As exportações de alimentos não tropicais subiram de 86% em preço e baixaram de 2% em volume. As de matérias-primas agrícolas subiram de 71% em preço e de 19% em volume. As de alimentos tropicais se elevaram de 154% em preço e 53% em volume e as dos produtos minerais elevaram-se, também, em 121% em preço e 67% em volume.

Em decorrência dessas variações, os países subdesenvolvidos exportadores exclusivos de cada uma dessas cinco classes de produtos primários obtiveram os seguintes aumentos de receita de exportação, de 1928 a 1955: 1.075% para os exportadores de petróleo e derivados; 270% para os minerais; 259% para os alimentos tropicais; 103% para as matérias-primas de origem agrícola; e 82% para os exportadores de alimentos não tropicais. Os países subdesenvolvidos em processo de industrialização obtiveram, nesse período, um aumento da receita de exportação menor (96%) do que os subdesenvolvidos pròpriamente ditos (176%), o que parece ser devido, em parte, a um desvio de fatôres de produção para a exportação, no sentido da produção destinada ao con-

sumo interno, e, em parte, a uma certa tendência contrária à exportação em geral.

Entre os países subdesenvolvidos pròpriamente ditos distinguem-se, relativamente ao aumento da exportação no período considerado: os países e territórios que transacionam internacionalmente sob regime preferencial, como os da Comunidade Britânica e os associados ultramarinos dos países continentais da Europa Ocidental, cuja receita se elevou, de 1928 a 1955, de 227%; e os países que não se beneficiam de qualquer preferência, cuja receita de exportação se elevou, no mesmo período, de 113%.

Entre 1928 e 1957, as despesas de importação dos países subdesenvolvidos, tomados em grupo, elevaram-se de 264%, ao passo que, no mesmo período, sua receita de exportação subiu de apenas 197%. Tais tendências divergentes indicam modificações profundas nas parcelas do balanço de pagamentos consolidado dêsses países, no que concerne a serviços, como fretes, seguro e outros "invisíveis", bem como no referente a movimentos de capitais e reservas, em ouro e divisas.

Em decorrência de o aumento das despesas de importação ter sido mais rápido que o da receita de exportação, o excesso de receita sôbre despesas, que em 1928 montava para todos os países subdesenvolvidos a US$ 1,7 bilhões, ou cêrca de 16% dessa receita, passou a ser um excesso de despesa sôbre receita, em 1957, no montante de US$ 3,4 bilhões, ou aproximadamente 11% da receita total de exportação. Durante êsse período, o serviço de frete e seguro, bem como as remessas de rendas de investimento, constituíram as parcelas mais importantes do débito no balanço de pagamentos consolidado dos países subdesenvolvidos, o que apenas em parte corrigiram as despesas militares dos Estados Unidos e os gastos de turistas oriundos dos países industrializados, nesses países subdesenvolvidos.

O fluxo de capital privado proveniente dos países industrializados e dirigido aos países subdesenvolvidos, não preencheu, a partir de 1930, o deficit cada vez maior das despesas

de importação dêsses últimos países. Êsse fluxo, satisfatório de 1925 a 1930, inverteu seu curso, sob forma de repatriações, de 1930 a 1938, recuperando-se muito lentamente a partir de 1945, atingindo o nível de 1928 apenas em 1956. Suplementando o fluxo de capital privado, surgiram, desde 1945, os donativos e empréstimos a longo prazo, concedidos de govêrno a govêrno ou multilateralmente através dos estabelecimentos internacionais de crédito oficial. De início, supriu essa nova fonte as necessidades de financiamento para a recuperação das economias européias. A partir de 1949 e em volume mais reduzido, passaram tais créditos e donativos a serem orientados para os países subdesenvolvidos, atingindo, em 1956 e 1957, o montante de US$ 2 bilhões em donativos e US$ 500 milhões em empréstimos. Parece assim que os créditos, principalmente os donativos oficiais, concedidos sem a obrigatoriedade de pagamento de juros e amortizações, substituíram o fluxo de capitais privados aplicados a longo prazo: Em 1928, os capitais privados financiavam 14% das importações totais dos países subdesenvolvidos, e em 1956 e 1957, tais capitais financiavam apenas 6,5% dessas importações totais, ao que os empréstimos e donativos oficiais acrescentaram mais 10%, perfazendo o total de 16,5% de refôrço à capacidade de importar dos países subdesenvolvidos.

Êsse fluxo aumentado de empréstimos e donativos oficiais pode servir, em alguns casos, para preencher o vazio entre a receita de exportações que cresce lentamente e as necessidades de importar que aumentam com rapidez, mas muitas vêzes tal influxo pode não ser suficiente e nesse caso os países subdesenvolvidos preferem não retardar o seu ritmo de desenvolvimento e valerem-se de suas reservas cambiais, em ouro e divisas. A redução dessas reservas, entretanto, enfraquece a defesa dêsses países contra um declínio a curto prazo da receita das exportações, expondo a economia nacional ao impacto direto das variações no comércio exterior; ainda aqui os problemas de longo prazo, de natureza estrutural, se entrelaçam ìntimamente às variações conjunturais de curto prazo.

Em resumo, pode dizer-se que, entre os países subdesenvolvidos, os que exportam petróleo acumularam reservas, em ouro e divisas, e atraíram a maior porção de capital privado aplicado a longo prazo. Que os países subdesenvolvidos em processo de desenvolvimento têm sofrido as maiores dificuldades de balanço de pagamentos, com suas reservas em declínio ou inexistentes e recebendo a menor porção de donativos e empréstimos oficiais, bem como menos capital privado a longo prazo do que em 1928. Que os restantes países subdesenvolvidos sofreram modificações semelhantes em seus balanços de pagamentos, mas de menor intensidade, tendo sido, além disso, os países que receberam a maior porção de ajuda financeira internacional, a qual foi distribuída entre os países dêsse grupo mais com intuitos políticos que econômicos.

Quanto às flutuações seculares ou a longo prazo, da capacidade da receita de exportação para importar manufaturas são os seguintes os dados fundamentais:

A longo prazo, a capacidade de importar manufaturas e bens de capital com a receita da exportação de produtos primários, tem sido sujeita a variações substanciais, que aparentam tendência secular cadente, por vêzes interrompidas por ascensões a médio prazo, mas cuja verificação estatística é, senão difícil, inconcludente como base de prognóstico futuro.

No decênio de 1950 a 1960, o volume das exportações de produtos primários demonstrou tendência ascensional. Entretanto, se comparada essa tendência com a das exportações de manufaturas ou com a da produção industrial dos países desenvolvidos, verifica-se que, com exceção das exportações de petróleo, as dos produtos primários em geral tenderam a uma elevação mais lenta. Além disto, êsse crescimento relativamente lento do volume das exportações de produtos primários, não foi acompanhado, desde o início do decênio, com uma tendência de preços crescente.

Tomando-se 1950 como base, verifica-se: a) que o índice de preços das manufaturas exportadas subiu de 19% em 1951, permanecendo em tôrno dêsse nível e atingindo 22% de aumen-

to em 1959; b) que o índice de preços dos produtos primários exportados elevou-se de 22% em 1951 demonstrando daí por diante tendência cadente e voltando ao nível de 1950 em 1958, caindo mesmo abaixo dêsse em 1959; e c) que as relações de intercâmbio entre produtos primários e manufaturados, depois de se elevarem substancialmente de 1945 a 1951, caíram em 1959 a 10% abaixo do nível atingido em 1950.

Entre 1928 e 1957, as *importações dos países subdesenvolvidos* subiram de 264% em valor, 103% em volume e 94% em preço, ao passo que suas exportações subiram 197% em valor, 51% em volume e 97% em preços. As relações de intercâmbio baixaram de 1928 a 1938, voltando a subir a partir de então até 1951, voltando em 1957 ao nível atingido em 1928, o que mostra a modificação radical no balanço de comércio dos países subdesenvolvidos, verificada no período. Tal modificação manifestou-se diferentemente em cada grupo de países subdesenvolvidos. Os países exportadores de petróleo continuaram com excesso de receita de exportação sôbre a despesa de importação, durante todo o período. Os demais países subdesenvolvidos passaram de uma posição de superavit, em 1928, para uma posição deficitária a partir de 1947, subindo o seu excesso de despesa com importações sôbre a receita das exportações de US$ 2 bilhões em 1954 a US$ 5,6 bilhões em 1957, salientando-se, como particularmente difícil, a posição dos países subdesenvolvidos em processo de desenvolvimento.

Exclusão feita dos países exportadores de petróleo e derivados, nota-se um continuado declínio, de 1953 a 1958, da parcela do comércio internacional total correspondente às exportações dos países subdesenvolvidos pròpriamente ditos e em vias de desenvolvimento, ao passo que as importações dêsses dois grupos de países se elevaram aproximadamente na mesma proporção de aumento do comércio internacional como um todo.

As importações, oriundas de países subdesenvolvidos e efetuados por países industrializados de certos produtos alimentares (trigo, milho, arroz, manteiga, açúcar e carne) e

certas matérias-primas de origem vegetal (fumo, algodão, lãs, óleos e gorduras, e sementes oleaginosas), uma vez deduzidas as exportações dêsses produtos primários, efetuadas por países industrializados, decresceram entre 1938 e 1954, de 52% nos gêneros alimentícios e de 12% nas matérias-primas agrícolas, ao passo que a disponibilidade dêsses produtos aumentou de 28% para alimentos e de 18% para matérias--primas. No mesmo período, de 1938 a 1954, a produção de gêneros alimentícios, inclusive bebidas (café, cacau e chá), aumentou em menor proporção (12%) nos países subdesenvolvidos em processo de desenvolvimento do que nos países subdesenvolvidos pròpriamente ditos, tendo o mesmo acontecido com a produção de matérias-primas, que aumentou de sòmente 10% nos países subdesenvolvidos em processo de desenvolvimento e de 103% nos subdesenvolvidos pròpriamente ditos.

Entre 1928 e 1957, as relações de intercâmbio dos países subdesenvolvidos em geral, subiram de apenas 3% em favor dêsses países, havendo mesmo descido, contra êles, de 14%, em 1937. Entre 1913 e 1957, as relações de intercâmbio dos produtos de origem agrícola em têrmos de produtos manufaturados, baixaram contra os primeiros de 7%, tendo atingido o máximo de ascensão, em 1935, com 7% para mais. Entre 1950 e 1960, e tomando-se por base o ano de 1953, obtém-se que as relações de intercâmbio entre produtos primários e manufaturados, desceram quase contìnuamente de 32%, a partir de 1951.

III

Tanto os preços quanto as quantidades transacionadas dos produtos primários, são afetados por fatôres atuantes tanto do lado da procura quanto do lado da oferta.

No que diz respeito a instabilidade conjuntural, podem ser identificados vários fatôres atuantes do lado da procura.

Entre êles destacam-se as flutuações cíclicas e esporádicas, as mudanças climáticas e as variações de estoque.

As flutuações da atividade econômica (*business cycles*) nos países industrializados, são provocadas por flutuações na procura total de bens e serviços, seja para consumo interno nesses países seja para exportação, principalmente na procura de fundos para investimento, que exerce, por sua vez, influência considerável sôbre o nível de renda, e através dessa, sôbre a procura total dêsses bens e serviços. Os dispêndios governamentais também exercem poderosa influência sôbre a demanda total, mas nem sempre de maneira a restabelecer-lhe o equilíbrio. Tais flutuações da atividade econômica afetam sobremodo os preços das matérias-primas de consumo industrial.

As flutuações esporádicas, são causadas, em geral, por fatôres não econômicos, tais como crises políticas (Coréia, Suez), que se exercem através de um aumento de dispêndios governamentais, para a estocagem, por exemplo, de materiais estratégicos, e que por sua vez provocam um aumento de dispêndios no setor privado, seja para reabastecimento dos estoques vendidos, seja para fins especulativos; essas flutuações esporádicas reforçam ou atenuam as flutuações cíclicas da atividade econômica dos países industrializados.

Uma das fôrças que mais contribuem para a instabilidade nos mercados de produtos primários de origem agrícola são as provenientes das mudanças climáticas ou provenientes de outros fenômenos naturais; tais fôrças atuam seja ao lado da demanda de importações, no caso de atingirem as colheitas do produto no país importador, seja do lado da oferta de exportações, quando atingirem as colheitas do produto no país exportador.

Todos os produtos primários estão sujeitos a variações de estoques, seja nos acumulados nos países importadores, seja nos acumulados nos países exportadores. As variações cíclicas da produção final casam-se freqüentemente com as variações

de estoques de matérias-primas, mantidos pelos manufatureiros dessa produção final; os motivos de especulação são também importantes como causadores de variações de estoques em face à incerteza das condições de mercado que prevalecem entre os produtos primários em geral; entre tais fatôres de incerteza, ressalta presentemente o acúmulo de estoques em mãos dos governos, sujeitos, portanto, a serem escoados ou retidos de acôrdo com objetivos externos às considerações do mercado.

Do lado da oferta, por sua vez, atuam certos fatôres, alguns autônomos, outros relacionados com o ciclo de produção.

Fatôres autônomos, como as variações climáticas já apontadas, afetam o volume das colheitas, cuja redução provoca o aumento de preço e vice-versa. A influência de tais fatôres tem sido minorada pela melhoria dos métodos de cultivo e pelo aumento dos intercâmbios internacionais, bem como pela manobra de estoques de compensação, sejam êles mantidos pelo govêrno ou por entidades privadas, mas que nem sempre resulta em conseqüências desejáveis, como tendências monopolizantes e exageros nas expectativas quanto ao comportamento futuro dos preços dos produtos armazenados.

Nos ciclos de produção (*gestation cycles*), os períodos de produção são bastante longos para fazer com que as fôrças de mercado que deram origem a essa produção possam mudar até o produto ser pôsto à venda no mercado, de modo a que, a cada instante, a oferta do produto seja função dos preços vigorantes em certa ocasião no passado, e a sua procura seja função dos preços no momento em que a mercadoria é comprada, o que poderá causar excesso de oferta a baixos preços e excesso de demanda a preços elevados.

Várias são as causas que determinam a insuficiência da receita de exportação de produtos primários por países subdesenvolvidos, para financiar, com as poupanças internas e o influxo líquido de capital estrangeiro, os investimentos necessários ao aumento do produto nacional *per capita*.

A receita das exportações de produtos primários por países subdesenvolvidos têm aumentado mais lentamente do que o valor do comércio mundial e do que as despesas com as importações dêsses países subdesenvolvidos. Ao contrário das importações dos países industrializados, que são em geral função do processo de produção e consumo nesses países, as importações dos países subdesenvolvidos relacionam-se ao processo de desenvolvimento econômico e consistem em bens de capital, principalmente nos países subdesenvolvidos em processos de desenvolvimento.

Além de depender da receita de exportação de produtos primários, a capacidade de importar dos países subdesenvolvidos é também função das relações de intercâmbio entre o preço dos produtos manufaturados importados por êsses países subdesenvolvidos. Essas relações de intercâmbio foram desfavoráveis a êsses países de 1913 a 1938, não chegando a elevação dos preços dos produtos agrícolas verificada após a Segunda Grande Guerra a ultrapassar de muito o nível atingido em 1913, que por sinal não foi excepcionalmente alto. Um pouco menos desfavorável foi a situação das relações de intercâmbio para todos os produtos primários.

A insuficiência da receita de exportação de produtos primários, para financiar programas de desenvolvimento econômico, é sempre avaliada em função das necessidades futuras de importação de bens de capital e de serviços e técnica que aumentam o valor qualitativo da população ativa. Tais necessidades, são, em última análise, função da taxa de crescimento anual do produto nacional líquido e real *per capita*, que fôr estabelecida como meta a atingir por meio do desenvolvimento econômico programado. Essa taxa é sempre aquela que tenda a diminuir, ou pelo menos a manter a diferença entre os padrões de vida dos países industrializados e subdesenvolvidos. Nos anos mais recentes os mais importantes fatôres limitativos da demanda das exportações dos países subdesenvolvidos são as seguintes: a) a evolução da renda ou do nível da atividade econômica em geral, atuando sôbre as importações

de produtos primários através da elasticidade-renda de demanda de tais importações; b) as modificações tecnológicas nos processos de fabricação dos produtos manufaturados, com redução do emprêgo das matérias-primas; c) as variações estruturais na produção do país importador e do exportador; d) as práticas protecionistas da agricultura e mineração dos países industrializados; e) as mudanças nos custos da produção primária em comparação com os custos de produção de manufaturas; e todos os demais obstáculos, de natureza tarifária e não tarifária, que dificultam as exportações de produtos primários dos países subdesenvolvidos.

Entre os obstáculos não tarifários destacam-se: a) restrições quantitativas, tais como quotas tarifárias, quotas unilaterais de importação, globais ou de rateio, licenciamento de importação, quotas bilaterais e de mistura; b) taxas internas; c) comércio estatal, com suas conseqüências, tais como preços fixados administrativamente para os produtos importados, racionamentos e contingenciamentos; d) preferências, principalmente tarifárias e de caráter discriminatório; e) subvenções à produção interna ou à exportação de produtos primários por países econômicamente desenvolvidos, que restringem as oportunidades de mercado aos países subdesenvolvidos exportadores dêsses mesmos produtos; f) escoamento desordenado de excedentes agrícolas; g) competição de substitutos sintéticos; h) baixos coeficientes de elasticidade-renda de demanda de produtos primários alimentares e de matérias-primas de consumo industrial.

Os fatôres incidentes sôbre as relações de intercâmbio são principalmente os seguintes: a) as taxas relativas de aumento na eficiência da produção agrícola em comparação com as de produção de bens manufaturados; b) as elasticidades-renda de demanda por ambos êsses tipos de produtos, da agricultura em comparação com os da indústria manufatureira; c) as elasticidades-preço de demanda por êsses tipos de produtos. Tais fatôres não são de molde a produzir melhoria nas relações de intercâmbio dos países subdesenvolvidos

em futuro próximo, e não será prudente contar com reforços na capacidade de importar dêsses países, provenientes de tais melhorias.

No que diz respeito às flutuações seculares, os principais fatôres atuantes do lado da procura de produtos primários, por países industrializados, de países subdesenvolvidos, podem ser assim identificados. Em primeiro lugar, há a considerar a tendência de crescimento da atividade econômica em geral, nos países industrializados, expressa em têrmos monetários pela renda nacional, e decorrente do crescimento, nesses países, dos fatôres de produção, conseqüente, por sua vez, do aumento da população ativa, do acúmulo de capital e da exploração dos recursos naturais. A elasticidade de procura de produtos primários em relação à renda ou ao produto nacional dos países que importam é baixa (menor que a unidade, cêrca de 0,45 para o período de 1938 a 1954).

Segundo, as modificações tecnológicas dos processos produtivos, levando a uma diminuição da quantidade de certo fator em relação à mesma quantidade de produto (cafés, solúveis, etc.), o que pode ocorrer pela economia de fator (como no caso de combustíveis), aproveitamento da sucata (como no caso da siderurgia) ou pela substituição do produto natural pelo sintético; a aplicação de novas matérias-primas (zircônio, por exemplo) produz efeito contrário a essa tendência.

Terceiro, as modificações estruturais relativas às variações de proporcionalidade dos vários setores da procura, em decorrência da descoberta de novos recursos ou esgotamento de recursos disponíveis (reservas minerais, nos países industrializados), e ainda de modificações na estrutura de produção, em detrimento de certos setores (como o têxtil, ainda nos países industrializados).

Em quarto lugar, a adoção, nos países industrializados, de práticas protecionistas da produção interna, mineira e agrícola, que por sua vez decorrem de várias causas, tais como o aumento de preços dos produtos primários a partir de 1938, e a tendência para a auto-suficiência e a substituição das

importações pela produção interna, seja nos países subdesenvolvidos, seja nos industrializados.

Finalmente, as variações no custo de produção tendentes a baratear os produtos primários, internamente produzidos, nos países industrializados, com a conseqüente redução na importação de tais produtos de países subdesenvolvidos, sem igual reflexo nas importações de produtos primários, provenientes de países subdesenvolvidos, que não encontram concorrência, nos países industrializados, de produtos iguais ou semelhantes, produzidos internamente nesses países.

Os principais fatôres atuantes do lado da oferta de produtos primários, por países subdesenvolvidos, aos países industrializados, são:

a) variações na estrutura da produção, devidas ao esgotamento das fontes de suprimento dos produtos de base, seja em decorrência da diminuição e depleção de reservas naturais, seja em resultado da erosão das terras apropriadas de plantio;

b) a adoção, nos países subdesenvolvidos, de práticas protecionistas da produção industrial interna, com o conseqüente desvio de fatôres de produção dos setores de exportação para o suprimento do mercado interno;

c) as variações de custos de produção, acarretando menor rentabilidade da produção primária em relação à produção secundária ou manufatureira.

IV

A instabilidade conjuntural dos preços e volumes de certos produtos primários nos mercados internacionais, reduz a probabilidade de que os países subdesenvolvidos produtores primários possam desenvolver-se, em condições de equilíbrio interno e externo.

A instabilidade da receita de exportação pode afetar a economia dos países produtores primários, por duas vias: cau-

sando variações nas rendas individuais dos exportadores e produtores primários, afetando, assim, o nível dos dispêndios para consumo ou investimento; e causando variações no poder aquisitivo externo, afetando, assim, as importações de bens de consumo e investimento.

A menos que se sustentem em medidas governamentais, as rendas dos produtores individuais variarão em consonância com as variações da receita de exportação, atingindo êsses produtores e causando iniqüidade, social e pollticamente inaceitável, na distribuição da renda nacional. Além disto, ao ajustarem seus dispêndios às variações da renda, êsses produtores transmitem tais variações aos dispêndios em consumo e investimento, causando variações no produto nacional.

As variações da receita de exportação teriam menos importância para o equilíbrio do balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos, produtores primários, se fôssem contrabalançadas, parcial ou totalmente, por variações no mesmo sentido nos preços das importações ou por variações no influxo líquido de capital estrangeiro. De fato, os preços dos produtos importados por êsses países têm-se mantido estáveis no curto prazo, o que tende a acentuar as dificuldades de balanço de pagamentos sempre que haja queda de receita das exportações. O nível de investimento interno é afetado adversamente. Dificuldades para os governos dêsses países têm surgido, na determinação de quais importações devem ser restringidas. Aliás, diante da instabilidade da receita de exportação, muitos países subdesenvolvidos já reduziram permanentemente suas importações de bens de consumo, combustíveis e matérias-primas a um mínimo, abaixo do qual surgiriam problemas sérios para o povo e para as indústrias essenciais.

Não é surpreendente que, nestas condições, tenhamos governos dos países subdesenvolvidos produtores primários a limitar a importação de bens de capital, substituindo-a pela produção interna, sempre que isto seja possível sem aumento das importações. De resto, essa importação de bens de capital poderá já estar diminuída por efeito de uma receita de expor-

tações, menor que as anteriores, ter causado efeitos restritivos sôbre a renda nacional e o investimento. Nos países subdesenvolvidos, onde haja programa nacional de desenvolvimento, existe freqüentemente uma tendência à manutenção da demanda de importações de bens de capital a despeito de uma queda na receita de exportação e até que essa queda obrigue a certos cortes drásticos no programa, com redução do ritmo de desenvolvimento considerado adequado.

A relação entre as variações da receita de exportação e o investimento interno, tende a ser mais ou menos rígida quando em sintonia com outros fatôres. Assim, países que importam mais produtos alimentares do que os exportam, têm suas disponibilidades de câmbio para a importação de bens de capital dependentes da produção interna de alimentos. Outro exemplo é o de quando se manifesta uma tendência na estrutura de produção, que favoreça a que o dispêndio para investimento seja efetuado, em grande parte ou totalmente, em moeda local, como é o caso da construção civil, permitindo assim uma redução na importação de bens capitais, sem redução no total do investimento.

De modo geral, pode dizer-se que, nos países subdesenvolvidos produtores primários, o investimento bruto se correlaciona estreitamente com o suprimento disponível de bens de capital importados. A carência de recursos monetários, no país e no estrangeiro, bem como a falta de disciplina política e administrativa, impedem êsses países de tomar medidas eficazes de compensação financeira dessas variações na receita de exportação e na renda de produtores nacionais individuais. A estrutura de produção dêsses países, inflexível a curto e médio prazos, impede a transferência de fatôres produtivos da produção de exportações para o atendimento do mercado interno, ou a substituição fácil de importações pela produção nacional, ou ainda o aparecimento de novas produções pelo estímulo de emissões inflacionárias. Essas variações conjunturais da receita de exportação de certos produtos de base, por serem em geral imprevisíveis, prejudicam a execução ordenada de programas de desenvolvimento econômico dese-

quilibrando seu ritmo de investimento e perturbando seu financiamento, tanto interno quanto externo.

Às conseqüências da instabilidade da receita de exportação sôbre as econômicas dos países subdesenvolvidos produtores primários, acima apontados, pode acrescentar-se as seguintes. A tarefa de formular programas nacionais de desenvolvimento, já de si complexa, torna-se ainda mais complexa. Programas de investimento já iniciados não são executados na sua totalidade, pois enquanto projetos são completados, outros que com êles se relacionam têm de ser adiados, impedindo assim que a capacidade de produção se expanda na medida do programado inicialmente. Tais efeitos, porém, não se limitam aos investimentos públicos pois os investimentos privados também podem ser impedidos e seu incentivo enfraquecido por uma limitação de importação de bens de capital, resultante de uma queda na receita de exportação, ou mesmo por uma diminuição nos recursos de crédito, conseqüente a uma política deflacionária destinada a proteger o equilíbrio do balanço de pagamentos. Os investimentos privados sofrem também modificação estrutural, pois os inversionistas passam a preferir os investimentos comerciais a curto prazo aos investimentos industriais a prazo mais longo. Finalmente, outros programas de govêrno, que não tenham objetivos de desenvolvimento econômico, mas visem a atingir melhorias sociais, como os efetuados em educação e saúde, são também afetados por essa instabilidade, pois seus recursos em geral se derivam de tributação incidente sôbre importações e exportações e sôbre o impôsto de renda, intensificando a dificuldade de manter ou expandir a despesa pública nessas dotações orçamentárias.

A instabilidade de preços e volumes nos mercados internacionais de certos produtos de base, afeta não sòmente os países subdesenvolvidos como também os industrializados, prejudicando ambos êsses grupos de países.

As variações na receita de exportação de produtos primários afeta diretamente os países industrializados que são

grandes exportadores de produtos primários, atingindo, muitas vêzes os produtores primários nesses países, o que os leva a tomar medidas de apoio interno a êsses produtores, sob forma de protecionismo agrícola, em geral. Além disto, os países industrializados são grandes importadores de produtos primários e a instabilidade nos mercados internacionais dêsses produtos, pode causar-lhes impulsos inflacionários sôbre os custos e preços internos ou desequilíbrio de balanço de pagamentos.

Os países industrializados podem também não colhêr benefícios com a baixa de preços dos produtos primários, principalmente quando não venha desfazer os efeitos de uma alta de pouca duração, pois essa queda do poder aquisitivo das exportações dos países subdesenvolvidos pode causar desemprêgo nas indústrias de exportação dos países industrializados, pelo menos até que os recursos produtivos sejam redistribuídos nesses países. É certo que os países produtores primários constituem apenas de 6% a 7% do mercado total de manufaturas dos países industrializados, mas sua demanda de importações incide em geral sôbre bens de capital, cuja indústria manufatureira é uma das mais instáveis nesses países industrializados, e o desemprêgo conseqüente tende a acentuar a baixa da demanda por outros produtos e a agravar uma retração nas atividades econômicas nesses países.

Em grupo, os países subdesenvolvidos exportam produtos primários e importam manufaturas, acentuando-se à medida que se industrializam uma modificação radical na estrutura de seu comércio exterior. Também em grupo, os países industrializados exportam produtos primários ou possuem territórios e estão politicamente ligados a países dependentes dessas exportações. Quando os preços das manufaturas caem bruscamente em relação aos dos produtos, a capacidade de os países industrializados realizarem empréstimos aos subdesenvolvidos decresce, e quando acontece o contrário, reduz-se a capacidade de os países industrializados realizarem pagamentos de serviços de dívida e remessas de rendas de investimento, cuja lucratividade cai, por sua vez.

A instabilidade conjuntural dos preços e volumes dos mercados internos e internacionais, não afeta todos os produtos de base da mesma forma, nem é peculiar apenas a êsses produtos.

As variações de preços dos produtos primários, de grande amplitude e freqüência, podem ser causadas, como já se explicou acima, por variações de estoques visto que uma pequena queda na demanda de produtos acabados pode produzir, durante certo tempo, cessação quase completa na compra de matérias-primas a fim de reduzir-lhes os estoques ao atendimento das necessidades do novo e mais baixo nível de produção. A influência das expectativas produz variações de preço contrárias à normalidade, com aumento de oferta na baixa e aumento de procura na alta, a fim de ainda se poder vender e comprar a bom preço, relativamente ao preço que se espera do mercado futuro.

Tanto essas variações de estoques quanto a influência das expectativas, não só operam diferentemente entre os produtos primários como também operam nos mercados de bens de capital, como equipamento pesado, navios e locomotivas, cuja queda de preço, pela expectativa de maior decréscimo, lhes reduz as encomendas ao mínimo, seja para reposição, seja para novas instalações e maquinaria, o que, por sua vez, tende a fazer com que os fabricantes dêsses bens de capital ainda mais lhes reduzam os preços, com objetivo de pelo menos abrir seus custos fixos de produção. Por sua vez, quando os preços dêsses bens de capital sobem, a capacidade produtiva de seus fabricantes é ràpidamente atingida, e como essa capacidade só se expande lentamente, a pressão do excesso de demanda dêsses produtos eleva-lhe o preço ainda mais.

Há, portanto, duas classes de mercadorias cujos preços são instáveis: os produtos primários armazenáveis, tais como cereais, fibras, metais, petróleo, fumo, borracha, etc., e certos bens de capital, como os já mencionados, e produtos intermediários, sendo os mais estáveis os que se transacionam em mercados de competição imperfeita, como os produtos enla-

tados, as bebidas engarrafadas, vestuários, acessórios domésticos, motores elétricos leves e automóveis. Há ainda os produtos agrícolas que são instáveis porque a decisão de produzi-los é irreversível e em geral tomada com certa antecipação no tempo, de meses e às vêzes anos, sendo essa instabilidade mais acentuada do que a verificada nos mercados dos produtos da mineração.

A instabilidade conjuntural de preços e volumes nos mercados dos produtos de base, em virtude da interdependência dos fenômenos econômicos, nacionais e internacionais, afetada pela instabilidade conjuntural de preços e de emprêgo nas economias nacionais.

Os acordos intergovernamentais sôbre produtos de base e outras medidas específicas de estabilização dos mercados internacionais de produtos de base, são necessários, mas não suficientes, para impedirem por si sós tendências nacionais inflacionários ou deflacionários. As inflações e deflações geram reações complexas, algumas das quais tendem a reforçar e outras a enfraquecer o impulso inicial, sendo que, de pronto, a tendência predominante é em geral a de refôrço, o qual torna extremamente difícil manter uma posição de equilíbrio intermediário. Além disto, as tendências deflacionárias são muito mais decididamente combatidas pelos governos, em virtude de suas conseqüências sociais, do que as inflacionárias, que são toleradas por muito mais tempo senão mesmo mantidas pelos aumentos de lucros e salários que provocam e incentivam. Errando, assim, os governos em favor das fôrças inflacionárias, as medidas internacionais de estabilização só surtem efetivamente efeito quando se destinam a limitar deflações ou sejam automàticamente postas em vigor e tenham impacto sôbre pontos específicos das economias nacionais.

Se a estabilização dos mercados internacionais fôr precedida produto por produto, é possível, sem grandes prejuízos, ignorar os efeitos monetários nacionais, exceto quando haja contrôle interno de preços e quando grande parte da renda nacional dependa da receita da exportação do produto cujo

preço fôr estabilizado, ou ainda, quando o produto estabilizado, embora sem importância como fonte de receita de exportação, pese no total da produção interna. Se, entretanto, a estabilização dos mercados internacionais dos produtos de base se proceder por grupos de mercadorias, mesmo que não afete as políticas monetárias nacionais, é muito pouco provável que não perturbe profundamente as relações financeiras internacionais, da mesma forma que perturbará, sem dúvida, o comércio internacional.

A instabilidade conjuntural dos preços e volumes nos mercados internacionais dos produtos de base, reduz o poder de troca dos países subdesenvolvidos, dependentes da receita de exportação dêsses produtos, em negociações de estabilização com os países industrializados. Esta inferioridade dos países subdesenvolvidos é devida a que não podem financeiramente suportar o acúmulo de grandes estoques de produtos primários, e além disto necessitam não só de pronto pagamento de suas exportações, como essa própria vulnerabilidade os torna mais ansiosos de obter a aceitação dos países industrializados para o estabelecimento de medidas internacionais de estabilização. A adoção de tais medidas aumenta a influência dos governos nas negociações internacionais relativas aos preços dos produtos primários, em que os países industrializados, por serem menos vulneráveis, gozam de certa vantagem na troca, se fôr comparado o seu poder com os dos países subdesenvolvidos, os quais podem por isto ser levados a acreditar estarem pagando preço demasiado alto pela estabilidade de mercados de produtos primários.

Esta inferioridade em poder de troca dos países subdesenvolvidos poderá ser diminuída ou mesmo anulada se as medidas internacionais de estabilização forem estendidas a vários produtos ou grupos de produtos, pois nos países industrializados as pressões políticas se exercem mais fortemente do lado dos produtores do que dos consumidores, e aquêles, pesando seus interêsses em vários produtos, podem ser mais fàcilmente levados a aceitar um preço relativamente

elevado para os produtos primários em geral, entre os quais há produtos primários produzidos pelos países industrializados, seja para exportação, seja para consumo interno.

V

A receita das exportações dos países subdesenvolvidos produtores primários, tem-se mostrado insuficiente para financiar os programas de desenvolvimento econômico dêsses países. Para se aumentar o produto nacional a uma taxa superior à do aumento da população, é necessário inverter-se anualmente na economia determinado volume de investimentos, que é composto de duas parcelas, uma dada pela inversão de poupanças internas, e outra que consiste na soma do influxo líquido de capital estrangeiro e da parte da receita das exportações que se destina ao pagamento das importações necessárias à execução de programas de desenvolvimento econômico. Essa parcela da receita das exportações tem sido não sòmente instável mas também insuficiente para completar o volume de investimento necessário a aumentar o produto nacional líquido e real *per capita*, sendo tal insuficiência devida, em parte, à própria instabilidade dos mercados dos produtos primários, que causa desperdício nessa produção, bem como sua expansão lenta, em virtude, respectivamente, ora de capacidade excessiva em relação à demanda, ora da falta de investimentos necessários, seja para a reposição de equipamento depreciado, seja para os melhoramentos exigidos por novas técnicas.

Essa receita, além de instável e insuficiente, vem aumentando de seu baixo nível a uma taxa anual de elevação demasiado reduzida para poder futuramente solucionar o problema de sua própria instabilidade e insuficiência. Essa taxa reduzida do aumento das exportações totais de produtos primários é uma característica dos mercados mundiais dos últimos anos, que é a do aumento mais lento do comércio de produtos de base do que do comércio total, e o do aumento muito mais lento daquele em relação ao das manufaturas. Entre as causas

da insuficiência da receita das exportações e de seu reduzido aumento, podem mencionar-se as seguintes: a) a reduzida elasticidade da demanda de alimentos com relação ao preço do produto e à renda *per capita* no país importador; b) a transferência de fatôres de produção, das atividades de exportação, para o suprimento do mercado interno; c) a mudança de estrutura da demanda em geral a essa mudança quando derivada do maior emprêgo de sintéticos e sucedâneos, do melhor aproveitamento de materiais devido a inovações tecnológicas, a economias de escala, etc.; e d) os esforços para conseguir auto-suficiência em produtos primários, a que aspiram muitos governos, não só de países subdesenvolvidos como industrializados.

Por fim, tanto a insuficiência da receita e seu baixo nível, quanto sua instabilidade e reduzido aumento se originam de políticas governamentais, dentre as quais se destacam a adoção de práticas artificiais, como programas de vendas subsidiadas, programas de colocação de excedentes em têrmos de concessão, imposição de quotas ou altas tarifas, acúmulo ou escoamento de estoques de materiais estratégicos, restrições discriminatórias, subsídios à exportação, recursos êsses que podem afetar profundamente o comércio de produtos de base, sempre que não se adotem medidas de precaução para evitar interrupções nas relações normais dêsse comércio.

VI

As variações a longo prazo da capacidade de importar manufaturas com a receita da exportação de produtos primários, aparentam uma tendência secular cadente, que, se verificada e provada estatìsticamente, obrigaria aos países subdesenvolvidos produtores primários a exportar, a preços constantes, volumes cada vez maiores dêsses produtos, a fim de importar a mesma quantidade de produtos manufaturados necessários ao seu desenvolvimento econômico. A capacidade de os países subdesenvolvidos obterem êsses produtos manu-

faturados, seria assim reduzida a níveis cada vez mais baixos, já que nesses países é pràticamente impossível redistribuir, no curto e médio prazos, os recursos produtivos disponíveis, mesmo os que estejam subempregados, da produção primária para a produção interna dessas manufaturas que precisam de importar.

Quando, pelo contrário, os preços dos produtos primários sobem mais ràpidamente que os dos manufaturados, havendo ganho nas relações de intercâmbio e aumento da capacidade de importar manufaturas com a receita de exportação de produtos de base, por parte dos países subdesenvolvidos, o aumento da receita de exportação resultante nem sempre tem sido aplicado ao financiamento do desenvolvimento econômico, mas à compra de bens de consumo restrito, cuja importação não pôde ser obstada pelas autoridades em virtude da relativa abundância de divisas disponíveis.

As flutuações seculares ou a longo prazo de preço e volume dos produtos primários, constituem a única indicação para a distribuição eficiente dos recursos produtivos disponíveis, de acôrdo com as condições de oferta e procura. As flutuações de preço e volume a curto prazo devem ser contidas entre limites muito estreitos, sem que assim se perturbem as variações a longo prazo em sua função indicativa da distribuição mais eficiente dos recursos produtivos existentes em todos os países, entre empregos alternativamente exclusivos. A interferência organizada, tendente a minorar ou remover as variações a longo prazo no preço e volume dos produtos de base, seja em relação a si mesmos, seja em relação aos preços das manufaturas, deverá exercer-se de maneira a perturbar o menos possível o mecanismo de distribuição de recursos, o que só é possível por meio de empréstimos a longo prazo e baixos juros, que venham de fato suplementar a capacidade de importar manufaturas com a receita da exportação de produtos de base. De outra forma, essa interferência poderá resultar em desequilíbrio estrutural persistente, como o que se verifica no caso dos efeitos dos preços de "suporte a agricultura" nos

países industrializados, entre a oferta e a procura, atuantes a longo prazo, e que, pelo acúmulo de estoques invendáveis, tende a rebaixar os preços dos produtos primários, bem como a reduzir ainda mais a receita de exportação dêsses produtos e a conduzir a práticas predatórias nos seus mercados internacionais.

* * *

THE INTERNATIONAL TRADE OF PRIMARY PRODUCTS

This is an article by Ambassador Octavio Dias Carneiro, Minister of Commerce and Industry of Brazil, and in which he studies world trade problems, from the point of view of less developed countries. Initially, the author observes that the capacity of less developed countries for economic development depends on the stability of their export incomes, on the medium level of such revenues and on their increase, in the long run. Consequently, it also keeps a close relation with the balance of trade situation as a whole, that is, the equilibrium between expenditures with imports of manufactured goods and services, and incomes from raw materials exports; mentioned exports, together with internal investments and the net inflow of foreign capital, will have to provide the financial basis for carrying out projects and programs, with a view to bring about an increase in the national products at a rate superior to that of population growth, so as to lessen the gap between the standard of living of less developed and developed countries. The autor comments further that the economic development to the international trade of primary products may be unfolded, from a more specific standpoint, into three main groups, as it results from one of the these causes: a) — cyclical instability or, in the short run, from incomes of raw materials exports; b) — from the insufficiency of exports incomes to finance economic development programs; and c) — from a very old apparent down ward trend of the mentioned incomes to provide less developed countries with resources to import manufactured products. Next the author presents some statistical data on the international trade of primary producing countries as a group and on the decline trend of their export incomes, as follows: In the 1950-1960 ten-year period, this decline trend reached its peak in 1958. In the same period, but from 1955 to 1958, the biggest drops took place in 1954 and 1958. Within still this referred span of time, the value of such exports has also showed a downward trend, though at a much less striking rate. From the

demonstration pictures and extensive figures he mentions, Ambassador Octavio Dias Carneiro draws some general conclusions, such as that, among the less developed countries, the oil exporting ones, have increased their foreign reserves, at the same time, that have attracted the largest share of long-term foreign investments; that the less developed countries, in process of development, have had much more trouble with their balance of payments than the others, with their foreign reserves in decline and, as it were not enough, receiving an smaller amount of grants-in-aid and official loans, as well as a less significant flow of long-term foreign investments than in 1928. Continuing, the author, after having developed some considerations on the cycles problem, mainly business and gestation cycles, goes to show, according to figures, that export incomes have risen at a slower rate than import expenses and then the value of world trade. He then remarks that imports of industrial countries are related to the production and consumption process, whereas in less developed countries they generally consist of capital equipment and are related to economic development. Mention is also made of the effects of export fluctuations in the industrial countries, materialized principally through protective official prices and unemployment in those sectors of economy connected with export industry. In his opinion, intergovernamental agreements and other specific measures of stabilization of international markets of primary products are necessary but not sufficient to avoid national inflationary or deflationary trends, which, for their turn, produce repercussions on the international economic environment. Besides, the price fluctuation reduces the bargain power of less developed countries in the negociations; this position of inferiority might be softened, however, or even it might disappear should the international agreement of stabilization be extended to several products or a group of products. Undoubtly, fluctuation in the export income would have less importance to the equilibrium of the balance of payments of primary producing countries, if offset, partial or totally by fluctuations in the same direction, in the prices of imports or by fluctuations in the net inflow of foreign capital. But as this is not true and in addition the prices of imported industrial goods have remained stable, many less developed countries have, as a result, been forced to curtail their requeriments for imported articles to a bare minimum; difficulties have arisen to which products include in this limitation. On the other side, instability in available resources has made considerably difficult the planning of development programmes; investiment projects under execution have to be stoped, whereas others to be postponed with damage to the progresing productive capacity of the countries. Actually such effects are not, in any way, restricted to governmental investments; private investments as well may be checked and incentives prejudiced, among

other things, by credit restraint, resulting from a deflationary policy, destined to ensure a favorable balance of payment. And, in consequence, private investors will feel rather tempted to channel their capitals into commercial short-term investments than into long-term industrial investments; finally, several other state projects may be handicapped as they depend on revenues from import and export taxes. Returning to his initial considerations, the author stresses the following remarks: a) — export incomes of primary producing countries have not kept pace with their growing needs of resources for financing programmes of economic development; b) — these incomes have lacked behind the volume of investments necessary to increase the net and real national product *per capita*. Alias, it has been quite a characteristic of international trade in these last years the fact, referred by the author, that the trade of primary products has intensified at a slower rate than that of manufacturing countries and world trade in general. So, less developed countries will be, therefore, constantily confronted with the perspective of exporting, at unchangeable prices, volumes bigger and bigger of primary products, to import the same emount of manufactured products considered indispensable to foster their economic development. On the other hand, when the prices of primary products rise faster than those of manufactured ones, the resulting increase of income are frequently diverted to non-productive purposes. The organized interference — with a view to lessen or to remove instability fluctuations, in the long run — wil have to be exerted in the least disturbing way to the allocation mechanism of resources, this being possible, the author concludes, if long-term low-interest loans offset the incapacity of export incomes of less developed countries to cover expendictures with the import of industrial goods.

LE MARCHÉ INTERNATIONAL DE PRODUITS PRIMAIRES

Celui-ci est un article de l'ambassadeur Octavio Dias Carneiro, Ministre du Commerce et de l'Industrie du Brésil, où il étudie les problèmes du commerce mondial, du point de vue des pays sous-développés. D'abord l'auteur observe que la capacité des pays moins développés pour le développement économique dépend de la stabilité de leurs exportations, de la moyenne de tels revenus et de leur augmentation, à long délai. Par conséquent, elle est aussi, en étroit rapport, avec la situation de la balance de commerce dans son ensemble, c'est-à-dire, l'équilibre entre les dépenses des importations de produits manufacturés et services et les revenus des exportations de produits primaires; ces exportations avec les investissements internes et le flux net du capital

étranger devra fournir les bases financières pour accomplir des projets et des programmes dans le but de rendre possible une augmentation des produits nationaux à un taux supérieur à celui de l'augmentation de la population, diminuant ainsi le *gap* entre le niveau de vie des pays sous-développés et les dévelopés. L'auteur commente après, que le développment économique pour le marché international de produits primaires peut être diversifié en trois groupes principaux, puisqu'il est le résultat d'une des causes suivants: a) — instabilité cyclique ou, dans le court delai, des revenus des exportations de matières premières; b) de l'insuffisance des exportations pour financer le programme de développement économique et c) d'une très ancienne et visible tendance de détérioration des relations de commerce, tendance qui empêche l'importation des produits manufacturés. Ensuite l'auteur présente quelques données statistiques sur le marché international des pays producteurs de matières premières comme un groupe et sur le déclin de leurs revenus d'exportation: dans la période de dix années 1950-60, ce déclin atteignit le climax en 1958. Dans cette même période, mais entre 1955 et 1958 les plus grandes chutes eurent lieu, en 1954 et 1958. Dans cette même période, la valeur de ces exportations a aussi démontré une tendance en déclin, quoique à un taux moins frappant. D'après les tableaux de démonstration et les données qu'il nous présente, l'Ambassadeur Octavio Dias Carneiro rétire quelques conclusions générales, telles que, parmi les pays moins développés, les pays exportateurs de pétrole ont augmenté leurs réserves étrangères, en même temps qu'ils ont attiré la plus grande partie des investissements étrangers, à long délai; que les pays moins développés, dans leur processus de développement ont eu plus de problèmes avec leur balance des paiements que les autres avec leurs réserves étrangères en déclin et comme si cela ne suffisait pas, recevant de l'assistance internationale et une quantité d'emprunts officiels aussi bien qu'un courant d'investissements, à long délai, moins important. Après avoir fait des considérations sur le problème des cycles, principalement des cycles de commerce et production, l'auteur nous montre, d'après des données, que les revenus des exportations ont augmenté à un taux plus lent que les dépenses d'importation et que la valeur du commerce mondiale. Il remarque, alors, que les importations des pays industrialisés se rattachent au processus de production et consommation, tandis que dans les pays moins développés elles consistent surtout d'équipement et se rattachent au développement économique. Il mentionne aussi les effets des oscilations des exportations dans les pays industrialisés, manifestées principalement par des prix officiels de protection et absence d'emploi dans les secteurs de l'économie liés à l'industrie d'exportation. À son avis, des accords entre les gouvernements et d'autres mesures spécifiques de stabilisation des marchés internationaux de produits primaires sont

nécessaires mais insuffisantes pour éviter les tendances nationales d'inflation ou déflation, qui, à leur tour, ont des répercussions sur l'économie internationale. En outre, l'oscilation du prix réduit le pouvoir d'échange des pays moins développés dans les négotiations; cependant, cette position d'infériorité peut ètre amélioré et même disparaître si l'accord international de stabilisation s'étend à divers produits ou à un groupe de produits. Sans doute, l'oscilation des revenus des exportations aurait moins d'importance pour l'équilibre de la balance des paiements des pays producteurs de produits primaires, si compensée partielle ou totalement par des oscillations dans la même direction dans les prix des importations ou par des oscillations dans le courant de capital étranger. Mais comme cela n'est pas vrai et en plus les prix des produits industriels ont demeuré stables, beaucoup de pays moins développés, par conséquant, ont été obligés de réduire leurs demandes d'articles importés à un minimum; des difficultés ont surgi pour determiner quels devaient être les produits inclus dans cette limitation. D'autre part, l'instabilité des ressources disponibles a rendu fort difficile établir le plan des programmes de developpement; des projets d'investissement en execution ont été arretés tandis que d'autres ont été ajournés au détriment de la croissante capacité productive des nations. En vérité, ces effets ne sont pas restreints aux investissements du gouvernement; des investissements privés peuvent être aussi arrêtés et les encouragements aussi, entre autres choses, par les restrictions de crédit, résultat d'une politique déflationnaire et destinée à assurer une balance des paiements favorable. Par conséquent, ceux qui font des investissements privés seront temptés à placer leurs capitaux dans des entreprises commerciales, à court délai, plutôt que dans des entreprises industrielles à long délait; finalement beaucoup d'autres projects de l'État peuvent subir des handicaps, car ils dépendent des revenus des taux d'importation et d'exportation. Revenant à ses considérations premières, l'auteur souligne les remarques suivantes: a) — Les revenus d'exportation des pays producteurs de produits primaires n'ont pas marché de pair avec leurs nécessités croissantes de ressources pour financer des programmes de développement économique; b) — ces revenus ne représentent pas le volume d'investissement nécessaire pour augmenter le produit national réel *per capita*. Autrement dit, une caractéristique du commerce international dans ces dernières années, selon l'auteur, c'est que le commerce de produits primaires a augmenté à un taux plus que celui des pays manufacturés et du commerce mondial en général. Ainsi, les pays moins développés seront constamment donc mis en confront avec la perspective d'exporter, à des prix immuables, des volumes de plus en plus grands de produits primaires, pour importer la même quantité de produits manufacturés considérés indispensables à stimuler leur développement économique.

Par contre, lorsque les prix de produits primaires augmentent plus rapidement que ceux des produits manufacturés, l'augmentation du revenu qui en découle est fréquemment dirigée à des objectifs non productifs. L'intervention organisée — ayant pour but diminuer ou éloigner les oscillations de l'instabilité à long délai — devra s'exercer de façon à ne pas troubler le mécanisme d'allocation des ressources, ce qui serait possible, conclue l'auteur, si des emprunts à long délai et intérêts réduits peuvent compenser l'insuffisance des revenus d'exportation des pays moins développés à équilibrer les dépenses avec l'importation des produits industriels.

AMÉRICA LATINA: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E REINTEGRAÇÃO POLÍTICA

Felipe Herrera

Parece-me de singular oportunidade estudar, neste momento, os motivos e o sentido das tensões do mundo, (*) pois isso equivale a analisar e interpretar a história. Da mesma forma que corpo em movimento é corpo que busca o repouso na contraposição de fôrças capazes de restabelecer o ponto de equilíbrio, assim também o processo histórico é, em sua essência, a conjugação de energias sociais de tôda índole, no encalço de uma situação de relativa estabilidade, em determinado marco de tensões — tensões que, por sua vez, dão origem aos elementos dinâmicos de nova modificação.

Talvez, por essa mesma razão, todo amanhecer seja o início de uma nova etapa histórica; mas é tão forte e evidente, nos dias que vivemos, a presença de uma transformação de vastas proporções, que, pela primeira vez, nos parece ver na evolução social a mesma fôrça de aceleração dos adiantamentos científicos ou dos progressos técnicos.

De um lado, por fôrça de diversos fatôres, entre os quais avulta o aperfeiçoamento de todos os meios de comunicação, já o homem se recusa, em todos os recantos do mundo, a aceitar a pobreza como condição inevitável. Crê que é possível superá-la e empenha-se em consegui-lo, embora nem sempre certo na escolha do método ou caminho. Êsse arranco do fatalismo à esperança, do desalento à ação, desencadeou um movimento de incalculáveis conseqüências.

(*) O presente trabalho foi apresentado pelo Autor na Conferência sôbre "Tensões do Hemisfério Ocidental" promovida pelo *Council on World Tensions* em colaboração com a Universidade da Bahia, em Salvador, em agôsto de 1962.

Por outro lado, já desaparece a fôrça aglutinante do regime imperialista, que por mais de quatro séculos imprimiu coesão ao mundo que os navegadores espanhóis e portuguêses abriram ao comércio e à conquista, para a Europa mais poderosa e tècnicamente adiantada. Surgem ou ressurgem dêsse mundo, para se incorporarem na comunidade internacional, nações independentes. Cinco em 1961, dezessete em 1960 — elevando-se assim a 104 o número dos países membros da Organização das Nações Unidas, que, ao fundar-se, contava com apenas quarenta e nove. Alçando pavilhões nacionais de tintas ainda frescas, traz cada uma dessas nações a decisão de presidir a seus próprios destinos, manter a liberdade conquistada e receber sua quota de bem-estar.

Êsse processo, rumo a uma nova ordenação do mundo, suscita tensões desconhecidas. Uma das maiores fontes de inquietação na época que atravessamos é, precisamente, a incerteza do sistema que prevalecerá como capaz de permitir o convívio de tôdas as nações.

Não será decerto através da dispersão que os conflitos e obstáculos do futuro serão resolvidos e superados. Grande é o número dos postulantes; uma única, porém, é a aspiração que trazem. Era isso quanto bastaria para induzir-nos à ação comum, se não supuséssemos também que nos encontramos ante um dilema decisivo. Tal é o progresso da técnica moderna, que tanto pode ser aplicado na ruptura definitiva do cêrco em que nos mantêm a enfermidade e a miséria quanto no aniquilamento da espécie humana. Chegamos de novo a uma encruzilhada que não podemos ultrapassar sem um sentimento profundo de fraternidade. "Solidariedad e Desintegración" é o título sugestivo que tomou em espanhol a obra do eminente sociólogo sueco Gunnar Myrdal, em que se aponta com singular mestria a necessidade atual de superar as fôrças centrífugas que se opõem ao bem-estar humano no plano nacional ou internacional. [1]

---

1. "An International Economy. Problems and Prospects".

A percepção, cada vez mais clara, de uma responsabilidade e um destino comuns determinou a procura e o ensaio de soluções coletivas. Dessa maneira, o empenho em enfrentar os problemas de integração econômica regional, surgido logo após a Segunda Guerra Mundial, trouxe resultados impressionantes. A Europa progride, já, de maneira resoluta, nessa direção. E a êsse respeito, desejo recordar nesta oportunidade, palavras do Presidente Kennedy, em seu discurso de 4 de julho passado, em Filadélfia, nas quais se acentua a disposição que hoje predomina: "Direi aqui e agora, neste Dia da Independência, que os Estados Unidos estarão prontos para uma declaração de interdependência: que estamos dispostos a discutir com a Europa unida os meios e processos para constituir, efetivamente, a Sociedade Atlântica, uma sociedade mùtuamente benéfica entre a nova união que ora emerge na Europa e a velha união americana que se fundou aqui há 175 anos".

Ao pronunciar essas palavras, escolheu um dos grandes líderes políticos de hoje, propositadamente, ocasião, lugar e relêvo que marcassem o advento de uma ordem internacional de irreversível interdependência. É oportuno recordar que coube a um poeta — Victor Hugo — vaticinar, há pouco mais de um século, em agôsto de 1849, que "dia chegará no qual veremos essas duas grandes aglomerações, os Estados Unidos da América e os Estados Unidos da Europa, voltadas uma para a outra, as mãos estendidas através dos mares, em estreita colaboração".

Vamo-nos familiarizando com acontecimentos internacionais que anunciam a reintegração de nações cujos laços de união a história desfizera no decorrer dos últimos séculos. O nacionalismo árabe, por exemplo, malgrado as dificuldades e tensões momentâneas dos países muçulmanos, transformou-se em fôrça centrípeda vigorosa que procura no mundo contemporâneo expressão política, econômica e filosófica própria. Buscam também com afã pontos e esferas de coesão as nações africanas recém-emancipadas. Mostra-se o pan-africanismo capaz de transformar-se em outra fôrça internacional dinâmica interessante. E, há poucos dias apenas, anunciava a

imprensa sugestões no sentido de uma integração político-econômica dos povos malaios.

Parece-me que êsses processos estão acentuando uma tendência "pluralista" nas relações internacionais. Está desaparecendo nesta década de 1960 o esquema de polarização em tôrno da Rússia e dos Estados Unidos, prevalente há quinze anos; e interessante é notar que a nova situação se deve em grande parte ao fato de que as regiões subdesenvolvidas procuram ter agora voz própria. Compreende-se nessas regiões a impossibilidade de gravitação individual e a imperiosa necessidade de se unificar as nações que têm entre si maiores analogias.

Em sua nova e sugestiva obra "The Age of Nationalism the first era of global history", sustenta o Professor Hans Kohn que marchamos ràpidamente para um cenário de "pan-nacionalismos" ou "nacionalismos transcendentes". Vê o autor nesse processo fator que contribuirá para afrouxar as tensões internacionais: "Por volta de 1960 — diz êle — a situação das Nações Unidas modificou-se. Os princípios democráticos de pluralismo e livre concorrência firmaram-se. O mundo comunista tornou-se menos monolítico. Nações comunistas como a Iugoslávia, China e Albânia criticaram ou resistiram à liderança de Moscou. O nacionalismo e a diversidade mostraram-se mais fortes que o autoritarismo dogmático e a unidade." Noutro passo acrescenta: "Outra dificuldade que as nações novas ora enfrentam, tal como outrora as nações hoje adiantadas, é a integração nacional de distintos grupos étnicos, religiosos, sociais e culturais, numa sociedade altamente coordenada. Da solução dêsse problema poderá depender o progresso e até mesmo a sobrevivência de muitos países da Ásia, da África e da América Latina. A tarefa é tão difícil nas nações novas quanto o foi nas antigas. O federalismo pluralista pode superar muitas tensões".

Também a América Latina tem dado passos significativos no campo da ação coletiva. O próprio Banco a que tenho a honra de presidir é uma emprêsa cooperativa pan-americana

para o financiamento de projetos de desenvolvimento latino-americanos. Administra, além disso, o Fundo Fiduciário de Progresso Social, estabelecido para tornar efetivas as recomendações das Cartas de Bogotá e de Punta del Este, instrumentos, êsses também, de alcance continental. No terreno restrito da integração econômica regional, ganha agora vigor a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, estabelecida no Tratado de Montevidéu, enquanto o processo de integração econômica centro-americana entra em etapa de maior eficiência, graças à recente adesão de Costa Rica ao Tratado e aos Bancos respectivos.

Até agora, porém, êsse movimento tem-se orientado exclusivamente, no sentido da confrontação dos aspectos econômicos e, às vêzes, apenas comerciais do processo de integração, deixando-se de parte os fatôres políticos que nesse processo necessàriamente intervêm. Dir-se-ia que nos deslumbraram os reflexos formais e técnicos do exemplo europeu e que nos faltou ânimo para adotar-lhes a essência. É a integração, na qualidade, tanto nos seus objetivos quanto nos seus processos, fenômeno político-econômico. Existe ligação estreita e influência recíproca entre as esferas da ação econômica e da decisão política.

De um lado, as transformações econômicas que se efetuam para satisfazer às necessidades de um mercado mais amplo podem criar, em determinado momento, necessidade de unidade política, embora sòzinhas não bastem, por certo, para promovê-la. Milão controlou tôdas as rotas do comércio de Gênova com a Europa; as duas repúblicas mantiveram-se independentes e aliadas contra Veneza durante séculos, até que Napoleão impusesse, com suas legiões, unidade política ao vale do Pó, região naturalmente integrada, como poucas outras no mundo.

De outro lado, muitos problemas econômicos sòmente *podem ser resolvidos através de medidas de carácter político.* O desenvolvimento e a orientação do comércio regional, o aproveitamento total da mão-de-obra, a regulamentação de cartéis e monopólios, a prevenção de depressões e inflações e a coorde-

nação de planos econômicos regionais, requerem, necessàriamente, disposições legais, decisões de caráter executivo e harmonização administrativa que cumpre às mais altas esferas do Govêrno.

Vale recordar, a propósito, alguns conceitos emitidos pelo Dr. Hallstein, Presidente da Comissão da Comunidade Econômica Européia, em seu discurso de 19 de março de 1958, perante a Assembléia Parlamentar da mencionada entidade: "Não devemos esquecer que o aspecto principal do que se integrou no Tratado de Roma não são as economias de nossas nações, isto é, a soma total das decisões e atividades dos industriais, trabalhadores, banqueiros, comerciantes e consumidores, mas a política econômica dos países participantes. Em outras palavras, não são os cidadãos que estão fazendo um sacrifício para a comunidade, porém os Governos. A fusão das economias nacionais é tão-sòmente o resultado dêsse fato e tem, como tal, importância secundária. A importância da nossa comunidade está no aspecto político da sua composição institucional e nas disposições administrativas práticas. Que estamos procurando alcançar? Estamos lutando por transformar a sociedade. Queremos que nossos cidadãos, na medida em que se considerem sêres políticos, pensem em si mesmos não como simples membros de uma estrutura nacional tradicional, mas como participantes da grande família européia".

Se quiser recuperar o tempo perdido e não ficar definitivamente relegada a uma passagem histórica, terá a América Latina que acelerar o ritmo de sua integração econômica, o que não lhe será possível fazer sem encarar de frente a necessidade de sua integração política. Numerosas condições e circunstâncias de sua realidade geográfica, histórica e humana favorecem à consecução tanto de um como de outro objetivo. A América Latina não é um conjunto de nações: é uma grande nação desmembrada: a ela como uma unidade, cabe recobrar o impulso de um processo de desenvolvimento econômico frustrado, de preferência a empreender outro.

Não é entidade fictícia a nação latino-americana. A raiz de nossos estudos modernos, mantém-se e persiste, como

fôrça vital e realidade profunda. Estampada em seu material indígena secular, diverso de formas e maneiras, mas idêntico na essência, está a marca indelével de quatro séculos de dominação ibérica. Experiência, instituições, cultura e influência similares formaram-na desde o México ao Cabo de Fornos. Assim, uma em espírito e fôrça, ergueu-se ela para sua independência.

II

Nessa nação pensaram os precursores de nossa independência — Miranda, no seu projeto do "Incanato", Nariño, Caldas e Espejo, na sua "Escuela de la Concordia". Nessa nação pensaram os construtores de nossa independência — o Padre Hidalgo no México, ao declarar-se, "Generalísimo de las Américas", Belgrano no Congresso de Tucumán, ao referir-se aos representantes das "Provincias Unidas de Sudamérica". San Martin e O'Higgins, Santander e Sánchez Carrión, Morazán e Santa Cruz, todos alimentaram com entusiasmo a idéia federalista ou anfictiônica. Bolívar, seu paladino declarado, conquistada já a independência, a ela se referiu em têrmos concretos e procurou consumá-la no Congresso do Panamá, para o qual, vale assinalar, convidara o Brasil, que, em 1826, era um império.

Fracassou Bolívar em seus intentos, porque já então se achavam em campo as fôrças que haviam de causar o desmembramento da América Latina ou para êle contribuir em grande escala. Na realidade, nenhum dos criadores das novas nacionalidades se preocupou em robustecer ou ampliar fórmulas democráticas implantadas por instituições do regime colonial, tais como, por exemplo, o Cabildo. Inspiraram-se, todos, nas idéias da Enciclopédia e adotaram o modêlo que havia servido para constituir a Europa moderna. Surgiram assim Estados-Nações, nos quais difusa era a Nação e, por conseguinte, fraco o Estado.

Sustenta Toynbee que, pondo-se em contacto duas culturas de níveis diferentes, a mais fraca sòmente poderá resistir

à mais forte apressando-se em absorver desta, com eficiência, os métodos e técnica, em lugar de oferecer-lhe resistência impenetrável. Não são, pois, os fanáticos da resistência, mas os reformadores, quase sempre acusados de xenomaníacos, que preservam, realmente, a cultura autóctone. Foi assim que Salim III, Pedro, o Grande, Mustafá Kemal Ataturk e os "Velhos Estadistas" do Japão lograram sobreviver à influência do Ocidente, utilizando-se de armas ocidentais. É uma grande ironia da história que o próprio Gandhi, malgrado o gênio que foi, ao tratar de evitar a ocidentalização econômica da Índia, tivesse levado o país para o caminho da ocidentalização política e o tivesse guiado, triunfalmente, para um autogovêrno nacional de moldes ocidentais.

Afigura-se-me que, de maneira semelhante, essa europeização institucional e ideológica dos novos países da América Latina tenha servido, em parte, para solidificar-lhes a condição de entidades independentes, durante a época em que persistiram as intenções de reconquista. O anteparo diplomático da Doutrina de Monroe não bastou para manter afastadas das costas da América as esquadras européias. Foi Juaréz que teve de livrar o México de Maximiliano e foram o Chile, o Peru, a Bolívia e o Equador aliados, que afirmaram em 1866 sua independência, ao verem-se vítimas de novas pretensões de domínio por parte dos espanhóis, para a atomização da nacionalidade latino-americana. Cumpre, neste ponto, dividir a análise entre a metade lusitana e a espanhola, na América Latina. Duvido muito dêsses grandes "SE" com que se procura reconstruir, hipotèticamente, a história. Não pretendo, portanto, dissertar sôbre o que teria ocorrido na América espanhola "se" Fernando VII tivesse transferido a côrte e a capital de seu império para uma cidade das Índias. Nem me atrevo a opinar, sequer, sôbre se tal providência teria sido boa ou má. Dizem que a história se repete, mas a mim me parece difícil que em tão curto prazo e a tão curta distância se pudesse duplicar o caso admirável de Pedro II, que presidiu à transição pacífica do Império à República, no Brasil. Creio, porém, que

algo teria sido provável em tal caso: a nacionalidade latino-americana não se teria fragmentado tanto.

É certo que uma das causas mais importantes da desintegração após a conquista da independência, apontada como determinante da constituição sucessiva de vários Estados independentes, foi a extrema dificuldade de comunicação . Ainda hoje, após 150 anos de construção de estradas de rodagem e estradas de ferro e do advento de meios de transporte então desconhecidos, 90% do comércio interamericano faz-se por via marítima. A falta de caminhos terrestres e fluviais continua sendo empecilho considerável para nosso desenvolvimento. Não há dúvida, pois, de que foi essa uma das causas decisivas da desintegração.

As dificuldades de comunicação eram as mesmas no tempo da colônia, que, no entanto, se manteve íntegra. Circunstância havia, porém, que modificava totalmente a situação. Não estava a economia colonial organizada para servir às colônias, mas à Metrópole. A economia de consumo era matéria de preocupação local, de cada província; e a externa era questão afeta à "Casa de Contratación" de Sevilha, cujo monopólio, sediado na Espanha, representava, ao mesmo etmpo, fôrça coesiva na vida econômica das Índias.

Conquistada a independência e a liberdade de comércio, levantaram-se as dificuldades de comunicação como barreiras intransponíveis para a reconversão dessa economia, que até então se havia movimentado através da Metrópole, Tiveram as novas atividades econômicas que circunscrever-se aos têrmos provinciais das economias de consumo ou girar em tôrno de quatro ou cinco núcleos de maior atividade econômica. Um autor peruano assim explica essa ruptura: "Êsses diversos reinos, segundo a política espanhola, estavam unidos ao núcleo principal — a Coroa — mas não tinham laços apertados que os unissem entre si. Dir-se-ia que o Império Colonial Espanhol tinha a forma de uma estrêla, não a forma de um círculo ou cadeia. Teve o fato singular importância para a História

da América espanhola. A independência cortou os raios que nesse sistema, estrelário uniam aquelas unidades ao centro, isto é, à Coroa, e as unidades ficaram, é claro, inteiramente separadas e livres."[2]

Ao transtôrno econômico, somou-se logo o problema do poder. Os exércitos formados para as batalhas da libertação não podiam ser fàcilmente dispersados. Os antigos sesmeiros anelavam pela volta ao passado e os novos cidadãos queriam adquirir terras. Inexperiente, a administração local mostrava-se incapaz de resolver os problemas que surgiam. Ocasião mais propícia não encontrariam os primeiros caudilhos. Lugar-tenente dos libertadores, restava-lhes ainda alento de heroísmo com que guiar suas tropas e lampejos de glória com que embair os povos. Cada qual se instalou como chefe de Estado no território que pôde dominar pelas armas. E assim prosseguiu a desagregação e continuaram surgindo os piratas do poder.

Consolidada a atividade agrícola doméstica, começa o capital estrangeiro a interessar-se nas atividades de técnica mais apurada e maior rendimento. Sem preparação e, mais ainda, dispersos, incorporaram-se os nossos países ao comércio internacional de matérias-primas. As flutuações do mercado mundial dêsses produtos passaram a constituir a chave de nosso destino. Cada crise repercutiu fundamente na estabilidade dos países e implantou nêles um tipo de nacionalismo negativo.

Com êsses antecedentes, teve que ser esporádico e artificial o passo no sentido da industrialização. Foi, às vêzes, necessário justificar o protecionismo anti-econômico com teses nacionalistas que aguçavam as suspeitas e os receios recíprocos. Adquiriam timbre respeitável vozes que dentro e fora se alçavam na defesa dos interêsses empenhados em manter a "balcanização" latino-americana.

---

2. Victor Andrés Belaúnde, "Bolivar y el pensamiento político de la Revolución Hispano-Americana", pág. 176.

Cada vez mais se alheavam uns dos outros os países, cada vez mais se fechava cada qual consigo mesmo. Juntos, porém desunidos. Voltavam para o mar os olhos e as costas uns para os outros. E o mar estendia-se, para êles, até à Europa sòmente. Assim foi, pelo menos durante o século XIX e até à Primeira Guerra Mundial.

III

Como disse antes, enquanto as nações mais desenvolvidas do mundo se movem ràpidamente no sentido da constituição de grandes grupos unitários, cuja presença no plano mundial é cada vez mais significativa, o parcelamento ideológico, cultural e econômico em que vivem os povos da América Latina vem fazendo com que nosso poder de decisão ante os grandes problemas que afetam a humanidade seja cada vez mais reduzido. Poder-se-ia afirmar que os espaços geo-econômicos pequenos que caracterizam a maior parte de nossas estruturas têm contribuído para tornar mínima a participação da América Latina como fôrça independente e progressista no plano internacional e criar políticas igualmente pequenas, incapazes de superar as tensões internas sem recorrer à ditadura e outros extremismos.

É inegável que, há já alguns anos, a idéia da integração regional se vem assentando mais sòlidamente no espírito de muitos latino-americanos. Em agôsto de 1961, ao formular-se a Declaração de Punta del Este, subscreveram nossos países os objetivos da "Aliança para o Progresso" e fixaram pela primeira vez as metas coletivas de desenvolvimento e bem-estar social a serem alcançadas no transcurso da próxima década. Tem-se reconhecido nos últimos tempos, em diversas reuniões internacionais, ser imperioso cada região fazer esfôrço gigantesco no sentido de incrementar seu capital de infra-estrutura, desenvolver suas indústrias básicas, e aumentar suas inversões sociais. Reconheceu-se também, por outra parte, que a *fragmentação do mercado latino-americano numa série de mercados* nacionais, virtualmente isolados uns dos outros, limita o volume

da demanda e assim constitui grave empecilho ao processo de desenvolvimento. Fizeram-se a respeito conferências em que se tratou dos mercados regionais e os técnicos do continente têm-se esforçado por encontrar fórmulas de aproximação. O certo é, porém, que, no tocante à criação de um mercado latino-americano comum, estamos, em 1962, repetindo fórmulas que na Europa começaram a ser conjugadas em 1947 ou 1948; achamo-nos ainda na etapa do intercâmbio de opiniões entre técnicos, talvez porque nossos governantes e líderes políticos se encontrem tão assoberbados de problemas locais carentes de solução imediata que não lhes é possível programar as bases de uma ação política continental de grande envergadura e longo alcance. Dir-se-á que os técnicos de todos os campos atuam no plano continental com mais facilidade que os líderes políticos e que não existe paralelismo entre a atitude de uns e outros. Os líderes políticos que apoiaram a concepção dos economistas e técnicos latino-americanos em nossa integração comercial não deviam olvidar que no Velho Continente foi necessário o pensamento de um Briand, um Stressmann, um Herriot e um Churchill para chegar à atual coesão.

Será prematuro e utópico defender neste momento a necessidade de trabalhar pela integração política da América Latina? Creio, convictamente, que não; estou convencido de que a sua integração política é imperativo que não podemos continuar desatendendo.

Poderíamos pensar, talvez, que a unidade política será o resultado a que inevitàvelmente nos levarão as fôrças de integração econômica que estão começando a mobilizar-se no continente. Será êsse, porém, caminho demasiado longo, tanto mais longo quanto mais tardemos em reconhecer que a integração econômica não se consegue apenas com medidas de tipo estritamente econômico; que a integração econômica, por si só, não basta para assegurar o progresso e o bem-estar dos povos; e que em todo processo de desenvolvimento é necessário travar *batalhas simultâneas na frente técnica, jurídica*, educativa, institucional e principalmente política.

Dir-se-ia que nossos povos, angustiados pela miséria e tolhidos por um complexo de inferioridade que se acentua quando se descortinam aos seus olhos os progressos feitos em outras regiões, perderam a fé em sua capacidade criadora. A América Latina precisa lutar por sua unidade política, não só porque assim poderá dar conteúdo e efetividade à integração econômica e ao bem-estar comum que desta se espera, mas também porque essa realização coletiva trará consigo a criação de fôrças espirituais dinâmicas que nos permitirão consolidar a crença em nossos valores culturais e evitar que as expressões dêste continente sejam apenas cópia de conceitos forâneos.

A integração da América Latina não é utopia; empìricamente, estão os homens desta região buscando formas de expressão comuns no exercício de suas profissões, na realização de seus negócios, no financiamento e na execução de seus programas de desenvolvimento, na aplicação de técnica, etc. Ao mesmo tempo, o espírito popular busca, também espontâneamente, formas de aproximação e de comunidade.

A integração econômica e política da América Latina constituirá fator poderoso da melhor utilização de tôdas as nossas capacidades coletivas, às quais não se dá hoje o devido emprêgo por serem de desunião os fatôres que atuam.

Creio que não seria o caso de nos alongarmos sôbre as vantagens de ordem industrial e técnica que tiraríamos da integração de nossos variados espaços econômicos num grande mercado regional. É fato conhecido que a existência de mercados fragmentados constitui uma das razões que mais contribuem para limitar o processo de industrialização da América Latina e as suas perspectivas de absorção de técnica. Criar os meios de remover êsse obstáculo é, precisamente, o objetivo que se colima nos atuais esquemas da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana.

Há outros campos em que a integração latino-americana poderá consumar-se sem delongas nem dificuldades, alguns dos quais mencionarei brevemente, a seguir.

Conta a América Latina, neste momento, com reservas monetárias de volume muito significativo. Segundo estatísticas recentes, em fins de março de 1962, as reservas monetárias em ouro e divisas da América Latina ascendiam a 2.615.000.000 de dólares.

Êsses recursos estão parcelados num grande número de compartimentos isolados, o que impede sua verdadeira gravitação em escala internacional. Não se vêem inconvenientes de ordem técnica na utilização cooperativa e coordenada dêsses fundos, isto é, no emprêgo numa espécie de sistema de bancos centrais no Continente. Mecanismo dessa natureza fortaleceria as possibilidades da América Latina, em conjunto, no que diz respeito às dificuldades de financiamento a curto prazo. Êste poderia, além disso, servir de fator multilateral na promoção do comércio regional.

Possui a América Latina posição de relêvo na escala de produtos básicos do intercâmbio internacional: 71% das exportações mundiais de café; mais de 50% das de cobre; mais de 33% de petróleo; cêrca de 40% dos de cacau; mais de 65% das de bananas; e percentagem importante das de algodão, lã, estanho e outros metais não ferrosos.

Em alguns dêsses campos, especialmente no do café, têm nossos países procurado formular e executar uma política comum de defesa de mercados e preços. Não será acaso chegado o momento de atuarmos de maneira coordenada com relação aos outros produtos básicos, para evitar políticas discriminatórias e para melhorar nossas possibilidades comerciais?

No último ano, após a assinatura da Carta de Punta del Este, grande foi o progresso realizado na formulação de programas ou planos de desenvolvimento econômico em todos os nossos países. Quase todos contam, já, com órgãos nacionais de planejamento e coordenação de suas políticas econômicas. Muitos estão trabalhando ativamente na elaboração de planos de desenvolvimento ou no sentido de empreender êsse trabalho. Cumpre destacar o valioso trabalho técnico executado pelos

órgãos regionais interamericanos em favor da consecução dêsses objetivos. Devemos, porém, encarar o esfôrço feito como uma etapa preliminar, da qual se chegará à formulação de um programa global de desenvolvimento latino-americano, em cujo marco muitos problemas existentes poderiam ser solucionados ou atenuados: refiro-me especialmente à situação das matérias-primas que se encontram no mercado na condição de excedentes e aos esforços artificiais de industrialização.

A América Latina depende muito do exterior, no que respeita a meios de transporte e comunicação. Nossos países têm tratado de desenvolver individualmente suas frotas mercantes e suas linhas aéreas. Constitui exceção interessante a essa tendência a *Flota Mercante Gran Colombiana*, cuja eficiência e êxito comercial é fato indiscutível. Tudo aconselha à América Latina atuar em conjunto ou coordenadamente nesse campo, que requer inversões de vulto e mercados amplos.

A imagem da América Latina surge deformada aos olhos do observador estrangeiro. Nada se sabe da maneira como se luta contra a miséria; nada se sabe do castigo de Sísifo que é conseguir a estabilidade monetária ao sabor das quedas dos preços dos produtos de exportação. Estou convencido de que se nossos órgãos de publicidade pudessem cooperar para a formação de um *pool* de notícias latino-americanas conseguiríamos melhorar o conhecimento que o mundo tem de nós.

Nossos países mantêm em armas cêrca de 650 000 homens e nossos orçamentos militares elevam-se a importância equivalente a 1.400.000.000 de dólares anuais. Algumas nações mantêm fôrça militar proporcionalmente tão numerosa quanto a dos Estados Unidos ou da União Soviética. Considerados isoladamente, muito poucos governos estão em condições de reduzir de maneira apreciável suas fôrças armadas. Sòmente o desarmamento coletivo de nossos países e o empreendimento coordenado da defesa continental permitirão superar muitos fatôres de tensão que persistem e fazer notável economia de recursos coletivos que poderiam ser ùtilmente empregados para estimular nosso progresso.

São estas algumas das áreas comuns em que o esfôrço latino-americano poderia multiplicar a capacidade criadora do Continente. Em tôdas essas frentes e nas que se relacionam *com os sistemas jurídicos, a saúde e a educação, o campo científico*, a condução da política internacional, etc., é necessário, mais que trabalho pròpriamente técnico, decisão e vontade política. Nos últimos 15 anos, realizamos progresso admirável, no que respeita aos entendimentos de nossos peritos, em todos os níveis; cabe agora fazer-se ouvir a voz e o eco da direção política continental. Se continuarmos pensando que a integração da América Latina é apenas questão de tarifas e não mobilizarmos nossas fôrças políticas e sociais, os novos acontecimentos do mundo — dêste mundo de hoje, que caminha no sentido da interdependência dos grandes Estados continentais encontrar-nos-ão já vencidos, sem que nossa voz possa ser ouvida, nem ao menos por nós próprios.

IV

O fato de havermos salientado, até agora, a necessidade de acelerar-se, sobretudo através da ação política, o processo da integração latino-americana não deve ser tomado como sinal de que encaramos essa medida como um esfôrço no sentido do isolamento. Conclusão dêsse gênero poderia ter-se tirado ante o registro, como fato estabelecido, da polarização das nações que se inspiravam no bloco soviético e outras que se consideravam participantes do "mundo livre". Predomina hoje, porém, como se assinalou antes no campo das relações internacionais, a tendência para as manifestações "pluralistas". Está na "Comunidade do Atlântico" a melhor expressão dêsse novo esquema: os Estados Unidos apóiam a integração européia como uma estrutura em que dita comunidade se sustente nesses dois pilares fundamentais.

Se nosso objetivo é fortalecer a América e mantê-la na família das nações ocidentais, lógico será também ponderarmos que nossos países devem ser sócios e partícipes da comunidade

em questão, nas mesmas condições de interdependência funcional dos outros membros. A associação da América Latina a essa entidade só terá sentido se ali nos pudermos apresentar com expressão própria, como América Latina. Dessa maneira, o processo de integração política da América Latina deixa de ter apenas perspectiva regional e adquire projeção internacional ao lado dos grupos humanos a que nos unem raízes históricas e filosóficas comuns.

Sòmente assim, parece-me, poderão nossos povos sentir-se donos de seu próprio destino e agentes efetivos do atual processo da história mundial. A "Aliança para o Progresso" é a solução técnica de nossas necessidades econômicas, sociais e culturais, mas infelizmente deixou-se de criar, no seio da própria coletividade latino-americana, a motivação adequada. Se a América Latina tem entendido a "Aliança para o Progresso" apenas como uma política que os Estados Unidos lhe "oferecem", é porque faltou o convencimento íntimo de que nosso trato se efetua, realmente, em pé de igualdade. Só pela atuação conjunta em presença dos Estados Unidos e da Europa, podem os povos latino-americanos superar seu sentimento de frustração ante os países ocidentais mais adiantados.

Encerrando estas reflexões, desejo reiterar que a integração político-econômica das coletividades latino-americanas, sôbre contribuir para superar as tensões entre os povos do Continente, constituirá também fator importante de equilíbrio e de paz no concêrto internacional.

A respeito, nada me parece mais oportuno que recordar as palavras com que o Secretário de Estado francês para Assuntos Europeus, Maurice Fauré, exortou a Assembléia francesa a ratificar o Tratado de Roma, em julho de 1957: "Ainda estamos vivendo a ficção dos quatro grandes poderes. Na realidade, há apenas dois — Estados Unidos e Rússia. Amanhã, haverá um terceiro — China. Depende de vós a existência de um quarto — Europa. Se fracassardes nesta eleição, condenar-vos-eis a caminhar de costas para o futuro." De nós, latino-americanos, depende também a decisão de mar-

charmos de frente para o futuro e constituirmos um novo fator de criação e equilíbrio no mundo interdependente em que começamos a viver.

* * *

LATIN AMERICA: ECONOMIC INTEGRATION AND POLITICAL REINTEGRATION

The organizing force of imperialism, which for more than four centuries, has represented a binding element for the world structure happens to be in a declining period; the emerging liberated forces that have set the nations loose from the ties of old order are, now, moving toward a new political economic framework and, in so doing, they have aroused impredictable tensions — such is the general idea Mr. Felipe Herrera, President of the Inter-American Development Bank, puts forward, in beginning his article. Based on this viewpoint, he, next, makes reference to the observed movements in different parts of the world for regional economic integration, and in connection with it, the author stresses the relation between political and economic factors, what justifies, in his mind, a progressive ultimate evolution toward regional political unity as well. The countries of Latin America, of course, should not try escaping from this world trend, but, on the contrary, faithful to its common traits, tradition, geographical proximity and ethinic roots, should accelerate the pace of its economic integration, what Mr. Felipe Herrera does not consider very likely if it does not take into account, seriously, the need for its political integration, as a subsequent step; in his opinion, political integration of this part of the world has all the reasons to become true for "Latin America is not a complex of nations but one big dismembered nation". Continuing, the author alludes to the Arabian nationalism, Pan-Africanism as integration forces of the modern world and to the disappearance of polarization around the United States and Russia, an undeniable fact fifteen years ago, and goes on to say that polarization as a world political phenomenon is coming to an end as a result of the increasing importance of less developed countries and of their independent stand. Consistent with his earlier thinking, he, now, alludes to Professor Hans Kohn's ideas that the world is marching, rapidly, toward pan-nationalisms or transcendent nationalisms, what will contribute, in the long run, to relax world tensions. Reference is, then, made to the cooperative efforts developed by Latin American countries to work out an integrating line of action through the financing of projects by the Inter-American Development Bank,

which was also charged with the task of implementing the recommendations of the Bogota Charter ond of Punta Del Este Conference. On the other hand, the economic integration of the region, already under discussion, gains new vigor with the planning of Latin American Free Trade Association and, at a more advanced stage of materialization, with the economic integration of Central America. These integrating efforts, however, have taken place, up to now, exclusively in the economic field; the political side of the problem has been overlooked, as if Latin Americans have been attracted rather by the formalistic technical aspects of European model than by its essence. And here, once more, the author emphasises the basic idea of his work: political integration of Latin America will be indispensable to assure satisfactory results, in the economic field. Besides, there are quite a number of economic problems imposible to solve otherwise, among others: the development and orientation of regional trade, total and adequate utilization of manpower, regulamentation of cartels and monopolies and the coordination of regional economic plans. Further on, the author makes a brief historical account of integration movements in Latin America, in the 19th century, and the role played by their leaders, examining their ideological courses and the motives why they failed. Among other things, the economic picture looked at that time, pretty dark and there was no founded basis for better perspectives: world market fluctuations had produced an impact in the economic stability of Latin American countries; a nationalism of a negative kind justified protective tariff devices; an artificial drive for industrialization had been created whereas Latin American cooperation amounted to nothing. But this was a situation previous to the First World War; nowadays, as mentioned before, the author affirms that Latin American countries are moving ahead to ward its unity, having reached an agreement that only very slowly begins to evolve from the technical to the political field. Not less important, it has been recognized, lately, in conferences and debates, that the size of internal markets of Latin American countries limits the demand, and, consequently, the national industrial developments. He expresses, in addition, the point of view that, along with the economic integration, a spiritual understanding of dynamic forces of Latin America, so as to create for the region a character of its own, not based on chiches from other countries, would be necessary. Latin America integration, yes; but not in the sense of separation, as the, in the international field, the puralist trend predominates today. The author finds the Atlantic Community the best expression of this conception: if the objective of Latin American efforts is to strenghen America and to keep it, in the family of Western nations, the participation of American countries will have to process itself in the same condition of independence and rights of other members. The "Alliance for Progress" is the technical solution of our economic, social

and cultural needs, he thinks, but it did not generate sufficient motivation as Latin America has understood it rather as something given than as something shared. And, in concluding, the author writes, categorically, that only through cooperative efforts *vis-à-vis* the United States and Europe, Latin American peoples can overcome their sentiment of frustation before developed countries.

AMÉRIQUE LATINE: INTÉGRATION ÉCONOMIQUE ET RÉINTÉGRATION POLITIQUE

La force organisatrice de l'impérialisme qui pendant plus de quatre siècles représentait un élément de cohésion pour la structure du monde, se retrouve maintenant dans une période de déclin; les récentes forces de libération qui ont rompu les liens de l'ancien ordre s'acheminent maintenant vers un nouveau cadre politique et économique en soulevant de tensions imprévisibles — voilà l'idée générale que M. Felipe Herrera, Président de la Banque de Développement Interaméricaine, présente au commencement de son article. En partant de ce point de vue, il mentionne les mouvements observés dans les différentes parties du monde une intégration économique régional, et par rapport à cela, l'auteur souligne la relation entre les facteurs politiques et économiques, ce qui justifie, à son avis, aussi bien une évolution progressive et définitive vers l'unité politique régional. Les pays de l'Amérique Latine, évidemment, ne devraient pas essaier d'échapper à cette tendance mondiale, mais, au contraire, fidèles à leurs traits communs, à la tradition, à la proximité géographique et aux racines ethniques, devraient accélérer le rythme de leur intégration économique, ce que M. Felipe Herrera ne considère pas très probable, ne prenant pas au sérieux la nécessité de leur intégration politique comme une seconde étape; à son avis, l'intégration politique de cette partie du monde a tous les motifs pour devenir une vérité, car l'Amérique Latine n'est pas un complexe de nations, mais une énorme nation démembrée. Poursuivant, l'auteur mentionne le Nationalisme Arabe, le Pan-Africanisme, comme des forces d'intégration du monde moderne et la disparation de polarisation autour des États-Unis et de la Russie, un fait indéniable il y a quinze ans et il ajoute encore que la polarisation en tant que phenomène politique mondiale touche à sa fin, en conséquence, de la croissante importance des pays moins développés et de leur situation indépendante. D'accord avec sa pensée initiale, il fait allusion à la théorie du Professeur Hans Kohn qui dit que le monde marche rapidement vers le pan-nationalisme ou les nationalismes transcendentaux, ce qui contribuera, à long délai, à atténuer les tensions du monde. On fait alors mention aux efforts de coopération

développés par les pays de l'Amérique Latine pour établir peu à peu une ligne d'action commune à travers le financement des projets par la Banque Interaméricaine de Développement qui avait aussi la charge d'accomplir les recommendations de la Charte de Bogotá et de la Conférence de Punta del Leste. D'autre part, l'intégration économique de la région, déjá en discussion, gagne de la vigueur avec le plan de l'Association de Libre Commerce de l'Amérique Latine et, à un niveau plus avancé de concrétisation, avec l'intégration économique de l'Amérique Centrale. Ces efforts pour l'intégration, cependant, n'ont pas eu lieu, jusqu'à présent, que dans le domaine économique; le côté politique du problème a été négligé comme si les latino-américains étaient plus attirés par les aspects techniques formels du modèle européen que par son essence. Et, à ce propos, l'auteur souligne l'idée fondamentale de son œuvre: l'intégration politique de l'Amérique Latine sera indispensable à assurer des résultats satisfaisants dans le domaine économique. En outre, il y a de nombreuses problèmes économiques qu'on ne pourrait pas résoudre autrement, entre autres: le développement et l'orientation du commerce régional, la totale et convenable utilisation de la main d'œuvre, la réglementation des cartels et des monopoles et la coordination des plans d'économie régionale. Un peu plus loin, l'auteur nous fait une synthèse historique des mouvements d'intégration en Amérique Latine au XIX ème siècle et les rôles tenus par leurs leaders, en examinant leurs courses idéologiques et les motifs de leur échec. Entre autres, le tableau économique, à ce temps-là, bien sombre, n'offrait aucune base à des perspectives meilleures; les oscillations du marché mondiale avaient produit un impact sur la stabilité économique des pays de l'Amérique Latine; un nationalisme d'un type négatif justifiait les tarifs protectrices; une artificielle orientation pour l'industrialisation avait été créé tandis que la coopération latino-américaine se réduisait à rien. Mais cette situation était antérieure à la Première Guerre Mondiale; aujourd'hui, comme il a été dit, l'auteur affirme que les pays de l'Amérique Latine s'acheminent vers leur unité, ayant réussi un agrément que très lentement commence à évoluer du domaine technique vers le politique. Récemment on a aussi reconnu dans des conférences et débats que le volume des marchés internes de l'Amérique Latine limite la demande et, par conséquent, les développements nationaux industriels. Il pense aussi que, de pair avec l'intégration économique, une compréhension spirituelle des forces dynamiques de l'Amérique Latine, dans le but de créer pour la région un caractère propre, tout à fait diversifié de celui des autres nations, serait nécessaire. L'intégration de l'Amérique Latine, oui; mais pas dans le sens de séparation comme dans le domaine international la tendance pluraliste domine aujourd'hui. Lauteur trouve que la Communauté Atlantique est la meilleure expression de cette conception: si l'objectif des efforts latino-améri-

cains est de fortifier l'Amérique et la garder dans la famille des nations de l'Occidente, la participation de ces pays se doit se faire dans les mêmes conditions d'indépendance et avec les mêmes droits des autres membres. L'Alliance pour le Progrès est la solution technique de ses nécessités économiques, sociales et culturelles, croit-il, quoique elle soit encore inefficace, puisque l'Amérique Latine l'envisage jusqu'à présent comme un donatif, sans reconnaître son ròle de participant. Et, en conclusion, l'auteur dit, catégoriquement, que seulement à travers des efforts de coopération vis-à-vis les États-Unis et l'Europe, les peuples de l'Amérique Latine peuvent vaincre leur sentiment de frustration en face des pays développés.

A CONFERÊNCIA DE VIENA SÔBRE RELAÇÕES E IMUNIDADES DIPLOMÁTICAS.

Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva

De 2 de março a 14 de abril de 1961 reuniu-se, em Viena, a Conferência das Nações Unidas sôbre Relações e Imunidades Diplomáticas, à qual compareceram delegados de oitenta e um países, bem como observadores de diversas agências especializadas e de organizações intergovernamentais.

Nos têrmos da Resolução 1450 (XIV), da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 7 de dezembro de 1960, a Conferência deveria apreciar o Projeto de Convenção sôbre Relações e Imunidades Diplomáticas elaborado pela Comissão de Direito Internacional em suas sessões de 1957 e 1958 e incorporar o resultado de seus trabalhos numa convenção e em outros atos internacionais complementares. Posteriormente, a Assembléia Geral, pela Resolução 1.504 (XIV), de 12 de dezembro de 1960, tendo em vista que o citado projeto de Convenção se ocupava apenas das Missões diplomáticas permanentes, recomendou que a Conferência considerasse, dentro do tempo disponível, os três artigos sôbre missões especiais (missões *ad hoc*) adotados pela Comissão de Direito Internacional em 1960.

A Conferência realizou-se, em Viena, em atenção a um convite formulado pelo Govêrno austríaco que, com semelhante gesto, estabeleceu um elo entre a mesma e o Congresso de Viena que reuniu, de 18 de setembro de 1814 a 9 de junho de 1815, diversos soberanos, príncipes e estadistas, dentre os mais notáveis da época, visando ao restabelecimento da paz na Europa, após as guerras napoleônicas. A rigor, os objetivos das duas reuniões de Viena, separadas por quase um

século e meio, foram bastante distintas, tendo em comum apenas alguns problemas relativos à instituição diplomática, sobretudo o da precedência, objeto do Acôrdo de Viena de 19 de março de 1815, posteriormente incorporado, como anexo 17, à Ata Final do Congresso.

A XIV Assembléia Geral da Nações Unidas, em fins de 1960, havia admitido diversos novos Estados Afro-Asiáticos que, em conseqüência, fizeram a sua estréia em reuniões internacionais dessa natureza. Compareceram catorze nações africanas, doze nações asiáticas e seis nações do Oriente Médio. É de se presumir que se os trabalhos da Assembléia Geral não se tivessem prorrogado até àquela data, a representação das jovens nações afro-asiáticas teria sido maior, visto que os mesmos pròvàvelmente não dispunham de elementos capacitados para serem enviados, simultâneamente, a Nova York e a Viena.

O comparecimento de tantas novas nações afro-asiáticas numa conferência da envergadura da de Viena merece um comentário. Poder-se-ia perguntar qual a contribuição que as mesmas poderiam aportar a uma reunião eminentemente técnica como a que se realizou. Nesse particular, é óbvio que a colaboração, por bem intencionada que tenha sido, foi de somenos importância. Devemos, contudo, lembrar que a Convenção, finalmente, assinada passou a representar regras de Direito Internacional em cuja elaboração tomaram parte juristas de todos os continentes. Se bem que, com algumas raras exceções, a Convenção de Viena seja a codificação de regras e princípios aceitos anteriormente, eram êles — tais regras e princípios — considerados como sendo de formação sobretudo européia, muito embora a contribuição latino-americana não tenha sido desprezível. A circunstância dêsses novos povos haverem tomado parte intensa em sua elaboração veio dar às regras de Direito Internacional um cunho genuìnamente universal, capaz de lhes atribuir maior fôrça em sua aplicação nas relações com os citados países.

O convite da Assembléia Geral das Nações Unidas foi dirigido aos membros das Nações Unidas, aos membros das

suas agências especializadas e às partes do Estatuto da Côrte Internacional de Justiça. Em outras palavras, não compareceram diversos países ligados ao mundo socialista, notadamente a República Popular da China, o que provocou os únicos atritos políticos, ràpidamente sanados graças à boa vontade e compreensão de tôdas as delegações presentes. É bem verdade que, ao serem inaugurados os trabalhos e, posteriormente, quando da apreciação do Relatório da Comissão de Credenciais, a Delegação soviética, os diversos países a ela ligados pològicamente, bem como alguns outros sem vinculação com o bloco social-comunista, manifestaram-se contra as ausências verificadas. Os argumentos favoráveis e contrários ao critério seguido na expedição dos convites espelharam discussões verificadas, anteriormente, em outras conferências realizadas sob a égide das Nações Unidas e não constituíram surprêsa para os presentes. O Delegado da Rússia Soviética, o Professor Grigory I. Tunkin, considerado, graças às suas intervenções sempre ponderadas e precisas, como a primeira figura da Conferência, teve ensejo de expor o ponto de vista soviético salientando que a ausência da República Popular da China, da República Democrática Alemã, da República Democrática Popular da Coréia, da República Democrática do Vietnam e da República Popular da Mongólia representava uma violação do princípio da igualdade jurídica dos Estados e que, dada a natureza da matéria a ser discutida, era da máxima conveniência que tôdas as nações pudessem tomar parte em sua elaboração, a fim de que a convenção pudesse ser aceita e aplicada universalmente.

Contra a posição soviética, manifestaram-se diversas outras delegações, inclusive aquelas mais diretamente atingidas, como a China nacionalista, República Federal da Alemanha, Coréia do Sul e Vietnam do Sul os quais salientaram que os têrmos da Resolução da Assembléia Geral, convocando a Conferência, eram claros e não poderiam dar lugar a dúvidas. De qualquer maneira, o *forum* apropriado para a apreciação do problema não era uma conferência especìficamente jurídica,

mas, sim, a Assembléia Geral, onde o mesmo fôra discutido exaustivamente e onde se chegara a uma solução.

II

O problema da codificação do direito diplomático não pode ser desassociado do problema mais vasto da codificação do Direito Internacional. Com efeito, até à Primeira Guerra Mundial é nos projetos genéricos de codificação que se nos deparam as normas sôbre relações diplomáticas expostas em artigos, sobresaindo, nesse particular, os projetos de Fiore, Bluntschli, Dudley Field e Epitácio Pessoa.

Seja como fôr, o Acôrdo firmado, em Viena, a 19 de março de 1815, constitui, nesse particular, o marco inicial da obra codificadora. Regulamentou, apenas, o complexo e difícil problema das classes e da precedência dos agentes diplomáticos, adotando uma norma democrática ainda hoje acolhida na sua essência. Em 1817, em Aquisgrana, a enumeração das classes de agentes diplomáticos seria modificada, mediante a inclusão dos *ministros residentes* na relação acolhida três anos antes.

É lícito citar ainda algumas manifestações oficiais e privadas, individuais e coletivas, ocorridas no século XIX. Em 4 de novembro de 1901, com a apresentação por José Higino Duarte Pereira de um projeto de codificação do Direito Internacional, submetido e aprovado pela Segunda Conferência Pan-Americana, é que aparece um movimento que prosseguiria sem solução de continuidade visando à codificação do direito das gentes.

Antes dos trabalhos encetados pela Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, e que culminariam com a Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas, dois movimentos se fizeram sentir visando ao mesmo objetivo: um internacional, outro interamericano.

A Comissão de Peritos da Liga das Nações para a Codificação do Direito Internacional incluiu na relação dos temas

suscetíveis de codificações dois referentes à instituição diplomática ou seja as prerrogativas e imunidades diplomáticas (Relator o Prof. Diena e membro o Doutor A. Mastny) e classificação dos Agentes diplomáticos (Relator o Juiz Gustavo Guerrero e membro o Doutor Mastny). Apesar de interessantes relatórios haverem sido apresentados, pode-se dizer que os resultados foram de pequena monta. Quanto ao problema da revisão da classificação dos agentes diplomáticos, Gustavo Guerrero opinou pela englobação de todos, com a exceção dos encarregados de negócios, numa só classe. Recebidas as opiniões dos diversos Governos, a Comissão de Peritos deu por encerrado o assunto, pois apenas oito, dentre vinte e sete, foram favoráveis. Cumpre, contudo salientar que, sob os auspícios da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, foi organizado um grupo de estudo com o objetivo de colaborar com a obra da Comissão de Peritos e cujas conclusões exerceriam acentuada influência nos trabalhos da Comissão de Direito Internacional trinta anos mais tarde.

Os trabalhos de codificação levados a efeito no Continente Americano foram mais bem sucedidos. Como decorrência da Resolução aprovada no México em 1902, Epitácio Pessoa apresentaria o seu *Projeto de Código de Direito Internacional Público* (1911), cujos artigos 104 a 150 versavam sôbre os Agentes diplomáticos. Posteriormente, quando foi julgado preferível descartar o plano de adotar um Código Geral sôbre o Direito Internacional e providenciar a elaboração de convenções sôbre determinados tópicos, os artigos do Projeto de Epitácio Pessoa serviriam de base aos trabalhos, tanto assim que o Projeto aprovado pela Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos, em 1927, se inspira, òbviamente, no seu trabalho. O projeto de 1927 converteu-se no ano seguinte, por ocasião da Sexta Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, na *Convenção sôbre funcionários diplomáticos.* A Convenção firmada a 28 de fevereiro de 1928 era, até à assinatura da Convenção de Viena, o único ato internacional multilateral regulando a instituição diplomática. Consta de 27 artigos, e, conforme se nos depara no preâm-

bulo, teve por finalidade regular os direitos e deveres dos funcionários diplomáticos. Além do artigo 1, que consagra, em linhas gerais, o direito de legação ao declarar que "os Estados têm o direito de se fazer representar, uns perante os outros, por meio de funcionários diplomáticos", a convenção consta de cinco secções. A primeira secção trata dos Chefes de Missão (artigos 2 a 9), a segunda do pessoal das Missões (artigos 10 e 11), a terceira dos deveres dos funcionários diplomáticos (artigos 12 e 13), a quarta das imunidades e prerrogativas dos funcionários diplomáticos (artigos 14 a 24) e a quinta do fim da Missão diplomática (artigo 25). Os dois últimos artigos são análogos aos demais textos firmados na mesma ocasião e versam sôbre compromissos anteriores, ratificações e adesões.

III

Por ocasião da primeira sessão da Comissão de Direito Internacional, em 1949, quando foi elaborada uma lista de tópicos cuja codificação era considerada viável e possível "as relações e imunidades diplomáticas" figuraram na mesma, embora sem ser considerado um dos tópicos que deveria merecer prioridade. Em 1953, contudo, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 685 (VII), nos têrmos da qual a Comissão de Direito Internacional era convidada a encetar o mais cedo possível o estudo das relações e imunidades diplomáticas. Na sexta sessão da Comissão, o Professor A.E.F. Sandström foi designado Relator especial e, em 1957, por ocasião da nona sessão, um esbôço provisório foi aprovado. De acôrdo com as normas da Comissão, o esbôço foi distribuído entre os Estados membros das Nações Unidas a fim de que opinassem sôbre os artigos propostos. De posse das respostas dos Governos interessados no problema e de um sumário das opiniões expressas no seio do Comitê Legal da Assembléia Geral, a Comissão de Direito Internacional re-examinou o esbôço provisório na décima sessão (1958) modificando alguns dos artigos anteriores.

O esbôço de 1958 é que serviu de base aos trabalhos da Conferência de Viena, sendo que os mesmos se processaram mediante a apreciação de emendas aos artigos do esbôço. Um confronto entre a Convenção de Viena e o esbôço da Comissão de Direito Internacional mostra-nos que grande parte das emendas aprovadas não vieram modificar, substancialmente, o texto de 1958. Dentre as mudanças substanciais, cumpre mencionar a reação da Conferência à orientação liberal acolhida pela Comissão no tocante aos beneficiários das prerrogativas diplomáticas e ao conceito amplo dado à noção de liberdade de comunicações no tocante à utilização de aparelhos radiofônicos. A rigor, pode-se dizer que o esbôço de 1958 só apresentava um êrro de técnica e que seria corrigido graças à intervenção da Delegação brasileira. Trata-se do artigo 43 da Convenção que se ocupa da terminação das funções do agente diplomático. O esbôço ao enumerar os modos de terminação citava, em primeiro lugar, a hipótese de a missão ter sido por período limitado. A Delegação brasileira salientou que, nesse caso, não se tratava de missão permanente mas, sim, de diplomacia *ad hoc*, objeto de um estudo paralelo.

Aliás, a própria Comissão de Direito Internacional nos comentários preliminares aos artigos salientou que o seu esbôço não versaria sôbre a diplomacia *ad hoc*, as relações entre Estados e organismos internacionais e os privilégios e imunidades de tais organismos. A essa enumeração foi lembrado ainda, em Viena, que a Conferência não se deveria ocupar ainda das relações e prerrogativas consulares e do problema do asilo diplomático. Dois dos artigos finalmente aprovados ocupam-se de tais tópicos ou seja o artigo 3 parágrafo 2 que estipula que nenhuma disposição da Convenção "poderá ser interpretada como impedindo o exercício de funções consulares pela Missão diplomática" e o artigo 5, parágrafo 3, que permite que um Chefe de Missão ou qualquer membro do pessoal diplomático da Missão represente o Estado

acreditante perante uma organização internacional. É bem verdade que em ambos os artigos o aspecto diplomático existe.

IV

A Conferência de Viena sôbre Relações e Imunidades foi inaugurada no Festsaal no dia 2 de março, com a presença de Sua Excelência o Doutor Adolf Scharf, Presidente da Áustria. Dando início aos trabalhos, o Senhor C.A. Stavropoulos, Consultor Jurídico das Nações Unidas, como representante do Secretário-Geral da mesma, abriu a sessão e salientou a importância da Conferência. Falou, a seguir, o Presidente austríaco, que, depois de recordar o Congresso de Viena de 1815, deu as boas-vindas às Delegações.

Para Presidente da Conferência foi eleito por aclamação o conceituado internacionalista austríaco Alfred Verdross, membro da Comissão de Direito Internacional e do Instituto de Direito Internacional e Professor da Universidade de Viena, que fêz na ocasião uma exposição sôbre o alcance e a importância dos trabalhos que se iam iniciar. Salientou, entre outras coisas que embora as regras sôbre as relações diplomáticas constituíssem a mais estável e menos controvertida parte do Direito Internacional costumeiro, havia fortes argumentos no sentido de sua codificação numa convenção internacional. Lembrou que a codificação nunca é uma mera declaração do Direito costumeiro; o seu objetivo é ainda o de precisar as regras consuetudinárias — quase sempre vagas e incertas — e até de transformar práticas baseadas na mera cortesia em regras de Direito, se as necessidades da nova comunidade internacional assim o exigir. Acrescentou que o costume, outrora a mais importante fonte do Direito Internacional, perdera a sua predominância, pois o mundo atual, em constantes mutações, exigia um processo mais rápido do que o costume, cujas regras só poderiam surgir devagar e em face de condições relativamente uniformes e estáveis.

Para as vinte Vice-Presidências da Conferência foram eleitos a China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União

Soviética (membros permanentes do Conselho de Segurança); Argentina, Chile Colômbia e México (bloco latino-americano); Filipinas, Irã, Iraque, Libéria e Nigéria (bloco afro-asiático); Romênia e Tcheco-Eslováquia (Europa Oriental); Espanha, Itália e Iugoslávia (Europa Ocidental); e Canadá (Comunidade Britânica).

Para Presidente da Comissão Plenária foi eleito, por unanimidade, o Embaixador Arthur S. Lall, da Índia. Para Vice-Presidente da mesma foram eleitos os representantes do Uruguai, Dr. Nélson Iriniz Casas, por indicação do bloco latino-americano, e o Sr. Birecki, da Polônia. O Chefe da Delegação dos Países-Baixos, Dr. Willem Riphagen, foi escolhido para Relator da Comissão Plenária.

A Comissão de Credenciais foi constituída pelos Representantes de El Salvador, Haiti, Mali, Austrália, Filipinas, Espanha, União Soviética, República Árabe Unida e Estados Unidos.

O Comitê de Redação da Conferência foi integrado por membros do Brasil, Ceilão, China, Estados Unidos, França, Gana, Reino Unido, Hungria, México, Republica Árabe Unida, União Soviética e Suíça, havendo o Brasil sido representado pelo Ministro Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. O Comitê elegeu, como seu Presidente o Embaixador R.S.S. Gunewardane, do Ceilão.

V

A incumbência mais séria da Conferência de Viena era o da determinação das prerrogativas diplomáticas. De um modo geral, verificou-se uma inesperada quase unânimidade dentre as delegações na apreciação das mesmas, surgindo as dúvidas quanto à respectiva abrangência e a determinação dos beneficiários.

A Comissão de Direito Internacional nos comentários a ambos os projetos referiu-se às teorias que exerceram influência no desenvolvimento dos privilégios diplomáticos e, após

citar a teoria da "exterritorialidade" e a do "caráter representativo", salientou que ela se orientou na solução de problemas pela teoria da "necessidade funcional" segundo a qual os privilégios se justificam como necessários ao bom exercício das funções da Missão. Os projetos, de cunho eminentemente prático, silenciavam a respeito de um problema acadêmico, como é o da determinação do fundamento dos privilégios. Em Viena, contudo, julgou-se que, sendo incluído um preâmbulo, referência ao critério adotado na fixação das prerrogativas e que deveria vigorar na solução de questões supervenientes se justificava. O projeto que serviu de base ao texto final reconhecia que "a finalidade de tais privilégios e imunidades é o de garantir o eficaz desempenho das funções das Missões diplomáticas e não para o benefício pessoal dos membros de tais Missões". Quando das discussões na Comissão Plenária tal texto sofreria duas modificações que a transformaram radicalmente. Inicialmente, foi retirada a frase final "e não para o benefício pessoal dos membros da Missão" tida por deselegante e, a seguir, acrescentou-se depois da expressão *Missões diplomáticas* a frase "em seu caráter de representantes dos Estados". Em outras palavras, o projeto primitivo dava relêvo à teoria funcional e o projeto finalmente acolhido pela Comissão Plenária fazia-o com relação à teoria, hoje relegada a segundo plano, do caráter representativo. Quando o texto chegou ao Plenário da Conferência, a maioria das Delegações já se havia dado conta do lapso verificado e com o acréscimo da frase "não para beneficiar indivíduos" foi possível chegar-se a um compromisso. O texto final diz "reconhecendo que a finalidade de tais privilégios e imunidades não é beneficiar indivíduos, mas, sim, a de garantir o eficaz desempenho das funções das Missões diplomáticas, em seu caráter de representantes dos Estados". Aceita, portanto, a influência decisiva das teorias da necessidade funcional e a do caráter representativo.

Iniciados os trabalhos e tendo em vista os debates realizados anteriormente na Comissão de Direito Internacional e as reações dos Governos ao artigo 36 do Projeto, verificou-se

que o principal foco de divergência seria o da determinação dos beneficiários das prerrogativas e o alcance das mesmas em cada categoria. O Projeto da Comissão de Direito Internacional divide as prerrogativas diplomáticas em três categorias, segundo se trate de prerrogativas dos locais da Missão diplomática e dos arquivos; das facilidades para o exercício das funções, liberdade de movimento e de comunicações; e os privilégios e imunidades pessoais, isto é, as prerrogativas pessoais, a Convenção de Viena precisando e melhorando a orientação adotada pela Comissão de Direito Internacional, fixa nos artigos 29 a 36 os privilégios gozados pelos agentes diplomáticos, ou seja a inviolabilidade pessoal (art. 29), inviolabilidade de residência, documentos, correspondência e bens (art. 30), imunidade de jurisdição penal, civil e administrativa (art. 31), direito de renunciar à imunidade jurisdicional (art. 32), isenção das disposições sôbre seguro social (art. 33), isenção de impostos e taxas (art. 34), isenção de prestação pessoal de todo serviço público (art. 35), e da isenção alfandegária (art. 36).

É no artigo 37 que se nos depara a enumeração dos demais beneficiários de privilégios diplomáticos, enumeração de difícil redação, dada a necessidade de se marcar com a possível precisão os limites dos privilégios usufruídos por cada categoria. O confronto do esbôço da *Harvard Law School* e de tôdas as emendas e esboços apreciados pela Comissão de Direito Internacional nos mostra uma interessante evolução que culminaria em Viena, onde, não obstante, as normais dificuldades encontradas em reuniões internacionais dessa índole, foi possível melhorar ainda mais o texto da Comissão de Direito Internacional. O Projeto, além de consagrar uma orientação que seria rejeitada, começava com ligeira falha, eliminada graças a uma sugestão brasileira que não foi devidamente compreendida quando os debates na Comissão Plenária, mas que seria acolhida pelo Comitê de Redação. Com efeito, o artigo, que deveria tratar dos demais beneficiários dos privilégios diplomáticos, começava dizendo "além dos agentes diplomáticos", o que constituirá uma referência

supérflua, e, portanto, falha. O parágrafo 1.º do artigo 36 do Projeto ainda equiparava aos agentes diplomáticos os membros de suas famílias e também o pessoal administrativo e técnico da Missão e as respectivas famílias. A emenda brasileira (Doc. L. 295) fixava a orientação certa, e que seria acolhida, de incluir o pessoal administrativo e técnico e suas famílias numa categoria à parte, à qual se reconheceria a imunidade de jurisdição penal, uma relativa imunidade de jurisdição civil e administrativa e isenção alfandegária para os objetos destinados à primeira instalação. Com a aceitação de semelhante orientação, o parágrafo 2 do Projeto relativo ao pessoal de serviço da Missão, passou a ser o de número 3 e o parágrafo 3, referente aos empregados particulares, tornou-se o parágrafo 4º.

O artigo 25 do Projeto relativo às comunicações diplomáticas foi o que reuniu o maior número de emendas e, uma vez aprovado, como artigo 27, ir-se-ia ressentir de tal circunstância, dada a dificuldade de se incluir tôdas as normas acolhidas, algumas apressadamente e algumas consagrando detalhes de somenos importância que não deveriam figurar num ato da envergadura da Convenção de Viena. Dentre os pontos levantados a respeito da liberdade de comunicações da Missão diplomática, o mais sério versou sôbre o emprêgo das emissões radiotelegráficas já que o Projeto dizia que "a Missão poderá empregar todos os meios de comunicação adequados, inclusive correios diplomáticos e mensagens em código ou cifra". O silêncio, proposital, do Projeto da Comissão de Direito Internacional, dava, portanto, ao Estado acreditante o direito de livre uso das estações de rádio. Inúmeras foram as emendas apresentadas por delegados de países que, ou receavam o emprêgo abusivo de tal meio de comunicação, ou cujas legislações nacionais exigem a licença prévia para o estabelecimento de estações de rádio e para a sua utilização, como é o caso da brasileira. Depois de um debate, no qual as grandes potências se uniram, foi finalmente acolhida a seguinte emenda: "Não obstante, a Missão poderá instalar e utilizar uma emissora de rádio sòmente com o consentimento

do Estado acreditado e depois de haver combinado com o mesmo o seu emprêgo, tendo em conta o disposto na legislação do Estado acreditado e nos regulamentos internacionais". Apesar de a votação haver sido favorável a tal emenda, as próprias delegações autoras concordaram posteriormente em aceitar uma fórmula mais branda, na qual não houvesse a referência à legislação interna e a acordos internacionais. A redação final diz "Não obstante, a Missão só poderá instalar e usar uma emissora de rádio com o consentimento do Estado acreditado". No fundo, reconhece ao citado Estado a faculdade de se opor à instalação de um aparelho e, posteriormente, a de proibir a sua utilização.

Na Conferência de Viena constatou-se que o Direito Internacional moderno, devido às rápidas e permanentes mutações na vida internacional, pode transformar em regra de Direito uma prática controvertida até ao momento da assinatura do tratado. Os dois mais interessantes exemplos dessa dinamização do Direito Internacional, operada à custa do direito consuetudinário, podem ser encontrados nos artigos 11, que versam sôbre a lotação das Missões diplomáticas, e 26, no qual se acolhe o direito do Estado acreditado de proibir o acesso a determinadas zonas ao pessoal da Missão. Ambos os artigos se ocupam de problemas surgidos depois da Segunda Guerra Mundial, sendo que as restrições, que agora mereceram aceitação formal, eram controvertidas até ao momento da assinatura da Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas. Outra regra de inspiração contemporânea é a do artigo 33, onde o direito de todos os funcionários e empregados aos benefícios das leis sociais é formalmente acolhido. Se bem que o artigo não crie para a Missão do Estado acreditante a obrigação de contribuir para os órgãos encarregados de defender os direitos sociais dos trabalhadores, deixa claro a obrigação moral de a Missão diplomática bem como os respectivos funcionários prestarem uma participação voluntária, a fim de não privar os seus empregados das vantagens do seguro social.

VI

A Delegação brasileira à Conferência de Viena, composta do Embaixador Joaquim de Sousa Leão, dos Ministros Roberto Arruda Botelho e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva e do Conselheiro Egberto da Silva Mafra, procurou pautar a sua conduta tendo em vista duas diretrizes: a da estrita observância às instruções recebidas e o da cooperação com as demais delegações para encontrar um denominador comum na elaboração dos artigos controvertidos da Convenção.

Foi em atenção às instruções recebidas que o Brasil apresentou sua emenda visando a limitar a extensão de todos os privilégios diplomáticos ao pessoal administrativo e técnico. Nos debates sôbre a livre utilização de estações rádio emissoras o Brasil orientou-se igualmente de acôrdo com as suas instruções que, pautadas na legislação a êsse respeito, exige o registro de tôdas as estações localizadas no território nacional. Um pedido de apoio do Vaticano a uma sua emenda relativa à precedência dos enviados papais, tendente a evitar uma modificação da Regra 1815, mereceu igualmente o apoio formal brasileiro.

Quanto às intervenções que se poderia denominar conciliadoras, pode-se citar novamente a emenda relativa aos beneficiários das prerrogativas diplomáticas. As instruções visavam à limitação dos beneficiários, porém a solução pela delegação brasileira, de autoria do Conselheiro E. da Silva Mafra, veio mostrar às delegações presentes, em Viena, o caminho certo a ser trilhado. O artigo 8 tal como redigido seria igualmente resultado da intervenção em Plenário do Ministro Nascimento e Silva, o qual depois de longas horas de discussão sôbre a possibilidade de um membro da Missão não ter a nacionalidade do Estado acreditante, apresentou uma fórmula que, com ligeira modificação de forma, seria acolhida. O artigo simplesmente consagra, num primeiro parágrafo, a regra geral de que o agente diplomático deve

possuir a nacionalidade do Estado acreditante, sendo que o parágrafo segundo e terceiro admitem excepcionalmente, que o mesmo seja nacional do Estado acreditado ou de terceiro Estado.

As demais emendas visaram à melhoria da redação dos artigos propostos. Assim, artigos 12 e 15 do Projeto (mais tarde artigos 13 e 16 da Convenção) versavam sôbre o início das funções do Chefe da Missão (art. 12) e o problema da precedência (art. 15), problemas que não podem ser desassociados. As emendas brasileiras visavam a precisar a redação do artigo relativo ao início das funções e diziam quanto ao outro artigo que "a precedência dos Chefes de Missão, dentro de cada classe, se estabelecerá a partir do momento em que tenham assumido suas funções, nos têrmos do artigo 12". Visando a fundir sua emenda com outra apresentada posteriormente, a Delegação brasileira concordou em substituir o vocábulo "momento" por "data e hora".

O artigo 30 do Projeto da Comissão de Direito Internacional declarava que "a imunidade de jurisdição de seus agentes diplomáticos pode ser renunciada pelo Estado acreditante". Uma emenda conjunta do Brasil, Bélgica, Chile, Colômbia e Espanha, precisava que a renúncia se aplicaria ao agente diplomático e às "pessoas que gozam de imunidade nos têrmos do artigo 37", emenda esta aceita sem discussão.

Temos ainda as duas emendas, já mencionadas visando à correção de falhas de redação da Comissão de Direito Internacional, ou seja determinar os modos de terminação da Missão e à eliminação da frase inicial do artigo 36 do Projeto.

VII

Juntamente com a Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas, foram firmadas na mesma cidade e no mesmo dia dois Protocolos Facultativos, além de quatro recomendações. Ambos os Protocolos versam sôbre matéria constante do

Projeto da Comissão de Direito Internacional e cuja inclusão na Convenção de Viena foi considerada desaconselhável.

A primeira trata da Aquisição da Nacionalidade. O artigo 35 do Projeto estipulava que "Membros da Missão que não sejam nacionais do Estado acreditado e os membros de suas famílias que com êles vivam não adquirirão sòmente em virtude de dispositivo da lei do Estado acreditado a nacionalidade do referido Estado". Muito embora o artigo sugerido pela Comissão de Direito Internacional não contivesse nenhum princípio que colidisse com a legislação brasileira, a nossa Delegação entendeu que, dada a complexidade da matéria e considerando que diversas delegações haviam declarado que não poderiam aceitá-lo por ferir princípios das Constituições nacionais, seria preferível deixar a sua solução às legislações nacionais e às convenções específicas. Votou, portanto, a favor de uma sugestão da Delegação do Reino Unido no sentido de que o artigo fôsse suprimido. O artigo foi mantido pela Comissão Plenária, mas o Plenário da Conferência acabou julgando preferível não incluí-lo na Convenção, firmando um Protocodo Facultativo com idêntica redação, o que foi feito.

O mesmo sucedeu com o artigo 45 que trata de disputas relativas à aplicação ou interpretação da Convenção e sôbre o qual foram dedicadas duas sessões da Comissão Plenária. O artigo 45 do Projeto da Comissão de Direito Internacional estipula que qualquer disputa entre Estados relativa a interpretação ou aplicação da Convenção que não pudesse ser resolvida por meios diplomáticos seria submetido à conciliação ou à arbitragem ou, falhando tais métodos, seria encaminhado, a pedido de qualquer uma das partes, à Côrte Internacional de Justiça. Tal como redigido, o artigo dava, em última análise, jurisdição obrigatória à Côrte Internacional de Justiça e, em conseqüência, diversos delegados manifestaram-se contra o mesmo, salientando que não poderiam subscrever a Convenção, caso a mesma contivesse a cláusula em aprêço. Outros, como os do Reino Unido, Estados Unidos, Suíça, China e

Suécia, assumiram posição francamente favorável à inclusão de uma regra no referido sentido. Algumas delegações salientaram que, embora os respectivos países já houvessem aceito a jurisdição compulsória da Côrte Internacional de Justiça, e portanto, não se opusessem ao artigo 45 tal como redigido, reconheciam as dificuldades mencionadas, estando dispostas a aceitar uma fórmula conciliatória. Por ocasião da Conferência de Genebra de 1958 sôbre o Direito do Mar, o mesmo problema havia surgido. A solução então adotada foi a de se firmar um Protocolo Facultativo e, em Viena, foi apresentada uma sugestão em tal sentido, que recebeu 49 votos favoráveis, contra 7, com 16 abstenções. A Delegação brasileira teve ensejo de recordar que a cláusula facultativa relativa à Côrte Permanente de Justiça Internacional, o mais importante marco na evolução da jurisdição compulsória, fôra idealizada pelo Doutor Raul Fernandes e que a Constituição do Brasil consagra a instituição da arbitragem na solução dos conflitos internacionais, sendo que as suas mais importantes questões de fronteiras foram resolvidas graças a semelhantes métodos. Seja como fôr, a solução finalmente adotada foi a da adoção de um Protocolo Facultativo para a Solução Compulsória de Controvérsias, nos moldes do Protocolo firmado em 1958, que, em sua substância, consagra a solução preconizada pelo artigo 45 do Projeto de Convenção.

Duas das Resoluções adotadas expressaram simplesmente o reconhecimento da Conferência por colaborações prestadas: uma ao Govêrno e ao povo da Áustria e outra à Comissão de Direito Internacional.

Das outras Resoluções, uma é no sentido de que os Estados devem renunciar à imunidade jurisdicional no tocante aos processos cíveis, quando isto não prejudicar as funções da Missão. Visa a resolução evitar que a imunidade de jurisdição diplomática seja utilizada para privar pessoas de recursos que a lei normalmente lhes faculta.

O problema da codificação da diplomacia *ad hoc* foi igualmente objeto de uma Resolução. Conforme foi dito no início,

a Conferência de Viena tinha ainda por escopo a apreciação de um estudo da Comissão de Direito Internacional a respeito. O Comitê especial criado para apreciar a matéria apresentou relatório no qual salientou que o trabalho da Comissão de Direito Internacional era apenas uma apreciação preliminar e que a Conferência não tinha tido o tempo necessário para encetar o exame aprofundado que o problema exigia. Em conseqüência foi pedido à Assembléia Geral das Nações Unidas que solicitasse da Comissão de Direito Internacional nova apreciação da questão à luz da Convenção firmada.

VIII

A Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas representa, indiscutìvelmente, o documento mais importante sôbre a matéria, além de constituir mais um marco de primeira magnitude no campo da codificação do Direito Internacional. Podem ser feitas críticas e no futuro a instituição poderá evoluir, mas é fora de dúvida que o documento aprovado é altamente satisfatório, consagrando inclusive normas de grande atualidade, desconhecidas antes da Segunda Guerra Mundial. A adoção de regras de Direito Internacional sem a passagem, antes considerada indispensável, pela fase consuetudinária, já constitui um importante fenômeno que caracteriza a vitalidade do direito das gentes.

A Convenção de Viena veio consagrar uma tendência que vinha sendo verificada, mas não defendida abertamente, no sentido do deslocamento da principal responsabilidade diplomática da figura do Embaixador para a Missão diplomática, entendida em seu conjunto. A principal função é a da Missão diplomática e, em conseqüência, as principais prerrogativas são aquelas que dizem respeito ao bom exercício das funções diplomáticas. Igualmente, dentro de semelhante evolução, constata-se que a expressão "agente diplomático" perdeu o conceito que lhe era dado em 1815, quando abrangia apenas

o Chefe da Missão. Nos têrmos do artigo 1.º da Convenção de Viena, agente diplomático passou a ser o Chefe da Missão ou um Membro do pessoal diplomático da Missão.

Na apreciação da Convenção cumpre lembrar que, embora a mesma estipule expressamente que as versões chinesa, espanhola, francesa, inglêsa e russa são igualmente autênticas, a influência da língua inglêsa foi decisiva. Basta dizer que os debates no Comitê de Redação foram efetuados em inglês, sem o auxílio de intérpretes, os quais só seriam chamados por ocasião da redação dos textos finais. Um exame comparativo dos textos autênticos, sobretudo das versões inglêsa, francesa e espanhola põe de relêvo as dificuldades que tiveram de ser contornadas, exigindo das delegações presentes inúmeras concessões lingüísticas. Basta atentar na versão inglêsa do artigo 31, parágrafo 1, alínea *a* onde se nos depara a expressão *real action*, completamente arcaica e hoje caída em desuso, mas cuja manutenção foi tida como necessária tendo em vista as demais versões, de países formados na escola do Direito Romano.

Na tradução do texto para o português um dos primeiros problemas a ser resolvido foi o da adoção de expressões correspondentes a *sending State* e *receiving State* do texto inglês *Estado acreditante* e *Estado recibiente* do texto espanhol e *État accréditant* e *État accreditaire* do texto francês. Inicialmente cumpre notar que os puristas das línguas espanhola e francesa tiveram de igual modo dúvidas na aceitação dos neologismos propostos, sendo que o delegado suíço lembrou que nenhum dicionário genérico consagrava as expressões acolhidas pela Comissão de Direito Internacional. Quanto à expressão a ser adotada em português cogitou-se em *Estado de envio* ou *Estado que nomeia* e, no outro sentido, *Estado que recebe, Estado de residência* ou *Estado receptor*. Finalmente foi julgado preferível acolher os quase neologismos *Estado acreditado* e *Estado acreditante,* sendo de se notar que os vocábulos podem ser encontrados no léxico, se bem que com acepções ligeiramente distintas. A Delegação portuguêsa,

consultada a respeito, concordou em que as expressões deveriam ser utilizadas. Posteriormente, a tradução efetuada pelo Ministro Nascimento e Silva e pelo Conselheiro E. da Silva Mafra foi acolhida pela Delegação portuguêsa e, em conseqüência, a versão oficial em Portugal e no Brasil será, com ligeiras diferenças de ortografia, a mesma.

Um delicado problema de técnica legislativa que a Conferência teve que enfrentar dizia respeito à necessidade de manter ou tentar manter os artigos livres de cláusulas inúteis ou supérfluas. E, nesse sentido, constatou-se inúmeras vêzes o empenho de mencionar princípios gerais do Direito Internacional, que, òbviamente, estavam subentendidos. É o caso da expressão "dentro dos limites permitidos pelo Direito Internacional" que surge. Igualmente criticável foi a tentativa, por vêzes sucedida, de modificar o texto básico a fim de atender casos específicos de Direito interno de um país. As emendas ao artigo 10 no sentido de que as notificações dos membros da Missão, membros de suas famílias e empregados particulares poderiam ser feitas a outros órgãos da administração que não o Ministério do Exterior (com isto visando à regulamentação junto ao Ministério do Trabalho da situação jurídica dos empregados) teve tal finalidade. Mais criticável seria o empenho dos membros do *Commonwealth* britânico de virem incluídas referências a certas peculiaridades decorrentes da associação entre êles criadas, sendo que alguns artigos passaram a conter ampliações nesse sentido.

Onde a Conferência lutaria com maiores dificuldades seria na delimitação do que se devia entender por matéria substantiva, isto é, da substância da regra a ser codificada. Inúmeras vêzes nos debates, diante de emendas, foi lembrado que aquilo que se desejava incluir no texto não era direito substantivo, mas sim adjetivo ou processual (*domestic procedure*) já que a Convenção não deveria mencionar meras formalidades ou detalhes, para a implementação doméstica. No artigo 26, relativo à liberdade de comunicação, inúmeras infiltrações nesse sentido podem ser observadas.

A conveniência de se dar à Convenção a ser firmada um título foi lembrada cedo e diversas foram as sugestões apresentadas (Polônia e Tcheco-Eslováquia; Itália, Libéria, México, Peru, Filipinas, Turquia e Estados Unidos; Nigéria; Gana; o Equador e a Venezuela). A Comissão Plenária, mui acertadamente julgou preferível encaminhar tôdas as sugestões ao Comitê de Redação que, acolheu uma sugestão ao Senhor F. A. Vallat, da Grã-Bretanha, que propôs a *Viena Convention on Diplomatic Relations*. No seio do Comitê de Redação foi lembrado que, por considerações de tradução, talvez fôsse melhor falar no texto oficial inglês em *Convention of Vienna on Diplomatic Relations*, que corresponderia aos textos espanhol e francês. O título original inglês foi, contudo, mantido por ser mais elegante.

A Convenção de Viena já começa a ser utilizada e invocada, mas é de se presumir que será ainda necessário aguardar um prazo relativamente longo antes que entre, efetivamente, em vigor. A Convenção prevê, expressamente, a necessidade de sua ratificação e o artigo 51 dispõe que a mesma só entrará em vigor do trigésimo dia que se seguir à data do depósito perante o Secretário-Geral das Nações Unidas do vigésimo segundo instrumento de ratificação ou adesão. Significa isto que será necessário aguardar ainda que os parlamentos nacionais se pronunciem a respeito, o que, em muitos países, constitui normalmente um processo longo. Quanto ao Brasil, a Exposição de Motivos encaminhada à Convenção foi remetida pelo Chanceler San Tiago Dantas, em setembro de 1961, ao Congresso Nacional para a devida aprovação nos têrmos do artigo 66 da Constituição.

* * *

THE VIENNA CONFERENCE ON DIPLOMATIC RELATIONS AND IMMUNITES

The Conference on Diplomatic Relations and Immunities took place, in Vienna, from March 2nd to April 14th, with the objective to examine a project prepared by the Commission of International Law, in 1957 and 1958. And, here, one of the members of the Brazilian delegation, Minister Geraldo Eulalio do Nascimento e Silva, summarizes

the role played by Brazil in that juridical international meeting, as well as the discussions that resulted, ultimately, in the final text of the Convention. At the outset, the author alludes to the presence, for the first time, to a juridical Conference of such an importance, of Afro-Asian delegations and observes that, although from the technical point of view the fact may not be relevant, as the new participants could hardly make a remarkable contribution to the debates, their participation have conferred upon the Convention a more universal character. He informs further that as the participating members were all members of the United Nations and of its specialized agencies, several countries of the so-called socialist world, including the Popular Republic of China did not participate of the Conference, this giving place to protests by the Soviet delegation and by some non-socialist countries. Some pró — Western nations, principally those directly favored by the referred absence — namely, the Republic of China, Federal Republic of Germany, South Korea and South Viet Nam — opposed the Soviet point of view and supported the invitation criteria followed by the Conference. Having related briefly this occasional Soviet-Western clash, Mr. Geraldo Eulalio Nascimento e Silva goes on to remind us that, before the meetings of the Commission of International Law of the United Nations, and later on by the Vienna Conference, two movements have been operating toward the same objective: one international, and the other Inter-American. In connection with this, the author traces back the history of both currents and shows that the Inter-American movement, up to the League of Nations, had presented more positive results, as far as codification is concerned. But not only this encouraged international codification of diplomatic prerrogatives and immunities; on the occasion of the First Session of the Commission of International Law, in 1949, the subject was included among those whose codification seemed to be feasible. In addition, in 1953, a resolution was approved by the General Assembly of the United Nations, according to which the Commission of International Law should resume, as soon as possible, the study of diplomatic relations and immunities. So, in 1937, during the ninth session of that Commission, a provisory draft was prepared and, in obedience to its procedures, copies of the same were distributed among state members of the United Nations, in order to enable them to express their opinion on the subject. After having gathered these opinions, besides those from the Legal Commitee of the General Assembly and interested governments, the original draft underwent some alterations, in the tenth session and, based on it, a new one came into being, exactly the document that served as a basis for discussion in the Vienna Conference. As for the merit of the Convention itself, the author advances that, though, on the whole, it has modified little of the original draft, substantial changes have, never-

theless, been introduced in the text of 1958, the main of which resulting from the reaction of the Conference to the liberal orientation of the Commission toward the beneficiary of diplomatic prerrogatives. Now, which contribution has the Brazilian delegation made to the Vienna Convention? Taking as a guideline to observe strictly, he adds, the instructions received from the Government and cooperate with the other delegations, to reach a common basis of understanding, the Brazilian delegation introduced several amendments to the text of the diplomatic agreement to be signed, some on its own initiative, others as a co-participant country. The subjects under discussion varied from the free utilization of radio stations to the extention of diplomatic prerrogatives and the nationality of the members of diplomatic missions. Summing up the results of the Conference, the author states that, together with the Vienna Convention, two non-mandatory Protocols, besides four recommendations, have been signed. These Protocols deal with problems already considered by the project of the Commission of International Law and whose insertion, in the Convention, was not judged advisable. He, then, goes into detailed explaination of the judical content of those international instruments of agreement and makes an account of the discussions preceding their signature, and shows that, in many instances, the concern of our delegation was to avoid possible conflicts between the Convention and the national legislation. Coming back to consider the value of the Convention as a juridical document, he says that it will remain as a reference point of great magnitude, in the codification of international law, and developing this thinking, he remarks that, by consecrating trends and principles, some even unknown before the Second World War, by adapting rules of international law, without the usual consideration for the consuetudinary process, it has contributed to characterize international law as a dynamic phenomenon. Other problems the Conference was confronted with and that have deserved the author's best attention: the language concessions to avoid discrepancies in the text of the Convention (translation, for instance, into Portuguese of expressions, like sending and receiving states gave place to minor doubts not very easily dissipated); the mentioning of useless clauses in the articles, through recurrence to the general principles of international law; and, finally, the insertion, in the body of the agreement, of domestic procedures, as in the case of article 26, regarding freedom of communication.

LA CONFÉRENCE DE VIENNE SUR DES RELATIONS ET IMMUNITÉS DIPLOMATIQUES

La Conférence sur des relations et immunités diplomatiques a eu lieu en Vienne, de 2 mars à 14 avril, dans l'objectif d'éxaminer un projet préparé par la Commission de Droit International, en 1957 et

1958. Ici, un des membres de la délégation brésilienne, Ministre Geraldo Eulalio do Nascimento Silva, resume le drôle réprésenté par le Brésil dans cette réunion juridique internationale, ainsi que les discussions qui ont resultées finalement dans le texte final de la Convention. Au commencement, l'auteur se rapporte à la présence, pour la première fois, à une Conférence juridique de telle importance, de délégations afro-asiatiques, et observe que malgré, sous le point de vue technique, le fait puisse ne pas être important, car les nouveaux participants difficilement pourraient apporter une notable contribution aux débats, leur participation a prêté à la Convention un caractère plus universel. Ensuite, il renseigne que comme les participants étaient tous membres des Nations Unies et de leurs agences spécialisées, plusieurs pays du monde appelé socialiste, la République Populaire de la Chine incluse, n'ont pas participé de la Conférence, ce qui a donné motif de protests par la délégation soviétique et de quelques pays non-socialistes. Quelques nations pro-Occident, notamment celles directement favorisées par la citée absence — la République de la Chine, la République Fédérale de l'Allemagne, la Corée du Sud et le Viet Nam du Sud — se sont opposées au point de vue soviétique et on donné l'appui au critérium pour les invitations suivi par la Conférence. Après avoir rapidement mentionné cette crise occasionelle Soviétique-Occidentale, M. Geraldo Eulalio do Nascimento Silva poursuit nous rappelant que, avant les réunions de la Commission de Droit International des Nations Unies, et postérieurement, a la Conférence de Vienne, deux mouvements venaient agissant vers le même objectif: l'un international et l'autre inter-américain. En rapport à cela, l'auteur décrit l'histoire des deux courants et montre que le mouvement inter-américain au-dessus de la Ligue des Nations, a présenté des résultés les plus positifs dans ce qui se rapporte à la codification. Mais non seulement dans cette codification de prérogatives diplomatiques et immunités; au moment de la première séance de la Commission de Droit International, en 1949, le sujet a été inclus parmi ceux dont la codification paraissait être impraticable. En outre, en 1953, une resolution a été approuvée par l'Assemblée Générale des Nations Unies, selon laquelle la Commission de Droit International irait reprendre, lors que possible, l'étude des relations diplomatiques et des immunités. Ainsi, en 1937, pendant la neuvième séance de cette Commission, une redaction provisoire a été préparée et en obéissance à sa jurisprudence, des copies de la même redaction on été distribuées aux états membres des Nations Unies, afin de les permettre exprimer leur opinion sur le sujet. Après avoir reuni ces opinions, outre celles du Comité Légal de l'Assemblée Générale, et des gouvernements intéressés, la rédaction originale a subi quelques altérations, dans la dixième séance et pour cela une autre est née, exactement le document

qui a servi de base à la discussion dans la Conférence de Vienne. Quant au mérite de la Conférence, elle même, l'auteur jointe que, même que dans le tout très peu aie été modifié dans la rédaction originale, des changements substantiels ont été introduits dans le texte de 1958, essenciellement resultés de la réaction de la Conférence à l'orientation libérale de la Commission pour les bénéficiaires de prérogatives diplomatiques. Et alors, quelle a été la contribution de la délégation brésilienne à la Convention de Vienne? En considérant une observation rigoureuse, il ajoutte, à des instructions reçues du Gouvernement et à la coopération avec les autres délégations, dans la recherche d'une base commune d'entendement, la délégation brésilienne a introduit plusieurs corrections dans le texte de l'accord diplomatique à être signé, quelques unes de iniciative propre, d'autres comme un pays co-participant. Les sujets discutés ont varié de la libre utilisation des stations de radio à l'extension de prérogatives diplomatiques et à la nationalité des membres des missions diplomatiques. En analysant les résultats de la Conférence, l'auteur constate que conjointement à la Conférence de Vienne, deux protocoles non prescrits, outre quatre recommendations ont été signés. Ces Protocoles computaient des problèmes déjà considérés par le projet de de la Commission de Droit International et dont l'insertion dans la Convention, n'a pas été jugée convenablement. Il va, alors, à l'explanation détaillés du contenu judicial de tels instruments internationaux d'accord, fait un resumé des discussions qui ont précédé sa signature et démontre que, en diverses circonstances, l'objectif de notre délégation a été d'empêcher de possibles conflits entre la Convention et la législation nationale. En considérant encore la valeur de la Convention comme un document juridique, il dit que elle restera comme un point de référence de grande importance dans la codification du droit international. En développant cette pensée, il fait noter que pour la consécration de directrices et de fondaments, quelques uns encore inconnus avant la deuxième Guerre Mondiale, par l'adaptation de règles de droit international, sans l'usuelle considération au procès consuétudinaire, elle a contribué pour caractériser le droit international comme un phénomène dinamique. D'autres problèmes ont été traités dans la Conférence qui ont mérité de l'auteur la plus grande attention: les concessions faites au langage afin d'éliminer les diversités dans le texte de la Convention (la traduction, par exemple, en portugais, d'expressions telles que état accréditant et état accréditaire a donné lieu à de petits doûtes, pas très facilement défaits); la mention de clauses inutiles dans les articles, en accord aux fondaments de droit international, et finalement l'insertion, dans le contenu de l'accord, de procédure doméstiques, comme dans le cas de l'article 26, qui se rapporte à la liberté de communication.

O PRESENTE E O FUTURO DAS RELAÇÕES AFRICANO-BRASILEIRAS (*)

José Honório Rodrigues

II

Diante de todo êsse interêsse universal pela África, a política internacional do Brasil tem sido menos que tímida e foi, até o govêrno do Senhor Jânio Quadros, aliada submissa dos Poderes Coloniais e Administradores. Na época do Presidente Juscelino Kubitschek, a Operação Pan-Americana obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial entre 1958-60 — a liberdade africana. Se não era um diversionismo, porque representava parte dos interêsses nacionais, serviu para ocultar a nossa indefensável marcha, lado a lado, com os poderes coloniais. Votávamos sempre com as potências coloniais das Nações Unidas, cedíamos a tôdas as pressões portuguêsas, a do govêrno oligárquico de Salazar ou a da colônia e, vez ou outra, disfarçávamos nosso alinhamento colonial com as abstenções. Não tínhamos uma palavra de simpatia pela liberdade africana, não avaliávamos os perigos que para a segurança nacional poderia representar uma África Ocidental inamistosa, não protestávamos contra organizações como a O.T.A.N., que se tem servido do Atlântico para defesa de interêsses coloniais e nunca consultou as aspirações dos povos das suas duas margens sul. Nada se fazia. A política das Nações Unidas ainda seguia as instruções que permitiram aquêle inesquecível pronunciamento de um secretário em 1953, nas Nações Unidas, colocando-nos a serviço do colonialismo português. Era comum o respeito, a sub-

(*) Adaptado de uma conferência pronunciada pelo autor, em maio do corrente ano, no Ministério das Relações Exteriores, a convite do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos.

missão a todos os Poderes Coloniais, a crítica, a censura, o pouco caso pelas posições afro-asiáticas que, dia a dia, se fortificavam nas Nações Unidas.

A ficção legalista unilateral de um dos nossos juristas, duas vêzes Ministro de Estado, o Sr. Raul Fernandes, serviu de argumento para a França na questão argelina na XII Assembléia das Nações Unidas. Êste bacharelismo, que via as questões internacionais mais pelo seu aspecto jurídico que político, provocou certa passividade e esterilidade de nossa política exterior. Basta dizer que tivemos 111 bacharéis de Direito em 145 Ministros do Exterior, enquanto o *Foreign Office* nunca teve um sequer. Essa mentalidade que revive a dos Vice-Reis, desligada de nossa realidade, que bem poderia representar os interêsses de Sua Majestade Britânica ou do imperialismo francês, na Birmânia, no Brasil ou na Indochina, mostra como a política externa brasileira foi, durante certo tempo, dominada pelo efêmero e pela imitação estéril.

No Govêrno Juscelino Kubitschek havia dois Ministérios do Exterior. Um no Itamaraty, onde se dirigiam os serviços de rotina, e outro no Catete, onde uma eminência parda repetia a tese da regionalização de nossa política externa representada pela O.P.A. A política de então desconheceu, quer no campo de sua ação própria, quer nas Nações Unidas, o caminho da liberdade africana, apoiou tôda a conduta lusitana e se limitou, encerrados os processos de independência dos Estados africanos, a reconhecê-los *de jure*. Nada mais, nenhuma mensagem de simpatia, nenhuma solidariedade, nenhum gesto para não falar em cooperação, como se nos envergonhasse a primavera do Poder africano, como se nos humilhasse a outra alma que possuímos, como se tivéssemos acanhamento da nossa identidade comum, como se fôsse possível continuar esta dicotomia entre a política internacional dirigida por uma elite europeizada que trabalhava pela conservação do *statu quo* e o povo, cuja entrada na área da decisão só agora começa. O fiasco da política exterior de Juscelino Kubitschek consistiu na unilateralidade de sua visão regiona-

lizadora. Para o Outro Horizonte ela foi uma atividade de autoliquidação, embora não pudéssemos esperar que seus articuladores cometessem o haraquiri.

Foi com o Presidente Jânio Quadros que se promoveu a reviravolta da política externa, não só no sentido da independência, como no da ampliação dos horizontes de visão. Conservava-se a liberdade de ação, oprimida pelas pressões externas, forçada pelos interêsses oligárquicos, ou de outros grupos econômicos, ou mesmo por vozes do Parlamento ou da Imprensa, muitas vêzes confundidas com as da opinião pública, que apoiou Jânio Quadros na votação e aplaudia depois a independência da sua conduta, a ampliação das relações internacionais, os rumos novos, o anticolonialismo, a solidariedade e a cooperação com a África redimida. Mudara o processo histórico, mudara a nossa posição neste processo, e, portanto, deviam mudar os objetivos e os métodos de nossa política exterior. Porque se tratava do primeiro Presidente brasileiro que conhecia o outro mundo, que não visitara, como sempre, apenas a Europa e os Estados Unidos, onde se ouvia sempre a mesma lengalenga sôbre o nosso destino à margem do precipício, era possível pensar que sua visão era ampla e universal, como exigia nossa nova condição de Potência Média, um dos países-chave da chamada área livre do mundo.

E foi isso que o Presidente Jânio Quadros iniciou. Fêz pouco em seus sete meses de gestão, mas reformulou diretrizes e tomou algumas iniciativas básicas, que tanto irritaram os verbocratas, muitos funcionários diplomáticos, muitos políticos ligados a interêsses retrógrados que geraram aquêle sentimento de vergonha na consciência de certas classes, nascido da instabilidade política provocada pela luta entre as tradições da sociedade arcaica e o Brasil novo. Na verdade, a política exterior sempre refletiu os interêsses das classes rurais, da oligarquia dominante e de certos setores afortunados das classes médias superiores. Desde 1930, novos agrupamentos e novas tendências das classes médias e trabalhadoras representam a sociedade política brasileira, ainda sem reflexos no

Itamaraty. Era difícil que êste pudesse sentir estas mudanças, como organismo muito fechado, auto-suficiente, que sofre influências de classe. Daí, novamente, a existência de dois Ministérios, um no Itamaraty, dirigindo os negócios burocráticos e outro no Alvorada, simbolizado pelo próprio Presidente, que não abdicava da direção total da política externa. O primeiro desagradava à elite social — mundana e esnobe — que é uma impostura no processo de desenvolvimento econômico, ofendia aos seus companheiros de classe, de olligarquia e de partido na sua posição. O Presidente era também o Ministro, e êste trabalhava obedecendo aos famosos bilhetinhos, nos quais se davam as instruções básicas. Um dos primeiros, de 24 de fevereiro de 1961, solicitava providências no sentido de: "*a*) constituir um grupo de trabalho com o objetivo de preparar a representação diplomática brasileira nos novos Estados africanos; *b*) elaborar êsse Ministério a política brasileira naquele continente, que deve ser reexaminada em todos os seus aspectos, sobretudo no político, no econômico e no cultural". Neste mesmo dia determinava a criação de bôlsas de estudo para a África, de acôrdo com a economia que resultasse da redução de 20% de todos os salários dos diplomatas iguais ou superiores a 400 dólares mensais. Os cortes foram feitos para desgôsto do Corpo Diplomático, maior ainda porque se mandara aplicar metade da economia resultante em bôlsas para estudantes africanos.

O relatório sôbre a África entregue ao Presidente foi feito naturalmente, e, como sempre, na base da sabedoria auto-suficiente do Corpo Diplomático, que, apesar de competente, vê-se, pelas necessidades de serviço e dos próprios interêsses, obrigado a romper a continuidade indispensável dos estudos. Além disso, a política do sigilo desaconselha-o a recorrer, como as bem organizadas Secretarias dos grandes Poderes, aos serviços dos estudiosos de fora.

Acordos culturais, missões africanas, embaixadas brasileiras na África e algumas outras iniciativas deram início ao desafio que o Brasil evitara enfrentar. É verdade que o

ocupante do Itamaraty afirmava, então: "Não somos nós que buscamos a África: as jovens nações dêsse continente é que buscam o Brasil". Sei que êsse egocentrismo não corresponde à verdade, pois nos desconhecem quase totalmente e não vejo referências ao Brasil nas obras e entrevistas de chefes e líderes africanos, com exceção da África portuguêsa. Mas o importante seria a mudança radical de nossa posição nas Nações Unidas e nosso desligamento de uma falsa comunidade que servia apenas aos interêsses portuguêses. É verdade que o Ministro Afonso Arinos "ia à Côrte", e de acôrdo com o Tratado de Amizade e Consulta, lesivo aos nossos interêsses, consultava o Ministro Oliveira Salazar, embora informasse, em sua volta, à imprensa, que o Brasil se reservava o direito de acompanhar a situação africana com liberdade, condenava o colonialismo e apoiaria as propostas de resolução do grupo afro-asiático nas Nações Unidas. Mas reafirmava a unidade de ação dos dois Governos em outros assuntos que interessassem à Comunidade Luso-Brasileira, ratificava o princípio da não intervenção nos negócios internos de outros países e apoiava a autodeterminação dos "povos capazes de aspirar à independência". Como escreveu um comentarista da época, não havia *imbroglio* maior, já que se insinuava que opinar sôbre Angola era intervir nos negócios internos de Portugal e supunha-se que Angola não fôsse capaz de aspirar à independência.

Sem falar da Comunidade, que tanto nos tem desservido, e que, se existisse realmente, caberia ao Senhor Salazar nos consultar e não nós a êle. Algumas vozes no Congresso, como a de Almino Afonso, Lourival Fontes, Nogueira da Gama [4], Fernando Santana defendiam a nova política, embora o Ministro do Exterior ainda fôsse bastante submisso às suas filiações

---

4. Em discurso pronunciado a 7 de abril de 1961 no Senado (*Diário do Congresso*, pág. 453) manifestou seu apoio à política do Presidente Quadros condenando o colonialismo, mas em setembro de 1961 em Lisboa solidarizava-se com as linhas tradicionais das relações luso-brasileiras (*Notícias de Portugal*, 23 de setembro de 1961, n.º 751).

à Côrte. A Missão Negrão de Lima a Angola, cujo depoimento até hoje se desconhece, representou outro rapapé, a Salazar, pois o nosso Embaixador em Lisboa era um estranho e parcial delegado brasileiro na África. Não sei até que ponto ela terá servido à posição brasileira nas Nações Unidas, como também pouco se sabe do resultado da conversa acadêmica de Afonso Arinos com o poeta Leopoldo Sédar Senghor, presidente do Senegal, a não ser o acôrdo cultural, de cujo rendimento pouco sabemos. A Missão Coelho de Sousa também parece pouco ter representado.

Mas o que realmente importa é a ação brasileira nas Nações Unidas. Como se sabe, Portugal entrou para as Nações Unidas em 1956 e para resumir a história, o Brasil fêz sempre parte do grupo colonialista, salvo em um ou outro caso, como na questão do Sudoeste africano e da discriminação racial na África do Sul, embora, no primeiro caso, tivesse negado audiência ao Reverendo Michel Scott, que defendia as populações do Sudoeste. A linha do Brasil era, então falsamente considerada tradicional, moderada, equilibradora entre os dois grupos que se começavam a defrontar. Ficávamos quietos, impassíveis, e, com ou sem disfarce, seguíamos os passos das chamadas Potências Administradoras. O nosso comportamento submisso agradava a estas e desagradava, como era natural, aos novos países livres da tutela. Foi, em 30 de janeiro de 1957, em pleno Govêrno Juscelino Kubitschek, que um representante brasileiro deu seu apoio ao colonialismo português, defendendo a tese lusitana de que Portugal não administrava territórios não autônomos. Tal qual fizéramos na questão da Argélia. Desde então, nossa atitude só veio a se modificar com o Govêrno Jânio Quadros, cuja política, neste caso, foi mantida pelo Govêrno atual. Fácil aos manejos dos pedidos de voto e às pressões do Govêrno português ou às manifestações da colônia no Brasil, o Presidente Kubitschek ligou-se, na sua ação internacional, aos grupos colonialistas, seja pelo alheamento nas questões gerais, seja pelo apoio a Portugal, mesmo a partir de 1958, quando se sentiu o maior

vigor das nações afro-asiáticas, com a liderança da Índia, da R.A.U. e de Gana.

Os nossos representantes na O.N.U., incluídos os parlamentares em número excessivo, com reduzida participação e custo colossal, ainda consideravam a tese anticolonialista como inócua manifestação dos comunistas e seus sequazes. Tanto que, em 1958, nossa delegação interveio nos debates para "salientar os diversos lados positivos da obra das Autoridades Administradoras e declarar que nossa política era evitar e desencorajar a fixação dos prazos para a independência". A posição era tão falsa que, depois de 1958 e da conferência de Acra, se achava que chegara o momento de reconsiderar a *middle of the road policy*, que sempre orientou nossa atuação, ao confrontarmos as situações geradas pela expansão nacionalista dos povos africanos. Esta modificação de mentalidade deve-se talvez à chefia da delegação na IV Comissão, então confiada ao Deputado José Joffily. Temia-se o isolamento a que poderíamos ser conduzidos quando muitos países ocidentais e coloniais já estavam revendo sua posição para se ajustar à realidade mundial.

Mas não nos alinhamos às novas tendências, pois em 1959 o poeta-diplomata acentuava o caráter moderado, o prudente otimismo da nossa política exterior e se declarava sócio do Ocidente. É certo também que já, em 1960, o Brasil apoiava a Declaração relativa à concessão de independência aos países e povos coloniais, em discurso pronunciado pelo Embaixador Ciro de Freitas Vale, não acompanhando a abstenção norte-americana. *Já era alguma coisa, para um Govêrno tão tímido* em matéria de política internacional e que quase sempre votava com os Estados Unidos. No Congresso, ao expor o Deputado Bocaiúva da Cunha, que tomara parte da Assembléia Geral das Nações Unidas como observador parlamentar, a participação brasileira nesta aprovação, recebeu dois apartes muito significativos, dos deputados Osvaldo Lima Filho e Seixas Dória. Ambos criticaram a linha da política internacional brasileira, "contrária aos interêsses do Brasil, que

poderia ter nas jovens nações africanas aliados em potencial no terreno político e econômico", dizia o primeiro, e exprimindo o segundo o voto de que o novo Govêrno reformulasse a política insensata do Itamaraty e desse de imediato sua solidariedade aos jovens países afro-asiáticos.

Mas como solidarizar-nos com a África, quando, na Comissão de Tutela, continuávamos atrelados ao barco português? As rigorosas instruções do Itamaraty não permitiam que déssemos nossa aprovação à resolução 1542, que enumerava os territórios ultramarinos portuguêses, sôbre os quais deveria Portugal transmitir informações às Nações Unidas. Nosso apoio franco a Portugal, nossa hesitação em relação à Argélia, tudo só poderia ser, como tem sido, mal-interpretado pelas nações africanas. A política exterior de Kubitschek não viu, não quis ver a aurora do mundo negro e desprezou sua possível e futura amizade.

Foi o Govêrno de Jânio Quadros que reformulou a nova linha, pensou e imaginou o novo horizonte de nossas amizades, estimou a cooperação africana e teve as primeiras iniciativas. Disse aqui, no Rio de Janeiro, em entrevista aos jornais o Sr. Joseph Medupe Johnson, Ministro do Trabalho da Nigéria, que o Brasil só se tornou conhecido naquele país após a eleição de Jânio Quadros. Na verdade, a ação nas Nações Unidas se radicalizou depois da visita do Ministro Afonso Arinos a Lisboa, em abril de 1961, quando determinou o Presidente que o Brasil não mais se absteria na votação de qualquer proposta apresentada à Assembléia Geral sôbre as províncias ultramarinas, e se reservaria o direito de acompanhar o desenvolvimento da situação africana, com a liberdade de ação necessária à sua firme política anticolonialista. E assim foi feito, pois na XV Assembléia, em abril de 1961, estava já nossa delegação instruída para votar a favor das propostas afro-asiáticas sôbre Angola, abstendo-se, ao final, por não ter sua emenda, mudando a forma, sido aceita por aquêle grupo. Apesar disto, a resolução 1603 foi aprovada

por 73 votos contra 2 (União Sul-Africana e Espanha) e 9 abstenções, entre as quais o Brasil.

O passo decisivo não fôra dado, afinal, e coube ao novo Govêrno decidi-lo, efetivamente, ao acompanhar as 83 nações que exigiam de Portugal o cumprimento da obrigação de dar às Nações Unidas as informações sôbre seus territórios ultramarinos coloniais. E foi já sob a orientação do atual Govêrno que Afonso Arinos, no discurso de abertura dos trabalhos das Nações Unidas, proclamou nossa intenção de apoiar a autodeterminação da Argélia e de Angola. Mas quando se debateu a questão de Angola, novamente o Senhor Afonso Arinos discursou pensando pudesse convencer o Senhor Salazar a libertar Angola: "O Brasil exorta Portugal a que tome a iniciativa no movimento de dar liberdade a Angola e a transforme em um país independente, tão amigo de Portugal como o é o Brasil". A iniciativa da delegação portuguêsa foi imediata: abandonou a sala e o deixou falando para os outros... Ainda assim nossa conduta foi mais coerente, apesar da timidez destas freqüentes preocupações em convencer a oligarquia portuguêsa e o cuidado em objetar, como objetamos na discussão final da resolução, contra a palavra "condena" na expressão "condena o contínuo não cumprimento".

Pela posição anticolonialista assumida nesta última Assembléia não há dúvida de que o Brasil evoluiu. O que parece recuo é o completo silêncio sôbre a política africana do atual Govêrno. Os documentos básicos são muito omissos e até mesmo levianos. No discurso de posse referiu-se o Senhor San Tiago Dantas, [5] que reuniu na sua pessoa os dois ministérios do Exterior dos Governos anteriores, apenas à abolição dos resíduos coloniais. Nenhuma palavra sôbre a política africana. No programa de govêrno do Conselho de

---

5. *Discurso de Posse do Senhor San Thiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores.* Rio de Janeiro, 1961, pág. 10. (Col.)

Ministros, nas chamadas Bases,[6] condena-se o colonialismo e manifesta-se solidariedade às aspirações de independência. Nada mais. A Mensagem presidencial[7] declara com tôda vagueza que se segue "com a maior atenção a campanha de emancipação dos povos africanos e asiáticos, iniciada após o término da Segunda Guerra Mundial". Novamente nada sôbre a política africana. Mas é ilustrativo o discurso do Ministro do Exterior, na posse do Secretário-Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, esdrúxula organização que revela por si mesma o espírito colonialista da Casa que une a Europa Ocidental à África e ao Oriente Próximo. Disse o Senhor San Tiago Dantas "que os assuntos da Europa Ocidental já foram decisivos da orientação de nosso país e hoje estamos novamente num instante de dar a êles um grande papel, uma grande significação, pois sabemos que a recomposição de fôrças, o esfôrço de integração econômica desenvolvido pela Europa Ocidental acarretam, para nós e o Hemisfério, problemas complexos em face dos quais temos necessidade de adotar uma política consciente". A parte africana reduzia-se à política anticolonialista brasileira, exemplificada no voto chamado histórico do Brasil na questão de Angola, e assim como um mágico tira do seu fraque o coelho, o Ministro escondia no seu bôlso a África e o Oriente Próximo. A ansiedade que caracteriza todo político preocupado em ganhar, em vencer, em ter a aprovação do presente, faz com que apelide de histórica qualquer ação que produza. Seria histórico também tomarem os nossos Ministros ares do Comendador Aventino Laje, que vez por outra vai a Portugal consultar seu Chefe, e correrem à Metrópole? Por quê, como Afonso Arinos, também se demorou San Tiago Dantas em cousultar com o Ministro Franco Nogueira? Por quê não aguardar, com a grega virtude da

---

6. *Programa de Govêrno. Bases. Conselho de Ministros*, Brasília, 1961, pág. 192 (Col).

7. João Goulart, *Mensagem ao Congresso Nacional.* Rio de Janeiro, 1962, pág. 46.

moderação, que o Senhor Salazar e o Senhor Franco Nogueira venham a nós? Se acreditam em Comunidade, a cabeça está aqui e não lá.

E foi nesta hora que o Ministro do Exterior falou em volta à Europa. A ênfase sôbre a Europa Ocidental se dá na hora em que esta tenta associar os Estados africanos e, com a possível futura entrada da Grã-Bretanha e da Comunidade no Mercado Comum Europeu, organiza um vasto complexo de países, com o benefício das tarifas preferenciais e dos privilégios comerciais, num sistema discriminatório contra a América Latina e uns outros poucos afortunados, como a Indonésia e o Japão, abandonados na guerra fria e sêca entre os blocos.

É da livre participação numa comunidade de caráter mundial, é do êxito do nosso comércio internacional que depende o sucesso da nossa política externa. Estamos ameaçados de isolamento pelo Mercado Comum Europeu e, ao lado da integração na América Latina e do importante comércio bilateral com os Estados Unidos, resta-nos, ainda, a possibilidade de unir o Mercado Comum Latino-Americano ao Mercado Africano e a todos os países fora dos blocos econômicos e discriminar, em reação, contra as importações daquele Mercado.

Os ciclos de estudos sôbre a África promovidos pelo Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos demonstraram as grandes possibilidades de intensificar o comércio brasileiro-africano. Mas, como vimos, a política externa do atual Govêrno pouco tem falado da África. Segundo informações dos jornais, o Senhor San Tiago Dantas pretende dar brevemente atenção a êste problema, inclusive à possível futura viagem do Presidente a alguns países africanos. Fala-se também no provável interêsse do Departamento de Estado pela ajuda brasileira à solução do problema angolano. São rumôres, que não podemos analisar, exceto aquela frase sibilina do Senhor San Tiago Dantas de que em relação à África, "o Brasil defende a emancipação, embora trabalhe para a

preservação dos focos da civilização portuguêsa". Duvidamos que haja em Angola simplesmente uma civilização portuguêsa, e não uma cultura angolana, ou pelo menos luso-angolana. Em segundo lugar, não será o Brasil, ou pelo menos sua política exterior, que irá defender pelo mundo afora, no Malabar, em Goa, no Ceilão, na China, os restos da cultura portuguêsa. Ou ela tem fôrça e sobrevive, ou morre, com ou sem a ajuda de San Tiago Dantas.

Pode-se dizer, para finalisar, que as linhas gerais da atual política internacional do Brasil merecem o decidido apoio de tôdas as fôrças progressistas do país. Não creio, porém, que se coadune com uma política independente ou com o voto nacional de ampliação comercial, permitir que nos reduzam à parceria inferior e submissa do grande bloco euro-americano, que ignora nossos interêsses, ao planejar o Mercado Comum e ligá-lo aos Estados Unidos numa verdadeira Atlântida Nórdica. O desenvolvimento brasileiro liga-se à abertura de novas, amplas e livres fronteiras e à ruptura das dependências econômicas.

* * *

THE PRESENT AND FUTURE OF BRAZIL-AFRICA RELATIONS

II

As a sequence to his earlier writing on the subject, Mr. José Honório Rodrigues, ex-professor in our Diplomatic Academy and a writer on international problems, continues here to examine Brazilian official attitudes toward Africa and the situations that have conditioned the development of our foreign policy regarding that continent. He begins by stating that, despite all our apparente interest for Africa, our African foreign policy has been less than timid and that, up to the Government of Senhor Janio Quadros, it was even passive ally of colonial powers. He explains that Pan American Operation of Senhor Juscelino Kubitschek, for instance, had, among others, the effect of effacing what he considers the most important phenomenon of world historical process in the 1958-1960 period: the African freedom. Continuing to depict the evils of our ancient foreign policy, the author

affirms it showed best its true face in our voting, in the United Nations, in accordance with colonialism ambitions, giving way principally to Portuguese pression, though, in certain circumstances, it had assumed a disguised posture and this is why we abstained, occasionally, to vote in favor of colonial powers. Next, Mr. José Honório Rodrigues advances that this kind of policy represented but a determined type of mentality dominant in our diplomatic spheres in that period — a mentality far away from our reality and better suited to the interests of British and French imperialism. Only during Senhor Janio Quadros' seven months tenure of office, in the presidency, Brazil turned away from that humiliating orientation and entered into a new period characterized by a limited freedom of action, limited because internal and external pression still continued to be felt near the Head of State. In other words, the historical process in evolution has operated a correspondent change in our foreign policy objectives and methods, but as he gives to understand *further the contradictions are still there and connected with the* ups and downs of our diplomatic position. Reasoning along these lines, and referring to detailed accounts, he alludes to a report prepared on African continent by the Ministry of External Relations, in attendance to a request by ex-President Quadros, which owed much of its defficiency to overzealous preoccupation of our diplomacy to maintain the secrecy of its documents. In Mr. José Honório Rodrigues' *opinion there is an important thing Brazil should do: to alter* radically its position in the United Nations, as far as colonialism is concerned and, this once done, to operate, in a subsequent step, our disengagement from an artificial Portuguese-Brazilian community, serving nothing but Salazar regime interests. Showing himself critical of many Brazilian diplomatic moves, he recognises, in other parts of his work, that some positive ones have provoked a tremendous emotional impact on determined sections of our social elites, exactly in those more useless in our economic development process. Accusing one of our foreign ministers for his pro-Portuguese attitudes, and citing his constant trips to Lisbon as a proof of such an assertion, trips made in the name of that pretense community, which he considers a fake, he argues that, even if it would exist, the procedure should be the other way around, that is, Portuguese authorities, including Minister Oliveira Salazar, consulting us instead. In addition, he reminds us, with bitter tone, that, back in 1957, Brazil sided up with Portugal, in the United Nations, supporting the thesis that Portuguese territories are, in no way, colonies, repeating, this way, in a similar fashion, the position we had adopted in relation to Algeria. The fact stands, he adds, that our representatives to that international organism, even those belonging to the Brazilian Congress, kept insisting on considering the anticolonialist thesis, as a pure weapon

of communist organized groups and their symphatizers; and backing this opinion, he alludes to our opposition, in the United Nations, to the establisment of a limited period for the independence of Portuguese colonies. And he clearifies that, though somes voices in the House of Representatives, had raised against the line of action of our diplomacy, at that time, the artificial stand of our official thinking was forced by the events, after the Conference of Acra, to disrobe itself of its fancy phrases and to reconsider its middle of the road policy. In effect, this policy would continue to be the same until Senhor Quadros took office, in the presidency, as already mentioned, and changed its orientation, maintened by the present Government, despite that soft attitude toward Portuguese colonialism expressed in the candid interventions of our delegation to the United Nations, trying to call to reason the Portuguese dictator and lead him to free Angola peacefully. "When the Brazilian appeal was made, the Portuguese delegation walked out the session and left our delegate speaking to the others..." The author, at the same time, that sees with enthusiasm the evolution of our African policy, regrets what he looks upon as a setback of it: the omission, in the basic documents of our actual parliamentary government, of any specific reference to our policy toward Africa; they simply condemn, in vague terms, colonialism and agrees to the liquidation of colonial residuals. The author seems particularly surprised with the idea of "return to Europe" of which spoke in one of his speeches ex-Foreign Minister San Thiago Dantas; in his opinion, such a "return" looks extremely strange in a moment when Western Europe organizes a discriminatory tariff system against our Latin American primary products, leaving the region to which we belong in a perfect commercial dead end. Though praising, in general lines, the new foreign policy of Brazil and affirming that it should be supported by all progressive forces of this country, he can not see how closer ties with Western Europe could be consistent, at this time, with the concept of an independent foreign policy.

LE PRÉSENT ET L'AVENIR DES RELATIONS ENTRE LE BRÉSIL ET L'AFRIQUE

II

Em continuation à son article antérieur sur le même sujet, M. José Honório Rodrigues, ancien professeur à notre Académie de Diplomatie et commentateur des problèmes internationaux, poursuit ici l'analyse des attitudes officielles envers l'Afrique et les situations oui ont permis le développement de notre politique extérieure par rapport à ce continent.

Il commence par dire que, malgré notre intérêt apparent pour l'Afrique, notre politique extérieure africaine a été plus que timide et que, jusqu'au gouvernement de M. Janio Quadros elle a été même un allié passif des puissances colonialistes. Il explique que l'Opération Panaméricaine de M. Juscelino Kubitschek, par exemple, avait, entre autres, pour effet celui d'effacer ce qu'il considère le phenomène le plus important du processus historique mondiale de la période 1958--1960: l'émancipation de l'Afrique. Poursuivant la description des erreurs de l'ancienne politique extérieure, l'auteur affirme qu'elle a révélée sa véritable tendance par notre vote aux Nations Unies, d'accord avec les ambitions colonialistes, se soumettant surtout à la pression des Portugais, quoique dans quelques circonstances une position équivoque, ce qui explique quelquefois notre abstention de vote en faveur des puissances colonialistes. En suite, M. José Honório Rodrigues dit que ce genre de politique ne représente qu'un certain type de mentalité dominant notre diplomatie de cette période — une méntalité très éloignée de notre réalité et plus convenable aux intérêts de l'impérialisme anglais ou français. Pendant le gouvernement de M. Janio Quadros, le Brésil s'est détourné de cette orientation humiliante et initia une période nouvelle marquée par la liberté d'action limitée, action limitée à cause des pressions internes et externes s'exerçant encore sur le gouvernement. En d'autres mots, le processus historique en évolution a donné lieu à un changement correspondant dans nos objetifs et méthodes de politique extérieure. Mais comme il nous fait comprendre plus loin, les contradictions existent encore et dépendent des oscilations de notre position diplomatique. Raisonnant à la longue, et faisant mention à des récits détaillés, il cite un rapport préparé par le Ministère des Affaires Étrangères sur le continent africain, sous la demande de l'ancien Président Quadros, rapport dont la plupart des imperfections sont dues à l'extrême préoccupation de notre diplomatie de maintenir le secret de ses documents. Dans l'opinion de M. José Honório Rodrigues il y a une mesure importante que le Brésil doit adopter: la modification radicale de sa position aux Nations Unies, en ce qui concerne le colonialisme, et une fois cette modification accomplie, l'étape suivante serait notre autonomie d'une artificielle communauté brésilienne-portugaise, qui ne bénéficie que les intérêts du régime de Salazar. Faisant la critique de beaucoup d'attitudes de la diplomatie brésilienne, il reconnait ailleurs que quelques attitudes positives ont provoqué un enorme choc émotionnelle sur certaines parties de nos élites sociales, justement sur celles les moins utiles à notre développement économique. En accusant un de nos Ministres des Affaires Étrangères par ses attitudes en faveur des Portugais, il mentionne les voyages fréquents que ce Ministre faisait à Lisbonne, comme preuve de ses affirmations, voyages entrepris sous le nom d'une fausse communauté portugaise, ce qu'il considère une fausseté,

car même s'il existait une telle communauté, le procedé devait être l'opposé, c'est-à-dire, les autorités portugaises, M. Oliveira Salazar y inclus, devraient nous faire une consultation. En plus, il nous rappelle un peu amèrement qu'en 1947, le Brésil appuya Portugal aux Nations Unies en défendant la thèse que les territoires portugais n'étaient pas de colonies et ainsi répetant la position qui nous avions adopté vis-à-vis de l'Algérie. Le fait prouve, ajoute-t-il, que nos représentants dans cet organisme international, même ceux appartenant au Congrès Brésilien insistaient en considérer la thèse anticolonialiste comme un simple instrument des groupes communistes organisés et leurs adhérents, et pour baser son opinion sur des faits, il fait allusion à notre opposition aux Nayions Unies à l'établissement d'une période limitée pour l'indépendance des colonies portugaises. Et il nous éclaircit que, malgré la protestation de quelques voix à la Chambre des Députés à propos de cette ligne d'action de notre diplomatie, à ce moment-là, l'artificielle position de notre pensée officelle a été forcé par les évenements, après la Conférence d'Acra, à se dépouiller de ses phrases fantaisistes et à réconsidérer sa route politique. En effet, cette politique continuerait immuable jusqu'à la présidence de M. Quadros, quando il changerait son orientation, comme on a déjà dit, maiantenue par le Gouvernement actuel, malgré cette position délicate vis-à-vis du colonialisme portugais, démontré par les candides interventions de notre délégation aux Nations Unies, essayant d'appeler à la raison le dictateur portugais et à le convaincre à libérer Angola pacifiquement. "Au moment où l'appel brésilien se produisait, la délégation portugaise s'est rétirée, en laissant notre délégué parlant pour les autres..." En même temps qu'il envisage l'évolution de notre politique africaine, avec élan il regrette ce qu'il pense ètre un regrès: l'absence d'une référence spécifique à notre politique africaine dans les documents fondamentaux de notre système parlementaire; ils condamnent simplement, dans des vagues mots, le colonialisme et sont d'accord avec la liquidation des résidus coloniales. L'auteur semble particulièrement surpris en face de l'idée d'un "retour à l'Europe", dont l'ancien Ministre des Affaires Étrangères San Thiago Dantas a parlé dans un de ses discours; à son avis, un tel "retour" semble extrêmement absurde à un moment où l'Europe Occidentale organise un système de tarif contre les produits primaires de l'Amérique Latine, laissant notre région dans une position commerciale difficile. Quoique faisant l'éloge, en général, de la nouvelle politique extérieure de ce pays, il ne peut pas comprendre comment l'établissement das liens plus étroits avec l'Europe Occidentale, maintenant, peut s'accomoder avec le concept d'une politique extérieure indépendante.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

José Antônio Mayobre

A década de 60 iniciou-se com o agravamento das tensões mundiais, o que levou os homens a pensarem na possibilidade de uma terceira guerra mundial, com aumento de despesas de armamento e mobilização da juventude para o serviço militar. A cidade de Berlim vem-se constituindo em principal foco dessa tensão; é claro, porém, que outras áreas de conflito (não menos importantes e mais difíceis de resolver que o problema da capital alemã) surgiram fora do continente na Ásia, na África e na América Latina.

Os complexos problemas existentes por trás do muro de Berlim são de natureza essencialmente política. Surgiram numa parte do mundo onde prevalece a prosperidade econômica, juntamente com um alto nível de cultura. Os conflitos, em outros continentes, provêm, principalmente, da luta desesperada, hoje muito ativa, dos povos empenhados em escapar ao pauperismo e à ignorância secular. Êsses conflitos não podem ser dirimidos através de acordos entre nações poderosas, nem por concessões territoriais, mas mediante uma batalha longa, difícil e dispendiosa contra fatôres numerosos de natureza crônica. As preocupações com o desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas da Terra, assumiram um aspecto técnico e começaram a atrair a cooperação internacional após a Segunda Guerra Mundial; estas preocupações passaram, agora, dos escritórios de pesquisas e das mesas de conferências para as lutas de rua e guerra locais, porém, violentas.

As massas... o próprio povo luta pela liberdade política, pelo bem-estar econômico, pelo direito à educação. A maneira

pela qual essas aspirações serão satisfeitas determinará, mais do que em qualquer outro setor, o futuro da humanidade.

Nos campos do Vietnam, nas aldeias da África, nas capitais da América Latina — essa batalha contra o subdesenvolvimento está-se tornando cada vez mais violenta. E compete aos homens que amam a Paz e a Liberdade, transformarem a forma negativa dessa luta numa batalha, serena mas definida, pelo cultivo da terra, instalação de oficinas e estudo nas salas de aulas.

O fato mais animador e positivo do ano passado na esfera de nossas preocupações foi a cooperação iniciada entre a América Latina e os Estados Unidos da América para a luta contra o subdesenvolvimento. Pela primeira vez, os Governos de um continente reuniram-se para planejar uma ação firme e decisiva com o fim de promover o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais de tôda uma área do mundo com mais de 200 milhões de habitantes e uma renda média *per capita* de 200 dólares. Essa nova cooperação é fundamentada no compromisso por parte dos Governos latino-americanos de realizarem reformas econômicas de base, utilizando para isso seus recursos internos e a assistência técnica e financeira dos Estados Unidos da América.

Mas a luta pelo desenvolvimento é tão complexa, que logo surgem novos problemas e que fatôres, dantes raramente mencionados, apresentam-se em tôda sua significação. Desejo lembrar particularmente alguns dêsses fenômenos. Dois fatos existem na base dêsses problemas: em primeiro lugar, a necessidade de ação imediata — a natural impaciência dos povos e de seus líderes para que se comece a agir. É que agora compreendem que existe uma possibilidade concreta de fazer-se algo. Mas a falta de ação bem pode provocar decepções e até mesmo fracassos. Em segundo lugar, a oposição de interêsses em jôgo, de idéias preconcebidas, de tradições que, aberta ou sub-reptìciamente, consciente ou inconsciente, poderá frustrar a ação revolucionária contida numa verdadeira política de desenvolvimento.

Já houve quem dissesse (e é preciso repeti-lo sempre) que a principal responsabilidade de qualquer ação destinada a elevar o nível de vida de um povo subdesenvolvido cabe a êsse mesmo povo. Paul Hoffman demonstrou como a recuperação européia do após-guerra exigiu menos ajuda norte-americana do que os técnicos haviam estimado, graças ao entusiasmo e dedicação dos povos daquele continente na tarefa de reconstrução. Impõe-se aos países subdesenvolvidos semelhante disposição de ânimo. Faz-se para isso mister criar-se um clima de confiança e otimismo no seio de grandes parcelas da sociedade hoje cépticas ou que sentem o impacto da propaganda de má fé, destinada a fazê-las acreditar na ausência de solução democrática para os problemas dos países pobres.

Outros óbices que não se apresentaram na Europa constituem fortes barreiras ao nosso trabalho. Um dêles reside no analfabetismo e na falta de preparo técnico em grandes grupos da população. Outro, a que me desejo referir em particular reside na oposição de certos setores a reformas que lhes afetem os privilégios ou os lucros excessivos.

Uma das tarefas mais difíceis para os líderes da nova política, em alguns países, consiste em convencer ou compelir os grupos que auferem altas rendas a pagarem impostos mais razoáveis ou aceitarem uma justa distribuição das terras. Êsses grupos opõem-se tenazmente, nesses países, a quaisquer providências essenciais para o crescimento econômico, em bases satisfatórias de justiça social. Utilizam-se, às vêzes, para tanto, das elevadas que ocupam e outras, do poder que lhes conferem a propriedade e os meios de que dispõem para controlar a economia ou até mesmo auferir vantagem da oposição que alguns setores pobres da população apresentam a reformas necessárias, porém, impopulares.

Êsse tipo de oposição não parte apenas de grupos nacionais. Interêsses estrangeiros, que sempre gozaram de situação excepcionalmente privilegiada em suas atividades econômicas nos países subdesenvolvidos, agarram-se a um *statu quo* que não pode continuar por numerosas razões econômico-sociais. As aspirações de desenvolvimento geralmente cami-

nham de mãos dadas com um nacionalismo que pode, às vêzes, ser exagerado, mas que é, em si, sadio e justificado. A aspiração dessas nações de decidirem o próprio destino e ocuparem suas próprias posições econômico-chaves apresenta-se tanto ou mais poderosa quanto o desejo de melhorar seu nível de vida. Ignorando êsse truísmo e rejeitando medidas de reforma, certos interêsses atuantes não compatíveis com um nacionalismo racional podem constituir-se em tremenda barreira, não só para um melhor entendimento entre os povos de ideais comuns, mas também conduzir os países pouco desenvolvidos a soluções radicais.

Nesse particular, precisamos chegar depressa a uma definição clara. Não se trata de abrir as portas a confiscos e expropriações sem justa compensação... e muito menos a fechar as portas ou fazer restrições aos investimentos de capital privado nas nações subdesenvolvidas, pois êstes continuarão a ser um dos mais importantes fatôres da criação de capital nos países subdesenvolvidos. Mas o direito de cada nação desenvolver sua economia e sua vida social conforme julgar conveniente terá que ser reconhecido e as medidas que cada uma tomar quanto à propriedade e à liderança econômica deverão ser aceitas com a natural limitação ao respeito pelos direitos alheios.

Medidas injustas e mesmo arbitrárias têm atingido o capital privado estrangeiro em alguns países subdesenvolvidos, de onde, como conseqüência, êsse capital se retirou. E, ainda, em outros países que desejavam novos investimentos e dêles necessitavam, êstes foram limitados, embora os países estivessem dispostos a chegar a têrmos razoáveis e favoráveis para ambas as partes. Por outro lado, tem causado irritação na massa popular a relutância de certos investidores em cederem terreno, concorrendo, assim, para o exacerbamento do sentimento nacionalista.

A despeito dessas dificuldades e mal-entendidos, é confortador observar que, na década de 1950-1960, os investimentos de capital privado estrangeiro, a longo prazo, em paí-

ses subdesenvolvidos aumentaram de 904 milhões de dólares nos primeiros cinco anos, para 1.625 milhões de dólares nos outros cinco. Mas teme-se que essa tendência venha a modificar-se no futuro, se a confiança do capital estrangeiro não fôr reforçada e não se der maior atenção àquilo que se poderia chamar de nacionalismo justificado. Por esta razão, além de maior espírito de compreensão voluntária, seria bom pensar-se numa espécie de acôrdo internacional que regulasse, de modo satisfatório, a relação entre o capital privado e os Governos que o acolhem e, bem assim, garantisse o devido respeito pelos direitos de ambos em casos de conflitos de interêsse.

Outro aspecto a que me desejo referir, êste, em linhas gerais, é o da necessidade de capital por parte dos países subdesenvolvidos. Êste assunto está assumindo cada vez maior importância prática e está sendo objeto de consideração nas altas esferas governamentais.

Nestes últimos anos, os estadistas e economistas chegaram a estimativas quanto às possíveis necessidades que os países menos desenvolvidos têm de capital estrangeiro — institucional, governamental ou privado — para atingirem um ritmo satisfatório de crescimento. Tôdas essas estimativas visam a uma modesta meta: um aumento de 2% na renda anual *per capita*, com relação à média de 1% durante os últimos dez anos. De acôrdo com êsses estudos, as necessidades anuais de capital estrangeiro são apresentadas, em algarismos redondos, de 5,5 a 7 bilhões de dólares. Se se considerar o fluxo corrente de capital, as novas necessidades anuais situar-se-iam entre dois e três e meio bilhões de dólares.

Ouso dizer que essas cifras são muito baixas. As estimativas abrangem apenas o chamado desenvolvimento de capital, isto é, o capital para investimentos de tipo econômico. Experiência recente provou que os investimentos de tipo social não podem ser esquecidos e, isso, tendo-se em vista numerosas razões que não precisam ser aqui mencionadas. Êsses investimentos de tipo social, mesmo com modestos objetivos, exigiriam enormes somas de dinheiro, a serem acrescentadas àque-

las destinadas a empreendimentos diretamente produtivos. Por outro lado, uma taxa de crescimento de 2% *per capita* já não pode ser considerada suficiente, na época atual. Os países do Atlântico Norte estabeleceram, recentemente, para si próprios, uma taxa de crescimento de 4% para a década atual. Uma taxa menor, aplicada a países subdesenvolvidos, serviria apenas para alargar a diferença de condições de vida entre povos ricos e povos pobres, com graves conseqüências para a harmonia internacional.

No programa da Aliança para o Progresso, pode-se ver como êsses fatôres devem ser levados em consideração, quando se tratar da aplicação real dos programas. Vários objetivos de natureza social, tais como reforma agrária, luta contra o analfabetismo, elevação dos padrões de educação e higiene e melhores condições de habitação foram incorporados ao programa. Estabeleceu-se uma taxa mínima anual de crescimento econômico de 2,5% *per capita*, embora se considere muito baixa essa taxa com relação à maioria dos países interessados.

A contribuição do capital estrangeiro oriundo de tôdas as fontes foi estimada modestamente numa média mínima de 2 bilhões de dólares anuais. E, neste caso, devo também declarar que essa cifra pode ser insuficiente para a "decolagem", pelo menos nas primeiras fases do programa em seus aspectos econômicos e psicológicos, de modo que seja assegurado ao seu início bastante fôrça própria para vencer a inércia e ir adiante.

Convém não esquecer que o programa para a América Latina abrange apenas duzentos milhões de pessoas de um bilhão e duzentos e cinqüenta milhões que vivem nos países subdesenvolvidos e que a média de renda *per capita* neste continente é mais alta do que na Ásia e na África.

Outro exemplo prático da necessidade de capital está no terceiro plano qüinqüenal da Índia para 1961-1966. Para um

aumento da renda *per capita* de 3%, a assistência estrangeira precisou de um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, ou sejam, mais oitocentos milhões de dólares do que necessitou para o segundo plano qüinqüenal.

A crescente pressão da luta contra o subdesenvolvimento e suas conseqüentes implicações políticas exigem ação ainda mais corajosa e contribuições muito maiores por parte dos países industrializados e, ao mesmo tempo, decisões precisas por parte dos próprios países subdesenvolvidos sôbre as transformações de estrutura a serem realizadas para tornar possível a mudança.

Para isso, o desarmamento oferece as maiores possibilidades. Se as despesas com exércitos e materiais bélicos forem aparadas, maiores fundos ficarão disponíveis para o desenvolvimento econômico, sem que se exijam maiores sacrifícios dos contrbuintes nos países industrializados. Demais, bastará uma pequena parcela de dinheiro poupado com o desarmamento para atender às necessidades de um programa audacioso de desenvolvimento nas áreas pobres do mundo. Ao mesmo tempo, poder-se-ão reservar quantias muito maiores para o progresso material e intelectual e para elevar o poder aquisitivo dos povos nas nações mais ricas.

Segundo estimativas preliminares feitas pelo Professor Leontief, numa pesquisa ainda não divulgada, se fôssem aplicados nos países subdesenvolvidos apenas onze dos cento e vinte bilhões de dólares gastos todos os anos em defesa e armas (ou sejam, menos de 10%) poder-se-ia prever uma taxa de crescimento de mais de 5%.

Estamos aqui apenas no terreno das hipóteses, mas os dados usados para a estimativa são os mais próximos da realidade que se podem encontrar, nas fontes de informações existentes. O desarmamento é, pois, a esperança máxima dos países subdesenvolvidos para melhorarem suas condiçeõs de vida.

Não poderia encerrar êste exame dos problemas sem uma ligeira menção à necessidade de se procurar a solução de outro

problema — as condições dos mercados mundiais de matérias-primas e gêneros alimentícios, que constituem o grosso das exportações dos países subdesenvolvidos. Parece que, quanto a isso, estamos no ano decisivo. A consolidação do Mercado Comum Europeu e a nova política comercial proposta pelo Presidente Kennedy para os Estados Unidos implicarão em profundas modificações nas relações comerciais internacionais.

A fim de que sejam satisfatórias para todos os interessados, essas modificações terão de ser realizadas, tendo-se em consideração a posição desfavorável imposta durante êstes últimos anos, nos têrmos do comércio das nações exportadoras de produtos primários e a ameaça suspensa sôbre alguns países, de perderem seus principais mercados, caso consolidem os grandes blocos protecionistas e discriminatórios.

Um amplo mercado e preços razoáveis para suas exportações constituem a base mais sólida para o bem-estar e o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. A ajuda estrangeira só poderá ser um complemento para a renda normal derivada da produção e do comércio e, de forma alguma, pode substituir as fontes de renda em diminuição e o baixo poder aquisitivo resultante da queda das exportações e dos preços.

Paul Hoffman declarou que os países subdesenvolvidos perderam dois bilhões de dólares, desde meados de 1957 até meados de 1958, em conseqüência da queda dos preços das suas exportações. Essa cifra é equivalente aos empréstimos feitos pelo Banco Mundial, em seis anos, nos níveis do período 1957-58. Oitenta e sete países receberam, em 1960, trinta e três bilhões de dólares pela exportação de matérias-primas e importaram trinta e sete bilhões em mercadorias. Estimativas abalizadas indicam que as necessidades de importação dêsses países, com um ritmo de desenvolvimento de 2% por ano, seriam de cêrca de 44 bilhões de dólares por ano, na década corrente. A renda dos países exportadores de matérias-primas teria que crescer em mais de 30% para cobrir os *deficits* atuais e futuros. Qualquer *deficit* abaixo dêsse objetivo signi-

ficaria uma lamentável interrupção no desenvolvimento e na estabilidade de tais países. De outra forma, o *deficit* teria que ser coberto pela ajuda estrangeira. Trata-se de um problema de comércio exterior de países subdesenvolvidos.

A atitude firme que parece ter sido tomada neste particular pelo Govêrno dos Estados Unidos e pela Europa deve tornar-se uma oportunidade para que se procure uma solução satisfatória para êsse problema, que tem sido assunto de valiosas recomendações por parte das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos e numerosos outros organismos internacionais.

* * *

NEW EXPERIENCES IN DEVELOPMENT POLICIES

In this article Mr. José Antonio Mayobre, President of the Society for International Development, comments on the world tension, intensified in the present decade, he affirms, and leading to ever-increasing expenses for military purpose. The nuclear race, in the perspective of a third world war, as well as the irruption of internal conflicts in many nations absorb budgets and divert efforts that otherwise might have a productive employment. To turn these tensions and resources into adequate channels of promoting economic development should be the task of all peace-loving countries — and this is principally true in the case of less developed countries, where tensions generally derive from economic crisis, whereas in the developed countries, they are, by and large, of a political nature. In this connection, the author observes that one of the most promising and positive facts has been the reformulation of the economic cooperation between Brazil and the United States. He stresses that, for the first time, the governments of a continent have assembled to plan and coordinate the economic growth and the improvement of the social conditions of a regional area where, more than 200 millions inhabitants live, with a *per-capita* income of two hundreds dollars. After having called our attention to the complexity of the development effort, he underlines that, from this complexity, two things stand out: a) — it calls for immediate action; b) — one has to cope with the opposition of interested groups and of a deeprooted tradition, which will try to hamper the revolutionary action demanded by a true policy of development.

It is one of the most firm beliefs of Mr. Mayobre, however, that the main responsability for the development rests with the less developed countries themselves, and among other things, it is not less important the frame of mind of the populations concerned, which should turn away from the biased idea that there is no democratic solution to the poor countries. Other barriers economic planners will be confronted with are: illiteracy and lack of technical skill, coupled with the not-too-often emphasised resistance to social change, by high income groups, in many cases closely associated with foreign interests, these as incapable as the former to renounce their economic *status* and previleges. And Mr. Mayobre makes clear another point: the social reforms to be carried out have nothing to do with confiscations, without a fair compensation or with closing the door to foreign investments. But, he adds, that the right of each country to promote its own development and social progress, as it sees fit, should be preserved. Next, he says that, unfortunalety, in some of these countries unreasonable steps have been taken against foreign capital, thus making difficult future investments; he goes on to affirm that this circunstance, together with the decision of some foreign investors to remain inflexible, in relation to their economic principles, will not add less to the general misunderstanding or will contribute to calm down oversensitive nationalistic feelings. Despite these hindrances, in the road of development, the author takes an optmistical view on the long-term investments pace of foreign capital, in less developed countries, in the 1950-1960 period, totalling an amount of 940 millions of dollars, in the first five years and increasing to 1.625 in the next five. Yet he considers very low the ciphers of 5,5 to 7 billions of dollars judged sufficient, in a recent estimate by economists and statemen, with a view to bring about a ten per cent increase in the *per capita* income in less developed nations, in relation to the one per cent increase of these last ten years, in the space of one year. Actually, should the present rates prevail, he informs, the yearly amount of capital needed would remain around 5,5 or 7 billions of dollars. The author then explains that these calculations did not take into account but the so called capital development, that is, capital for economic investments. But recent experience has shown that social overhead investments can not be overlooked; besides the fact the North Atlantic countries set for themselves the development rate of 4%, for the present decade, can not be underestimated either. At this point, Mr. Mayobre alludes to the "Alliance for the Progress", which he recognises has given adequate consideration in its plans to social problems, although it has established a development rate of 2,5% per capita, insufficient to most countries concerned. The same way the contribution of foreign capital in a total of 2 billions of dollars per year may not be sufficient, at least at the first stages of the programme for the economic take-off. Mentioning briefly the

case of India, where the five-year plan, to move ahead toward a 3% *per capita* income increase had to depend on investments of one billions and four hundred millions of dollars, more eight hundred millions of dollars than it was needed for the second five-year plan, he advances that the battle against underdevelopment demand bigger and bigger contributions from industrialized nations. Reasoning along these general lines, the author declares that a great increase in foreign financial aid to less developed countries would be possible by cutting down armies and war industries expenses. Quoting Professor Leontief, from a research still to be published, he informs that a ten per cent cut would permit an investment of eleven billion of dollars out of a total of one hundred and twenty billions of dollars tied up every year with defence and weapons. Finally, before concluding, Mr. Mayobre reveals his aprehension with the development of international commerce in our days, particularly with the discriminatory policies taking course, which represent a true threaten to the economic situation of many less developed nations, already facing big drops in prices of raw materials exports and expects that a succesful solution will be worked out by cooperative efforts of the United States and of Europe to meet this challenge.

NOUVELLES EXPÉRIENCES SUR LES POLITIQUES DE DÉVELOPPEMENT

Dans cet article, M. José Antonio Mayobre, Président de la Société pour le Développement International, commente la tension mondiale, intensifiée au cours de cette décade, affirme-t-il, menant, à de dépenses toujours croissantes à cause des objetifs militaires. La compétition nucléaire, antécipant une troisième guerre mondiale, aussi bien que l'irruption de conflits internes en plusieurs nations absorbe les budgets et détourne des efforts qui pourraient avoir un emploi productif. Pour diriger ces tensions et ces ressources sur des voies convenables au développement économic, voilà la tâche de tous les pays amaint la paix — ce qui est particulièrement vrai, dans le cas des pays moins développés, où en général les tensions découlent des crises économiques, tandis que dans les pays développés elles sont essentiellement politiques. À ce propos, l'auteur observe qu'un des faits le plus stimulant et positif a été la reformulation de la coopération économique entre le Brésil et les États-Unis. Il souligne que, pour la première fois, les gouvernements d'un continent se sont réunis pour établir un plan pour le développement économique et l'amélioration des conditions sociales d'une région où vivent plus de 200 millions d'individus, ayant un revenu de 200 dollares *per capita*. Après attirer notre

attention sur la complexité de l'effort pour le développement, il accentue que, de cette complexité deux points doivent être signalés: a) il est nécessaire une action immédiate; b) il faut faire face à l'opposition des groupes de pression et à une tradition profondément enracinée qui essaieront d'empêcher l'action révoluctionnaire exigée par une politique de développement économique. Cependant Mayobre croit fermement que la grande responsabilité du développement appartient aux pays moins développés et la mentalité même des populations intéressées joue un rôle non moins important, puisqu'il faudrait écarter l'idée d'impossibilité d'une solution démocratique pour les pays pauvres. D'autres obstacles s'opposent à un plan de développement: analphabétisme et défaut de téchniciens, sans parler d'une visible résistance à une transformation sociale, résistance dressée par les groupes les mieux favorisés, maintes fois liés aux intérêts étrangers, tous les deux défandant leurs *status* économiques et leurs privilèges. Et. M. Mayobre nous éclaircit sur un autre point: les réformes sociales à être entreprises n'ont rien à voir avec des confiscations, sans une juste compensation ou avec le refus de l'investissement étranger. Mais, il ajoute, le droit de chaque pays à entreprendre son propre développement économique et sociale doit être préservé. Ensuite, il dit que malheureusement dans plusieurs de ces pays des mesures déraisonnables contre le capital étranger ont été adoptées, cendant ainsi difficile des futurs investissements; il contribue en affirmant que cette circonstance en même temps que l'inflexibilité de quelques capitalistes étrangers par rapport à leurs principes économiques n'a joutera qu'à l'incompréhension générale et ne contribuera pas à calmer l'hypersensibilité des sentiments nationalistes. Malgré ces obstacles dans le procéssus du développement, l'auteur voit avec optimisme le flux d'investissement étranger, à long délai, qui chercha les pays moins développés, dans la période 1950-1960, touchant un total de 940 millions de dollars aux premiers cinq ans et augmentant pour 1.625 dans les cinq années suivantes. Pourtant il considère insignifiants les chiffres de 5,5 et 7 billions de dollars jugés suffisants, dans une récente évaluation réalisée par des économistes et hommes d'État, à produire une augmentation de 10% dans la rente *per capita* des nations moins développées au cours d'une année par rapport à l'augmentation de 1% des derniers dix ans. En effect, si les taux actuels se maintiennent, chaque année le capital demandé se fixera autour de 5,5 ou 7 billions. L'auteur alors explique que ces évaluations ne prennent pas en considération ce qu'on appelle développement de capital, c'est-à-dire capital pour investissements économiques. Mais l'expérience récente nous a montré que des investissements sociaux exagérés ne peuvent pas être dominés; en outre le fait d'avoir les pays de l'Atlantique Nord fixé pour eux-même le taux de développement à 4%, pour cette décade, ne peut pas aussi être dédaigné. À ce moment, M. Mayobre mentionne "L'Alliance pour

le Progrès" qu'il reconnaît avoir donné la nécessaire considération aux problèmes sociaux, quoique elle ait établit un taux de développement de 2,5% *per capita*, insuffisant à la plupart des pays en question. De la même façon, la contribution du capital étranger dans un total de 2 billions de dollars chaque année peut ne pas être suffisant au moins pour les premières phases du programme pour le *take-off* économique. Mentionnant en passant le cas de l'India, où le plan quinquennal pour élever à 3% la rente *per capita* aurait à dépendre des investissements d'un billion et quatre cents millions de dollars, huit cent millions de dollars en plus de ce qui a été demandé par le second plan quinquennal, il dit que la bataille contre le sous-développement exige de plus en plus des contributions des pays industrialisés. Ainsi raisonnant, l'auteur déclare qu'une grande augmentation de l'aide financier étranger aux pays moins développés serait possible en éliminant les dépenses avec les armées et les industries de guerre: citant le Professeur Leontief, d'après une recherche dont les résultats seront publiés prochainement, il révèle qu'une réduction de 10% permettrait un investissement de 11 billions rétirés de 120 billions de dollars chaque année dépensés avec défense et armement. Avant sa conclusion, M. Mayobre nous révèle son apréhension à propos du développement du commerce international d'aujourd'hui, particulièrement avec les politiques de discrimination employées maintenant, ce qui représente une veritable menace pour la situation économique de beaucoup de pays moins développés, dèjà affectées par la chute des prix des exportations de matières premières et espère qu'une solution heureuse soit atteint par les efforts réunis des États-Unis et de l'Europe par rapport au problème.

O NEUTRALISMO IUGOSLAVO *

Philippe Aubert De La Rue

As opiniões podem divergir sôbre os resultados práticos, a longo prazo, da Conferência de Belgrado, denominada dos não engajados. A reunião de setembro de 1961, a primeira de tal importância em território iugoslavo implicou em todo caso, ainda que temporàriamente, em um aumento considerável de prestígio iugoslavo. Por outro lado, a conferência pôs em evidência o caráter extremamente variável — alguns dirão ondulante — da política exterior iugoslava. A atitude da Iugoslávia durante a conferência — menos, aliás, do que sua intransigência, històricamente explicável, sôbre o problema alemão, do que seu desejo patente de endossar outra medida pró-soviética — decepcionou, exasperou ou até mesmo irritou os aliados ocidentais. Dêste modo, o Presidente Kennedy manifestou a intenção de reexaminar os têrmos da assistência que os Estados Unidos haviam considerado conceder a Belgrado em futuro próximo. Mas teria diminuído, igualmente, a indiferença mais ou menos acentuada que os países do Leste, seguindo o exemplo de Moscou, continuam a testemunhar à Iugoslávia? Não se percebe, até ao presente, quaisquer indícios neste sentido, mesmo que se faça abstração da posição doutrinária sempre irredutível dos ultras do bloco soviético — a China e a Albânia — ao titismo de Belgrado.

Arriscar-se-á a Iugoslávia, à fôrça de praticar o não engajamento, "sentar-se entre duas cadeiras", e, vislumbrando as coisas sob o prisma das grandes potências, descontentar uns

---

(*) Artigo traduzido com autorização do autor de "Politique Etrangère", publicação do "Centre d'Etudes de Politique Etrangère", n.º 4, 1961 — Paris, França.

sem satisfazer outros? Ou se assistirá, ao contrário, a uma equidistância sábia e voluntária? Para estudar mais a fundo o comportamento iugoslavo, faz-se indispensável, antes de tudo, delimitar a noção de "coexistência ativa", fundamento conceitual sôbre o qual se apóia a política exterior da Iugoslávia: é a síntese ou racionalização dos imperativos diversos que o Govêrno de Belgrado deve levar em consideração.

"Nossa concepção da coexistência" — disse o Marechal Tito, que procurou, repetidas vêzes, defini-la — "significa, por um lado, a possibilidade e a necessidade da existência comum de Estados que apresentam sistemas políticos e sociais diferentes e, por outro, a reafirmação do direito de qualquer país a organizar-se e desenvolver-se, da forma que melhor entender e preferir [1]. Transposta para o plano internacional, a coexistência significa, portanto, o não alinhamento, nos campos do Ocidente e do Leste, uma atitude que, segundo os porta-vozes iugoslavos, atende, não sòmente aos interêsses dos seus países, mas, do mesmo modo, à paz mundial, favorecendo a boa vizinhança e as relações pacíficas de países cujos métodos e regimes diferem.

Esta característica reclama, imediatamente, dois corretivos. O não engajamento (ou neutralismo no sentido de não participação em blocos ou alianças) não significa — os iugoslavos costumam sublinhar — neutralidade (no sentido de renúncia a tôda tomada de posição concreta). A Iugoslávia não é, pois, neutra a respeito dos grandes problemas internacionais [2]. Ela considera-se perfeitamente capaz de fazer valer sua opinião em tal ou qual questão (por exemplo, o Congo, Bizerta), não sòmente em um plano platônico, mas também no terreno prático. Não hesita o país, considerado

---

1. Citado em "A concepção iugoslava da coexistência" de Joze Smole, edição francesa, Belgrado 1961, p. 33. Smole é redator-chefe do jornal iugoslavo "Borba".

2. Ibid. p. 34. Os iugoslavos preferem o têrmo coexistência a neutralismo.

o caso, em adotar uma atitude categórica, sem se deixar manobrar pelas grandes potências (sobretudo se são ocidentais) e mesmo que se trate de assuntos em que seus interêsses não estejam diretamente em jôgo.

Por outro lado, a Iugoslávia desmentiu sempre que aspirasse à constituição de um "terceiro bloco". Os iugoslavos reconhecem, explìcitamente, a heterogeneidade dos países não engajados, "êste verdadeiro mosaico[3] social, geográfico e político. Suas ambições limitam-se, pois, a estimular os "não alinhados" (na prática os afro-asiáticos) a sincronizar suas atitudes e a reforçar sua posição no plano internacional, notadamente na O.N.U., onde a importância numérica do Terceiro Mundo pesa muito nos votos. Naturalmente, a Iugoslávia não perde oportunidade de aumentar seu incontestável prestígio entre os Estados, não engajados, como demonstram a Conferência de Belgrado e as viagens que o Marechal Tito empreendeu por iniciativa própria ao vasto Terceiro Mundo.

Concebida nestes têrmos, a política iugoslava não carece de lógica. Por conseqüência, quando se analisa as declarações governamentais ou os comentários que lhe são consagrados na Iugoslávia, experimenta-se um certo mal-estar porque dão a impressão de serem um pouco vagas; por louváveis que sejam seus fins, parecem impregnados de um certo irrealismo. Depois, quer se considere a vida social, no plano internacional ou nacional, verifica-se, sempre, a existência de entidades desiguais em importância, em poder, em responsabilidade. A adição dos pequenos ou mesmo dos médios resulta, geralmente, por motivo da falta de heterogenidade, em uma soma e não em uma integração. E qualquer construção política que quisesse escamotear da vida internacional os efeitos da inevitável estrutura hierarquizada se perderia no vazio.

Os próprios iugoslavos sentem a necessidade de se defenderem contra a acusação de serem "idealistas incorrigíveis

---

3. Discurso pronunciado pelo Presidente Tito, a 4 de julho de 1961, em Titovo Uzice, edição francesa, Belgrado, 1961, p. 18.

que não levam em conta as realidades do mundo atual"[4]. O próprio Marechal Tito declarava recentemente: "Pergunta-se freqüentemente: êstes iugoslavos, cujo país é pequeno e cuja fôrça econômica não é particularmente grande, por quê bancam os importantes e se metem em tudo?"[5]. O Presidente da R.F.P.Y.[6] fazia alusão, aí, à mediocridade das dimensões geográficas e econômicas. Na realidade, a Iugoslávia sobrepassa em superfície (255 770 km²) a República Federal da Alemanha e é o maior dos Estados balcânicos (seguida, de perto, da Romênia), mas não atinge, nem em população, nem em superfície, (255 870 km²) um Estado médio como a Polônia. Comprimida entre a Itália e a Grécia, membros da O.T.A.N., de um lado, a Hungria, a Romênia e a Bulgária, do outro, que aderiram ao Pacto de Varsóvia, sua posição estratégica não é nada confortável. A planificação prevê para o futuro uma estrutura relativamente equilibrada, meio industrial, meio agrícola. Porém, nem sempre é assim. A população que contará nos próximos anos cêrca de 20 milhões de habitantes (hoje 18 milhões e meio) apresenta, além de sua diversidade nacional, grandes disparidades de desenvolvimento. Apesar dos grandes esforços e das impressionantes realizações em matéria de instrução pública, está ainda longe de responder às exigências de exatidão e de rendimento que a economia moderna reclama. Poderia, aliás, o país estar em situação diferente, considerado o baixo nível de vida a partir do qual a Iugoslávia, devastada pela guerra, tendo sofrido enormes perdas humanas, teve, a partir de 1945, de reconstruir sua existência? Ainda hoje, pela insuficiência de sua produtividade agrícola e industrial, e aproveitamento dos seus recursos, da deficiência de seus transportes (que acentua a divisão geográfica) ela é um país subdesenvolvido.

4. Smole, op. cit. p. 10.

5. Discurso pronunciado, em Belgrado, a 7 de abril de 1961, versão francesa, Belgrado, 1961.

6. Abreviação oficial para: República Federativa Popular da Iugoslávia.

Essa constatação não minimiza, de resto, nem o dinamismo construtivo, — mas algumas vêzes inconseqüente, perceptível em todo o país, — nem os grandes progressos realizados desde que a Iugoslávia descentralizou, a partir de 1950, sua administração econômica, liberalizou, parcialmente, seu comércio exterior e concedeu às emprêsas uma certa autonomia.

A fraqueza econômica da Iugoslávia manifesta-se, também, atualmente, no déficit crônico de sua balança comercial. Reside, aí, um ponto particularmente fraco de sua posição internacional. As potências estrangeiras sentem-se muito tentadas a tirar partido dessa situação para fazer pressão sôbre Belgrado. As exportações iugoslavas atingiram em valor, durante os últimos cinco anos, apenas de 70% a 80% das importações [7]. Por um período ainda indeterminado [8], a República Federativa da Iugoslávia não poderá exportar o suficiente para cobrir suas necessidades de importação, sobretudo a produção agrícola nacional, que ainda não satisfaz o consumo interno. Esta vulnerabilidade prejudica, naturalmente, de modo bastante significativo, sua política de não compromissamento. É verdade que o Govêrno de Belgrado soube e saberá, sem dúvida nenhuma, remediar de futuro êsse estado de coisas, extraindo, hàbilmente, vantagens do antagonismo Leste — Oeste. Mas a precariedade da situação econômica da Iugoslávia restringe sua liberdade de ação e sua influência internacional. Minimiza, necessàriamente, a irradiação ideológica que possa resultar da experiência social e econômica iugoslava, ou, se se quiser, o titismo. Os grandes antagonistas da República Federativa Iugoslava podem, assim, numa certa medida, considerá-la uma quantidade negligenciável.

Chegamos, enfim, às complexas relações entre a Iugoslávia e o conjunto dos Estados comunistas. Estas não se

7. "Pequeno Manual de Estatística da Iugoslávia", Belgrado, 1961 p. 61.

8. Cf. Milutin Bogoslavijevic, "A economia iugoslava", Belgrado 1961, p. 105.

encontram mais na fase das oscilações violentas e sensacionais que caracterizaram o período 1948-1955. Agora, não mais existem rompimentos dramáticos ou tentativas espetaculares de reconciliação. Mas se foram considerados, ao mesmo tempo, os planos estatais e ideológicos, que não podem ser permanentemente separados, como compartimentos estanques, essas relações continuam aparentemente tranqüilas mas difíceis. Elas se apresentam, hoje, de uma correção disfarçada em cordialidade, no caso da Polônia, a uma reserva distante de parte da U.R.S.S., temperada, é verdade, pelo fato de que Belgrado esposa, freqüentemente, os pontos de vista de Moscou, no que se refere aos grandes problemas internacionais, como a questão alemã. As relações econômicas, são, presentemente, normais, sem atingir, nem de longe, a intensidade das existentes entre a Iugoslávia e os países ocidentais. Mas a U.R.S.S. e a República Democrática da Alemanha são clientes comerciais importantes da República Popular Federativa da Iugoslávia. Muito ao contrário, a Albânia, uma das nações extremistas do bloco oriental, possui cêrca de 500 km de fronteiras comuns com a Iugoslávia; esta proximidade dá lugar a intermináveis conflitos de fronteira que poderão tomar um aspecto mais sério, levando-se em consideração a existência de uma grande minoria albanesa na Iugoslávia.

É uma animosidade permanente, mas variável em suas manifestações, assinalada, de vez em quando, pelo desencadeamento de novas polêmicas, que caracterizam as relações ideológicas entre a Iugoslávia e os países do Leste e que se desenvolvem no plano dos partidos comunistas. É verdade que as violentas controvérsias que tiveram lugar há alguns anos entre a República Popular da China e a Iugoslávia [9] passaram a ocupar plano secundário. Mas jamais deixou de ser contestada a legitimidade da posição doutrinária iugos-

9. Cf. o livro de E. Kardelj, "O socialismo e a guerra", edição russa, Belgrado, 1960.

lava, segundo a qual as entidades nacionais, diferem em suas condições particulares, e seguem, necessàriamente, uma evolução individual para o socialismo, podendo, por isso, curvarem-se à direção ou à coordenação de um poder central exterior, superposto. O projeto do programa (publicado em julho de 1961) submetido ao XXII Congresso do Partido Comunista Soviético, condena, explìcitamente, o "revisionismo" iugoslavo de "minar os fundamentos do internacionalismo proletário e de levar ao nacionalismo"[10]. É forçoso convir em que os iugoslavos lançaram a luva abertamente. Não se consideram êles os verdadeiros depositários do marxismo-leninismo? Não declaram êles ser os primeiros a ter pôsto em prática, em seu sistema de autogestão, isto é, de descentralização econômica, o princípio do desaparecimento progressivo do Estado? Para os que sustentam um marxismo ortodoxo e obediente aos soviéticos, os iugoslavos permanecem, pelo contrário, os heréticos e traidores da causa comum. Como estranhar que essas dissensões fundamentais envenenem, sempre, a atmosfera geral das relações entre a República Federativa Popular da Iugoslávia e os países do Leste, não obstante a tentativa ou a ficção mútuas de manterem relações interestatais corretas?

Por mais profundo que seja o conflito doutrinário soviético-iugoslavo, não devem ser desprezados, aqui, os antagonismos históricos subjacentes. A história objetiva e completa das relações entre a U.R.S.S. e a Iugoslávia ainda não foi escrita[11]. A crise e o rompimento de 1948 entre os dois países foi, na realidade, um choque entre dirigentes iugoslavos e moscovitas, latente desde o início do movimento comunista de libertação (1941) na Iugoslávia e, pouco a pouco, passou a assumir um caráter irredutível. Tito e seus cama-

10. Tradução inglêsa *in extenso* publicada, no New York Times, Paris 2-8-61.

11. Para uma observação conjunta cf: "A documentação francesa", n.os 2553, 2569 NED e: Ernst Halperin, "Der siegreiche Ketzer", Colônia, 1957. Halperin foi correspondente da *Neue Zurcher Zeitung* em Belgrado.

radas, que se haviam tornado conscientes da sua fôrça, perseguiram, antes de tudo, a consolidação, depois a extensão dos seus poderes, no plano estritamente nacional e, para isto, encontraram apoio no patriotismo instintivamente xenófobo da população. Os soviéticos, pelo contrário, encaravam o problema, sob outro ângulo, pois para êles a Iugoslávia constituía um setor, entre vários outros, da população européia e julgavam um imperativo fundamental manter a unidade de ação e doutrina dos partidos comunistas nacionais. É de se recordar, também, que Stalin contra-atacou e tentou, por várias vêzes, impedir iniciativas individuais iugoslavas, como, por exemplo, a do apoio aos rebeldes comunistas da Grécia (1955-1958) ou os grandes projetos de federação entre a Iugoslávia e a Bulgária, pedra de toque do rompimento de 1948. Não é esta a oportunidade de historiar as peripécias da luta entre Moscou e Belgrado, a tentativa estalinista de manter sob contrôle os comunistas iugoslavos e a resistência dêstes últimos. Mas é importante extrair dêsses fatos uma característica, que ainda hoje determina o clima das relações entre a Iugoslávia e os Estados comunistas, e, em primeiro lugar, a U.R.S.S. Com um pouco de oportunidade, Tito e seu grupo acabariam por triunfar das tentativas de penetração soviética e sua sorte foi poder tirar partido da tensão Leste — Oeste. É de resto notável que a Rússia jamais haja conseguido, no curso da História, não obstante todos os seus esforços, exercer uma preponderância real e permanente nas regiões que integram a Iugoslávia de hoje. O isolamento, as dificuldades relativas de acesso, o parcelamento geográfico e étnico do país, do mesmo modo que as situações internacionais desfavoráveis contribuíram, sempre, para impedi-lo. A Rússia Soviética não parece haver tido mais *chance* a êsse respeito do que a Rússia dos Czares. O sentimento nacional das populações iugoslavas, exacerbado, enraizado num particularismo local e quase tribal e o fator pessoal, particularmente vigoroso entre os comunistas iugoslavos, sentiram-se feridos e prevaleceram, finalmente, contra a uniformidade

ideológica impessoal do sistema soviético, principalmente do estalinista.

É surpreendente, pois, que, não obstante os antagonismos históricos e ideológicos, a Iugoslávia permaneça no seu comportamento exterior, bàsicamente vinculada à doutrina comunista, à qual não cessa de fazer objeções. Seus teóricos esforçam-se, constantemente, para demonstrar o acêrto dos fundamentos e do conformismo marxista do sistema econômico-social iugoslavo. Segundo êles, no regime soviético, não no iugoslavo, continuam a subsistir os erros do estalinismo burocrático e doutrinário que se afastou do ideal comunista. Por conseqüência, deve-se ver nas concepções iugoslavas, menos uma criação original do que uma justificação teórica *a posteriori* das medidas de descentralização das emprêsas e da administração que o Govêrno de Belgrado se viu forçado a fazer, nos anos de 1950-53, para evitar uma catástrofe econômica que se pudesse transformar em desastre político [12]. Formada nas tradições soviéticas, a maioria dos quadros comunistas iugoslavos adaptou-se, todavia, à reviravolta ideológica e política da década de 50. A autoridade moral e política de Tito e de seus colaboradores, a disciplina rígida reinante no Partido Comunista iugoslavo (dissidentes como Djilas foram postos fora de combate, o mesmo ocorrendo com estalinistas ortodoxos) triunfaram das dúvidas e das hesitações. Mas o apêgo intelectual e afetivo às concepções tradicionais continua ainda vivo na geração antiga e média. Muitos esperaram, por muito tempo, ver a Iugoslávia fazer um reingresso, se possível triunfal, na órbita internacional comunista. Sabe-se que o próprio Tito, até há pouco tempo, acariciou a esperança de se ver considerado, no mundo comunista, como um sucessor de Lenine, um guia clarividente no caminho do socialismo. Abandonar, nestas con-

12. Cf. Drago Matkovic, "Die Arbeiterselbstverwaltung in Jugoslawien", em: Aussenpolitik 7-61, págs. 482-488 e "Zbigniew K. Brzezinski, "The Soviet Bloc" Cambridge (Mass.) 1960, págs. 185-6.

dições, por vontade consciente, o comportamento de um Estado comunista e formar fileira, no plano internacional, no quadro dos Estados chamados capitalistas, seria provocar, ainda hoje, o deslocamento ideológico e político do regime.

Há outra razão que é preciso considerar. Em seu discurso comemorativo do XX aniversário da insurreição iugoslava, a 4 de julho de 1961, o Presidente Tito reivindicava para seu partido o mérito da "criação de uma nova comunidade socialista organizada segundo o princípio federativo de uma comunidade de povos iguais em direito". Foi sob a égide do marxismo e debaixo da bota, — é preciso não esquecer — de uma ditadura então brutal e totalitária que a Iugoslávia reconstituiu, em 1945-46, após a libertação, sua existência estatal. O país estabeleceu, ao mesmo tempo, sua reformulação econômica sôbre bases — que se irão mostrar errôneas — de uma centralização forçada e de uma industrialização exagerada, que seus adversários soviéticos qualificaram mais tarde de megalomania. O Govêrno iugoslavo teve de bater em retirada, a partir de 1950, face aos desgastes resultantes dessa orientação. Permanece o fato de que os líderes e os quadros dirigentes hauriram no marxismo-leninismo seus conhecimentos econômicos e políticos: êles encontraram aí, acesso a uma solução federativa e construtiva dos problemas nacionais iugoslavos [13]. O federalismo permitiu integrar as diversas entidades nacionais ou étnicas em uma união ainda frágil, mas coerente. O partido — que não se denomina hoje apenas "Liga" — perdeu, no curso dos anos, em dinamismo e em violência. Mas exerce ainda agora, em face da estrutura nacional diversificada, uma função unificadora, responsável por um certo entusiasmo das massas e um enquadramento das elites demasiado independentes de origem sérvia, croata e macedônica etc. A fidelidade ao dogma marxista-leninista, mesmo que se reduza, paulatinamente, a profissões de fé platônicas, marcou, profundamente, a estru-

13. Cf. "Documentação francesa", NED, n.os 2786, 2788.

tura social do Estado. Enquanto permanecer assim, a Iugoslávia ver-se-á colocada, se não quiser renegar-se a si mesma, não obstante as constantes descortesias do Leste, perante o imperativo do neutralismo.

Em comparação, a atitude da Iugoslávia a respeito do Ocidente parece simples. Os motivos são principalmente, mas não exclusivamente, de ordem material. Por um lado, o Ocidente — os Estados Unidos, em primeiro plano — veio em socorro quando a Iugoslávia, privada brutalmente de assistência financeira, técnica e econômica do bloco oriental, encontrou-se em situação difícil (1948-51). A República Federativa Popular da Iugoslávia pôde obter assim do Ocidente os bens de equipamento e as matérias-primas (petróleo) de que carecia. Pôde obter, igualmente, os produtos alimentares de que mais necessita, em conseqüência da insuficiência crônica de sua agricultura. De 1953 a 1960, período que assinala uma consolidação espetacular da economia iugoslava, os Estados Unidos exportaram para a Iugoslávia cêrca de 240 milhares de dinares de produtos alimentares excedentes. Os países ocidentais são, e com ampla vantagem sôbre os do Leste, os seus clientes mais importantes. Os seus maiores fornecedores foram, em 1960, a República Federal da Alemanha, a Itália, os Estados Unidos (o primeiro, em 1959), depois a U.R.S.S., a Itália, a Alemanha Ocidental e Oriental. No conjunto, os países ocidentais (membros da O.T.A.N. e neutros) entregam à Iugoslávia cêrca de 50% de suas importações, absorvem 33% de suas exportações, participando o bloco oriental de 20 a 25% do total [14].

É preciso mencionar também a assistência militar (armas e equipamento) fornecida pelos Estados Unidos, notadamente durante a fase mais crítica das relações soviético-iugoslavas. Como, enfim, esquecer que se a própria Iugoslávia não faz parte da O.T.A.N., êste país é, como resultado do Pacto Balcânico de 1954 aliado de dois dos seus membros (a Grécia

14. "Pequeno Manual de Estatística", págs. 64-65.

e a Turquia), aliado, aliás, platônico, visto que reservou a sua liberdade de ação face à U.R.S.S. e aos países do Leste *em uma situação grave na qual o Pacto do Atlântico teria* um papel a representar? [15].

É-se, então, somado tudo, tentado a reduzir as relações da Iugoslávia e do Ocidente a um *do ut des* elementar. Considerado o caso, ela tem necessidade econômica do Ocidente, sob o ângulo logístico. Belgrado pode, por outro lado, ser útil a êste no confronto permanente com o bloco comunista. O exemplo de uma Iugoslávia próspera e completamente desvinculada ideològicamente, seria prejudicial à coesão comunista. Não é indiferente à O.T.A.N. que careça de aliados neutros ou neutralistas o país que constitui o anteparo adriático da Itália e que cobre o flanco Noroeste da Grécia, além de possuir com a Macedônia e o vale de Vardar, a histórica via de acesso do Danúbio a Salônica.

O Ocidente não hesitou, analisada a situação, em dar apoio à Iugoslávia para que fizesse fracassar a pressão soviética. O Govêrno de Belgrado espera contar com a ajuda do Ocidente em caso de perigo repentino procedente do Leste; em troca, segundo as circunstâncias e valor de sua posição tática, êle adapta mais ou menos sua atitude de acôrdo com as pretenções ocidentais.

Um tal esquema explica bem as coisas. Mas êste é ainda demasiado simplista para esclarecer, suficientemente, a constante equidistância iugoslava. Com efeito, o comportamento da Iugoslávia com relação ao Ocidente não chega a ser menos ambíguo do que com respeito ao Leste, mas por outras razões.

A orientação econômica da República Federativa Popular da Iugoslávia, a liberação relativa do regime, a maior autonomia das emprêsas multiplicaram, inevitàvelmente, os contactos com o Ocidente: contactos comerciais, trocas mais fáceis

15. Artigo VI do pacto Balcânico de 9-8-54. O pacto foi concluido para um período de 20 anos.

de mercadorias, contactos culturais, filmes e publicações ocidentais largamente difundidos, sem mencionar a propaganda, principalmente americana, que quase não encontra obstáculos (é necessário mencionar aqui o prestígio e a simpatia que encontra a civilização francesa) contactos pessoais: atualmente, as fronteiras iugoslavas estão, portanto, permeáveis. Não sòmente perto de 700 000 turistas trazem todo ano divisas necessárias, como também os iugoslavos viajam ao estrangeiro, em missão, a negócio, para estudar, concluir sua preparação profissional e trabalhar — ou como turistas em grupos. Êstes contactos no âmbito individual ou micro-econômico, mas inumeráveis, fazem sentir, pouco a pouco, os seus efeitos. A população em seu conjunto começa a sentir gôsto pelo confôrto e pelo estilo de vida ocidental. Ela é tanto mais levada a fazê-lo porquanto a expansão do ensino, pode estabelecer comparações entre os compromissos da vida ocidental (e sua liberdade) e as austeridades da existência iugoslava. Pode-se imaginar que, a longo prazo, a atração para o Ocidente, o desejo de lucro, uma certa tendência ao hedonismo, solape as bases do sistema iugoslavo e faça pender a balança em favor do Ocidente.

De tais tendências não escapam os dirigentes. Êles reagem, em conseqüência. Esta é uma das origens do neutralismo que pratica o Govêrno de Belgrado com um espírito imediatista, digno de uma grande potência, sem hesitar em contrariar uns e outros. O temor de ceder à pressão das tendências sociais e econômicas pró-ocidentais e alienar, assim, a liberdade de ação, e, finalmente, a independência do país, leva os dirigentes da R.F.P.Y. a acentuar, no plano internacional, notadamente na O.N.U., uma posição neutralista que se orienta, essencialmente para o Terceiro Mundo. Isto não a impede, aliás, de se associar, freqüentemente, aos votos soviéticos. Dêste modo, realiza-se, continuamente, o equilíbrio artificial e curioso de uma política cultural e econômicamente atraída pelo Ocidente, mas que se inclina, na ação diplomática, francamente para o outro lado. Assim, o Govêrno da Iugos-

lávia caminha na vanguarda da desconfiança profundamente enraizada em sua população pelas grandes potências, e, talvez, a respeito do estrangeiro em geral, em quem ela tende a ver, por um atavismo històricamente explicável, um opressor ou um explorador. Neste sentido, os iugoslavos são, não sòmente em política, como também mentalmente, aparentados aos habitantes do Terceiro Mundo.

Os não compromissados ocupam, efetivamente, um lugar especial na política exterior iugoslava. A conferência de Belgrado ressaltou de uma maneira espetacular êsse aspecto do neutralismo. O campo de ação que se abre, assim, à Iugoslávia apresenta-se, por assim dizer, limitado. Ela formará, geralmente, ao lado dos não compromissados, isto é, dos Estados afro-asiáticos e contribuirá, possìvelmente, até certo ponto, para cordenar suas atitudes e adotar tomadas de posições comuns. Desenvolverá verbal, mas platônicamente, a teoria da coexistência. Mas, dispondo o país de meios técnicos e financeiros suficientes, difìcilmente poderá prestar uma assistência concreta aos outros países subdesenvolvidos. Seu prestígio, notadamente entre os países afro-asiáticos, é, entretanto, maior do que se poderia supor, à primeira vista. A Iugoslávia não é sòmente um dos poucos países que se puderam "desengajar". O país abriga, diga-se de passagem, 800 000 mulçumanos, mas está sobretudo a braços com as mesmas dificuldades: insuficiência de meios, de quadros, dificuldade de adaptação às condições modernas. O país está, portanto, a superar essas dificuldades. As soluções iugoslavas parecem aos outros países subdesenvolvidos freqüentemente mais adequadas e mais realizáveis que o perfeccionismo ainda inabordável dos Estados altamente industrializados do Ocidente.

Estado balcânico, se pode ser considerada assim, a Iugoslávia não pratica, hoje, paradoxalmente, qualquer "balcanismo". O pacto balcânico de 1954, ao qual se fêz alusão, devia ter tido a finalidade, sob o ponto de vista iugoslavo, de reforçar sua posição na questão de Trieste, cujo tratado foi regulamentado logo após a assinatura. Mas o pacto não re-

presenta, hoje, um elemento essencial, mas, sim, um ornamento da política iugoslava. O desejo da R.F.P.Y. de permanecer fora dos blocos desvalorizou-o particularmente. Superados estão, igualmente, no momento, os antigos projetos da federação balcânica búlgaro-iugoslava — os mesmos que provocaram, em 1948, a cólera estalinista. O neutralismo iugoslavo pôs fim, provisòriamente, ao balcanismo. Mas êste último não poderia despertar um dia, quando forem favoráveis as circunstâncias? A Iugoslávia provàvelmente não abandonou, definitivamente, suas ambições tradicionais visando a uma sincronização regional ou política e, ùltimamente, a uma associação federativa nos Balcãs, em que ela desempenhasse um papel de importância, senão de líder. É neste sentido que é preciso interpretar as alusões discretas que faz por vêzes Belgrado à necessidade primordial de trabalhar incansàvelmente para a melhoria das relações bilaterais dos Estados balcânicos a fim de criar as condições propícias a uma colaboração regional [16]. Se tais aspirações se concretizassem um dia, elas fariam fracassar a influência soviética no Sudoeste europeu. Estas perspectivas não contribuirão, sequer, para desanuviar a atmosfera das relações soviético-iugoslavas.

Quais as conclusões práticas a tirar dêsses elementos variados que sintetizam o neutralismo iugoslavo? "Nosso grande interêsse é a paz" [17] dizia, há alguns meses, o presidente Tito. Lembrando as bases militares e as rampas de lançamento instaladas nos campos Leste e Oeste nos países vizinhos da Iugoslávia, acrescentava: "Nós tememos os foguetes. Os foguetes que passariam por nossas cabeças poderiam cair sôbre nós". Êste temor existencial de ser sacrificado em uma guerra, sobretudo nuclear, entre as Grandes Potências, constitui a nota dominante do neutralismo iugoslavo. O coro-

---

16. Relatório anual do Conselho Executivo Federal para 1959, capítulo relativo às relações internacionais iugoslavas, ed. fr. Belgrado 1959, p. 11.

17. Discurso do Presidente Tito de 24-4-61 págs. 16 e 19-20.

lário resultante é a vontade de permanecer independente, portanto não compromissado e de rejeitar tôda e qualquer ingerência estrangeira nos assuntos internos do pequeno mundo *iugoslavo, tão diverso e tão hermético. Êste objetivo, duplo* e fundamental, levará a República Federativa Popular Iugoslava, amanhã, como ontem, a manobrar entre os blocos.

A ambigüidade ideológica em que se encontra, atualmente, a Iugoslávia não pode senão acentuar sua equidistância constante entre o Leste e o Ocidente. Abrirá o "caminho iugoslavo" ou o revisionismo de Belgrado novas perspectivas ao marxismo-leninismo ou reflete êle um compromisso inevitável entre doutrinas e realidade?[18]. Os exegetas do marxismo terão de resolver a questão. Sob o prisma das relações internacionais, é preciso, no entanto, ter em mente a confissão de um dos mais notórios, na prática e na teoria, colaboradores do presidente *Tito, o senhor Kardelj:* "O *marxismo não é* um dogma, mas um método de ação"[19]. Na Iugoslávia, em todo caso, o marxismo parece que se está despojando do seu caráter filosófico quase religioso para se tornar um conjunto de preceitos e de modos de comportamento adaptado às necessidades específicas dêsse país subdesenvolvido. Curiosa mistura de *planificação geral* e da "*autogestão*" baseadas na maximização do lucro individual, de métodos socialistas e de atitudes capitalistas, com inclinação para o Ocidente e professando o marxismo, aspirando à eficiência de técnica e tropeçando no "deixar para ver como fica" oriental, a Iugoslávia, não sabe, intimamente, qual será a essência da sua futura doutrina. Esta *incerteza, em que não se sente, aliás, pouco à* vontade, faz com que ela própria observe, em todos os domínios, inclusive as relações exteriores, uma prudência instintiva. Ela vive para o imediato. As próprias elites são, em grande parte, inspiradas pelo desejo de não se comprometerem e conservar abertas tôdas as possibilidades futuras e assistem com

---

18. Cf. Henri Lefelvre, Marxismo e Política, Revista francesa de Ciências Políticas.

19. Kardelj, op. cit. pág. 16.

singular alheamento ao combate travado na Iugoslávia entre as concepções econômicas e sociais do Leste e do Ocidente. O não compromissamento ou neutralismo é a transposição internacional do desengajamento doutrinário progressivo.

Os dirigentes não continuarão menos a insistir sôbre o caráter socialista da evolução iugoslava. Do famoso programa da Liga dos Comunistas de 1958 permanece a Carta. Mas êste documento básico do revisionismo conclui: "Nada do que foi criado deve ser sagrado para nós a ponto de não pode ser ultrapassado"[20], sem nada asseverar sôbre o futuro. No momento, a Iugoslávia permanecerá fiel, interna e externamente, a seu caráter de Estado socialista. O regime que, como tôda sociedade constituída, possui suas classes privilegiadas, posições não sòmente ideológicas, mas também materiais, a levar em consideração não se desacreditará por si próprio. Continuará a oscilar, no plano internacional, com uma desenvoltura que denota, em última instância, uma real vocação para contornar dificuldades, que se considera demasiado fraca para superar ou influenciar. Como no passado, Belgrado centralizará sua ação no Terceiro Mundo, tomará partido contra os "colonialistas e imperialistas", não renunciará a favorecer o bloco soviético. A Iugoslávia aproveitará — como quando da Conferência de Belgrado — qualquer ocasião para alcançar evidência entre os não compromissados.

Por mais irritante que seja, algumas vêzes, para o Ocidente, êste contínuo afastamento, seria errôneo considerá-lo demasiado trágico. As medidas diplomáticas punitivas, das quais se cogita, de vez em quando, perdem o efeito ràpidamente. Em 1956, a República Federal da Alemanha rompeu relações diplomáticas com a Iugoslávia, que havia reconhecido *de jure* a Alemanha de Pankow. Esta aplicação da "doutrina Hallstein" não inpediu a indústria da Alemanha Ocidental de se interessar pelo mercado iugoslavo a ponto de conquistar,

---

20. "Programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia", Paris 1958, p. 300.

aí, o primeiro lugar e não contribuiu, certamente, para valorizar, quando da Conferência de Belgrado, o ponto de vista de Bonn sôbre o problema de Berlim. É preciso, sobretudo, não esquecer que o neutralismo iugoslavo possui um aspecto positivo. Por sua vontade, às vêzes incômoda, mas incontestável de independência, a Iugoslávia é um elemento de estabilidade nos Balcãs, região que foi outrora fonte tradicional de perturbações. Da fronteira grega à fronteira franco-alemã, estendem-se, hoje, em um arco de 1 500 quilômetros, três países não compromissados, diferentes, díspares em suas estruturas, suas tradições e seu potencial econômico, mas animados todos da vontade de permanecer fora dos blocos: a Iugoslávia, a Áustria, a Suíça. Mesmo na época dos aviões supersônicos e dos foguetes intercontinentais, esta estreita faixa de terra não é negligenciável, pois permite evitar, nessa região, as dificuldades consideráveis que decorrem — na Alemanha, na Coréia — do contacto imediato, sem terceiros interpostos, dos dois grandes campos. Considerada sob essa perspectiva, a política da Iugoslávia, êste *enfant terrible* de neutralismo não deixa de merecer interêsse e mesmo compreensão.

* * *

THE YUGOSLAVIAN NEUTRALISM

In this article translated from the Journal "Politique Étrangère", Mr. Phillipe Aubert de la Rue, a French writer on international problems, examines the flexible character of Yugoslavian foreign policy, its limited range of action, together with the political economic facts that brought it about and started its development, since the days of the famous Tito-Stalin clash. At the outset, he states that, though opinions may vary as for the long-run practical results of the September 1961 non-aligned countries conference in Belgrade, no doubt this meeting has contributed to increase the international prestige of Yugoslavia, no matter how temporarily it may have been. Placing itself between two fires — the more or less cordial indifference of the East and the pression of the West, this last intensified with the outcome of the Belgrade Conference — Yugoslavia moves

ahead having as a guideline for its position the words of its President Marshall Tito, when he reaffirmed "the possibility and the need of coexistence among states with different social and political systems and, besides, the reestatement of the right of any country to organize and to develop itself, in the way it considers more convenient to its own interests". Translated into international terms, this corresponds to a non-participation, in the cold-war, for one side or the other, but not to a voluntary retirement or to neutrality, in the sense of renounce to any concrete position before international problems. On the other hand, Yugoslavia has always denied any intention to create a third bloc and this, in part, because it recognises the heterogeneity of the non--aligned countries; this limits its own ambition and clearifies why it rather tries to coordinate and synchronize non-aligned countries' action in the United Nations than to lead them. A less developed nation itself, by standards of industrial and agricultural productivity, Yugoslavia has skilfully taken advantage of the West-East conflict, despite a balance of trade chronically deficitary, a soft spot in her independent aloofness from blocs, which has often induced big powers to bear hard pression upon her. Not only this makes the country subject to outside interference, but also the fact that Yugoslavian exports have accounted, during these last five years for just 70% to 80% of imports, a situation which will probably continue for a indefinite lenght of time. All this makes Yugoslavian international position quite vulnerable and, at the same time, minimizes the possible ideological irradiation of the social and economic experience the titism has brought about. Next, the author looks into the Yugoslavian relations with the East, which developed from an apparently lack of animosity, in the case of Poland, to a distant reserve from the U.R.S.S. whereas, in the economic field, these relations follow a normal patern, with Russia and Democratic Republic of Germany heading its most important commercial partners. The Yugoslavian — Albanese conflict also deserves the best attention of Mr. Aubert De La Rue who goes into a brief account of the frontier situation and to a light discussion of the Yugoslavian deviationism and theoretical controversy with the socialist bloc and, then, to a more detailed summary of the underlying personal and historical antagonism, in the U.S.S.R. — Yugoslavia affair, which has much to do with the ancient divergences between Tito and his comrades and Stalin, both fighting for different objectives within their own perspective. On the other hand, the Yugoslavian attitude toward the West seems a simple one for reasons mainly, but not all, of a material nature. The West — the United States more than the rest — have come in help of Yugoslavia, when this country was "brutally" deprived of financial, technical and economic assistance by the Soviet bloc and found itself in a diffi-

cult situation (1948-1951). In addition to this, the United States supplied Yugoslavia with weapons and military equipment when Yugoslavia-Soviet Russia relations were living their darkest moment. And, last but not least, the author advances that we should not forget that if the Yugoslavians did not join the North Atlantic Organization, they have become, by force of the Balkanic Pact of 1954, an allied of two members of NATO, Greece and Turkey. Mr. De La Rue after makes a brief comment on the opportunist policy Yugoslavia has developed regarding international affairs, a policy with some advantages to the West, notably from the strategical point of view and thinks that Tito counts on the military assistance from the West, if necessary. Another peculiarity, he underlines: Yugoslavian interchange with the West has made that neutralist country turn a little toward Western cultural and social institutions, though, in the diplomatic sphere, it remains, in general, faithful to the Soviet bloc, an attitude he considers consistent with its desire to maintain freedom of action between the blocs. This fully explains the Yugoslavian agreement to the neutralist policy of the non-aligned countries and to the coexistence theory, and its international role near the third world, a role handicapped by her financial situation but not, in the least, of less importance to the West and to the East. The author wonders whether this new ideological outlook of Yugoslavia, justifying its ambivalent position in international affairs, will open, in the long run, new perspectives to marxism-leninism or whether it rather means a compromise between doctrine and reality. In this respect, Mr. De La Rue reminds us Kardelj's statement that "Marxism is not a dogma but a method of action". In any case, Mr. De La Rue finds the Yugoslavian way to, socialism but an adaptation of quasi — religious and philosophical concepts of marxism to the specific environment of the country. Not less significative and leading to the same conclusion, the Charter of the League of Communists of Yugoslavia comments: "Nothing that has been done by us must be sacred to the point of not being superseded". The author believes, however, that, in the short run, Yugoslavia will remain faithful to its principles of a socialist state and will continue to side up with the third world before the international problems, though with a perceptible leaning toward the Soviet bloc. Irritating as it might appear, he says, the West should not commit the mistake to consider it too tragical for the Yugoslavian neutralism has a positive aspect and surely the independent stand taken by Yugoslavia, in certain circumstances, has provided the much--troubled Balkans with an element of stability. Besides, even today, in the era of intercontinental missiles, one should not underestimate the Yugoslavian international role as it contributes to relax world tension by creating a neutral area between the two big opposed camps.

LE NEUTRALISME YOUGOSLAVE

Dans cet article traduit du journal "Politique Etrangère", Mr. Phillipe Aubert de la Rue, un écrivain français se consacrant aux problèmes internationaux, examine le caractère flexible de la politique étrangère yougoslave, son champ d'action limité, avec les faits politiques et économiques qui l'ont produit et donné essor à son développement, depuis les jours du célèbre conflit Tito-Stalin. En ouvrant l'article, il affirme que, malgré les opinions puissent varier en ce qui concerne les résultats pratiques, à long terme, de la Conférence des pays non-alignés, tenue à Belgrade en septembre 1961, sans aucun doute cette réunion a contribué à augmentar le prestige international de l'Yougoslavie, n'importe combien transitoire il puisse avoir été. En se plaçant entre deux feux — l'indifférence plus ou moins cordiale de l'Est et la pression de l'Occident, celle-ci intensifiée avec le résultat de la Conférence de Belgrade — l'Yougoslavie avance, ayant comme directive pour sa position les paroles de son Président, Maréchal Tito, quand il a réaffirmé "la possibilité et la nécessité d'une coexistence entre les États de systèmes politique et social différents et, en outre, la réaffirmation du droit de chaque pays à s'organiser et à se développer par lui-même, de la façon qu'il considère la plus convenable à ses propres intérêts". Traduit en termes internationaux, cela correspond à une non-participation d'un côté ou de l'autre, dans la guerre froide, et non pas à une retraite volontaire ou à la neutralité, dans le sens de renoncer à toute position concrète en face des problèmes internationaux. D'autre part, l'Yougoslavie a toujours nié son intention de créer un troisième bloc et cela, en partie, parce qu'elle reconaît l'hétérogénéité des pays non-alignés; cela limite sa propre ambition et explique pourquoi elle cherche à coordonner et à synchroniser l'action des pays non-alignés aux Nations Unies plutôt qu'à les conduire. Une nation moins développée elle-même, par les indices de sa productivité industrielle et agricole, l'Yougoslavie a bénéficié habilement du conflit Est-Ouest, malgré avoir une balance des paiements constamment déficitaire, et être un point faible dans sa position équidistante et indépendante des blocs, qui a fréquemment poussé les grandes puissances à exercer une forte pression sur elle. Cela fait le pays se soumettre à des ingérences étrangères, et il y a aussi le fait que les exportations yougoslaves ont été, au cours des cinq dernières années, à peine 70% à 80% des importations, une situation qui continuera probablement pendant une période de temps indéfinie. Tout cela fait la position internationale de l'Yougoslavie bien vulnérable et, en même temps, minimise la possible irradiation idéologique de l'expérience sociale et économique que le "titisme" a produit. Ensuite,

l'auteur examine les relations entre l'Yougoslavie et l'Est, qui ont évolué d'un manque apparent d'animosité, dans le cas de la Pologne, à une réserve distante de l'U.R.S.S., tandis que, dans le domaine économique, ces relations suivent un rythme régulier, la Russie et la République Démocratique de l'Allemagne étant en tête de ses "partners" commerciaux les plus importants. Le conflit yougoslave-albanais mérite aussi la meilleure attention de Mr. Aubert de la Rue, qui examine brièvement la situation de frontière et discute le déviationnisme et la controverse théorique avec le bloc socialiste et, puis, offre un résumé plus detaillé de l'antagonisme personnel et historique sous-jacent, dans la question U.R.S.S. — Yougoslavie, qui dérive en grande partie des anciennes divergences entre Tito et ses camarades et Stalin, les deux combattant pour des raisons différents dans leur propre perspective. D'autre part, l'attitude yougoslave envers l'Occident semble être simple pour des raisons surtout de nature matérielle. L'Occident — les États-Unis plus que le reste — sont venus au secours de l'Yougoslavie, quando ce pays était "brutalement" privé de l'assistance financière, technique et économique du bloc soviétique et se trouvait dans une situation difficile (1948-1951). En outre, les États--Unis on fourni des armes et équipement militaire à l'Yougoslavie quand les relations entre elle et la Russie vivaient leur instant le plus sombre. Et, "last but not least", l'auteur déclare que nous ne devrions pas oublier que, si les Yougoslaves ne se sont pas joints à l'Organisation du Traité de l'Atlantique Nord, ils sont devenus des alliés de deux membres de l'O.T.A.N., la Grèce et la Turquie, par suite du Pacte Balkanique de 1954. Mr. De la Rue fait ensuite un commentaire léger sur la politique opportuniste que l'Yougoslavie a développé dans le domaine des affaires étrangères, une politique avec quelques avantages pour l'Occident, notamment du point de vue stratégique, et pense que Tito compte sur l'assistance militaire de l'Occident, quand necessaire. Il souligne une autre particularité: l'échange entre l'Yougoslavie et l'Occident a fait ce pays neutralite se tourner un peu vers les institutions culturelles et sociales de l'Occident, malgré, sur le plan diplomatique, rester fidèle au bloc soviétique. C'est une attitude qu'il considère d'accord le désir yougoslave d'avoir une liberté d'action entre les deux blocs. Cela explique entièrement l'approbation yougoslave à la politique neutraliste des pays non-alignés et à la théorie de la coexistence, et son rôle international proche du tiers monde, un rôle handicapé par sa situation financière mais pourtant d'importance pour l'Occident et l'Est. L'auteur imagine si cette position idéologique nouvelle de l'Yougoslavie, justifiant son attitude ambivalente dans les affaires ètrangères, ira ouvrir, à long terme, de nouvelles perspectives à la doctrine marxiste-léniniste, ou si représente plutôt un compromis entre la doctrine et la réalité. À ce sujet, Mr. De la Rue nous rappelle l'affirmation de Kardelj que "le Marxisme n'est

pas un dogme, mais une méthode d'action". De toute façon, Mr. De la Rue estime que le style socialiste de l'Yougoslavie est une adaptation des concepts philosophiques et quasi religieux du marxisme aux conditions particulières du pays. Non moins significative et menant à la même conclusion, la Charte de la Ligue des Communistes de l'Yougoslavie commente: "Rien de ce qui a été fait par nous doit être sacré au point de ne pas être substitué". L'auteur croit, cependant, que l'Yougoslavie restera fidèle, à court terme, aux principes d'un État socialiste, et continuera à se ranger du côté du tiers monde en face des problèmes internationaux, mais avec une tendance perceptible envers le bloc soviétique. Le plus désagréable qu'il puisse être — dit l'auteur — l'Occident ne commetrait pas l'erreur de considérer cette attitude tragique, car le neutralisme yougoslave a un aspect positive et, certainement, la position d'indépendance adoptée par l'Yougoslavie, dans certaines circonstances, a donné un élément de stabilité aux Balkans. En outre, même aujourd'hui, à l'époque des missiles intercontinentaux, personne ne pourrait sous-estimer le rôle international de l'Yougoslavie, qui contribue à atténuer la tension mondiale par la création d'une zone neutre entre les deux camps opposés.

RESENHA

POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Com a renúncia coletiva do Gabinete presidido pelo Senhor Tancredo Neves, a 26 de junho do ano em curso, e posteriormente do Gabinete Francisco Brochado da Rocha, a 14 de setembro, tomou posse como Presidente do Conselho de Ministros, a 8 do mesmo mês, o Senhor Hermes Lima que passou a exercer, cumulativamente, as funções de Ministro das Relações Exteriores, em substituição neste último pôsto, ao Senhor Afonso Arinos de Melo Franco, designado pelo Govêrno para chefiar a Delegação do Brasil às Nações Unidas; na Subsecretaria de Estado das Relações Exteriores substituiu o Deputado Renato Archer o Embaixador Carlos Alfredo Bernardes.

Não obstante as crises políticas com que se defrontou o País, nestes últimos três meses, e as sucessivas alterações ministeriais, a política exterior do Brasil continuou, normalmente, a sua fase de expansão, fiel ao princípio da não intervenção e de respeito aos compromissos internacionais assumidos, orientando-se "pelo princípio inalterável de respeito pela soberania dos outros povos e de salvaguarda de nossa própria independência", conforme a declaração pronunciada, a 11 de setembro de 1961, pelo Presidente da República, Senhor João Goulart.

Nas Nações Unidas, a conduta da delegação brasileira tem-se pautado, invariàvelmente, pelo repúdio às soluções de fôrça como meio de dirimir divergências entre as nações pela estrita observância às normas jurídicas que devem presidir as relações internacionais e pela mais ampla condenação ao colonialismo, sob tôdas as suas formas e variações. Concretamente, esta posição vem-se exteriorizando nos apelos formulados pelo Brasil às grandes potências para que suspendam suas experiências nucleares, como passo inicial para a celebração de um acôrdo de desarmamento, de condenação ao sistema de *apartheid* dominante na União Sul-Africana e de apoio ao ingresso na O.N.U. dos países afro-asiáticos que alcançaram, recentemente, sua independência política.

Na área comercial, a atuação do Brasil se materializou, de modo significativo, na contribuição brasileira para a Conferência

Internacional do Café, em realização em Nova York; nas gestões empreendidas junto ao Mercado Comum Europeu para que sejam eliminadas as tarifas discriminatórias impostas pelos países membros às matérias-primas latino-americanas e, nos esforços desenvolvidos para que se torne realidade o Mercado Comum Latino-Americano, em vias de planejamento, ao mesmo tempo que no empenho do Govêrno brasileiro de ampliar o nosso comércio exterior, com o incremento das exportações brasileiras para os países do Leste Europeu, conseqüentemente ao reatamento de relações diplomáticas entre o Brasil e alguns dêsses países. Também o início de um maior intercâmbio comercial Brasil—África, Brasil—México, com a inauguração de linhas marítimas especiais, servidas por navios nacionais, auspiciam novas oportunidades de escoamento aos nossos produtos de exportação, agrícolas e industriais.

Reproduzimos trechos do discurso proferido pelo Primeiro Ministro Hermes Lima, a 24 de setembro do corrente ano, ao tomar posse no cargo de Ministro de Estado do Exterior.

"O mundo atual é um mundo intranqüilo, cheio de problemas tanto na ordem interna dos países como na ordem internacional. A posição do Brasil sempre foi voltada para o bom entendimento entre os povos e é exatamente essa política tradicional, mantida em função das próprias circunstâncias e da própria evolução do mundo, que, hoje, o Itamaraty, honrando sua tradição, oferece ao mundo. Tal contribuição é, como sempre, valiosa aos problemas da paz e do entendimento entre os povos. Não importa que essa paz e êsse entendimento estejam difíceis; o que importa é não descurar de uma política de lucidez e de solidariedade humana e continental no sentido de oferecer ao povo do mundo inteiro e ao da América a paz e a tranqüilidade de que tanto necessitam. Estou certo de que essa orientação é a que nunca falhou na Casa de Rio Branco".

O BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA O.N.U.

Por uma maioria favorável de noventa e um votos, o Brasil foi eleito, a 17 de outubro último, para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na vaga reservada aos países latino-americanos, em decorrência do término do mandato do Chile. Os demais países que, juntamente com o Brasil, passaram a

integrar por dois anos na qualidade de membros não permanentes, do Conselho de Segurança da O.N.U., a partir daquela data, são a Noruega, as Filipinas e Marrocos.

VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DA O.N.U.

O Brasil recebeu, durante o mês de agôsto último, a visita do Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor U Thant, que veio acompanhado dos Senhores Hernâni Tavares de Sá, Donald Thomas e René Gachet, respectivamente Subsecretário para Informações Públicas, Secretário-Assistente e Representante da Junta de Assistência Técnica da O.N.U.

Durante a sua permanência no Brasil, o Senhor U Thant cumpriu o seguinte programa: visita ao Governador do Estado da Guanabara; visita ao escritório da Assistência Técnica das Nações Unidas; visita ao Ministério das Relações Exteriores, onde foi homenageado com um banquete pelo Ministro Afonso Arinos de Melo Franco. O Secretário-Geral da O.N.U. que havia desembarcado no Rio de Janeiro, no dia 7 de agôsto, seguiu, no dia 8, para Brasília e daí, viajou, no dia 9, para São Paulo onde finalizou sua visita ao Brasil.

Em Brasília, o Presidente da República, Senhor João Goulart, durante a solenidade oficial, saudou o Senhor U Thant, com as seguintes palavras:

"Desejo apenas salientar que o Brasil, graças às suas energias de nação nova e suas possibilidades que o fazem confiar no futuro, não participa do pessimismo desanimador e inoperante que invadiu parte do cenário internacional. Tentamos considerar com objetividade a conjuntura mundial e procurar colaborar sinceramente no encontro de soluções adequadas aos problemas que nos circundam. E, nessa preocupação, é-me particularmente grato ressaltar a compreensão e o estímulo que temos recebido de Vossa Excelência. Desejo, igualmente, salientar, nesta ocasião, que nos encontramos, no início da Década das Nações Unidas para o desenvolvimento. Vossa Excelência observou, acertadamente, que o desenvolvimento não diz sòmente respeito às necessidades materiais do homem, mas ainda à melhoria das suas condições sociais de vida e suas aspirações no sentido mais amplo. Acreditamos como Vossa Excelência que os mecanismos existentes de cooperação internacional, nessa área, devam ser, não sòmente reforçados, mas transformados através de uma alteração das

atitudes atuais, que se verificam nas Nações Unidas, a fim de que seja plenamente entendida a verdadeira significação da natureza do desenvolvimento econômico. Nesse ponto, as observações tecidas por Vossa Excelência em tôrno da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 19 de setembro de 1961, merecem o nosso apoio".

Em resposta à saudação presidencial, o Secretário-Geral da O.N.U. ressaltou a importância da colaboração que o Brasil vem prestando como país membro das Nações Unidas, sublinhando a sua "contribuição no campo econômico e social", e, acrescentando, que o Brasil "figura como uma das vozes mais destacadas da Assembléia". O Senhor U Thant referiu-se, também, ao relevante papel desempenhado pelo nosso País na preservação da paz mundial, citando, como exemplo, as iniciativas e os esforços desenvolvidos pela delegação brasileira na Conferência sôbre o Desarmamento de Genebra, que se realizaram em perfeita consonância com as diretrizes básicas da política internacional brasileira e que contribuíram para aumentar o prestígio do Brasil no exterior.

O BRASIL E AS EXPERIÊNCIAS NUCLEARES*

Continuando a manifestar a sua desaprovação às experiências nucleares realizadas pelas grandes potências, o Govêrno brasileiro, mais uma vez, externou sua posição contrária às referidas experiências, desta vez em decorrência da decisão do Govêrno soviético, de agôsto último, de reiniciar suas explosões atômicas. Idêntica atitude havia assumido o Brasil quando da decisão do Govêrno norte-americano, de 3 de março do corrente ano, de testar suas armas nucleares. Foi a seguinte a nota do Ministério das Relações Exteriores:

"Tem sido posição invariável do Brasil opor-se às explosões de bombas nucleares, qualquer que seja a Potência que as realize. Sem querer ignorar as preocupações que cada uma delas possa ter com os problemas de sua própria segurança, o Govêrno brasileiro considera que as explosões de armas nucleares não se podem justificar porque afetam, adversamente, os interêsses de tôda a Humanidade. Ao tomar, pois, conhecimento do reinício

(*) Ver *Revista Brasileira de Política Internacional*, junho de 1962, n.º 18, págs. 351-352.

das experiência têrmo-nucleares pela União Soviética, o Govêrno brasileiro não pode deixar de manifestar seu pesar e apreensão reiterando, nesta oportunidade, sua formal desaprovação à política atualmente seguida pelas Potências nucleares, neste particular, por considerá-la contrária aos interêsses da paz e da segurança internacionais, e por constituir desrespeito às recomendações contidas na Resolução 1648 da (XVI) Assembléia Geral das Nações Unidas".

ACÔRDO SÔBRE O IRIAN OCIDENTAL

Foi firmado, em Washington, Capital dos Estados Unidos, a 15 de agôsto do corrente ano, pelo Ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Senhor Subdandrio e o Embaixador dos Países Baixos junto ao Govêrno americano, Senhor Herman Van Roijen, um acôrdo sôbre o Irian Ocidental, o qual prevê a transferência gradativa do referido território para o Govêrno indonésio.

O acôrdo assinado entre os dois países pôs fim a uma disputa de treze anos e ao recente conflito armado holandês-indonésio, no Irian Ocidental. Quatro são os seus itens principais: 1) A Holanda entregaria o território às Nações Unidas em 1º de outubro de 1962; 2) As Nações Unidas entregarão, posteriormente, o território à Indonésia, a 1º de maio de 1963; 3) Os representantes da O.N.U permanecerão no Irian Ocidental até 1969; 4) Em 1969, a Indonésia, com o auxílio das Nações Unidas, realizará um plebiscito, no qual os papuas, habitantes nativos do território, se manifestarão pela independência total ou pela administração indonésia.

Quanto ao Protocolo Militar, assinado na mesma ocasião, os seus têrmos estabelecem: 1) Cessação das hostilidades; 2) Retirada gradativa dos oito mil soldados holandeses, atualmente no Irian Ocidental; 3) o ingresso de uma fôrça da O.N.U. com cêrca de mil soldados asiáticos e a incorporação a essa fôrça de até dois mil indonésios. O Protocolo Financeiro, por sua vez, estipula que a Holanda e a Indonésia dividam os gastos da transferência da administração interina, inclusive as despesas com a manutenção das tropas da O.N.U.

GOVÊRNO DE COALISÃO NO LAOS

A 12 de junho do ano em curso foi firmado em Genebra, Suiça, um acôrdo para a formação de um govêrno de coalisão governamental pelos líderes dos três partidos do Laos, o líder neutralista Príncipe Souvanna Phouma, os líderes do Govêrno Real do Laos, Príncipe Boun Oum e o General Phomi Nesavan e o líder pró-comunista do Pathet Lao, Príncipe Souphanouvong.

Dispõe o acôrdo assinado pelos três Príncipes que:

a) Tôdas as decisões sôbre defesa, assuntos internos e política externa deverão ser objeto de acôrdo unânime entre os líderes dos partidos;

b) Tôdas as decisões do Govêrno provisório de união nacional serão tomadas em perfeita harmonia com êste princípio de unanimidade;

c) O líder neutralista, Príncipe Souvanna Phouma, será Primeiro Ministro e Ministro da Defesa, dos Assuntos relacionados com os ex-Combatentes e da Ação Social;

d) O líder da ala direita, General Phoumi Nesavan será Primeiro Ministro Adjunto e Ministro das Finanças;

e) O líder pró-comunista do Pathet Laos, Príncipe Souphanouvong, será Primeiro Ministro Adjunto e Ministro da Economia e Planejamento;

f) A coalisão incluirá 19 membros — sete do grupo de Souvanna Phouma, quatro do grupo Phoumi, quatro do Pathet Lao e quatro "moderados" do Viet-Nam.

Os membros do novo Gabinete são: Primeiro Ministro, Ministro da Defesa, Ministro dos Assuntos relacionados com os ex-Combatentes e da Ação Social: Príncipe Souvanna Phouma; Secretário de Estado para Assuntos relacionados com os ex-Combatentes, General Heuana; Secretário de Estado para Ação Social, Khampheng Boupha; Primeiro Ministro Adjunto, Ministro da Economia e de Planejamento, Príncipe Souphanouvong; Secretário de Estado para Economia e Planejamento, Senhor Kampheuan; Primeiro Ministro Adjunto e Ministro das Finanças, General Phoumi Nosavan; Secretário de Estado para as Finanças, Senhor Phouangphet Phanar Phanareth; Ministro da Justiça, Senhor Khoun One Veravon; Ministro do Interior e da Segu-

rança Social, Phen Phong Savan; Secretário do Estado para a Segurança Social, Senhor Keo Vipkakone; e Ministro da Educação, Belas Artes, Esporte e Juventude, Senhor Leuam Insigegmay; Secretário de Estado das Belas Artes, Esporte e Juventude, Senhor Bounthong Veraveng; Ministro da Informação, Senhor Phoumi Vangvichit; Ministro das Relações Exteriores, Senhor Quinim Pholsena; Ministro da Religião, Senhor Bounthan; Secretário de Estado de Obras Públicas, Senhor Ngon Sananikone; Secretário de Estado para Obras Públicas, Senhor Souk Vongsak; Ministro da Saúde, Senhor Khamsouk Keola; Ministro dos Correios, Telecomunicações e Transportes, Senhor Sisoumang Sisaleumsak.

No acôrdo firmado em Genebra os postos ocupados pelos membros do partido do Príncipe Phouma são contrabalançados pelos do Pathet Laos e também pelas posições chaves ocupadas pelos partidos centristas e moderados. O nôvo Govêrno de coalisão com o Príncipe Souvanna Phouma, como Primeiro Ministro, foi instalado por decreto real a 3 de junho.

BRASIL-PERU

Por ocasião da última crise política ocorrida no Peru, em meados do corrente ano, que culminou com a deposição do Presidente eleito, Senhor Manuel Prado, o Govêrno brasileiro, embora opondo-se a que a situação interna daquele país fôsse objeto de exame por parte da Organização dos Estados Americanos, como haviam sugerido alguns países americanos, por respeito ao princípio da soberania dos Estados, manifestou, não obstante, em nota de 19 de julho sua apreensão pelo futuro da democracia representativa na nação peruana, apreensão, aliás, que já revelara quando da anterior crise argentina, que se seguiu à deposição do Presidente eleito, Senhor Arturo Frondizi.

Posteriormente, considerando que "a decisão mesma de reconhecer ou não determinado govêrno, e de com êle manter ou não relações de qualquer espécie é ato de soberania nacional que não deve, portanto, depender de deliberações coletivas", o Govêrno brasileiro, a 15 de agôsto último, autorizou o seu Encarregado de Negócios em Lima a reconhecer o novo Govêrno peruano.

Foram as seguintes as duas notas distribuídas, a respeito, pelo Ministério das Relações Exteriores:

Sôbre a deposição do Presidente Manuel Prado

"O Govêrno brasileiro recebeu com profunda preocupação as notícias referentes ao violento desfecho da crise política do Peru, através da deposição do Presidente Prado, da anulação do recente pleito eleitoral e da instauração de um Govêrno Militar que suspendeu as garantias constitucionais. A apreensão do Govêrno brasileiro é tanto maior quanto êsses episódios se inserem em um quadro de acontecimentos mais remotos ou recentes ocorridos em outros paises do nosso continente, sempre em prejuízo do sistema democrático. Mantendo sem alteração a sua linha de não intervenção nos negócios internos de outros países, o Brasil reafirma, ainda uma vez, a sua fidelidade e a confiança quanto aos processos da democracia representativa, que é o regime de govêrno adequado à América, segundo a Carta da O.E.A., além de ser também o único capaz de realizar o progresso social das nações, sem comprometer a atividade humana".

Reconhecimento do novo Govêrno peruano

"O Encarregado de Negócios do Brasil em Lima foi instruído a passar nota ao Ministro das Relações Exteriores do Peru pela qual o Govêrno brasileiro reconhece como autoridade constituida no país, o Govêrno ali instaurado em 17 de julho último. Antes de tomar essa decisão o Govêrno brasileiro, como é de praxe nesses casos, procedeu a consultas com outros Governos do Continente. Torna-se, entretanto, necessário deixar constância, neste momento, de que, no entender do Govêrno brasileiro, a decisão mesma de reconhecer ou não determinado Govêrno e de com êle manter ou não relações de qualquer espécie é ato de soberania nacional que não deve portanto depender de deliberações coletivas. O Govêrno brasileiro não pode, por isso mesmo, deixar passar sem reparos a tendência que se vem verificando ùltimamente neste Hemisfério no sentido de querer transferir à Organização dos Estados Americanos a responsabilidade por atos que recaem exclusivamente na esfera da soberania nacional, tais como o de manter ou não relações com determinados governos. O Govêrno brasileiro compreende perfeitamente a preocupação demonstrada por vários governos amigos com relação a aconteci-

mentos recentemente ocorridos em diversos países dêste Hemisfério e cujo resultado final tem sido invariàvelmente o estabelecimento de regimes de exceção em detrimento do sistema democrático representativo, muito justamente considerado em vários documentos interamericanos, como o único capaz de corresponder aos anseios das populações dos países que livremente se associaram para formar a Organização dos Estados Americanos. Embora reconhecendo, *sem reservas, a necessidade* de preservar no Continente as instituições democráticas, sente-se o Brasil no dever de se opor a quaisquer iniciativas, mesmo bem-intencionadas, que possam *transformar a O.E.A. em instrumento de intervenção, por não ser* possível esquecer que tôda a institucionalização do sistema interamericano só se tornou possível depois de definitivamente *respeitada no Continente a prática do princípio de não intervenção*".

CONFERÊNCIA DO CAIRO

A Conferência sôbre os Problemas do Desenvolvimento Econômico do Cairo, Egito, que se realizou de 9 a 18 de julho do ano em curso, teve como países patrocinadores Gana, Ceilão, Guiné, Etiópia, Índia, Indonésia, Líbia, Mali, Sudão, República Árabe Unida, Iugoslávia, e como países participantes a Argélia, Bolívia, Brasil (representado pelo Embaixador Otávio Dias Carneiro), Birmânia, Cambodja, Congo (Leopoldville), Cuba, Chipre, Federação Malaia, Kuwait, Líbano, México, Marrocos, Paquistão, Arábia Saudita, Somália, Tanganica, Tunísia e Yemen. Enviaram observadores à Conferência o Chile, Equador, Singapura, Uruguai e Venezuela.

Os assuntos discutidos durante a Conferência compreenderam o seguinte: 1) Estudos dos problemas econômicos interiores com que se defrontam os países em desenvolvimento; 2) Exame dos meios adequados de promover a cooperação econômica, técnica e comercial entre os referidos países; 3) Supressão dos obstáculos que desestimulam as exportações dos países em desenvolvimento e que os privam dos mercados dos países desenvolvidos; estudo dos problemas relativos aos mercados de matérias-primas e a utilização dos excedentes agrícolas; 4) Aumento da ajuda técnica e financeira concedida ao terceiro mundo, mediante a diminuição dos orçamentos militares das grandes potências e o financiamento de projetos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos; 5) Discussão de uma proposição que recomenda a realização, em princípios de 1963, de

uma conferência econômica sob os auspícios da O.N.U., visando o desenvolvimento da cooperação internacional.

A tendência descendente dos preços das matérias-primas no mercado mundial mereceu especial atenção dos conferencistas, que a consideraram da maior gravidade principalmente devido à tendência ascendente dos preços dos produtos manufaturados; assim, as perspectivas do comércio mundial para os países em desenvolvimento, nestes próximos anos, não serão satisfatórias, a não ser que medidas positivas possam obstar o agravamento da situação atual.

Os países participantes foram, por outro lado, unânimes em reconhecer a ameaça decorrente da política discriminatória dos agrupamentos econômicos fechados, política que vem aumentar a complexidade dos problemas que dificultam o aceleramento de crescimento econômico dos países menos desenvolvidos e ressaltaram, em conseqüência, a oportunidade e a importância da Conferência, dentro do quadro geral dos esforços empreendidos para intensificar a colaboração internacional.

COMUNICADO FINAL

Preâmbulo

1. A Conferência observa com preocupação a crescente disparidade entre os níveis de vida existentes em diferentes partes do mundo.

2. Ainda que a necessidade de acelerar o ritmo de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos do mundo seja universalmente reconhecida, a Conferência adverte que as medidas adequadas de natureza positiva e concreta ainda não foram adotadas. Estas medidas visam permitir aos países em desenvolvimento uma taxa razoável de crescimento econômico.

3. A Conferência observa que as condições do mercado internacional continuam a ser desfavoráveis para os países em desenvolvimento, aumentando o desequilíbrio da balança de pagamento dos mesmos.

4. A Conferência reconhece que, com o fim de assegurar a manutenção da paz mundial e o progresso da humanidade, os países em desenvolvimento têm que se beneficiar do máximo de oportunidades e facilidades para aproveitar, da melhor maneira possível, as suas riquezas.

5. A Conferência reconhece que o progresso realizado pelos países em desenvolvimento, criou novas oportunidades para a colaboração internacional dos referidos países e que, destas oportunidades, cumpre auferir o máximo de benefícios elaborando e realizando planos e projetos coordenados nos domínios da investigação científica, da assistência técnica, do comércio, da indústria, dos transportes e das comunicações.

A Conferência declara que uma ação coordenada dos países em desenvolvimento pode solucionar um considerável número dos problemas que enfrentam êstes países e que facilitará a promoção de um desenvolvimento econômico mais acelerado sôbre uma base internacional mais ampla.

6. A Conferência reconhece a importância da mobilização máxima dos recursos internos dos países em desenvolvimento, inclusive a criação de instituições adequadas a êste objetivo.

7. A Conferência reconhece que o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento se defronta com dificuldades internacionais crescentes, resultantes, por um lado, de certos fatôres internacionais que escapam ao contrôle dos mencionados países, assim como de certas tendências que poderiam conduzir à manutenção perpétua de estruturas superadas nas relações econômicas internacionais.

8. A Conferência, ao recordar a Declaração das Nações Unidas sôbre a concessão da independência aos países dependentes, reclama a descolonização completa, condição necessária ao desenvolvimento econômico dos povos dependentes e para que êstes exerçam sua própria soberania sôbre seus respectivos recursos nacionais.

9. A Conferência declara que os problemas econômicos e sociais dos países em desenvolvimento poderiam ser solucionados eficazmente em um espaço de tempo razoàvelmente curto, sôbre a base de esforços coordenados no plano internacional e nacional, dentro dos têrmos da Carta das Nações Unidas, da colaboração e da ajuda mútua internacionais.

I

Problemas internos de desenvolvimento econômico

10. A Conferência reconhece que os países em desenvolvimento enfrentam problemas internos relativos a seu desenvolvimento econômico, através da mobilização dos recursos humanos, materiais e financeiros.

11. A Conferência reconhece que o rápido crescimento da renda nacional por habitante visando um desenvolvimento econômico acelerado, deverá ser o objetivo principal dos países em desenvolvimento.

12. A Conferência recomenda a elaboração e a execução dos planos nacionais sôbre o desenvolvimento econômico, enquanto instrumentos eficazes de um crescimento econômico rápido.

13. Os países que sofrem uma pressão demográfica que excede seus recursos disponíveis deverão acelerar o ritmo de seu desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que tomar medidas adequadas e legítimas para fazer frente ao problema do crescimento demográfico.

14. A Conferência reconhece a necessidade dos países em desenvolvimento tomarem medidas adequadas para realizar reformas na agricultura com o fim de aumentar a produção agrícola.

15. A Conferência sublinha a importância de que se revestem a diversificação e a industrialização na consolidação das bases da economia nacional, para aumentar a renda nacional e para criar novas possibilidades de trabalho.

16. Para que esta diversificação e industrialização sejam frutíferas nos campos interno, interregional e internacional, é necessário que os países de menos desenvolvimento melhorem os meios de transporte e de comunicação entre êles.

17. A Conferência reconhece que uma deficiência comum à maioria dos paises de menos desenvolvimento consiste na falta de mão-de-obra suficientemente especializada e de pessoal técnico e científicamente treinado.

É, portanto, de vital importância que todos os países de menos desenvolvimento cooperem estreitamente na elaboração de programas mais amplos, para poderem prestar um treinamento técnico e científico a uma maior proporção de sua população.

18. A Conferência sublinha a importância da estabilidade financeira e monetária, do estímulo das rendas e da mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico.

19. É necessário que a renda pública e institucional seja convertida em fonte principal de financiamento doméstico para o desenvolvimento. Com êste fim dever-se-ia procurar coordenar as fontes domésticas de financiamento com os recursos exteriores disponíveis.

20. A mobilização das rendas e a formação de capitais, mediante a utilização adequada dos recursos humanos, e, particular, com a ajuda das técnicas de desenvolvimento comum devem receber atenção especial dos paises de menos desenvolvimento.

21. A experiência adquirida pelos países de menos desenvolvimento interno está aumentando cada dia e é de suma importância para a cooperação entre os mesmos e com os países desenvolvidos.

II

A Cooperação entre os Países de Menos Desenvolvimento

22. A Conferência considera que a expansão do comércio entre os países em desenvolvimento, sobretudo no plano regional, pode ser uma contribuição útil para o seu desenvolvimento econômico; por isso recomenda que sejam tomadas medidas pertinentes com o fim de alcançar êste objetivo.

23. A Conferência convida os países em desenvolvimento a intensificar relações mútuas bilaterais mais amplas, nos setores comerciais de balança de pagamentos, de financiamento, de cooperação técnica, científica e industrial, de transportes e de comunicações.

24. A promoção do comércio e da cooperação entre os países em desenvolvimento requer que êstes estabeleçam meios de transporte e comunicações adequadas, além dos tradicionais e se outorguem, mùtuamente, facilidades de trânsito e administrativas.

25. A Conferência leva em consideração as preocupações manifestadas por certos países em desenvolvimento, sem acesso ao mar, no que se refere às facilidades de trânsito, inclusive o acesso a portos e recomenda que os países marítimos lhes concedam o acesso ao mar, no uso dos portos e das instalações de transportes.

26. A Conferência concorda em que se deveria estabelecer uma colaboração íntima entre os países em desenvolvimento produtores de produtos de base com o fim de resolver os problemas inerentes à colocação dos mesmos, inclusive no melhoramento da qualidade dêstes produtos, assim como outros problemas relacionados com o intercâmbio de bens e prestações de serviços. É necessário iniciar ações conjuntas para promover os estudos das tendências existentes no mercado mundial, inclusive nas oscilações de preços, a criação de reservas e o consumo das matérias-primas.

27. A Conferência recomenda aos Governos dos países participantes promover a colaboração recíproca no que se refere a todos os problemas de interêsse comum, tais como são: a reali-

zação do trabalho de investigação geológica, melhorias agrícolas, formação de centros de capacitação dos técnicos e a confecção dos programas de inversão e as possibilidades de financiá-los mediante os recursos nacionais ou internacionais.

28. A Conferência chama a atenção de um modo especial para a necessidade de estudar de um modo mais intenso os problemas relacionados com o comércio recíproco entre os países em desenvolvimento.

III

Os Problemas do Comércio Internacional

29. A Conferência faz constar que um rápido incremento dos benefícios da exportação se reveste de uma importância vital para os países em desenvolvimento.

30. A Conferência está consciente de que os problemas enfrentados pelos países de menos desenvolvimento, no campo do comércio internacional, exigem ação contínua e consultas mútuas por parte dos países menos desenvolvidos e recomenda aos Governos dos países participantes, assim como aos Governos de outros países de menos desenvolvimento, a continuar as consultas com o fim de:

— Trocar informações e opiniões entre êles sôbre os problemas referentes às relações econômicas com os países industriais.

— Concertar, mùtuamente, a posição a ser adotada pelos referidos países a respeito dos problemas econômicos examinados pelas organizações internacionais.

— Trocar opiniões e preparar o terreno para uma ação coordenada no referente aos efeitos negativos da política de integração praticada pelos países industriais.

31. A Conferência convida os países industriais a adotar, como problema de urgência, um programa de medidas visando a abolição das barreiras de tarifas e as não tarifárias, assim como de tôdas as outras barreiras econômicas discriminatórias que afetem adversamente as exportações dos países de menos desenvolvimento.

32. A Conferência insta, no interêsse, tanto dos países produtores como no dos consumidores, para que sejam tomadas medidas concretas e decisivas, dentro dos têrmos da Carta da Organização das Nações Unidas, com o fim de estabilizar os mercados internacionais de produtos primários, tanto a curto

como a longo prazo, sôbre uma base justa e remunerativa, tomando-se em consideração, a tendência dos preços dos produtos manufaturados.

33. A Conferência solicita aos Governos dos paises participantes, para que continuem o estudo dos problemas, visando iniciar programas de estabilização regionais ou mundiais, e, com êste fim, a Conferência insta a que os países industrialmente desenvolvidos, realizem seus programas de colocação de excedentes sem prejudicar os interêsses dos países produtores de matérias-primas e alimentos.

34. A Conferência recomenda a execução imediata e enérgica do programa de ação adotado pelo G.A.T.T., com vistas a melhorar as perspectivas das exportações dos países menos desenvolvidos.

35. A Conferência convida os Governos participantes a cooperar, efetivamente, dentro da estrutura do G.A.T.T., com o propósito de proteger seus interêsses comuns.

36. Ao mesmo tempo, a Conferência considera que o estabelecimento de um sistema internacional de financiamento compensatório é um assunto de grande importância e convida o Fundo Monetário Internacional a examinar a adoção de medidas tendentes a conseguir um equilíbrio melhor nas balanças de pagamento dos países menos desenvolvidos.

IV

Agrupamentos Econômicos Regionais

37. A Conferência observa com apreensão que os agrupamentos econômicos regionais dos paises industrializados prejudicarão os interêsses das economias menos desenvolvidas, se são concebidos e operam de maneira restrita ou discriminatória.

38. A Conferência considera que o comércio internacional deveria ser incrementado sôbre uma base de igualdade e não discriminatória e que devem ser tomadas medidas para reduzir o impacto das diferentes comunidades e associações econômicas dos países industriais sôbre a economia dos países menos desenvolvidos e sôbre o comércio mundial.

39. Tal ação deveria ser realizada pelos países industrializados, adotando-se medidas positivas e contínuas para que fique assegurado que as exportações dos países menos desenvolvidos, que sejam destinadas a seus mercados, possam ser constante-

mente aumentadas sôbre uma base não discriminatória, com vistas em sua balança de pagamentos.

40. A Conferência sugere que, quando existirem acordos revisados de tarifas e barreiras não tarifárias que afetem, adversamente, os interêsses dos países menos desenvolvidos, sejam tomadas medidas que contrabalancem tais efeitos adversos.

41. A Conferência considerou os possíveis impactos dos agrupamentos econômicos com respeito às economias dos países menos desenvolvidos e recomenda que, ao formular sua política de relações econômicas com os agrupamentos econômicos industriais, os países menos desenvolvidos considerem os efeitos de tais relações sôbre seus programas de industrialização e sôbre sua estrutura comercial.

V

Ajuda Econômica para o Desenvolvimento

42. A Conferência manifesta seu apoio à ajuda internacional baseada no respeito e benefícios mútuos e reconhece a utilidade de tôda assistência que se outorgue aos países menos desenvolvidos sôbre estas bases.

43. A Conferência observa que o volume atual da ajuda internacional, ainda que haja contribuído para a evolução dos países menos desenvolvidos, não é suficiente e suas formas e métodos não são satisfatórios. Isto faz com que aumente o desnível entre os países desenvolvidos e os que ainda se encontram em desenvolvimento, afetando, mediante a diminuição do volume comercial, a atividade e o progresso da economia mundial. Além disso, a demanda de importações procedentes dos países industriais e o nível da atividade econômica dos mesmos, são afetados.

44. A distribuição da ajuda internacional mostrou tendência à desigualdade no passado e a Conferência solicita que sejam tomadas medidas necessárias para corrigir esta situação.

45. A Conferência chama a atenção, em particular, para a necessidade de se assegurar a continuidade da ajuda internacional, assim como sôbre a necessidade de coordenar a mencionada ajuda com os planos e programas nacionais elaborados para o desenvolvimento econômico.

46. A Conferência sublinha que o financiamento internacional deve ter o objetivo de promover o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, o que poderá conseguir-se de modo mais acertado, mediante o financiamento de fontes oficiais em

forma de créditos, a longo prazo, a taxas reduzidas de juros, ou outros esquemas que não pesem demasiado sôbre a balança de pagamento dos países menos desenvolvidos.

47. A Conferência apela para que o financiamento dos projetos através do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, da Associação Internacional de Desenvolvimento e de outras instituições internacionais seja ampliado.

48. A Conferência apela para que seja posta em execução, com a maior brevidade possível, a recomendação da Assembléia Geral das Nações Unidas referente à utilização de um por cento das rendas nacionais combinadas dos países econômicamente desenvolvidos, em benefício do desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos.

49. A Conferência sublinha que as tarefas gerais do financiamento internacional podem ser realizadas de maneira mais eficiente, se a mencionada assistência fôr canalizada principalmente, através das Nações Unidas e, por conseqüência, recomenda que o Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico comece seus trabalhos sem demora, de acôrdo com a Resolução 1707/XVI da Assembléia Geral das Nações Unidas.

50. A Conferência lança um apêlo aos países econômicamente desenvolvidos para que aumentem, de acôrdo com as recomendações da Assembléia Geral das Nações Unidas, o volume da assistência financeira internacional destinada ao desenvolvimento e para que executem, com a maior brevidade possível, a Declaração solene incorporada à Resolução 724 A (VIII) da Assembléia Geral das Nações Unidas referente à transferência de uma parcela dos recursos resultantes do desarmamento ao Fundo para o Desenvolvimento Econômico dos países menos desenvolvidos.

VI

Assistência Técnica Internacional

51. A Conferência entende que a escassez de mão-de-obra suficientemente qualificada e de pessoal treinado se constitui em um dos maiores obstáculos à expansão econômica dos países menos desenvolvidos. Assim, tôdas as medidas destinadas ao desenvolvimento dos recursos científicos, técnicos e humanos nestes países, adquirem um caráter de importância vital.

52. A êste respeito, o programa para a coperação técnica no campo internacional, sob a direção das Nações Unidas e

outros programas de assistência técnica mútuos, foram e continuarão sendo, de valor e ajuda consideráveis para os países menos desenvolvidos.

53. O treinamento técnico, profissional e administrativo nos países menos desenvolvidos, terá de ser realizado em maiores proporções e mais além do que seja justificado por seus próprios recursos financeiros. A Conferência exige, a êsse propósito, um aumento substancial dos fundos administrados pelas Nações Unidas e pelos países desenvolvidos, destinados às atividades de treinamento.

54. É necessário intensificar mais esforços na coordenação do desenvolvimento científico e tecnológico com as condições e necessidades peculiares dos países em desenvolvimento.

55. A Conferência recomenda que sejam adotadas medidas para aumentar o intercâmbio de especialistas e pessoal técnico entre os países em desenvolvimento, de um lado, e entre êstes e os países avançados, do outro.

VII

As Atividades das Nações Unidas no Campo do Desenvolvimento

56. A Conferência convida os países participantes a cooperar, estreitamente, com as Nações Unidas e com outros organismos internacionais, com vistas a assegurar o progresso econômico e a reforçar a paz entre as nações.

57. Neste sentido, a Conferência recomenda aos Governos dos países participantes, a apoiar as atividades econômicas e sociais das Nações Unidas.

58. A Conferência acolhe, com grande satisfação, a iniciativa das Nações Unidas exposta na Resolução 1707/XVI da Assembléia Geral, intitulada "Comércio internacional como instrumento principal para o desenvolvimento econômico".

59. A Conferência manifesta-se, decididamente, a favor da convocação de uma Conferência econômica mundial dentro dos têrmos da Carta das Nações Unidas e convoca os países menos desenvolvidos para que trabalhem visando à realização desta Conferência em uma data próxima, em 1963.

60. A Conferência recomenda que a agenda da conferência econômica mundial inclua todos os problemas vitais relacionados com o comércio internacional, o comércio de produtos básicos

e as relações econômicas entre os países menos desenvolvidos e os desenvolvidos.

61. A Conferência acolhe com grande satisfação os propósitos da "Década do Desenvolvimento das Nações Unidas" e solicita que sejam adotadas medidas adequadas para a realização dêstes objetivos, considerando que as atividades do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas deveriam ser intensificadas especialmente nesse sentido e recomenda aos países participantes que cooperem efetivamente na realização dos fins propostos.

62. A Conferência recomenda que os países participantes aproveitem o mais possível a conferência, que será organizada pelas Nações Unidas sôbre a aplicação da ciência e a técnica em benefício dos países menos desenvolvidos, inclusive o possível estabelecimento de uma agência científica e técnica para estimular o progresso tecnológico nos países menos desenvolvidos.

63. A Conferência recomenda às Nações Unidas que os secretariados executivos das comissões econômicas regionais se reúnam, periòdicamente, para discutir os assuntos de interêsse comum, com o objetivo de estimular a cooperação econômica entre as regiões e elaborar relatórios periódicos sôbre êste tema.

VIII

Recomendações para a Cooperação Futura

64. A Conferência solicita ao seu Presidente que transmita, formalmente, esta Declaração aos Governos, dos países participantes e outros países interessados e ao Secretário-Geral das Nações Unidas, visando à sua inclusão como tema separado na ordem do dia da Décima Sétima Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

65. A Conferência solicita aos países participantes que mantenham um contacto contínuo entre si, em tôdas as matérias relativas à execução das resoluções adotadas por esta Conferência.

66. Em particular, será conveniente que sejam realizadas consultas, quando necessário, para assegurar uma cooperação efetiva entre os países participantes para que as conclusões adotadas no Cairo, sejam, apresentadas nas reuniões da Assembléia Geral das Nações Unidas, assim como nas reuniões de outras instituições internacionais.

67. Tendo por objetivo assegurar a continuidade efetiva de seus esforços econômicos, os países participantes concordam

em convocar reuniões, seminários, grupos de especialistas e conferências que estimulem os anseios de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, assim como a causa de uma cooperação econômica e em nível de igualdade entre tôdas as nações.

68. Com vistas à proposta Conferência Econômica Mundial das Nações Unidas, é necessário iniciar consultas mútuas e estudos, para assegurar uma apresentação adequada dos pontos de vista adotados pelos países menos desenvolvidos, durante o curso da Conferência.

69. A Conferência convida aos países menos desenvolvidos a cooperar estreitamente, com vistas a assegurar o progresso econômico e reforçar a paz nas Nações.

ACÔRDO DE UNIDADE ECONÔMICA ÁRABE

Cinco países árabes, a Jordânia, o Kuait, Marrocos, Síria e RAU assinaram, em junho dêste ano, na sede da Liga dos Estados Árabes, no Cairo, um acôrdo para a Unidade Econômica Árabe. O acôrdo garantirá aos Estados signatários e seus súditos, em condições de igualdade, as seguintes vantagens:

1) — Liberdade de viagens e de transferência de capitais; 2) Liberdade de troca de mercadorias; 3) Liberdade de residência, trabalho e atividade econômica; 4) Liberdade de transporte e de trânsito e de uso de portos e aeroportos.

A fim de alcançar êsses objetivos será criado um Conselho de Unidade Econômica Árabe que procurará a unificação das políticas de importação e exportação e dos sistemas monetários, bem como a coordenação das políticas referentes ao comércio, produção industrial e agrícola, taxação e estatística de vida. O acôrdo econômico será implementado através de estágios graduais para os quais o Conselho proposto estabelecerá os planos necessários e entrará em vigor logo que fôr ratificado por três, pelo menos, dos Estados signatários.

DOCUMENTOS

O BRASIL E O DESARMAMENTO

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR AFONSO ARINOS PERANTE A 39ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO.

A 18 de maio de 1962, o Chefe da Delegação brasileira senador Afonso Arinos pronunciou o seguinte discurso perante a Conferência de Desarmamento, que teve início a 14 de março do ano em curso, em Genebra:

"Senhor Presidente,

Os debates da última semana, bem como os do início da que agora transcorre, constituíram importantes passos no desenvolvimento dos nossos trabalhos. Inicialmente, cumpre ressaltar a declaração do delegado soviético, Embaixador Zorin, de que sua delegação encarava favoràvelmente o prosseguimento da Conferência, de forma a tornar possível o aplainamento de certas dificuldades, ainda depois de apresentado o relatório preliminar à Comissão de Desarmamento, sugestão com a qual parece concordar plenamente o nosso outro co-Presidente, o Embaixador Dean. Essa acertada decisão permitirá talvez a apresentação de mais um relatório, antes da reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas, o qual possivelmente marcará uma posição promissora quanto aos resultados da Conferência, não sòmente para conhecimento daquela Assembléia, como para tranqüilidade da opinião pública em todo o mundo. Para que alcancemos, contudo, tais objetivos, torna-se necessário que certas dificuldades básicas sejam vencidas, e para que elas sejam vencidas é preciso que sejam encaradas de frente, com decisão e imparcialidade. Na opinião da Delegação brasileira, a contribuição mais valiosa que podem dar os oito países não participantes de alianças militares à obra da Conferência, se situa, precisamente, na análise objetiva e imparcial das dificuldades políticas existentes e em oferecer às grandes potências e seus aliados sugestões desinteressadas que possam contribuir para a solução dos problemas. Minha intenção é sòmente marcar uma diferença de atitude que decorre, vamos dizer, das diferenças entre as responsabilidades existentes entre nós, os países não alinhados e as nações dos blocos militares. Com efeito, a responsabilidade que cabe aos oito países, segundo a opinião da Delegação do Brasil é antes de tudo a de tentar amainar as resistências recíprocas, a fim de facilitar e apressar o desarmamento. Às grandes potências nucleares, bem como aos seus aliados, de parte a parte, cabe, além da nossa, a responsabilidade de uma outra tarefa, instante e perigosa, seja, a de que o processo de desarmamento se desenvolva com o menor risco possível para os Estados e povos nêle engajados. Creio que essa diferença entre as responsabilidades explicará a cautela com que agem as potências nucleares e seus aliados, levando-os a valorizar até o extremo limite os interêsses da sua parte. Do imenso e complexo quadro do desarmamento geral e completo vamos destacar alguns aspectos dos mais significativos e que tiveram a sua atualidade marcada por autorizadas referências feitas nas nossas últimas sessões, a fim de sôbre êles também nos manifestarmos, e, quem sabe, apresen-

tarmos algumas sugestões, sempre no espírito acima referido de imparcialidade e desinterêsse. Em primeiro lugar, desejamos abordar as questões do *contrôle* e da *confiança*, que nos parecem estreitamente vinculadas. Várias têm sido as referências aqui feitas a certa passagem de um discurso proferido pelo nosso eminente colega da Nigéria, segundo a qual os três fatôres: desarmamento, contrôle e confiança se encontram de tal forma interligados que, afinal, vêm a constituir um conjunto inseparável. Essa nos parece ser, sem dúvida, a verdade. Se analisarmos os dois projetos de tratado que estão em discussão, quanto ao seu *modus operandi*, veremos que estão ambos divididos em etapas, isto é, em seqüências sucessivas e periódicas de medidas concretas a serem levadas a efeito. Assim, visando ambos os projetos a um objetivo comum, que é o desarmamento geral e completo, a verdade é que tal desarmamento, ainda que geral e completo não se pode realizar, nem materialmente nem lògicamente, a não ser por partes, por etapas. Portanto, o desarmamento geral não é senão uma limitação progressiva e incessante dos armamentos até que se atinja a quota zero. As circunstâncias fazem com que os Estados armados, sòmente por intermédio de providências difíceis e dilatadas, se possam desfazer do pêso das suas armas e isso por insuperáveis motivos de segurança, de exeqüibilidade técnica e, até mesmo, por motivos ponderáveis de natureza econômica. Se assim é, e se assim não pode deixar de ser, a conseqüência é que, tendo em vista os aspectos peculiares e até certo ponto inéditos das armas nucleares, os riscos que o desarmamento visa eliminar não diminuem com as primeiras etapas do desarmamento, antes, pelo contrário, podem mesmo aumentar. Isso quer dizer que se as negociações para um tratado de desarmamento são delicadas e penosas, a aplicação dêsse mesmo tratado — o que de resto não é sem precedentes na História diplomática — o será ainda bem mais. Os riscos inerentes à execução do desarmamento escapam a tôdas as formas materiais de contrôle, e isso foi bem fixado pelo eminente representante da Suécia, no dia 11 de maio, quando disse: "Il n'est pourtant pas possible d'y parvenir sans prendre certains risques, la sécurité a 100% est difficile à obtenir". Referindo-se a essa passagem do discurso do nosso colega da Suécia o Embaixador Zorin afirmou o seguinte, ainda na sessão de 11 de maio: "je suis d'accord avec vous pour dire qu'il y a la un certain risque, et je m'associe pleinement à ce qu'a dit le representant de là Suède à ce sujet, lorsqu'il a déclaré: Qui ne risque rien n'a rien". E o Embaixador Dean, ainda na 35ª Sessão, exprimiu opinião semelhante, nos seguintes têrmos: "il ne s'agit pas d'une assurance qui ne laisse absolument aucun doute. Un tel genre d'assurance ne peut jamais être obtennu". Encaradas as coisas dessa maneira, parece-nos irrefutável que um dos problemas mais atuais no processo de desarmamento, e ousaria mesmo dizer um dos seus problemas mais concretos é o da confiança. A alguns parecerá paradoxal colocar a confiança no plano das situações concretas. Sendo a confiança uma atitude psicológica decorrente de fatôres tão subjetivos, e instáveis, imprecisos como, de fato, abordá-la no plano das soluções concretas? Na verdade, porém, se formos analisar a situação de mais perto veremos que não se opõe nem à lógica nem ao bom senso a colocação aqui feita. A confiança é sem dúvida uma atitude subjetiva, que muito se aproxima da crença, mas enquanto a fé se baseia numa certa inclinação do espírito para a aceitação das verdades não provadas, a confiança, muito diferentemente, se apóia na experiência, isto é, em um dado objetivo e real. Há, inegàvelmente, uma parte indutiva na

confiança, mas a sua parte dedutiva é também inegável e muito forte. Pode-se crer no que se ignora, mas só se confia no que se conhece, pelo menos em parte, — mas numa parte substancial. Parecem, por isto mesmo, despidas de autenticidade, por mais respeito que nos mereçam os seus autores, as opiniões segundo as quais a questão do desarmamento deve ser desvinculada da criação de uma atmosfera de crescente confiança entre os Estados e, sobretudo, entre os grandes Estados. De resto, a nosso ver, tais opiniões não concordam com as bases estabelecidas para o nosso trabalho pela declaração comum de 20 de setembro de 1961, nem mesmo com a distribuição das tarefas estabelecidas para esta Conferência. Com efeito a declaração conjunta diz no seu parágrafo 4 da parte introdutória o seguinte: "Considérant que pour faciliter la réalisation du désarmement général et complet dans un monde pacifique il importe que tous les Etats observen les accords internationaux existants, s'abstiennent de toute action qui puisse aggraver la tension internationnale et cherchent à régler tous les differends par des moyens pacifiques". Quanto à distribuição dos nossos trabalhos convém lembrar que o comitê plenário tem por incumbência levar avante esforços no sentido preconizado pelo texto da Declaração Comum que acaba de ser lido. De resto, no plano da vida social e mesmo da vida individual, vemos a cada passo, como o fator confiança vai *paripassu* com o êxito das mais concretas soluções. Considero desnecessário insistir sôbre êste ponto, que é da rotina de cada dia. Voltando aos assuntos que nos preocupam, minha delegação entende ser uma aproximação irrealista da nossa tarefa a de supor que se possa elaborar um tratado de desarmamento, executá-lo sem que dentro do processo concomitantemente com êle, não antes dêle, mas tampouco depois dêle, se vá criando um clima sadio e firme de confiança entre os grandes Estados.

Como dissemos acima parece-nos que o fator confiança é, antes de tudo, baseado nos dados objetivos da experiência. Podemos ter um exemplo eloqüente e não muito remoto dessa verdade recordando o ambiente que prevaleceu entre as potências ocidentais e os países socialistas na fase em que juntos lutaram para defender o mundo da tremenda tirania nazista. O antagonismo ideológico anterior era profundo e as circunstâncias em que se desenvolveu a primeira fase da guerra não haviam contribuído para diminuí-lo, antes pelo contrário. No entanto bastou que a Inglaterra, os Estados Unidos e a União Soviética tomassem consciência real do interêsse que ligava os três Estados na defesa de uma mesma causa para que se instalasse entre os mesmos, apesar da negativa experiência passada, um grau de confiança suficiente para levar a têrmo a enorme tarefa de esmagar o nazismo. Quando o Primeiro Ministro Churchill, em uma das suas famosas orações parlamentares, comunicou ao mundo a aliança russo-britânica não houve quem não compreendesse imediatamente que uma nova experiência se inaugurava para aquêles tempos, e a confiança foi surgindo. O problema, hoje, é criar verdadeiramente a consciência de que se torna indispensável uma ação comum dos grandes Estados, apesar das divergências ideológicas e das experiências negativas de suas recentes relações, para que se leve avante a nova guerra, a maior de tôdas as guerras da História: a guerra contra a guerra, que só pode ser ganha pela deposição de tôdas as armas, pelo desarmamento geral e completo. Com todo respeito, minha delegação pergunta se a guerra conjunta contra uma fôrça agressora não é realmente menos importante que a vitória contra tôdas as possibilidades de agressão. E pergunta ainda: se foi possível

criar-se a consciência de uma tarefa comum para a guerra, como não será possível criar-se essa mesma consciência para a paz? A confiança é o resultado dessa consciência, a qual depende tão-sòmente daqueles Estados poderosos que podem decidir da paz ou da guerra. O poder político, afinal, não é senão um grupo de homens cuja vontade coordenada determina a marcha dos povos e dos Estados. A confiança depende hoje, como dependeu ontem da consciência e da vontade dêsses grupos de homens de um grupo pequeno de Estados. Os representantes dos países não armados não podem criá-la, — essa confiança, mas sabem que os Governos das grandes potências o podem. Sabem também das responsabilidades históricas com que êsses homens se defrontam. Grave êrro é o de atribuir ao fator confiança um caráter subjetivo ou, digamos, abstrato. Longe disto, êle é um dado rigorosamente concreto e objetivo, sem cuja presença por assim dizer material, nunca chegaremos ao fim do nosso trabalho. A êsse propósito desejo focalizar aqui a passagem que sôbre o problema da confiança se encontra no discurso do Embaixador Zorin, na sessão de 14 de maio. Na sua observação, segundo a qual "o comêço dessas favoráveis mudanças nas relações entre Estados devem provir do desarmamento", nosso colega da União Soviética, com o verdadeiro respeito que lhe é devido, colocou o problema de forma que nos parece incompleta. É com a maior sinceridade que insistimos na importância da criação do fator confiança como elemento indispensável não apenas à execução do tratado, mas também à sua redação. Êsse argumento me parece irrefutável, principalmente diante da opinião generalizada entre os delegados das duas maiores potências nucleares — opinião que citamos acima — sôbre o risco inevitável que haverá para um e para outro lado na aplicação do mesmo tratado. Ora, se ambas as partes estão acordes em reconhecer a existência de uma dose inevitável de risco, como esperar que elas se comprometam a assumir tais riscos por intermédio dos vínculos solenes de um tratado internacional, se a redação dêsse tratado não fôr baseada numa confiança suficiente para sua execução. A nosso ver, não se trata, absolutamente, como parecem supor alguns colegas, de se proceder a uma diminuição geral de certas tensões internacionais não relacionadas com o problema do desarmamento. Para falar claramente, não se trata de resolver conflitos manifestos ou latentes como, por exemplo, os que existem atualmente no Sudeste da Ásia, na orla meridional do Mediterrâneo ou no Mar das Antilhas. Não se trata de encontrar uma aplicação efetiva, política ou teórica, para a chamada doutrina da convivência pacífica entre as duas concepções do Estado, a do mundo socialista e a do mundo democrático. O de que se trata é de podermos realizar aqui neste trabalho, neste tratado, algo que foi possível durante a última guerra: unir-se para a defesa do mundo — sem o que, é com desprazer que o digo — o tratado não poderá ser realmente levado a bom têrmo, como deseja a Organização das Nações Unidas e esperam todos os povos do mundo. Essas as considerações que minha delegação desejou formular sôbre o assunto que a muitos parecerá excessivamente genérico ou mesmo irrealista, opinião da qual pedimos licença para divergir frontalmente.

Estreitamente vinculado ao problema da confiança, como já dissemos acima, se acha a questão do contrôle, — a chave de todo o sistema do desarmamento. Em todos os campos, em todos os aspectos, em tôdas as tentativas ela é o obstáculo. Quando o contrôle entra em cena são proferidas sentenças condenatórias, que decapitam as soluções propostas como

guilhotinas. Foi essa mesma guilhotina que decapitou o *memorandum* das 8 potências sôbre a eliminação dos ensaios nucleares, e ela é que tem funcionado com grande eficiência nas negociações do próprio tratado. Na nossa penúltima reunião informal tive ocasião de solicitar a boa vontade dos países que se encontram há anos nas negociações do desarmamento, para as intervenções dos representantes dos países recentemente admitidos à Conferência, e òbviamente menos familiarizados com a matéria. Na Sessão Plenária de 11 de maio, nosso colega da Suécia, Embaixador Edberg insistiu também no ponto relativo à deficiência de informação sôbre certos aspectos técnicos, fato que realmente não deveria ocorrer. É encorajado por tais precedentes que me aventuro no complicado problema do contrôle. De inicio devo salientar que o Brasil é partidário de um sistema realmente eficaz de contrôle para todo o processo do desarmamento. O Ministro das Relações Exteriores disse-o aqui claramente, no discurso com o qual inaugurou a presença da nossa Delegação na Conferência. Tenho recebido, regularmente, reiteração dessa opinião do meu Govêrno em favor de um sistema eficaz de contrôle, com o qual seria criado um clima de confiança que permitiria a redação do tratamento e a sua posterior execução. Com a franqueza que os deveres que aqui temos impõem a todos nós, devo dizer que na opinião da nossa delegação, o problema do contrôle não tem sido alvo da obstinada e paciente atenção que merece. Sem dúvida os 2 projetos lhe atribuem primordial importância. Mas a verdade é que, criado o impasse pela oposição das propostas, muito pouco se tem feito no sentido de negociar verdadeiramente, de se procurar vencer o impasse. Vejamos, por exemplo, o plano de inspeção por zonas, proposto pelos Estados Unidos. Pelo menos três dos 8 delegados dos paises não alinhados, recomendaram que se estudasse mais de perto essa solução, a fim de que se averiguasse se ela podia servir de base a negociações frutuosas. Nesse sentido se manifestaram as delegações da Nigéria, da Suécia e do Brasil. O Embaixador Edberg, na sua interessante declaração de 11 de maio, fêz, sôbre esta questão capital 3 perguntas. Não deixa de ser significativo o fato de que as respostas, *dadas pelos eminentes delegados* da União Soviética e dos Estados Unidos, respectivamente nas Sessões de 14 e 15 de maio, não corresponderam às perguntas. O Embaixador Zorin limitou-se, por sua vez, a reiterar a não aceitação da proposta pela sua delegação, referindo-se de forma geral às razões dadas anteriormente, mas sem mencioná-las. Acontece, entretanto, que as perguntas da Delegação sueca visavam exatamente a possibilidade de introduzir certas modificações na proposta, de maneira a torná-la talvez aceitável. Ou melhor, visavam exatamente a sugerir uma negociação. O Embaixador Stelle, por sua vez respondeu a uma pergunta, a quarta feita pelo representante da Suécia, reiterando os têrmos da proposta americana. Quanto às outras duas que também versavam sôbre a questão de zonas, o representante norte-americano preferiu reportar-se à negativa soviética. Tratando do assunto na sessão de 16 de maio, o Ministro Godber insistiu sobretudo nas dificuldades da questão. Essas respostas demonstram que não parece ter ainda chegado o momento de negociar sôbre contrôle. Por outro lado, as posições não nos parecem muito nítidas, sendo que, dos debates podemos extrair *nuances* e flutuações que bem exploradas poderiam conduzir a algum resultado. Por exemplo, a aparente oposição de conceitos entre contrôle do desarmamento e contrôle do armamento que é sempre apresentada como o ponto principal da divergência. Às vêzes, se

bem compreendo o sentido dos debates, não se apresenta tão radical. Vejamos a êsse propósito o que disse o Embaixador Zorin na sessão de 11 de maio, referindo-se a uma questão suscitada pelo General Burne: "Il nous a demandé si nous comptions inclure dans le contrôle les armes dissiculées. Nous l'incluons, mais nous vous demandons comment vous la conceves, cette vérification pour un pays dont la superficie est de 22.000.000 de kilomètres carrés". Antes de entrarmos na questão da forma pela qual se poderá operar a verificação, convém nos aprofundarmos um pouco mais no exame da posição dos países socialistas sôbre o mérito da questão, tomando por base as manifestações de seus representantes autorizados. Há uma diferença possível entre a inspeção sôbre armamentos clandestinos e inspecção sôbre armamentos remanescentes. Uns e outros são mantidos depois da destruição de armamentos estabelecida no tratado, mas a manutenção de armamentos clandestinos representa uma infração ao tratado, enquanto a manutenção de armamentos remanescentes correspondem à sua execução. Na base de tal diferença poder-se-ia sustentar que a inspeção de armamentos clandestinos é uma coisa e a inspeção de armamentos remanescentes é outra; que uma pode ser aceita sem prejuízo de que a outra seja recusada. Pelos textos aos quais me vou referir, se é que os interpreto corretamente, tenho a impressão de que os representantes dos países socialistas falam no direito de inspeção cem por cento, sòmente no que diz respeito à pesquisa de armamentos conservados clandestinamente, sem que isso implique na obrigação de aceitar a inspeção a cem por cento quanto aos armamentos remanescentes. Efetivamente na sessão de 11 de maio, o Embaixador Zorin, em resposta ao General Burns disse: "Comment découvrez-vous des armes *dissimulé* dans un tel pays (de 22.000.000 de kilomètres carrés). Vous êtes specialiste, Monsieur Burns, des questions militaires, alors comment concevez-vous cette vérification?" Na sessão de 16 de maio, o Ministro Naszkowski declarou: "Il est matériellement impossible de réaliser, surtout sur de vastes territoires, le principe d'un contrôle total de prétendues armes *dissimulées;* autrement dit quel est impossible d'effectuer un contrôle de la totalité des armaments de l'autre partie, en l'absence d'un désarmament complet". Passando ao sistema das perguntas, que tão bom resultado vem dando depois da iniciativa sueca, eu também perguntaria aos eminentes representantes da União Soviética e da Polônia se a nossa interpretação está correta. E se estiver, se acham êles possível que se estabeleça um processo de verificação da existência de armamentos clandestinos, que seja diferente do processo de verificação de armamentos remanescentes. Ao fim de tôdas essas incertezas só duas saídas parecem certas. Os Estados Unidos propuseram um sistema de verificação global por zonas, que os soviéticos recusam. Os soviéticos propuseram um sistema de verificação global por material destruído, que os americanos não aceitam. Ambos os processos sugeridos, são, ao mesmo tempo, parciais e globais. A inspeção proposta pelos Estados Unidos é global quanto ao armamento e parcial quanto ao território em que se exerce. A inspeção proposta pelos soviéticos é global quanto às armas destruídas e parcial quanto às remanescentes. No entanto, os dois processos são incompatíveis e o tratado de desarmamento diante de tal incompatibilidade acha-se bloqueado num impasse. Ora, não é sòmente um tratado de desarmamento que nos foi cometido pelas Nações Unidas, mas segundo consta expressamente da resolução conjunta de 20 de setembro de 1961, um tratado pro-

vido de um sistema de estrito e eficaz contrôle internacional. Portanto a não aceitação de tal sistema de contrôle representa a inviabilidade do tratado e o fracasso dos trabalhos de Genebra. Em conseqüência disto urge negociar, com paciência e obstinação para que se possa chegar a uma solução aceitável do problema do contrôle. Considerados racionalmente, o contrôle é de solução difícil em virtude de uma contradição preliminar que lhe é inerente, e que não podemos esconder. Essa contradição se exprime nos seguintes têrmos: O contrôle não pode ser baseado na confiança, porque se houvesse confiança total não seria necessário contrôle. Mas em contrapartida também não pode ser executado sem confiança, porque se a desconfiança fôsse total o contrôle seria impossível. Para resolvermos êsse enigma temos de negociar na base de um sistema exeqüível e que ao mesmo tempo facilite a confiança. A êste propósito gostaria de recordar uma importante informação que nos foi transmitida pelo eminente delegado do Reino Unido, o Ministro Godber, na sessão do dia 16 de maio.

Abordando o problema do contrôle, o Ministro Godber declarou: "Pour notre part, nous nous sommes livrés, au Royaume-Uni, à une étude fort complète des problèmes que pose la vérification et nous serons prets à discuter en détail avec nos collègues ce qui peut être fait et ce qui ne peut l'être". Mais longe, declarou: "Dans le passé, j'ai eu l'occasion de dire que nous devrions, dans bien des cas, songer a recourir à des sous-comitês. C'est là une méthode que nous pourrion adopter en l'occurence". O Embaixador Zorin, no mesmo dia 16, respondendo às observações do nosso eminente colega General Burns, insistiu no seu apêlo para que sejam oferecidos dados realmente convincentes da exeqüibilidade do contrôle através da inspeção direta. Não podemos negar que êstes dados não nos foram até agora oferecidos. A Delegação brasileira não pretende negar que êles existam. Apenas é levada a constatar que até agora não foi apresentado à Conferência nenhum esquema realmente convincente sôbre a aplicação do contrôle através da inspeção direta, em face dos problemas e dificuldades de ordem material e até lógica que surgirão nos têrmos das reiteradas declarações da Delegação soviética. Isso nos parece melhor solução do que o confinamento dos estudos a um grupo pequeno de delegações, pois o resultado de tais estudos, quando apresentado à Conferência exigia tempo para ser devidamente considerado, sem contar com o fato de que a origem unilateral poderia provocar reservas do outro lado. Insistimos em que não há motivos para que os problemas de ordem técnica sejam subtraídos ao estudo conjunto, desde que os assuntos de ordem política, òbviamente primordiais, estejam sendo sujeitos a negociação comum. Reconheço que não tem havido simpatia no seio das Nações Unidas, quanto a visualizar tècnicamente os problemas do desarmamento. O primeiro Ministro britânico Mac Millan fêz uma proposta dêsse gênero, creio que na XV Assembléia Geral, a qual não chegou a ser votada. O *memorandum* das 8 potências que também dava primazia ao lado técnico está no limbo. Assim também proposta do mesmo gênero, que aqui foi apresentada pelo nosso eminente colega Embaixador Cavalletti. Não tendo muitas ilusões sôbre a boa vontade existente a respeito da consideração técnica dos assuntos, não formulo proposta alguma, mas deixo aqui consignada essa sugestão, que a ninguém compromete, ainda que aceita".

ACÔRDO SÔBRE A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES NA ARGÉLIA

Texto das Declarações assinadas de comum acôrdo em Evian, no dia 18 de março de 1962 pelas Delegações do Govêrno da República Francesa e da Frente de Libertação Nacional Argelina — Decretos relativos à organização do *referendum* da autodeterminação e à organização provisória dos poderes públicos na Argélia

(I)

ACÔRDO DE CESSAÇÃO DE FOGO NA ARGÉLIA *

Artigo 1.º

Pôr-se-á fim às operações militares e a tôda a ação armada no conjunto do território argelino em 19 de março de 1962 às 12 horas.

Artigo 2.º

As duas partes comprometem-se a proscrever todo o recurso a atos de violência coletiva e individual.

Deverá cessar tôda a ação clandestina e contrária à ordem pública.

Artigo 3.º

As fôrças combatentes da Frente Nacional de Liberação (F.L.N.) existentes à data da cessação de fogo se estabelecerão dentro das regiões correspondentes aos lugares onde se encontram atualmente estacionadas.

Os membros de ditas fôrças que transitarem individualmente fora da sua região de estacionamento, o farão sem armas.

Artigo 4.º

As fôrças francesas estacionadas nas fronteiras não se retirarão antes da proclamação dos resultados da autodeterminação.

Artigo 5.º

Os planos de estacionamento do exército francês na Argélia estipularão as medidas necessárias para evitar qualquer contacto entre as fôrças.

Artigo 6.º

A fim de resolver os problemas relativos à aplicação da cessação de fogo, pelo presente se cria uma Comissão Mista de Cessação de Fogo.

Artigo 7.º

A Comissão proporá às instâncias correspondentes das duas partes as medidas que devem ser adotadas, em especial com respeito a:

— a solução dos incidentes comprovados, após prévio exame do assunto à base dos documentos do caso;

— a resolução das dificuldades que não puderam ser resolvidas no plano local.

Artigo 8.º

Cada uma das partes estará representada nesta Comissão por um oficial superior e um máximo de dez membros, incluindo o pessoal da Secretaria.

* Tradução dos textos oficiais publicados no *Journal Officiel*, da República francesa, do dia 20 de março de 1962.

Artigo 9.º

A Comissão Mista de Cessação de Fogo terá a sua sede em Rocher-Noir.

Artigo 10

Nos departamentos, a Comissão Mista de Cessação de Fogo estará representada, se o requererem as circunstâncias, por comissões locais integradas por dois membros de cada uma das partes e que funcionarão de acôrdo com os mesmos princípios.

Artigo 11

Todos os prisioneiros capturados em combate e que se achem em poder de cada uma das duas partes no momento da entrada em vigor da cessação de fogo serão postos em liberdade; serão entregues ao cabo de 20 dias, a contar da data da cessação de fogo, às autoridades designadas para o efeito.

As duas partes porão ao conhecimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha os lugares de estacionamento dos seus prisioneiros, assim como tôdas as medidas adotadas em prol da sua libertação.

DECLARAÇÕES DO GOVÊRNO DO DIA 19 DE MARÇO DE 1962 RELATIVAS À ARGÉLIA

Declaração geral

O povo francês reconheceu, por *referendum* de 8 de janeiro de 1961, o direito dos argelinos escolherem por meio duma consulta de sufrágio direto e universal, o seu destino politico em relação à República francesa.

As negociações que se realizaram em Evian de 7 de março a 18 de março de 1962, entre o Govêrno da República e a F.L.N. terminaram com a seguinte conclusão:

Uma cessação de fogo foi concluída. As operações militares e a luta armada chegarão ao seu têrmo no dia 19 de março em todo o território da Argélia.

As garantias relativas à aplicação da autodeterminação e à organização dos Poderes Públicos na Argélia durante o período de transição foram definidas de comum acôrdo.

A formação, depois da autodeterminação, de um estado independente e soberano parecendo estar conforme com as realidades da situação na Argélia, e nestas condições, a cooperação entre a França e a Argélia correspondendo aos interêsses dos dois países, o Govêrno francês considera que, juntamente com a F.L.N., a solução da independência da Argélia em cooperação com a França é a que corresponde a esta situação.

O Govêrno e a F.L.N. definiram portanto de comum acôrdo esta solução nas declarações que serão submetidas à aprovação dos eleitores a quando do escrutínio da autodeterminação.

Capítulo I

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS DURANTE O PERÍODO TRANSITÓRIO E DAS GARANTIAS DA AUTODETERMINAÇÃO

A. A consulta da autodeterminação permitirá aos eleitores darem a conhecer se êles querem que a Argélia seja independente e, nesse caso, se êles desejam que a França e a Argélia cooperem nas condições definidas pelas presentes declarações.

B. Esta consulta terá lugar através do território argelino, isto é, nos quinze departamentos seguin-

tes: Argel, Batna, Constantina, Medea, Mostaganem, Oásis, Orão, Orléansville, Saida, Saoura, Setif, Tiaret, Tizi-Ouzou e Tlemcen.

Os resultados nos diversos centros de votação serão totalizados e proclamados para o conjunto do território.

C. A liberdade e a sinceridade da consulta serão garantidas conforme o regulamento, fixando as condições da consulta da autodeterminação.

D. Até à realização da autodeterminação a organização dos Poderes Públicos na Argélia será estabelecida em conformidade com o regulamento que acompanha a presente declaração.

Um Poder Executivo Provisório e um tribunal de lei pública serão instituídos. A República francesa será representada na Argélia por um Alto Comissário. Estas instituições e especialmente o Poder Executivo Provisório, serão instaladas logo que a cessação de fogo entrar em vigor.

E. O Alto Comissário será o depositário dos Poderes da República na Argélia, especialmente em matéria de defesa, de segurança e de manutenção da ordem.

F. O Poder Executivo Provisório será especialmente encarregado de:

- assegurar a administração dos próprios negócios públicos da Argélia. Êle dirigirá a administração da Argélia e terá a missão de colocar argelinos em empregos nos diferentes ramos desta administração.
- manter a ordem pública. Disporá para êsse efeito dos serviços da polícia e duma fôrça de segurança colocada sob a sua autoridade.
- preparar e estabelecer a autodeterminação.

G. O tribunal da ordem pública será composto dum número igual de juizes europeus e muçulmanos.

H. O pleno exercício das liberdades individuais e públicas, será restabelecido dentro do mais breve prazo possivel.

I. A F.L.N. será considerada como uma organização política legal.

J. As pessoas internadas tanto em França como na Argélia serão libertadas dentro de um prazo máximo de 20 dias a contar da "Cessação do Fogo".

K. A anistia será imediatamente proclamada e as pessoas que estiverem detidas serão postas em liberdade.

L. As pessoas refugiadas no estrangeiro poderão tornar a entrar na Argélia. As Comissões situadas em Marrocos e na Tunísia facilitarão êsse regresso.

As pessoas que hajam sido deslocadas poderão voltar para o local da sua residência habitual.

O Poder Executivo Provisório tomará as primeiras medidas sociais, econômicas e outras destinadas a assegurar o regresso destas populações a uma vida normal.

M. O escrutínio da autodeterminação terá lugar num prazo mínimo de 3 meses e num prazo máximo de 6 meses. A data será fixada segundo a proposta do Poder Executivo Provisório dentro dos dois meses que se seguirão à instalação dêste.

Capítulo II

INDEPENDÊNCIA E COOPERAÇÃO

Se a solução da independência e da cooperação fôr adotada, o conteúdo das atuais declarações impôr-se-á ao Estado argelino.

A — *Independência da Argélia*

1 — O Estado Argelino

O Estado argelino exercerá a sua plena e completa soberania tanto interna como externamente. Essa soberania exercer-se-á em

tôdas as esferas, especialmente na defesa nacional e nos negócios estrangeiros.

O Estado argelino estabelecerá livremente as suas próprias instituições e escolherá o regime social e político que julgar estar em maior conformidade com os seus interêsses. Ao nível internacional, definirá e instituirá em plena soberania a política da sua escolha.

O Estado argelino subscreverá sem reservas a Declaração Universal dos Direitos Humanos e baseará as suas instituições nos princípios democráticos e na igualdade dos direitos políticos entre todos os cidadãos sem discriminação de raça, origem ou religião. Deverá principalmente aplicar as garantias reconhecidas para os franceses de estado civil.

II — *Direitos individuais e Liberdades* e *Suas Garantias*

1 — Disposições Comuns:

Ninguém será objeto de medidas policiais ou legais, sanções disciplinares ou qualquer discriminação em virtude de:

— Opiniões expressas na altura dos acontecimentos ocorridos na Argélia antes do dia do escrutínio da autodeterminação;
— Atos cometidos na altura dêstes mesmos acontecimentos antes do dia da proclamação da cessação de fogo.

Nenhum argelino será obrigado a sair de território argelino ou impedido de partir dêle.

2. Disposições respeitantes a cidadãos franceses de estado civil ordinário.

a) Dentro da estrutura da legislação argelina sôbre a nacionalidade, a situação legal dos cidadãos franceses de estado civil ordinário será dirigida de acôrdo com os seguintes princípios:

Durante um período de 3 anos a partir do dia da autodeterminação, os cidadãos franceses de estado civil ordinário:

— Nascidos na Argélia e justificando 10 anos de residência habitual e regular sôbre o território argelino no dia da autodeterminação e cujo pai ou mãe nascidos na Argélia, tenham preenchido ou tenham tido a possibilidade de o fazer, as condições para exercer os direitos cívicos;
— Ou justificando 20 anos de residência habitual e regular no território argelino no dia da autodeterminação.

Beneficiarão, de direito, dos direitos cívicos argelinos e serão considerados, por êsse facto, como nacionais franceses, exercendo os direitos cívicos argelinos.

Os nacionais franceses exercendo os direitos cívicos argelinos não podem exercer simultâneamente os direitos cívicos franceses.

Ao chegar ao têrmo do prazo de três anos seguidos, êles adquirem a nacionalidade argelina por meio de pedido de inscrição ou de confirmação dessa sua inscrição nas listas eleitorais. Se êsse pedido não fôr feito, êles disfrutarão dos benefícios duma convenção sôbre residentes estrangeiros.

b) A fim de assegurar durante um prazo de três anos, aos nacionais franceses exercendo os direitos cívicos argelinos e no fim dêsse prazo, de modo permanente, aos argelinos de estado civil francês, a proteção da sua pessoa e dos seus bens, assim como a sua participação normal na vida da Argélia, as seguintes medidas serão previstas:

Êles terão uma justa e autêntica participação nos negócios públicos. Nas Assembléias, a sua representação deverá corresponder ao seu número atual. Nos diversos ramos da função pública êles terão assegurados uma participação equitativa. A sua participação na vida

municipal de Argel e Orão será objeto de disposições especiais.

Os seus direitos de propriedade serão respeitados. Nenhuma medida de privação de posse será tomada a seu respeito sem a concessão de uma indenização equitativa, prèviamente fixada.

Êles receberão as garantias apropriadas segundo os seus particularismos culturais, lingüísticos e religiosos. Conservarão o seu estatuto pessoal que será respeitado e aplicado por tribunais argelinos, compostos de magistrados do mesmo estatuto. Utilizarão a língua francesa nas assembléias e nas suas relações com os Poderes Públicos.

Uma associação para a proteção dos seus direitos contribuirá para a proteção dos direitos conferidos.

Um Tribunal de Garantias, uma instituição de lei interna argelina, ficará encarregado de vigiar para que êsses direitos sejam respeitados.

B — Cooperação entre a França e a Argélia.

As relações entre os dois países serão baseadas no respeito mútuo da sua independência, com reciprocidade das vantagens e dos interêsses das duas partes.

A Argélia garantirá os interêsses da França e os direitos adquiridos pelas pessoas e entidades legais, nas condições fixadas pelas presentes declarações. Em contrapartida, a França concederá à Argélia a sua assistência técnica e cultural e dará ao seu desenvolvimento econômico e social um auxílio financeiro privilegiado.

1. Durante um período de três anos renovável, o auxílio da França será fixado em condições semelhantes e a um nível equivalente àquele dos programas em curso.

Com respeito à independência comercial e alfandegária da Argélia, os dois países determinarão os diferentes domínios em que os câmbios comerciais beneficiarão dum regime de preferência.

A Argélia fará parte da "zona do franco". Terá a sua própria unidade monetária e os seus próprios ativos monetários. Haverá entre a França e a Argélia transferências em condições compatíveis com o desenvolvimento econômico e social da Argélia.

2. Nos Departamentos atuais dos Oásis e do Saara a avaliação das riquezas do subsolo terá lugar segundo os seguintes princípios:

a) A cooperação Franco-Argelina será assegurada por um organismo técnico de cooperação saariana. Esta organização terá um caráter paritário. O seu papel será especialmente o de desenvolver a infra-estrutura necessária para a exploração do subsolo, e aconselhar sôbre os projetos de lei e regulamentos de caráter mineiro, examinando os pedidos relativos à concessão de títulos mineiro. O Estado argelino entregará os títulos e implantará a legislação mineira em plena soberania.

b) Os interêsses franceses serão assegurados especialmente por:

— O exercício, segundo as regras do código petrolífero do Saara, tal como existe presentemente, dos direitos ligados aos títulos mineiros concedidos pela França;
— A preferência dada, no caso de igualdade de oferta, às sociedades francesas na concessão de novos títulos mineiros, segundo as modalidades previstas pela legislatura argelina mineira;
— O pagamento em francos franceses dos hidrocarbonetos do Saara até à medida das necessidades de abastecimento da França assim como dos outros países da zona do franco.

3. A França e a Argélia desenvolverão as suas relações culturais. Cada país poderá criar no território do outro uma universidade

e um centro cultural, cujas portas estarão abertas a todos.

A França dará o seu auxílio na formação de técnicos argelinos.

Pessoal francês, especialmente mestres e técnicos, será pôsto à disposição do Govêrno argelino por meio de um acôrdo entre os dois países.

Capítulo III

DETERMINAÇÃO DAS QUESTÕES MILITARES

No caso da solução da independência da Argélia e da cooperação entre a Argélia e a França ser adotada, as questões militares serão resolvidas de acôrdo com os seguintes princípios:

— As fôrças francesas, que serão progressivamente reduzidas a partir da cessação de fogo, retirar-se-ão das fronteiras argelinas logo que tome lugar a autodeterminação. Essas tropas serão reduzidas para 80.000 homens no espaço de 12 meses a contar da autodeterminação. O repatriamento destas fôrças deverá ter lugar ao expirar um segundo prazo de 24 meses. As instalações militares serão evacuadas em conformidade.

— A Argélia concederá o arrendamento à França do uso da base de Mers-el-Kébir por um período de 15 anos, o qual poderá ser renovado por acôrdo entre os dois países;

— A Argélia concederá também à França o uso de um número de campos de aterragem, os terrenos, localidades e instalações militares que lhe sejam necessárias.

Capítulo IV

DETERMINAÇÃO DE LITÍGIOS

Tanto a França como a Argélia resolverão os desentendimentos que venham a surgir entre elas mediante meios pacíficos. Terão recurso tanto à conciliação como à arbitragem. No caso destas modalidades não serem bem sucedidas, cada um dos dois Estados poderá recorrer diretamente ao Tribunal Internacional de Justiça.

Capítulo V

CONSEQÜÊNCIAS DA AUTODETERMINAÇÃO

Após aviso oficial previsto no artigo 27 do Regulamento da Autodeterminação, serão estabelecidos os instrumentos correspondentes a êstes resultados.

Se a solução da independência e cooperação fôr adotada:

— A independência da Argélia será imediatamente reconhecida pela França;
— A transferência de jurisdição terá imediatamente lugar;
— Tanto as regras enunciadas na presente declaração geral e nas declarações que a acompanham entrarão em vigor ao mesmo tempo;
— O Poder Executivo Provisório organizará, dentro de um prazo de três semanas, eleições para a designação da Assembléia Nacional Argelina, à qual transferirá os seus poderes.

DECLARAÇÃO DE GARANTIAS

Primeira Parte

Disposições Gerais

1. DA SEGURANÇA DAS PESSOAS

Ninguém poderá ser molestado, investigado, perseguido, condenado nem objeto de decisão penal, de sanção disciplinar ou de nenhuma discriminação por atos cometidos em relação com os acontecimentos políticos ocorridos na Ar-

gélia antes do dia da proclamação da cessação de fogo.

Ninguém poderá ser molestado, investigado, perseguido, condenado nem objeto de decisão penal, de sanção disciplinar ou de nenhuma discriminação por palavras ou opiniões expressas em relação com os acontecimentos politicos ocorridos na Argélia antes do dia da votação da autodeterminação.

2. DA LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO ENTRE A ARGÉLIA E A FRANÇA

Salvo decisão judicial, todo o argelino que possua um cartão de identidade poderá circular livremente entre a Argélia e a França.

Os argelinos que saiam de território argelino com o propósito de se estabelecerem noutro país poderão transportar os seus bens móveis e transferir os capitais provenientes desta operação nas condições previstas pela Declaração de Princípios relativa à cooperação econômica e financeira. Os seus direitos de pensão serão respeitados nas condições previstas nessa mesma Declaração.

Segunda Parte

Capítulo I

DO EXERCICIO DOS DIREITOS CIVIS ARGELINOS

No âmbito da legislação argelina sôbre a nacionalidade, a situação jurídica dos cidadãos franceses de estatuto civil de direito comum será regida pelos seguintes princípios:

Durante um período de três anos a contar do dia da autodeterminação, os cidadãos franceses no exercício dos direitos cívicos argelinos, quando:

— houverem nascido na Argélia e provarem ter dez anos de residência habitual e regular em território argelino à data da autodeterminação;
— e provarem ter dez anos de residência habitual e regular em território argelino à data da autodeterminação e o pai ou a mãe, nascidos na Argélia, reunirem ou tiverem podido reunir as condições requeridas para exercer os direitos cívicos;
— ou provarem ter vinte anos de residência habitual e regular em território argelino à data da autodeterminação[

Os nacionais franceses que exercerem os direitos cívicos argelinos não poderão exercer simultâneamente os direitos cívicos franceses.

No final do mencionado período de três anos, adquirirão a nacionalidade argelina com prévia solicitação de inscrição ou de confirmação da sua inscrição nas listas eleitorais; na ausência de tal solicitação, ficarão amparados pelas disposições do acôrdo de estabelecimento.

Capítulo II

PROTEÇÃO DOS DIREITOS E LIBERDADES DOS CIDADÃOS ARGELINOS DE ESTATUTO CIVIL DE DIREITO COMUM

A fim de garantir aos argelinos de estatuto civil de direito comum a proteção das suas pessoas e dos seus bens e sua participação harmoniosa na vida da Argélia, serão aplicadas as medidas enunciadas no presente capítulo.

Os nacionais franceses que exercerem os direitos cívicos argelinos nas condições previstas no anterior capítulo I, beneficiarão dessas mesmas medidas.

1. — Os argelinos de estatuto civil de direito comum gozarão do mesmo tratamento e das mesmas

garantias de direito e de ação que os demais argelinos. Ficarão sujeitos aos mesmos deveres e às mesmas obrigações.

2. — Garantir-se-ão aos argelinos de estatuto civil de direito comum os direitos e liberdades definidos na Declaração Universal de Direitos Humanos. Em particular, não poderão ser objeto de nenhuma medida discriminatória baseada na sua língua, cultura, religião ou estatuto pessoal. Êstes traços característicos ser-lhes-ão reconhecidos e deverão ser respeitados.

3. — Os argelinos de estatuto civil de direito comum serão dispensados durante cinco anos do serviço militar.

4. — Os argelinos de estatuto civil de direito comum participarão em justa medida da direção dos assuntos públicos, ou se trate dos assuntos gerais da Argélia ou dos das coletividades locais, de estabelecimentos públicos ou de emprêsas públicas.

Dentro de um colégio eleitoral único comum a todos os argelinos, os argelinos de estatuto civil de direito comum gozarão do direito de sufrágio ativo e passivo.

5. — Os argelinos de estatuto civil de direito comum terão, em tôdas as assembléias de caráter político, administrativo, econômico, social e cultural, uma representação justa e autêntica.

a) Nas assembléias de caráter político e nas assembléias de caráter administrativo (conselhos regionais, gerais e municipais), a sua representação não poderá ser inferior à sua importância numérica no seio da população. Para êste efeito, em cada circunscrição eleitoral se conservarão certo número de postos vagos, segundo a proporção de argelinos de estatuto civil de direito comum nessa circunscrição aos candidatos argelinos dêsse estatuto, qualquer que seja o tipo escolhido de votação.

b) Nas assembléias de caráter econômico, social e cultural, a sua representação terá que levar em conta os seus interêsses morais e materiais.

6. a) A representação dos argelinos de estatuto civil de direito comum no seio das assembléias municipais será proporcional ao seu número na circunscrição de que se trate.

b) Em todo o município onde haja mais de 50 argelinos de estatuto civil de direito comum e onde êstes, não obstante a aplicação do disposto no anterior artigo 5, não se encontrem representados no seio da assembléia municipal, será designado um adjunto especial que participará nas sessões com voz consultiva.

Será proclamado adjunto especial, à raiz das eleições municipais, o candidato argelino de estatuto civil de direito comum que houver recebido o maior número de votos.

c) Sem prejuízo do princípio enunciado no parágrafo a) anterior, e durante os quatro anos seguintes à votação da autodeterminação, as cidades de Argel e Orão serão administradas por conselhos municipais cujo presidente ou vice-presidente será escolhido entre os argelinos de estatuto civil de direito comum.

Durante êsse mesmo período as cidades de Argel e Orão se encontrarão divididas num número de circunscrições municipais que não será inferior a dez em Argel nem a seis em Orão.

Nas circunscrições onde a proporção de argelinos de estatuto civil de direito comum passe de cinqüenta por cento, a autoridade colocada à cabeça da circunscrição pertencerá a esta categoria de cidadãos.

7. — Nos diferentes ramos da administração pública será assegurada uma proporção equitativa de argelinos de estatuto civil de direito comum.

8. — Os argelinos de estatuto civil de direito comum terão direito a fazer valer o seu estatuto

pessoal não alcorânico até à promulgação na Argélia de um código civil, em cuja elaboração participarão.

9. — Sem prejuízo das garantias resultantes, no que se refere à composição do corpo judicial argelino, das regras relativas à participação dos argelinos de estatuto civil de direito comum na administração pública, são previstas as seguintes garantias concretas em matéria judicial:

A. Qualquer que seja a organização judicial futura da Argélia, a mesma compreenderá em todos os casos, no que se refere aos argelinos de estatuto civil de direito comum:

— ajuizamento em dupla instância, inclusive no que se refira ao procedimento de instrução;
— o júri em matéria criminal;
— os recursos tradicionais: recurso de cessação e recurso de graça.

B. Além disto, em tôda a Argélia:

a) Em todo o tribunal civil ou penal, ante o qual deva comparecer um argelino de estatuto civil de direito comum, atuará obrigatòriamente um juiz argelino do mesmo estatuto.

Portanto, se o procedimento implicar a intervenção do júri, uma têrça parte dos jurados serão argelinos de estatuto civil de direito comum, atuará obrigatòriamente um juiz argelino do mesmo estatuto.

Portanto, se o procedimento implicar a intervenção do júri, uma têrça parte dos jurados serão argelinos de estatuto civil de direito comum;

b) Quando tiver que comparecer ante um tribunal penal de juiz único um argelino de estatuto civil de direito comum, o juiz único, se não fôr um argelino do mesmo estatuto, será auxiliado por um vogal escolhido entre os argelinos de estatuto civil de direito comum, os quais terão voz consultiva;

c) Todo o litígio que verse exclusivamente sôbre o estatuto pessoal dos argelinos de estatuto civil de direito comum será reconhecido por um tribunal composto em sua maioria de magistrados que pertençam a êste estatuto;

d) Em todos os tribunais em que se requeira a presença de um ou mais juízes do estatuto civil de direito comum, êstes poderão ser substituídos por juízes franceses nomeados a título de cooperação técnica.

10. — A Argélia garantirá a liberdade de consciência e a liberdade dos cultos católicos, protestante e israelita. Garantirá a êstes cultos liberdade em sua organização, em seu exercício e em seu ensino, assim como a inviolabilidade dos lugares de culto.

11. — Os textos oficiais serão publicados ou notificados em idioma francês ao mesmo tempo que o serão em idioma nacional. Será utilizado o idioma francês nas relações entre os serviços públicos argelinos e os argelinos de estatuto civil de direito comum. Êstes terão direito a utilizá-lo, especialmente, na vida política, administrativa e judicial.

b) Os argelinos de estatuto civil de direito comum poderão optar livremente entre os diversos estabelecimentos de ensino e os diferentes tipos de ensino.

c) Os argelinos de estatuto civil de direito comum, tal como os demais argelinos, terão liberdade para fundar e administrar estabelecimentos de ensino.

d) Os argelinos de estatuto civil de direito comum poderão assistir às sessões francesas que organize a Argélia nos seus estabelecimentos escolares de todo o tipo, conforme as disposições da Declaração de Princípios relativa à cooperação cultural.

e) A parte reservada na radiodifusão e televisão argelina às emissões em língua francesa deve-

rão corresponder à importância que se reconheça a esta.

12. — Os bens pertencentes aos argelinos de estatuto civil de direito comum não serão objeto de nenhuma discriminação, especialmente em matéria de revistas, nacionalização, reforma agrária ou imposição tributária. Tôda a expropriação será subordinada ao pagamento de uma indenização equitativa e prèviamente fixada.

13. — A Argélia não estabelecerá nenhuma discriminação em matéria de acesso aos empregos. Não se estabelecerá nenhuma limitação para o acesso a uma profissão, salvo os requisitos de competência.

14. — Ficarão garantidas a liberdade de associação e a liberdade sindical. Os argelinos de estatuto civil de direito comum terão direito a fundar associações e sindicatos e a ingressar nas associações os sindicatos que sejam de sua preferência.

Capítulo III

DA ASSOCIAÇÃO DE SALVAGUARDA

Os argelinos de estatuto civil de direito comum pertencerão, até que se ponham em vigor os estatutos, a uma Associação de Salvaguarda reconhecida de utilidade pública e regida pelo Direito argelino.

A Associação terá por fim:

— Comparecer em justiça, incluso ante o Tribunal de Garantias, para defender os direitos pessoais dos argelinos de estatuto civil de direito comum, em particular os direitos enunciados na presente Declaração;

— Intervir ante os Poderes Públicos;

— Administrar estabelecimentos culturais e de beneficência.

Até à aprovação dos seus estatutos pelas autoridades competentes argelinas, a Associação será dirigida por um comitê diretivo de nove membros que serão designados, na sua terceira parte respectivamente, por representantes da vida espiritual e intelectual da magistratura e do colégio de advogados.

O comitê diretivo será ajudado por uma secretaria que responderá ante êle; poderá abrir escritórios em diferentes localidades.

A Associação não constituirá um partido ou agrupamento político e não concorrerá às votações.

A Associação será constituída desde a entrada em vigor da presente Declaração.

Capítulo IV

DO TRIBUNAL DE GARANTIAS

A instância de tôda a parte argelina interessada, tomará conhecimento dos litígios o Tribunal de Garantias.

Êste será integrado:

— por quatro magistrados argelinos, dois dos quais serão de estatuto civil de direito comum, designados pelo Govêrno argelino;

— por um presidente designado pelo Govêrno argelino a proposta dos quatro magistrados.

O Tribunal poderá deliberar vàlidamente com três membros como mínimo dos cinco que o compõem.

Poderá ordenar investigações.

Poderá declarar a anulação de todo o texto regulamentar ou decisão individual que considere contrários à Declaração de Garantias.

Poderá pronunciar-se sôbre tôda a medida de indenização.

As suas decisões serão firmes.

Terceira Parte

FRANCESES RESIDENTES NA ARGÉLIA NA QUALIDADE DE ESTRANGEIROS

Os franceses que não gozem dos direitos cívicos argelinos ficarão amparados por um acôrdo de estabelecimento, conforme os princípios seguintes:

1. Os nacionais franceses poderão entrar na Argélia e sair do país desde que possuam um cartão de identidade nacional francesa ou um passaporte francês válido.

Poderão circular livremente pela Argélia e fixar sua residência no lugar da sua escolha.

Os nacionais franceses residentes na Argélia que saiam do território argelino com o propósito de se estabelecerem noutro país poderão transportar os seus bens móveis, transferir os seus capitais, nas condições previstas no título III da Declaração de Princípios relativa à cooperação econômica e financeira, e seguir beneficiando dos direitos de pensão adquiridos na Argélia, nas condições previstas na Declaração de Princípios relativa à cooperação econômica e financeira.

2. — Os nacionais franceses gozarão em território argelino de igualdade de tratamento com os nacionais do país no que respeita a:

— o gôzo dos direitos civis em geral;
— o livre acesso a tôdas as profissões juntamente com os direitos necessários para exercê-las efetivamente, em particular o de dirigir e fundar emprêsas;
— o benefício da legislação sôbre assistência e segurança social;
— o direito de adquirir e de ceder a propriedade de todo o tipo de bens, móveis e imóveis, assim como de administrá-los e gozar dêles; a reserva das disposições relativas à reforma agrária.

3. a) Os nacionais franceses gozarão em território argelino de tôdas as liberdades enunciadas na Declaração Universal de Direitos Humanos.

b) Os franceses terão o direito de utilizar a língua francesa em tôdas as suas relações com a justiça ou as administrações.

c) Os franceses poderão abrir e dirigir na Argélia estabelecimentos particulares de ensino e de investigações, conforme as disposições previstas na Declaração de Princípios relativa à cooperação cultural.

d) A Argélia abrirá os seus estabelecimentos de ensino aos franceses. Êstes poderão solicitar o ingresso nos cursos das secções previstas na Declaração de Princípios relativa a questões culturais.

4. — As pessoas, os bens e os interêsses dos nacionais franceses serão colocados debaixo da proteção das leis o que será garantido pelo livre acesso aos tribunais. Ficarão isentos da caução *judicatum solvi*.

5. — Não se adotará contra os bens, interêsses ou direitos adquiridos pelos nacionais franceses nenhuma medida arbitrária ou discriminatória. Ninguém poderá ser privado dos seus direitos, senão mediante indenização equitativa e prèviamente fixada.

6. — O estatuto pessoal, compreendido no regime de sucessões, dos nacionais franceses será regido pela lei francesa.

7. — A legislação argelina determinará eventualmente os direitos cívicos e políticos reconhecidos aos nacionais franceses em território argelino, assim como as condições para a sua admissão aos empregos públicos.

8. — Com sujeição à legislação argelina, os nacionais franceses poderão participar nas atividades dos sindicatos, grupos de defesa profissional ou organizações

representativas de interêsses econômicos.

9. — As sociedades civis e mercantis de direito francês que tenham a sua sede social em França e que desdobrem atualmente ou no futuro atividades econômicas na Argélia, gozarão em território argelino de todos os direitos reconhecidos pelo presente texto dos quais possa ser titular uma pessoa jurídica.

10. — Os nacionais franceses poderão obter em território argelino concessões, autorizações e licenças administrativas e ser admitidos nas licitações públicas nas mesmas condições que os nacionais argelinos.

11. — Os nacionais franceses não poderão estar sujeitos em território argelino ao pagamento de direitos, impostos ou contribuições, qualquer que seja a sua denominação, diferentes dos percebidos pelos nacionais argelinos.

12. — Serão adotadas disposições ulteriores com vistas a reprimir a evasão fiscal e evitar a dupla tributação. Os nacionais franceses beneficiarão em território argelino, nas mesmas condições que os nacionais argelinos, de tôda a disposição que ponha a cargo do Estado ou das coletividades públicas a reparação de estragos sofridos por pessoas ou bens.

13. — Nenhuma medida de expulsão ditada contra um nacional francês considerado perigoso para a ordem pública será executada sem que o Govêrno francês seja prèviamente informado dela. Salvo em casos de urgência absoluta, que se fará constar numa decisão motivada, dar-se-á um prazo suficiente ao interessado para despachar os seus assuntos pendentes.

Os seus bens e interêsses ficarão salvaguardados, sob a responsabilidade da Argélia.

14. — As disposições complementares serão objeto de um acôrdo ulterior.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS RELATIVA À COOPERAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Preâmbulo

A cooperação entre a França e a Argélia nas esferas econômica e financeira será fundada numa base contratual conforme os princípios seguintes:

1. A Argélia garante os interêsses da França e os direitos adquiridos das pessoas físicas e morais;

2. A França compromete-se em contrapartida a conceder à Argélia a sua assistência técnica e cultural, e a acarretar ao financiamento do seu desenvolvimento econômico e social uma contribuição privilegiada que se justifica pela importância dos interêsses franceses existentes na Argélia;

3. Dentro do âmbito dêstes compromissos recíprocos, a França e a Argélia manterão entre si relações privilegiadas, principalmente no plano dos intercâmbios comerciais e da moeda.

Título I

CONTRIBUIÇÃO FRANCESA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA ARGÉLIA

Artigo 1.º

Para contribuir de modo duradouro para a continuidade do desenvolvimento econômico e social da Argélia, a França manterá a sua assistência técnica e uma ajuda financeira privilegiada. Para um primeiro período de três anos, que será renovável, esta ajuda será fixada em condições comparáveis e a um nível equivalente ao dos programas em curso.

Artigo 2.º

A ajuda financeira e técnica francesa será aplicada principalmente ao estudo, execução ou financiamento de projetos de investimentos públicos ou privados apresentados pelas autoridades argelinas competentes, à formação de quadros dirigentes e de técnicos argelinos, ao envio de técnicos franceses. Aplicar-se-á também às medidas transitórias que deverão ser adotadas para facilitar o regresso ao trabalho das populações reagrupadas.

A dita ajuda poderá revestir-se, segundo os casos, em forma de prestações em espécie, empréstimos, quotas ou participações.

Artigo 3.º

As autoridades argelinas e francesas competentes pôr-se-ão de acôrdo para conseguir que esta ajuda tenha plena eficácia e se destine aos fins para os quais houver sido concedida.

Artigo 4.º

As modalidades da cooperação nas esferas administrativa, técnica e cultural serão objeto de disposições especiais.

Título II

INTERCÂMBIOS COMERCIAIS

Artigo 5.º

Em conformidade com o princípio da independência comercial e aduaneira da Argélia, os intercâmbios comerciais com a França, estabelecidos à base da reciprocidade das vantagens e do interêsse das duas partes, disfrutarão de um estatuto especial correspondente às relações de cooperação entre os dois paises.

Artigo 6.º

O dito estatuto disporá:

— a instituição de tarifas preferenciais ou a isenção de direitos;
— as facilidades de colocação, em território francês, dos excedentes de produção da Argélia, mediante a organização dos mercados de certos produtos com respeito, especialmente, às condições de preço;
— as restrições à livre circulação de mercadorias, que se justifiquem principalmente pelo desenvolvimento da economia nacional, a proteção da saúde pública, a repressão de fraudes;
— as cláusulas de navegação aérea e marítima entre os dois paises, com vistas a favorecer o desenvolvimento e a plena utilização das duas bandeiras.

Artigo 7.º

Os nacionais argelinos residentes em França, e em particular os trabalhadores, terão os mesmos direitos que os nacionais franceses, com excepção de direitos políticos.

Título III

RELAÇÕES MONETÁRIAS

Artigo 8.º

A Argélia formará parte da zona do franco. Além disto, as suas relações com esta zona serão definidas contratualmente à base dos princípios enunciados nos artigos 9, 10 e 11 seguintes.

Artigo 9.º

As operações de conversão da moeda argelina em moeda francesa

e vice-versa, assim como as transferências entre os dois países, serão efetuadas à base das paridades oficiais reconhecidas pelo Fundo Monetário Internacional.

Artigo 10

As *transferências com destino* à França disfrutarão de um regime de liberdade. Não obstante, o volume global e o ritmo das operações deverão ajustar-se às exigências do desenvolvimento econômico e social da Argélia, assim como ao importe das entradas em francos da Argélia, principalmente as procedentes da ajuda financeira outorgada pela França.

Para a aplicação dêstes princípios, e com o afã de proteger a Argélia contra os efeitos da especulação, a França e a Argélia entrarão em ajuste no seio de uma comissão mista integrada pelas autoridades monetárias dos dois paises.

Artigo 11

Os acordos relativos à cooperação monetária entre a França e a Argélia disporão principalmente:

— as modalidades de trespasse do privilégio de emissão, as condições do exercício dêste privilégio durante o periodo que precederá a instalação do Instituto de Emissão argelino, as facilidades necessárias para o funcionamento dêste Instituto;
— as relações entre o Instituto e o Banco de França no que respeita às condições de participação da Argélia no quinhão comum de divisas, a concessão de assinações suplementares eventuais em divisas, o regime de haveres argelinos em francos franceses correspondentes aos direitos de circulação em divisas e as possibilidades de supercirculações em francos franceses;
— as condições em que se estabelecerão normas comuns com respeito às operações tratadas em moedas alheias à zona do franco.

Título IV

GARANTIAS DOS DIREITOS ADQUIRIDOS E DOS COMPROMISSOS ANTERIORES

Artigo 12

A Argélia assegurará sem discriminação alguma o livre e pacífico gôzo dos direitos patrimoniais adquiridos em seu território antes da autodeterminação. Ninguém poderá ser privado dêsses direitos sem uma indenização equitativa prèviamente fixada.

Artigo 13

Dentro do âmbito da reforma agrária, a França prestará à Argélia *uma ajuda especifica* com vistas ao resgate, na sua totalidade ou em parte, dos direitos de propriedade pertencentes a nacionais franceses.

À base de um plano de resgate estabelecido pelas autoridades argelinas competentes, as modalidades desta ajuda serão determinadas por acôrdo entre os dois países, com vistas a conciliar a execução da politica econômica e social da Argélia com o acarretamento em escala normal do concurso financeiro da França.

Artigo 14

A Argélia confirma a integridade dos direitos vinculados aos títulos mineiros ou de transporte outorgados pela República francesa

para a exploração, aproveitamento ou transporte de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos e demais substâncias minerais dos treze departamentos argelinos do Norte; o regime dêsses títulos continuará sendo o estabelecido pelo conjunto das disposições aplicáveis à data da cessação de fogo.

O presente artigo refere-se ao conjunto dos títulos mineiros ou de transporte outorgados pela França antes da autodeterminação; não obstante, depois da cessação de fogo, não se outorgarão novas licenças exclusivas de exploração em superfícies ainda não atribuídas, salvo em caso que as zonas interessadas hajam sido objeto de um aviso de abertura de investigação publicado antes da dita data no "Journal Officiel" da República francesa.

Artigo 15

Ficam garantidos os direitos adquiridos, até à data da autodeterminação, em matéria de pensões de reforma ou de invalidez com respeito a organizações argelinas.

Estas organizações continuarão a atender o serviço das pensões de reforma ou de invalidez; a sua transferência definitiva, assim como as modalidades do seu resgate eventual, serão determinadas de comum acôrdo entre as autoridades argelinas e francesas.

Ficam garantidos os direitos a pensões de reforma ou de invalidez adquiridos com respeito a organizações francesas.

Artigo 16

A Argélia facilitará o pagamento de pensões devidas pela França aos combatentes e reformados. Autorizará os serviços franceses competentes a prosseguirem em território argelino no exercício das suas atividades em matéria de pagamentos, cuidado e tratamento de inválidos.

Artigo 17

A Argélia garante às sociedades francesas instaladas em seu território, assim como às sociedades cujo capital esteja em sua maior parte em poder de pessoas físicas ou morais francesas, o exercício normal das suas atividades em condições que excluirão tôda a discriminação em prejuízo delas.

Artigo 18

A Argélia tomará a seu cargo as obrigações contraídas e os direitos adquiridos em seu nome ou no de estabelecimentos públicos argelinos pelas autoridades francesas competentes.

Artigo 19

O domínio imobiliário do Estado na Argélia será trespassado ao Estado argelino com prévia dedução, em conformidade com as autoridades argelinas, dos imóveis que se julguem necessários para o funcionamento normal dos serviços franceses temporários ou permanentes.

Os estabelecimentos públicos do Estado, ou as sociedades pertencentes ao Estado, encarregados da direção dos serviços públicos argelinos serão trespassados à Argélia. Êste trespasse abrangerá os elementos patrimoniais encarregados na Argélia da direção de tais serviços públicos, assim como o passivo correspondente aos mesmos. Serão efetuados acordos particulares para determinar as condições em que se realizarão estas operações.

Artigo 20

Salvo acôrdo em contrário a que se chegue entre a França e a Argélia, os créditos e as dívidas expressas em francos, existentes à data da autodeterminação entre pessoas físicas ou morais de direito público ou particular, avaliar-se-ão expressas na moeda do domicílio do contrato.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SÔBRE A COOPERAÇÃO PARA O APROVEITAMENTO DAS RIQUEZAS DO SUBSOLO DO SAARA

Preâmbulo

1. Dentro do âmbito da soberania argelina, a Argélia e a França comprometem-se a cooperar para assegurar a continuidade dos trabalhos de aproveitamento das riquezas do subsolo do Saara;

2. A Argélia sucede à França nos seus direitos, prerrogativas e obrigações de domínio público concedentes no Saara para a aplicação da legislação mineira e petroleira, levando em conta as modalidades estipuladas no Título III da presente Declaração;

3. A Argélia e a França comprometem-se, cada qual no que lhe diga respeito, a observar os princípios de cooperação acima enunciados, a respeitar e fazer respeitar a aplicação das seguintes disposições:

Título I

HIDROCARBONETOS LÍQUIDOS E GASOSOS

A. *Garantia dos direitos adquiridos e das suas prolongações*

1. — A Argélia confirma a integridade dos direitos vinculados aos títulos mineiros e de transporte outorgados pela República francesa em aplicação do Código Petroleiro do Saara.

O presente parágrafo refere-se ao conjunto dos títulos mineiros e de transporte outorgados pela França antes da autodeterminação; não obstante, depois da cessação de fogo, não se outorgarão novas licenças exclusivas de exploração em superfícies ainda não atribuídas, salvo no caso que as zonas interessadas tenham sido objeto de um aviso de abertura de investigação publicado antes de dita data no "Journal Officiel" da República francesa.

a) Por "títulos mineiros e de transporte" será essencialmente entendido:

1. As autorizações de pesquisas;
2. As licenças exclusivas de exploração, chamadas licenças H;
3. As autorizações provisórias de exploração;
4. As concessões para desenvolvimento e os convênios correspondentes;
5. As aprovações de projetos de obras para o transporte de hidrocarbonetos e as autorizações de transporte correspondentes.

b) Por "Código Petroleiro do Saara" entender-se-á o conjunto das disposições de todo o gênero aplicáveis, à data da cessação de fogo, à sondagem, exploração e transporte de hidrocarbonetos produzidos nos departamentos de Oásis e de Saara, e principalmente o transporte dêsses hidrocarbonetos até ao *terminus* marítimo.

2. — Os direitos e obrigações dos possuidores de títulos mineiros e de transporte mencionados no precedente parágrafo 1, assim como as pessoas físicas ou morais associadas a êles em virtude de protocolos, acordos ou contratos aprovados pela República francesa, serão os definidos pelo Código Pe-

troleiro de Saara e pelas presentes disposições.

3. — O direito concedido ao possuidor de títulos mineiros e a seus associados de transportar ou fazer transportar por canalizações, em condições econômicas normais sua produção de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos até aos pontos de tratamento ou de embarque e de assegurar a sua exportação será exercido, no que respeita à determinação do curso das canalizações, conforme as recomendações do Organismo.

4. — O direito do concessionário e dos seus associados, dentro do âmbito da sua organização comercial própria ou de outra por si eleita, de vender a sua produção e dispor livremente dela, ou seja, cedê-la, trocá-la ou utilizá-la na Argélia ou para exportação, será exercido sem prejuízo da satisfação das necessidades do consumo interno argelino e da refinação local.

5. — Os tipos de câmbio e as paridades monetárias aplicáveis a tôdas as operações comerciais ou financeiras deverão ser conformes às paridades oficiais reconhecidas pelo Fundo Monetário Internacional.

6. — As disposições do presente Título serão aplicáveis sem distinção alguma a todos os titulares de títulos mineiros ou de transporte e aos seus associados, qualquer que seja a natureza jurídica, a origem ou a distribuição do seu capital e independentemente de tôda a condição de nacionalidade das pessoas ou do lugar da sede social.

7. — A Argélia abster-se-á de tomar nenhuma medida capaz de tornar mais oneroso ou de fazer obstáculo ao exercício dos direitos acima garantidos, levando em conta as condições econômicas normais. A Argélia não diminuirá os interêsses dos acionistas, possuidores de participações ou credores dos titulares de títulos mineiros ou de transporte, dos seus associados ou das emprêsas que trabalhem por sua conta.

B. — GARANTIAS REFERENTES AO FUTURO (NOVOS TÍTULOS MINEIROS OU DE TRANSPORTE)

8. — Durante um período de seis anos, a contar da data de entrada em vigor das presentes disposições, a Argélia outorgará prioridade às sociedades francesas em matéria de licenças de sondagem e exploração, no caso de ofertas iguais com respeito às superfícies ainda não atribuídas ou que chegarem a ficar disponíveis. O regime aplicável será o da legislação argelina vigente, mas as sociedades francesas conservarão o regime do Código Petroleiro do Saara a que se refere o anterior parágrafo 1 no que respeita aos títulos mineiros amparados pela garantia dos direitos adquiridos.

Por "Sociedades francesas", no sentido do presente parágrafo, entender-se-ão as sociedades cujo contrôle seja efetivamente exercido por pessoas morais ou físicas francesas.

9. — A Argélia renuncia a tôda a medida discriminatória em prejuízo das sociedades francesas e seus associados que intervenham na sondagem, exploração ou o transporte de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos.

C. — DISPOSIÇÕES COMUNS

10. — As operações de compra e venda para o aproveitamento de hidrocarbonetos originários do Saara destinados, diretamente ou por meio de intercâmbios técnicos, ao abastecimento da França e dos demais países da zona do franco serão liquidáveis em francos franceses.

As exportações de hidrocarbonetos saarianos fora da zona do franco criarão, mesmo pela importância dos lucros líquidos em divisas resultantes delas, direitos de circulação em divisas para a Argélia; os acordos de cooperação monetária a que se refere o artigo 11

da Declaração de Princípios sôbre a Cooperação Econômica e Financeira, definirão as modalidades práticas de aplicação dêste princípio.

Título II

OUTRAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS

11. — A Argélia confirma a integridade dos direitos vinculados aos títulos mineiros outorgados pela República francesa com respeito às substâncias minerais diferentes dos hidrocarbonetos; o regime dêstes títulos continuará sendo o estabelecido pelo conjunto das disposições aplicáveis à data da cessação de fogo.

O presente parágrafo refere-se ao conjunto dos títulos mineiros outorgados pela França antes da autodeterminação; não obstante, depois da cessação de fogo, não se concederão novas licenças exclusivas de exploração nas superfícies ainda não atribuídas, salvo se as zonas interessadas tenham sido objeto de um aviso de abertura de investigação publicado antes de dita data no "Journal Officiel" da República francesa.

12. — As sociedades francesas poderão solicitar a outorga de novas licenças e concessões nas mesmas condições que as demais sociedades; disfrutarão de um tratamento tão favorável como estas últimas para o exercício dos direitos resultantes dêsses títulos mineiros.

Título III

ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE APROVEITAMENTO DAS RIQUEZAS DO SUBSOLO DO SAARA

13. — O aproveitamento racional das riquezas do subsolo do Saara será confiado, nas condições definidas nos parágrafos seguintes, a um organismo técnico franco-argelino, adiante denominado neste texto "a Organização".

14. — A Argélia e a França são as co-fundadoras da Organização, que será constituída quando se puserem em vigor as presentes Declarações de Princípios.

A Organização será administrada por um conselho que compreenderá um número igual de representantes dos dois países fundadores. Cada um dos membros do conselho, inclusive o presidente, terá um voto.

O conselho deliberará sôbre o conjunto das atividades da Organização. Adotará por maioria de dois terços as decisões referentes:

- à nomeação do presidente e do diretor geral;
- ao orçamento de gastos a que se refere o parágrafo 16 infra.

As demais decisões serão adotadas por maioria absoluta.

O presidente do conselho e o diretor-geral deverão ser escolhidos de modo que um seja de nacionalidade argelina e o outro de nacionalidade francesa.

O conselho determinará as competências respectivas do presidente e do diretor-geral.

15. — A Organização terá personalidade civil e será financeiramente autônoma.

Disporá de serviços técnicos e administrativos constituídos primordialmente por personagens pertencentes aos dois países fundadores.

16. — A Organização será encarregada de promover o aproveitamento racional das riquezas do subsolo; a êste respeito, velará principalmente pelo desenvolvimento e manutenção das infra-estruturas necessárias para as atividades mineiras.

Para tal fim, a Organização elaborará todos os anos um projeto de programa de gastos, de estudos, de conservação das instala-

ções e de novos investimentos, que submeterá à aprovação dos dois países fundadores.

17. — A função da Organização no campo da mineração fica definida como segue:

1. — Os textos de caráter legislativo ou regulamentar relativos ao regime mineiro ou petroleiro serão ditados pela Argélia com prévio conselho ou Organização;

2. A Organização formulará os pedidos relativos aos títulos mineiros e aos direitos derivados dêsses títulos. A Argélia decretará sôbre as propostas da Organização e outorgará os títulos mineiros;

3. A Organização tratará da vigilância administrativa das sociedades titulares de licenças ou concessões.

18. — Os gastos da Organização compreenderão:

— os gastos de funcionamento;

— os gastos de conservação de instalações existentes;

— os gastos de novo equipamento.

Os recursos da Organização serão constituídos por quotas dos Estados membros, fixadas em proporção com o número de votos de que disponham no seio do conselho.

Não obstante, durante um período de três anos a contar da data da autodeterminação e eventualmente renovável, os ditos recursos serão completados por uma verba suplementar da Argélia, que não será inferior a 12% do produto das rendas petroleiras.

Título IV

ARBITRAGEM

Não obstante quaisquer disposições em contrário, todos os litígios ou diferenças entre o domínio público e os titulares dos direitos garantidos pelo Título I.

— A supra corresponderão em primeira e última instância a um tribunal arbitral internacional cuja organização e funcionamento se fundarão nos seguintes princípios:

— cada uma das partes designará um árbitro e os dois árbitros nomearão um terceiro árbitro, que presidirá ao tribunal arbitral; à falta de acôrdo sôbre esta nomeação, o Presidente do Tribunal Internacional de Justiça será convidado a proceder à dita designação a instância da parte mais diligente;

— o tribunal pronunciar-se-á por maioria de votos;

— o recurso ao tribunal terá efeitos suspensivos;

— a sentença será executória, sem *exequatur*, no território do país das partes; será reconhecida como executória de pleno direito, fora dêsses territórios, dentro dos três dias seguintes ao pronunciamento da sentença.

LIVROS

THE ROLE OF THE MILITARY IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES — John J. Johnson, Edward Shills, Edwin Lieuven, Victor Alba, Guy J. Pauker, Lucian W. Pye, David A. Wilson, Manfred Halpern, Ben Halpern, James S. Coleman e Belmont Brice,Jr. — Universidade de Princeton — New Jersey, Estados Unidos, 1962 — 427 págs.

A inexistência de uma análise realizada por pessoas de alto nível, com caráter objetivo, sôbre o papel desempenhado pelos militares nos países menos desenvolvidos, levou a *Rand Corporation* dos Estados Unidos a patrocinar uma conferência sôbre o assunto, em Santa Mônica, Califórnia, em 1959. Os participantes foram todos professôres universitários americanos, que há bastante tempo vinham dedicando especial atenção a problemas militares e que tiveram a oportunidade, naquela ocasião, de manifestar o resultado de suas observações sôbre a contribuição dos militares para o processo político e de cristalização da consciência nacional, em numerosos países da África, Ásia e América Latina. O presente livro, que condensa essas observações, não poderia deixar, portanto, de ser um repositório de inestimável valor para os estudiosos da matéria, como para todos os que se preocupam com os problemas políticos e sociais dos países em desenvolvimento. O ângulo imparcial da abordagem, o prestígio intelectual dos autores, a seriedade com que o problema foi encarado e o quase ineditismo do tema fazem de "The Role of the Military in Underdeveloped Countries" uma excelente obra para confrontações de opinião e, talvez, de roteiro para futuros conferencistas, nos próprios países menos desenvolvidos.

As análises procedidas por êsses autores são mais ou menos unânimes em reconhecer que, dentro do contexto geral de inquietação para o progresso dêsses países, os militares não poderiam deixar de desempenhar um papel de grande significação, por representarem na estrutura social um tanto anárquica dos países em desenvolvimento, uma instituição com certo grau de disciplina, de objetivos definidos e dotada dos meios práticos de impor o seu ponto de vista pelas armas, quando necessário.

As condições em que as intervenções militares se verificaram nos diferentes países, não comportam, porém, um mesmo resultado

de julgamento. E isto se explica, naturalmente, porque as condições sociais e o estágio de subdesenvolvimento que atravessam os países em análise variam, consideràvelmente, e colocam uns mais próximos do que outros da fronteira do desenvolvimento e da estabilidade política. Em suas linhas mais amplas, contudo, o militarismo dos paises menos desenvolvidos ou se dirige no sentido retrógrado, de sustentação das oligarquias, de um *statu quo* baseado no latifúndio e no privilégio financeiro de grupos econômicos; ou, ao contrário, significa o militarismo uma contribuição *completamente oposta*, de progresso e de modernização, de nacionalismo consciente, em oposição às elites retardatárias empenhadas em deter o avanço dos próprios valores ocidentais de garantia social da dignidade humana. Nestes últimos tempos, esta segunda tendência vem predominando, cada vez mais, nas Fôrças Armadas dêsses países, e contribuindo para consolidar as estruturas econômicas nacionais, ao mesmo tempo, que para dotar suas estruturas sociais de uma mobilidade mais acentuada.

Mas essa nova mentalidade militar, evidentemente, não emergiu do nada. Dois fatos são postos em relevância pelos autores a êsse respeito. Primeiro, o espírito tecnológico que presidiu a formação de alguns exércitos, sobretudo nos países mais adiantados — Brasil, México, Chile — espírito compatível, sem dúvida, com a modernização da nação em geral, com a extensão dos benefícios sociais, com os novos valores emergentes, e com a industrialização em particular. Segundo, e de maior importância, a procedência da classe média de grande número de chefes militares, que, dêste modo, não mais se sentem identificados com os interêsses da alta aristocracia rural e da plutocracia urbana e desejam que sejam levadas a efeito tôdas as reformas indispensáveis ao desenvolvimento dos seus países. Êste é um aspecto pôsto em destaque sobretudo, e com suficiente razão, pelos professôres John J. Johnson e Edwil Lieuwen, ambos analisando o fenômeno militarista e Manfred Halpern, ao examinar o fenômeno do militarismo no Oriente Médio.

Muito menos acurada e mais superficial, parece-nos a análise do professor Victor Alba que distingue, na América Latina, três tipos de militares: os integrantes dos grupos de quarteladas, os oficiais formados pelas Academias e os especialistas, êstes bastante voltados para o seu tecnicismo. Como vemos, o professor Victor Alba não situou o problema, pròpriamente, em seus aspectos sociais, mas apenas em seu contexto mais simples e menos profundo; deixando de correlacionar o militarismo com a transformação social latino-americana, em favor de uma distinção de

caráter mais formal, não é de espantar sua opinião pouco otimista sôbre êsse fenômeno, na América Latina, ao asseverar que "o militarismo nos países em desenvolvimento procura alterar a velha ordem", ao passo que, "na América Latina (com exceção de Peron e outros do mesmo tipo), seus objetivos são antes repressivos do que de natureza reformista". A caracterização tipológica dos militares latino-americanos feita pelo autor é aceitável; o mesmo não se pode dizer da subordinação do processo econômico e político regional a essa caracterização. Com efeito, a procedência social dos militares latino-americanos, nestes últimos tempos, dos setores mais esclarecidos e inquietos da classe média, fato a que os outros autores emprestam grande importância, mereceu do professor Victor Alba apenas uma rápida constatação, de passagem, ao referir que "os militares procedem, geralmente, da classe média, que, embora fraca numèricamente, constitui o setor mais ativo da opinião pública".

A verdade é que, como bem acentua o professor John Johnson, na América Latina, após as lutas de independência, após o aparecimento de idealistas como um Bolivar e um Sucre, seguiu-se um período de aproveitamento do poder para fins eminentemente espoliativos, traduzindo-se na mentalidade policial e na repressão violenta a tôda e qualquer tentativa de modificação da ordem social existente. É o professor John Johnson quem observa: "Quando o homem de uniforme perdia contacto com o povo e se sentia hostilizado pela sociedade, estava preparado o ambiente para a desintegração de tôdas as fôrças morais e convicções, em nome das quais o movimento de independência teve início. Daí para o militarismo não faltava senão um passo e o militarismo manifestava-se como uma fôrça política retrógrada, quando as oligarquias rurais expressaram a vontade de utilizar exércitos contra o povo. Os libertadores haviam-se voltado contra os libertados. Os exércitos tornaram-se os inimigos permanentes do povo, quando os generais passaram a ter interêsses de proprietários nos Estados que haviam ajudado a constituir e se arrogaram o direito de julgar autoridades civis. A vitória das elites rurais sôbre os intelectuais constituiu uma vitória do campo sôbre as cidades, que haviam sido os centros originários da hostilidade contra a Espanha e Portugal. A aliança entre os militares e a oligarquia persistiu por todo o século porque os proprietários e os exércitos se apoiavam, recìprocamente, demasiado para se desentenderem, mesmo quando os proprietários considerassem os oficiais aliados difíceis de controlar".

Afora o trabalho sôbre o exército israelense pelo professor Ben Halpern, em que o autor realça características únicas, não comparáveis com a dos outros países analisados, pois, ali, segundo afirma, o exército se confunde com o povo; o de James Coleman e Belmont Brice sôbre os militares, nos países do Sub-Sahara, onde ao lado de exércitos de função eminentemente repressiva como os das colônias portuguêsas, repontam indícios de que, também, no continente negro, os exércitos dos novos Estados muito contribuirão para a formação de uma mentalidade nacional, favorável ao progresso e à democratização da riqueza nacional; todos os demais estudos não destoam do tom a que nos referimos, de situar novas e velhas tendências, no militarismo dos *países menos desenvolvidos, as primeiras reformistas, as segundas,* repressivas. As primeiras vinculadas à estratificação social dominante e ao desejo de não mudar, manifestado sob os mais diversos pretextos, e concretizados na tentativa de retornar ao passado feudal; a segunda orientada por "uma liderança militar dinâmica e sacrificada determinada a promover o progresso nacional e a tarefa de modernizar as sociedades em transição que foram subvertidas pela corrupção dos políticos... Na América Latina, o Exército brasileiro desempenhou um papel importante na para o interior, na promoção das ciências naturais e na proteção à população indígena". Esta última citação do professor Lucian W. Pye ilustra bem o papel construtivo que os exércitos poderão desempenhar tanto na Ásia, África e América Latina, como nos próprios países desenvolvidos.

Plauto de Andrade

L'EUROPE DEVANT L'AMERIQUE LATINE — 230 págs. — Hendrick Riemens — Editora Martinus Nijhorf — Haya, 1962.

Publicado sob os auspícios do *Netherlands Institute International Affair* e prefaciado pelo Príncipe Bernhard, a obra em epígrafe foi escrita por um ex-Ministro dos Países Baixos na Venezuela e condensa uma larga soma de conhecimentos acêrca da América Latina capitalizada pelo seu autor durante o tempo que serviu ao seu país, no Continente Sul-americano.

A tese central de Riemens gira em tôrno de uma cooperação mais intensa entre europeus ocidentais e latino-americanos, como fator indispensável ao fortalecimento do Mundo Ocidental. A união dos esforços de ambas as regiões poderá redundar em

benefícios aos países afro-asiáticos, traduzidos em ajuda econômica, numa tentativa de preservá-los dentro das fronteiras do mundo livre.

1 — Nos oito primeiros capítulos, traçou o perfil da Geografia Humana e fêz uma síntese histórica dos povos da América Latina, a partir das origens coloniais, reproduzindo-lhes os fundamentos culturais, científicos e intelectuais e suas vinculações com a cultura européia, particularmente a da França. Viu nos latinos do Novo Mundo um bloco homogêneo, levando em linha de conta as semelhanças históricas, lingüísticas e a similitude de hábitos, costumes, leis e de estruturas econômicas das unidades que o integram.

2 — Ao analisar o desenvolvimento histórico de cada país, isoladamente, incorreu em alguns equívocos, é certo, mas isto deve levar-se à conta da insuficiência inerente a qualquer síntese, cuja característica principal se reflete no simplismo de muitas afirmações. Seu mérito, todavia, se evidencia no fato de haver encarado a América Latina em sua realidade pluridimensional e pôsto em foco a tese *conhecer para atuar*, sem dúvida alguma o ponto alto do livro, se tivermos presente que a qualquer Govêrno lhe é impossível uma política exterior bem sucedida, à parte o conhecimento da realidade social, cultural, política e econômica dos países com os quais estabelece relações. Os frutos da inobservância dessa necessidade e mesmo do alheamento total da realidade vêm ocasionando sérios danos à liderança das chamadas grandes potências no complexo da Política Internacional.

3 — Nesse particular Hendrick Riemens não economizou críticas à orientação da Política Exterior dos Estados Unidos da América para a América Latina, a cujos países o autor não admite mais a aplicação do têrmo *subdesenvolvidos*, pois considera desenvolvidos, no sentido econômico, e evoluídos, no sentido político. Aqui, o autor deixou de fixar os critérios para a caracterização de *desenvolvido* e *subdesenvolvido*, tomados os têrmos em sua acepção econômica. Nas alusões ao ciclo de intervenções armadas dos norte-americanos nos países latino-americanos sob a sua influência direta, ressaltou que, entre as duas regiões, se estabeleceu uma relação *devedor-credor*, que atende mais aos interêsses de grupos econômicos da grande República do Norte, ao contrário de beneficiar a nação como um todo. A propósito dos investimentos de capitais nas áreas subdesenvolvidas, frisa que, se, de um lado, os benefícios daí decorrentes são canalizados para os cofres dos homens de negócio, têm sido, por outra parte, freqüentemente prejudiciais às boas relações entre

a América Latina e os E.U.A. A industrialização do Brasil, México e Argentina, por exemplo, segundo o autor "a été dû surtout au capital national et, a ses débuts, aux investissementes européens".

4 — A dimensão anticomunista da Política Exterior dos Estados Unidos da América aplicada à América Latina, foi, também, objeto de críticas no trabalho aqui comentado. Diz o autor que ela se identifica pelo exagêro e ser necessária a adoção de medidas efetivas com vista à supressão da miséria, da fome e do analfabetismo sustentados em arcaicas estruturas, das quais se beneficia uma minoria inexpressiva, enquanto a maioria se marginaliza progressivamente, deixando de gozar dos benefícios de uma civilização progressista. Nesta linha de realismo, atribui o triunfo de Fidel Castro ao insuportável estado de coisas subjacente à ditadura batistina, incapaz de dar encaminhamento às soluções adequadas aos problemas cubanos e de atenuar os privilégios ilegítimos dos grupos então dominantes.

5 — Passando ao campo espiritual, assegura que a América Latina está mais vinculada ao Velho Mundo e, de um modo particular, à França, do que aos Estados Unidos da América, sem embargo de um relativo isolamento nos dias atuais, do qual são, exceções o Brasil e o Haiti. Os povos latino-americanos — acrescenta — são uma família à parte da comunidade norte-americana, desta se distinguindo, não sòmente do ponto de vista étnico, senão também pelas diferenças pronunciadas de religião, língua e civilização. A cooperação entre os dois pólos das Américas desenvolve-se mais pela razão do que pelo sentimento e caracteriza-se, em seu aspecto econômico, pelo paternalismo, ineficaz e até prejudicial, porque é necessária uma reaproximação no terreno material, traduzida em ajuda técnica para a intensificação do desenvolvimento econômico, meio único capaz de evitar a deflagração de processos revolucionários pela violência.

6 — Criticando as alianças militares, adverte que, se os recursos desviados para armamentos fôssem canalizados para o desenvolvimento econômico, já se teria dado um passo a mais, no sentido do fortalecimento das economias da América Latina, condição indispensável ao alargamento das fronteiras do *mundo livre*, se se considerar que a América Latina também poderá dar, uma vez desenvolvida, a sua contribuição ao desenvolvimento dos países afro-ásiaticos. Aqui, abrem-se amplas perspectivas para uma cooperação mais estreita e uma união de esforços, entre a América Latina e a Europa Ocidental.

No que diz respeito às possibilidades de uma cooperação mais intensa nos setores técnicos, científicos e culturais, entre os latinos do Novo Mundo e a Europa Ocidental, não há margem para contestações aos benefícios que disso poderão advir para ambas as partes.

Resta-nos saber, porém, se os propósitos dos latino-americanos coincidem, em tôda a linha, com os objetivos visados pelos europeus ocidentais, nesta união de esforços, em busca dos ideais de desenvolvimento econômico dos povos afro-asiáticos e como êstes interpretariam a ação conjunta nos têrmos propostos pelo autor de L'EUROPE DEVANT L'AMERIQUE LATINE.

Álvaro G. de Queiroz

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE — San Tiago Dantas — Editôra Civilização Brasileira S.A. — Rio de Janeiro — 258 págs.

Na realidade, trata-se um livro, menos para o presente, quanto o assunto já foi examinado exaustivamente, do que para o futuro, para a História; a história da diplomacia brasileira em uma de suas fases de maior autenticidade nacional.

Os fatos mais importantes da política externa do Brasil estão, aí, documentados, em notas oficiais do Govêrno brasileiro, durante o Gabinete Tancredo Neves, ou interpretados em conferências e debates pelo seu autor, o ex-Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas. O comparecimento do ex-chanceler à Câmara dos Deputados, onde pronunciou um discurso defendendo a orientação internacional do Brasil, acompanhados dos apartes dos deputados, constituiu-se, inegàvelmente, em um registro dos mais notáveis, não sòmente para a nossa política, como sobretudo para a evolução de nossa política interna, pois se trata de um diálogo democrático entre um Ministro de Estado e parlamentares, alguns extremamente conservadores, e que não concordaram com a posição assumida pelo país em Punta del Este ou com a preocupação do nosso Govêrno em evitar, reiteradamente, intervir nos assuntos internos de outros Estados.

A viagem do Presidente da República aos Estados Unidos e ao México está devidamente assinalada pelos discursos pronunciados pelos Srs. João Goulart e John Kennedy e pela Declaração Conjunta Brasil—México de 10 de abril de 1962. Em seu discurso perante o Congresso dos Estados Unidos o Presidente João

Goulart declarou claramente a certa altura: "A ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e o fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido, militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencessemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim de perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao conhecimento e à integração das experiências comuns e temos a esperança de que êsses contactos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de govêrno e a mais compatível com a proteção do homem e a preservação de sua liberdade". No Comunicado Brasil—México essas mesmas idéias básicas, em favor da paz e da coexistência entre nações de sistemas sociais e políticas diferentes, são reafirmadas, reafirmação que continuou válida para os dois Gabinetes subseqüentes, não obstante as crises políticas internas da Nação brasileira.

Estão incluídos ainda no volume muitos outros documentos, vários que teriam um caráter puramente simbólico ou formal, não caracterizassem êles, como caracterizam, uma fase da política exterior brasileira, em que o preconceito internacional foi substituído por uma análise fria dos fatos que regem a política exterior. Assim é que achamos saudàvelmente sintomática a inclusão dos cinco comunicados conjuntos: Brasil—Bolívia, Brasil—Iugoslávia, Brasil—Polônia, Brasil—Israel, Brasil—Uruguai ou seja dois países americanos, um país europeu socialista mas neutralista, um país socialista do bloco soviético e um país que, embora advogue a coexistência internacional, tem uma política exterior pró-Ocidente.

Dar noção aos interessados da política exterior executada durante sua gestão no Itamaraty em sua totalidade, constitui o objetivo confesso do autor que, no prefácio, se refere às sugestões que ofereceu aos seus auxiliares, que se prontificaram a selecionar os documentos adequados àquele objetivo. Trata-se, assim, de uma obra significativa, quer para os adeptos, quer para os adversários da orientação internacional mantida pelo Brasil, a partir do Govêrno Jânio Quadros, que tanto tem contribuído para aumentar o prestígio do país no exterior.

M. A.

OS DOIS BRASIS — Jacques Lambert — Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — INEP Ministério da Educação e Cultura — 288 págs.

As novas realidades econômicas causaram profundo impacto no setor educacional; já se cogita, hoje, da educação em função do desenvolvimento, em oposição à educação pela educação, a educação para ornar o espírito, do período colonial brasileiro, cujos resíduos ainda subsistem na estrutura econômica, social e educacional do Brasil, mormente das regiões menos desenvolvidas do país. De modo que se tornou impossível em um planejamento nacional isolar os objetivos do ensino do contexto geral econômico a que êsse ensino se propõe a servir, garantindo-lhe dois fatôres de grande importância em todo o desenvolvimento: a mão-de-obra especializada e a pesquisa científica.

Foi dêsse ângulo econômico global que Jacques Lambert, um professor universitário francês de renome, com experiência docente no Brasil, examinou o problema educacional brasileiro. Cumpre dizer, inicialmente, que não há contribuição nova nas questões consideradas; há, sim, uma apresentação nova. Os educadores brasileiros já puseram em evidência, de modo satisfatório, a aguda escassez de técnicos no Brasil, o caráter demasiado acadêmico da educação brasileira; os nossos educadores já fundamentaram, igualmente, nos dados estatísticos existentes, suas conclusões sôbre a precaridade do ensino, contrastando as condições do Norte e Sul do Brasil, com todo o seu cortejo de limitações impostas pela estrutura social brasileira. Nada disso é novo, evidentemente. Jacques Lambert, expoente representativo da cultura geral, contra a qual se insurge, ao analisar a inadequação entre o ensino e a realidade brasileira, tenta equacionar em um volume de menos de trezentas páginas, todos os nossos grandes problemas políticos, sociais e econômicos, em uma síntese que não peca nem pela imprecisão, nem pela obscuridade, mas pela extensão da matéria tratada. Que nos quis dizer, com efeito, o professor Lambert? Terá querido, apenas, dar relêvo, como dá a entender o título do volume, ao *gap* político, econômico, social e cultural entre o Norte e o Sul do país?

Preliminarmente, o autor dividiu o Brasil em duas grandes áreas: a arcaica e a moderna; a arcaica, o Norte; a moderna, o Sul; restam alguns Estados centrais de permeio ou zonas intermediárias, que funcionam como regiões de transição, de que é exemplo Minas Gerais. Na área arcaica, alinhou os principais

problemas do nosso subdesenvolvimento, chamando a atenção particularmente para a alta taxa de natalidade, as migrações constantes, a baixa renda *per capita* comparável à de certas regiões da África e da Ásia, talvez com uma clareza e uma simplicidade maior do que a de uma grande parte dos nossos sociólogos e economistas, que não resistem à terminologia erudita. Para o prof. Lambert, o que é preciso fazer? O que já disseram os nossos técnicos mais competentes: estabelecer prioridades para o investimento econômico, integrar no Brasil moderno a área menos subdesenvolvida.

Um retrospecto da nossa história política serve-lhe de base para explicar a crise brasileira atual, as deficiências das nossas instituições ou o seu progresso. Getúlio Vargas é mencionado de passagem como uma personalidade marcante, mas um caudilho oportunista e maleável. A posição internacional do Brasil, no último conflito mundial, estaria marcada pelo temperamento do eminente homem público. A certa altura, de fato, observa: "A maleabilidade e o realismo cínico acentuavam-se ainda mais na política externa. No período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, as democracias ocidentais, França e Inglaterra pareciam perdidas, e como os Estados Unidos se mantinham neutros, a vitória parecia garantida aos regimes autoritários da Alemanha e da Itália; conquanto a população brasileira — pelo menos a elite que durante muito tempo constituiu por si só a opinião pública — fôsse profundamente apegada à democracia política e que, na sua maioria, tivesse mais simpatias pela França do que pela Alemanha, o Govêrno brasileiro concedeu seus favores às potências do Eixo durante tôda a primeira fase da guerra. "Acreditamos que os velhos sistemas e as fórmulas caducas começam a declinar", disse Vargas em um discurso proferido, em junho de 1940, depois da derrota da França".

Essas observações sôbre a política internacional do Brasil, ao tempo de Vargas, muito semelhantes às de alguns autores americanos, não traduzem, a nosso ver, qualquer ressentimento nacional, de parte do autor francês; trata-se apenas da análise fria dos fatos, e ocorre-nos, aqui, também, sem qualquer intenção, lembrar, a título ilustrativo, que o mesmo realismo oportunista permitiu que os estadistas franceses e inglêses assistissem, impassíveis, ao esmagamento da Tcheco-Eslováquia de Benes pela Alemanha nazista; que a União Soviética participasse da invasão da Polônia; e que os Estados Unidos mantivessem a mais estrita neutralidade, enquanto Hitler aniquilava, uma a uma, as democracias da Europa Central. Mas a análise do autor não deixa de descobrir alhures as nossas virtudes políticas e assinala, com

suficiente razão, que "o Brasil tem a particularidade de ser o único país em que o ditador, (Vargas) sem um dia sequer de exílio, pode retirar-se para as suas terras e lá participar diretamente das lutas eleitorais, na legalidade restaurada".

Na parte em que examina "as duas modalidades de nacionalismo", o Prof. Lambert considera como tais o nacionalismo emocional e negativo do Brasil mais pobre; e o nacionalismo "orgulhoso, confiante no valor do país e no seu futuro", ou seja o nacionalismo, segundo êle, predominante em São Paulo. Acentua, a seguir, que êste último tipo de nacionalismo é "semelhante ao da Austrália e do Canadá: o país, é, ou será amanhã, maior, mais rico ou mais forte do que os outros... Êsse nacionalismo orgulhoso — acrescenta — não precisa desconfiar dos capitais estrangeiros, pelo menos do capital privado, pois se o país oferece aos que investem mais vantagens do que os países de que provêm..." Em nenhuma parte, o Prof. Lambert se reportou ao nacionalismo tarifário, econômico e industrial que é o nacionalismo típico tanto de São Paulo ou do Brasil moderno, conforme lhe chama, como da França, da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos, sobretudo no século XIX e até da pequena e diversa mas estável nação suiça.

Já a sua ponderação sôbre o caráter disciplinado da marcha dos americanos para o oeste, parece-nos mais de acôrdo com os fatos. O pioneirismo improvisado português deixou-nos o legado de uma apropriação colonial, mas não de uma colonização pròpriamente dita, como nos Estados Unidos. Um trecho sòmente de suas considerações a respeito: "Contrariando a lenda tão fundamente enraizada, segundo a qual os anglo-saxões foram colonizadores individualistas e aventureiros e os latinos, funcionários coloniais sem iniciativa, o Brasil está agora pagando o gôsto pela aventura dos portuguêses e o seu excesso de iniciativas". Nos Estados Unidos, o contrário; a conquista foi lenta, o pioneirismo uma manifestação puramente esporádica, revelador de uma desorganização apenas aparente. Mas "foram os pequenos proprietários agrícolas (farmers), tipo social muito diferente do pioneiro, que fizeram os Estados Unidos".

Enfim, a síntese sócio-cultural econômica realizada pelo Professor Lambert teve tôdas as razões para encontrar a acolhida calorosa que encontrou do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, pois em nada fica desmerecida por algumas observações discutíveis. A clareza da obra recomenda-a aos estudiosos e ver-se-á que o autor, apesar de proceder de um país acusado de

colonialista, não sacrificou a sua imparcialidade a qualquer resíduo de nacionalismo emocional. Mas que, ao contrário, analisou os nossos problemas políticos e sociais com independência e objetividade.

P. A.

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS POLÍTICOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

1. POLÍTICA GERAL

MANIFESTO DEMOCRÁTICO — *Ferdinand Peroutka* — Belo Horizonte, Itatiaia, 1960 — 201.p.

EL ESTADO DEL FUTURO — *Gunnar Myrdal* — Trad. de F. M. Torner — México, Fondo de cultura económica — 296 p.

SOBRE LA DICTADURA DEMOCRATICA POPULAR — *Mao Tse-tung* — Peking, Guozi Shudian, 1962 — 28 p.

LE CONFLIT DE CHYPRE ET LES CYPRIOTES TURCS — *A. Suat Bilge* — Ankara, Ajans-Türk Matbaasi, 1961 — 267 p., £T.17.50

LE CONFLIT JUDÉO-ARABE — *A. Razak Abdel-Kader* — Paris, Maspéro, 1961 — 433 p., NF.18.50

AMERICA'S ROLE IN THE MIDDLE EAST — *Shepard S. Jones* — River Forest, Foreign relations series, 1961 — 67 p., $.75

THE BERLIN CRISIS. REPORT TO THE NATION BY PRESIDENT KENNEDY, JULY 25, 1961 — Washington, U.S. Department of State, 1961 — 21 p. (free).

CHANGING PATTERNS OF MILITARY POLITICS — *Samuel P. Huntington* — N.Y., The Free press of Glencoe, 1962 — 272 p., $7.50

THE CONSPIRATORS — *D. J. Goodspeed* — N.Y., Viking press, 1962 — 252 p., $5.00

CONVERSATIONS WITH STALIN — *Milovan Djilas* — N.Y., Harcourt, Brace & World — $3.95

THE DYNAMICS OF INTERNATIONAL POLITICS — *Norman J. Padelford and Georg A. Lincoln* — N.Y., The Macmillan co., 1962 — 640 p., $7.50

ESSAYS ON THE SCIENTIFIC STUDY OF POLITICS — *Herbert J. Storing, Walter Bens, Robert Horwitz and others* — N. Y., Holt, Rinehart and Winston, 1962 — 340 p., $5.50

THE EVOLUTION OF CIVILIZATIONS — *Carroll Quigley* — N. Y., Macmillan, 1961 — 281 p., $5.95

THE FIRST RUSSIAN REVOLUTION: ITS IMPACT ON ASIA — *Ivar Spector* — Englewood, Prentice-Hall, 1962 — 180 p., $3.95

FOUR STUDIES OF WAR AND PEACE IN THIS CENTURY: THE WILES LECTURES 1960-61 — *W. K. Hancock* — Cambridge, Univ. press, 1961 — 129 p., 18s 6d

FRANCE, EUROPE AND THE TWO WORLD WARS — *René Albrecht-Carrié* — N. Y., Harper, 1961 — 346 p., $7.00

FREEDOM AND FOREIGN POLICY — *Thomas J. Dodd* — N. Y., The Bookmailer, 1962 — 321 p., $5.50

FROM THE MARCO POLO BRIDGE TO PEARL HARBOR: JAPAN'S ENTRY INTO WORLD WAR II — *David J. Lu* — Washington, Public affairs press, 1961 — 274 p., $4.75

IDEOLOGY AND POWER IN SOVIET POLITICS — *Zbigniew K. Brzezinski* — N. Y., Praeger, 1962 — 180 p., $4.50

MAN OF DESTINY: DE GAULLE OF FRANCE — *Richard Harrity* and *Ralph G. Martin* — N. Y., Duell, Sloan & Pearce — 230 p., $6.95

MAN OF THE CENTURY: CHURCHILL — *Richard Harrity* and *Ralph G. Martin* — Dull, Sloan & Pearce, 1962 — $6.95

THE MIGHT OF NATIONS: WORLD POLITICS IN OUR TIME — *John G. Stoessinger* — N. Y., Random House, 1961 — 475 p., $6.25

NEVILLE CHAMBERLAIN — *Iain Macleod* — London, Muller, 1961 — 319 p., 30s

THE NEW GERMANY AND THE OLD NAZIS — *T. H. Tetens* — N. Y., Random House, 1961 — 286 p., $4.95

THE NEW POLITICS: AMERICA AND THE END OF THE POSTWAR WORLD — *Edmund Stillman* and *William Pfaff* — N. Y., Coward-Mc-Dann, 1961 — 191 p., $4

NO SUBSTITUTE FOR VICTORY — *Frank J. Johnson* — Chicago, Regnery, 1962 — 230 p., $5.00

ON SOCIALISTS REALISM — *Abram Tertz* — N. Y., Pantheon books — 95 p., $2.95

PEACE AND OPINION — *Evan Luard* — N. Y., Oxford Univ. press, 1962 — 170 p., $4.00

THE PEACE RACE — *Seymour Melmam* — N. Y., Braziller, 1962 — 152 p., $3.95

POLITICAL ADVANCEMENT IN THE SOUTH PACIFIC — *Francis West* — Oxford, Univ. press — 181 p., 35s

POLITICAL DECISION-MAKER: RECRUITMENT AND PERFORMANCE — *Dwaine Marvick* (ed.) — Glencoe, The Free press, 1961 — 347 p., $7.50

POLITICAL SCIENCE IN WESTERN EUROPE: A TREND REPORT — *Jan Barents* — London, Stevens for the International political science association, 1961 — 121 p., 17s 6d

THE PRICE OF PEACE — *James J. Wadsworth* — N. Y., Praeger, 1962 — 127 p., $3.95

PUBLIC OPINION AND FOREIGN POLICY — *James N. Rosenau* — N. Y., Random House, 1961 — 118 p., $1.35

SCIENCE AND THE NATION: POLICY AND POLITICS — *J. Stefan Supre* and *Sanford A. Lakoff* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1962 — 181 p., $1.95

THE SINO-SOVIET CONFLICT: 1956-1961 — *Donald S. Zagoria* — Princeton, Univ. press, 1962 — 484 p., $8.50

SOCIALISM AND WAR: A SURVEY OF CHINESE CRITICISM OF THE POLICY OF COEXISTENCE — *Edvard Kardelj* — London, Methuen, 1961 — 238 p., 12s 6d

STORMY PASSAGE: A PERSONAL HISTORY THROUGH TWO RUSSIAN REVOLUTIONS TO DEMOCRACY AND FREEDOM 1905-1960 — *W. S. Woytinsky* — N. Y., Vanguard press, 1961 — 550 p., $10.

THE UNITED STATES IN WORLD AFFAIRS, 1961 — *Richard P. Stebbins* — N. Y., Harper, 1962 — 430 p., $6.00

UNITY AND CONTRADICTION: MAJOR ASPECTS OF SINO-SOVIET RELATIONS — *Kurt London* (ed.) — N. Y., Praeger, 1962 — 464 p., $7.50

THE U.S.A. ANSWERS — *Kenneth E. Beer* (ed) — N. Y., U.S. and World publications, inc. — 248 p., $2.50

THE WORLD BELONGS TO ALL — *Liao Hung-ying* and *Derek Bruan* — Toronto, Privately printed, 1961 — 31 p., 2s.

WORLD COMMUNISM: A HISTORY OF THE COMMUNISM INTERNATIONAL — *F. Borkenau* — Ann Arbor, The Univ. of Michigan press, 1962 — 442 p., $2.45

2. ASSUNTOS JURÍDICOS E DIPLOMACIA

O BRASIL EM PUNTA DEL ESTE — Brasil. Ministério das Relações Exteriores — Brasília, Imprensa nacional, 1962 — 312 p.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE — *F. C. de San Tiago Dantas* — Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A., 1962 — 258 p., Cr$ 550,00

LA DIPLOMACIA — *H. Nicolson* — Trad. de A. Alvarez Buylla — México, Fondo de cultura económica — 210 p.

LE BENELUX COMMENTÉ: TEXTES OFFICIELS — *Jacques Karelle* et *Fritz de Kemmeter* — Bruxelles, Bruylant, 1961 — 364 p., Fr. Belges 580.

INTERVENTION — *Isidro Fabela* — Paris, A. Pedone, 1961 — 236 p.

L'UKRAINE SOVIETIQUE DANS LES RELATIONS INTERNATIONALES, 1918-1923; ÉTUDE HISTORIQUE ET JURIDIQUE — *Vasyl Markus* — Paris, Les Editions internationales, 1959.

ANGLO-AMERICAN RELATIONS AT THE PARIS PEACE — *Seth P. Tillman* — Princeton, Univ. press, 1961 — 442 p., $8.50

THE ART AND PRACTIQUE OF DIPLOMACY — *Sir Charles Webster* — London, Chatto & Windus, 1961 — 246 p., 30s.

BRITISH FOREIGN POLICY IN THE SECOND WORLD WAR — *Sir Llewellyn Woodward* — London, H.M.S.O., 1962 — 592 p., 37/6

THE CONTINENTAL SHELF: THE PRACTICE AND POLICY OF LATIN AMERICAN STATES WITH SPECIAL REFERENCE TO CHILE, ECUADOR AND PERU. A STUDY IN INTERNATIONAL RELATIONS — *Barry B. L. Auguste* — Genève, Droz, 1960 — 409 p., Sw. Frs. 40

DIPLOMACY IN EVOLUTION — *D. L. B. Hamlin* (ed.) — Toronto, Univ. of Toronto press, 1961 — 128 p., $2.00

ESSAYS OF THE AUSTRALIAN CONSTITUTION — *R. Else-Mitchell* — Australia, The Law book company, 1961 p., 63/

THE FRONTIERS OF INTERNATIONAL LAW — *Georg Schwarzenberger* — London, Stevens & Sons, 1962 — 320 p., 4 gns.

JAWAHARLAL NEHRU'S WORLD VIEW: A THEORY OF INTERNATIONAL RELATIONS — *Willard Range* — Athens, Univ. of Georgia press, 1961 — 139 p., $3.50

THE LOCAL REMEDIES RULE IN INTERNATIONAL LAW — *Castor H. P. Law* — Genève, Droz-Minard, 1961 — 153 p.

THE LOGIC OF DEMOCRACY — *Thomas Landon Thonson* — N. Y., Holt, Rinehart and Winston, 1962 — 176 p., $2.25

PEACETIME USES OF OUTER SPACE — *Simon Ramo* (ed.) — N. Y., McGraw-Hill, 1961 — 279 p., $6.95

PERSONAL RESPONSIBILITY AND THE LAW OF NATIONS — *Elizabeth Thorneycroft* — The Hague, M. Nijhoff, 1961 — 87 p., Fl. 8 16s.

THE POSITION OF THE INDIVIDUAL IN INTERNATIONAL LAW ACCORDING TO GROTIUS AND VATTEL — *Peter Pavel Remec* — The Hague, M. Nijhoff, 1960 — 260 p., Gld. 18

THE PREDICAMENT OF DEMOCRATIC MAN — *Edmond Caha* — — N. Y., The Macmillan co., 1961 — 194 p., $3.95

THE RELATIONS OF NATIONS — *Frederick H. Hartmann* — N. Y., Macmillan, 1962 — 688 p., $7.50

THE ROLE OF INTERNATIONAL LAW IN THE ELIMINATION OF WAR — *Quincy Wright* — Dobbs Ferry, Oceana, 1962 — 119 p., $4.00

RUSSIAN FOREIGN POLICY — *Ivo J. Lederer* (ed.) — New Haven, Yale Univ. press, 1962 — 620 p., $10.00

THE SENATE COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS — *David N. Farnsworth* — Urbana, Univ. of Illinois press, 1961 — 189 p.

A TREATY FOR ANTARCTICA — *Howard J. Taubenfeld* — N. Y., Carnegie Endowment for international peace, 1962 — 68 p., 35 cents.

THE UNITED STATES AND PANCHO VILLA: A STUDY IN UNCONVENTIONAL DIPLOMACY — *Clarence C. Clendenen* — Ithaca, Cornell Univ. press, 1961 — 352 p., $5.75

WHY NOT VICTORY? — *Barry M. Goldwater* — N. Y., McGraw-Hill, 1962 — 201 p., $3.95

WORLD IN CRISIS: READINGS IN INTERNATIONAL RELATIONS — *Frederick H. Hartmann* — N. Y., The Macmillan co., 1962 — 416 p., $3.25

WORLD POLICY: A YEARBOOK OF STUDIES IN INTERNATIONAL LAW AND ORGANIZATION. V. II — *Institute of world policy. Washington* — Utrecht, Spectrum publishers, 1960 — 414 p.

ITALIENS WED IN DENZWEITEN WELTKRIED — *Ferdinand Siebert* — Frankfurt/Main, Ahenaeum, 1962 — 460 p., DM 36

3. ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

ASPECTOS MONETARIOS DE LAS ECONOMIAS LATINOAMERICANOS — *Mighel S. Wionczek* — *Juan M. Bruch y Victor L. Urquidi* — México, Centro de estudios monetarios, 1961 — 328 p.

POLITICA ECONÓMICA DE LOS PAÍSES SUBDESARROLLADOS — *Victorio Marrama* — Madrid, Aguilar, 1961 — 327 p.

PROGRAMAS DE ESTABILIZACIÓN ECONÓMICA EN AMÉRICA LATINA (CONFERENCIAS) — *S. A. Costanzo* — México, Centro de estudios monetarios latinoamericanos, 1961 — 143 p.

LA REVOLUCIÓN INDUSTRIAL — *T. S. Ashton* — Trad. de F. Cuevas Cancino — México, Fondo de cultura económica — 182 p.

LOS SINDICATOS EN LA NUEVA SOCIEDAD — *H. J. Laski* — Trad. de S. Vasconcelos — México, Fondo de cultura económica — 236 p.

TRAYECTORIA DEL MERCADO COMUN LATINOAMERICANO — *Victor L. Urquidi* — México, Centro de estudios monetarios, 1960 — 178 p.

MARCHÉS ET MARCHANDS D'AFRIQUE NOIRE — *Jean* and *René Charbonneau* — Paris, La Colombe, 1961 — 150 p., NF 8.80

SOCIOLOGIE DU BRÉSIL — *R. Bastide* — Paris, Centre de documentation universitaire, 196 — FN 1.50

AGENDA FOR A FREE SOCIETY: ESSAYS ON HAYEK'S THE CONSTITUTION OF LIBERTY — *A. Seldon* (ed.) — London, Hutchinson for the Institute of economic affairs, 1961 — 192 p., 25s.

AID IN ACTION: HOW U.S. AID LENDS A HELPING HAND AROUND THE WORLD — Washington, U.S. Department of State, 1961 — 63 p., $25

AMERICAN ENTERPRISE IN THE EUROPEAN COMMON MARKET: A LEGAL PROFILE — *Eric Stein* and *Thomas L. Nicholson* (eds.) — Ann Arbor, Univ. of Michigan law school, 1960 — 2 v.

CAPITAL FORMATION IN JAPAN, 1868-1940 — *Henry Rosovsky* — N. Y., The Free press of Glencoe, 1961 — 358 p., $7.50

CAPITAL FUNDS IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES: THE ROLE OF FINANCIAL INSTITUTIONS — *Edward Nevin* — London, Macmillan, 1961 — 18s.

CAPITALISM AND AMERICAN LEADERSHIP — *Oliver C. Cox* — N. Y., Philosophical library, 1962 — 328 p., $6.00

CATHOLICISM AND CRISIS IN MODERN FRANCE — *William Bosworth* — Princeton, Univ. press, 1962 — 407 p., $8.50

COERCIVE PERSUASION: A SOCIO-PSYCHOLOGICAL ANALYSIS OF THE BRAINWASHING OF AMERICAN CIVILIANS BY THE CHINESE COMMUNISTS — *Edgard Schein, Inge Schneider* and *Curtis H. Barker* — N. Y., W. W. Norton, 1961 — 320 p., $6.75

COLLECTIVE FARMING IN DENSELY POPULATED UNDERDEVELOPED AREAS — *Ferdinand van Dam* — Amsterdam, F. van Dam, 1961 — 133 p.

THE COLONIAL RECKONING — *Margery Perham* — N. Y., Knopf, 1962 — 203 p., $3.95

COMMON MARKET LAW — *Alan Campbell* and *Dennis Thompson* — London, Stevens & sons, 1962 — £3.10s.

ECONOMIC CONSEQUENCES OF SIZE OF NATIONS. CONFÉRENCE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE ÉCONOMIQUE — Londres, Macmillan, 1960 — 446 p.

ECONOMIC DEVELOPMENT IN PERSPECTIVE — *John Kenneth Galbraith* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — 76 p., $2.50

THE EUROPEAN COMMON MARKET — *Isaiah Frank* — London, Stevens, 1961 — £2 15s.

FOREIGN AID, FACTS AND FALLACIES — Washington, Department of State, 1961 — 52 p., Free

GRANTS, LOANS, AND LOCAL CURRENCIES: THEIR ROLE IN FOREIGN AID — *Robert E. Asher* — Washington, The Brookings institution, 1961 p., $1.50

THE IMPERIALISM READER — *Louis L. Snyder* (ed.) — Princeton, D. Van Nostrand co., inc., 1962 — 615 p., $8.50

INTERNATIONAL MONETARY POLICY — *W. M. Scammell* — London, Macmillan, 1961 — 428 p., 40s.

THE INTERNATIONAL POSITION OF THE DOLLAR — *Research and policy committee of the Committee for economic development* — N. Y., Committee for economic development, 1961 — 70 p., $1.00

INTERNATIONAL TRADE: THEORY AND ECONOMIC POLICY — *Jaroslav Vanek* — Homewood, Richard D. Irwin, 1962 — 426 p., $7.50

MILITARY POLICY AND ECONOMIC AID: THE KOREAN CASE, 1950-1953 — *Gene Lyons* — Columbus, Ohio State Univ. press, 1961 — 298 p., $4.50

THE NEW IMPERIALISM — *Hugh Seton-Watson* — London, The Bodley Head, 1961 — 136 p., 10s. 6d.

A NEW PROGRAM FOR A DECADE OF DEVELOPMENT FOR UNDERDEVELOPED AREAS OF THE WORLD — Washington, Department of State, 1961 — 40 p., $.25

REASON AND FAITH IN MODERN SOCIETY: LIBERALISM, MARXISM, AND DEMOCRACY — *Edouard Heimann* — Wesleyan Univ. press.

THE RICH NATIONS AND THE POOR NATIONS — *Barbara Ward* — N. Y., Norton, 1962 — 159 p., $3.75

THE ROLE OF THE MILITARY IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES: *John J. Johnson* — Princeton, Univ. press.

SOVIET COMMUNISM: PROGRAMS AND RULES — *Jan F. Triska* (ed.) — San Francisco, Chandler, 1962 — 196 p., $1.50

STRATEGIC PSYCHOLOGICAL OPERATIONS AND AMERICAN FOREIGN POLICY — *Robert T. Holt* and *Robert W. van de Velde* — Chicago, The Univ. of Chicago press, 1960 — 244 p., $5.00

WORKABLE COMPETITION AND ANTITRUST POLICY — *George W. Stocking* — Nashville, Vanderbildt Univ. press, 1961 — 451 p., $7.50

WORLD ECONOMIC SURVEY 1960 — N. Y., United Nations, 1961 — 237 p., $3.

4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AS NAÇÕES UNIDAS E PORTUGAL — *Franco Nogueira* — Rio de Janeiro, Edição brasileira atica, 1961 — 111 p.

LE DROIT DE PÉTITION DANS LES TERRITOIRES SOUS TUTELLE — *Jean Beauté* — Paris, Librairie générale de droit, 1962 — 265 p., NF 30.

A CHRONOLOGY AND FACT BOOK OF THE UNITED NATIONS: 1941-1961 — *Waldo Chamberlain* and *Thomas Hovet, Jr.* — N. Y., Oceana, 1961 — 64 p., $1.00

THE INTERNATIONAL CIVIL SERVANT IN LAW AND IN FACT — *Dag Hammarskkjöld* — Oxford, Claredon press, 1961 — 28 p., 2s. 6d.

THE INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE — *Julius Stone* — N. Y., Carnegie Endowment for international peace, 1962.

THE NATIONS AND THE UNITED NATIONS — *Robert M. MacIver* — N. Y., Manhattan publishing co., 1959 — 186 p., $3.00

THE NATURE OF INTERNATIONAL SOCIETY — *C. A. Manning* — London, G. Bell & Sons for The London School of economics and political science, 1962 — 220 p., 30s.

THE UNITED NATIONS AND THE USE OF FORCE — *Inis L. Claude* — N. Y., Carnegie Endowment for international peace, 1962 — 62 p., 35 cents

THE UNITED NATIONS AND U.S. FOREIGN POLICY: A NEW LOOK AT THE NATIONAL INTEREST — *Lincoln P. Bloomfield* — Boston, Little, Brown, 1960 — 276 p., $2.50

THE UNITED NATIONS: STRUCTURE FOR PEACE — *Ernest A. Gross* — N. Y., Harper, 1962 — 132 p., $2.95

5. ESTRATÉGIA E DESARMAMENTO

LA GUERRE MODERNE — *Roger Trinquier* — Paris, La Table ronde, 1961 — 196 p., NF 7.50

VALEURS DE BASE DE LA COMMUNAUTÉ ATLANTIQUE — *Ernst Bieri et d'autres* — Leyden, Sijthoff, 1961 — 108 p., Gldrs. 11

ARMS AND ARMS CONTROL — *Ernest W. Lefever* — N. Y., Praeguer, 1962 — 334 p., $6.75

THE BALANCE OF POWER AND NUCLEAR DETERRENCE — *Frederick H. Gareau* (ed.) — Boston, Houghton Mifflin, 1962 — 215 p., $1.95

CIVIL DEFENSE IN THE SOVIET UNION — *Leon Gouré* — Berkeley, Univ. of California press, 1961 — 207 p., $4.95

THE COMMON DEFENSE — *Samuel P. Huntington* — N. Y., Columbia Univ. press, 1961 — 500 p., $8.75

CONFLICT AND DEFENSE — *Kenneth Boulding* — N. Y., Harper & Brothers, 1962 — 349p.

FOR WHAT PURPOSE? AN ANGRY AMERICAN'S APPEAL TO REASON — *James P. Speer* — Washington, Public affairs press, 1960 — 86 p., $2.50

GUIDE TO THE GENEVA CONFERENCE ON THE DISCONTINUANCE OF NUCLEAR WEAPON TESTS — Washington, Department of State, 1961 — 8 p., free

THE HARD WAY TO PEACE — *Amitai Etzioni* — N. Y., Collier, 1962 — 285 p., $9.95

HAS MAN A FUTURE? — *Bertrand Russell* — N. Y., Simon and Schuster, 1962 — 128 p., $3.00

INTERNATIONAL POLITICS IN THE ATOMIC AGE — *John H. Herz* — N. Y., Columbia Univ. press, 1962 — 360 p., $1.95

THE LEGACY OF HIROSHIMA — *Edward Teller* and *Allen Brown* — Garden City, Doubleday, 1962 — 325 p., $4.95

THE LIMITS OF DEFENSE — *Arthur I. Waskov* — London, Doubleday, 1962 — 119 p., $2.95

THE LONG POLAR WATCH: CANADA AND THE DEFENSE OF THE WEST — *Melvin Conant* — N. Y., Harper, 1962 — 216 p., $5.00

MAO TSE-TUNG ON GUERRILLA WARFARE — *Brigadier-General Samuel B. Griffith* (trad.) — N. Y., Praeger, 1961 — 114 p., $4.50

MODERN GUERRILLA WARFARE — *Franklin Mark Osanka* — N. Y., Free press of Glencoe, 1962 — 519 p., $6.95

THE NEW WORLD, 1939/1946 — *Richard G. Hewlett* and *Oscar E. Anderson, Jr.* — Pennsylvania, Univ. press, 1962 — 766 p., $5.50

NOW IT CAN BE TOLD — *Liutenant-General Leslie R. Groves* — N. Y., Harper, 1962 — 464 p., $6.95

THE NUCLEAR TEST BAN TREATY: GATEWAY TO PEACE — Washington, Department of State, 1961 — 34 p., $.20

NUCLEAR WEAPONS AND CHRISTIAN CONSCIENCE — *Walter Stein* (ed.) — London, Merlin press, 1961 — 151 p., 12s. 6d.

NUCLEAR WEAPONS AND THE CONFLICT OF CONSCIENCE — *John C. Bennett* (ed.) — N. Y., Scribner, 1962 — 191 p., $3.95

PARTISAN WARFARE — *Otto Heilbrunn* — N. Y., Praeger, 1962 — 199 p., $5.95

THE SOVIET AIR FORCE — *Asher Lee* — London, Duckworth, 1961 — 288 p., 30s.

SOVIET ATTITUDES TOWARD NON-MILITARY REGIONAL CO-OPERATION — *Klaus Törnudd* — Helsingfors, Societas Scientiarum Fennica, 1961 — 301 p., Mk 1500

THE UNITED STATES AIR FORCE IN KOREA, 1950-1953 — *Robert Frank Futrell* and *others* — N. Y., Duell, 1961 — 774 p., $12.50

THE UNITED STATES AND INTER-AMERICAN SECURITY, 1889-1960 — *J. Lloyd Mecham* — Austin, Univ. of Texas press, 1961 — 514 p., $7.50

THE UNITED STATES IN THE SUPREME WAR COUNCIL — *David F. Trask* — Middetewh, Wesleyan Univ. press, 1961 — 244 p., $6.00

WHAT PRICE COEXISTENCE? A POLICY FOR THE WESTERN ALLIANCE — *Sir John Slessor* — N. Y., Praeger, — 153 p., $4.50

SOLDATENTUM UND REBELLION — *Gert Buchheit* — Rastatt, Grote, 1961 — 509 p., DM 24.80

6. ASSUNTOS REGIONAIS

ESTUDOS NACIONALISTAS — *Osny Duarte Pereira* — S. Paulo, Fulgor, 1960 — 2v.

GETÚLIO VARGAS, MEU PAI — *Alzira Vargas do Amaral Peixoto* — Pôrto Alegre, Globo, 1960 — 414 p.

A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL — *Nicia Vilela Luz* — São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961 — 216 p.

A REPÚBLICA AMERICANA — *R. L. Brueckberger* — Trad. de Mercedes Zilda Cobas Felgueiras — Rio de Janeiro, Fundo de cultura /c1959/ — 349 p.

HISTORIA SOCIAL Y POLÍTICA DE ALEMANIA (1800-1950) — *A. Ramos-Oliveira* — México, Fondo de cultura económica — 322 p.

EL PROBLEMA DE BERLIN OCCIDENTAL Y LAS PROPOSICIONES DE LA REPUBLICA DEMOCRATICA ALEMANA PARA SU SOLUCIÓN — Republica democratica alemana, Ministerio de asuntos extranjeros, 1961 — 123 p.

LA INDIA CONTEMPORÁNEA — *Tibor Mende* — Trad. de F. González Aramburo — México, Fondo de cultura económica — 328 p.

LA CHINA POPULAR Y SU ECONOMIA — *T. J. Hughes* y *D. E. T. Luard* — Trad. de R. Villareal — México, Fondo de cultura económica — 280 p.

SURGIMIENTO DE LAS COMUNAS POPULARES CHINAS — *Anna Louise Strong* — Peking, Guozi Shudian, 1962 — 178 p.

LATINOAMÉRICA MAS ALLÁ DE SUS FRONTERAS — Costa Rica, Imp. Tormo, 1960 — 126 p.

MÉXICO, CINCUENTA AÑOS DE REVOLUCIÓN. I. LA ECONOMIA — *Enrique Beltran* y otros — México, Fondo de cultura económica, 1960.
L'ALTRA SPAGNA — *Angelo del Boca* — Milan, Bompiani, 1961 — 235 p., L. 1200
LA CINA IN CIFRE — *Giuseppe Regis* (rev.) — Milano, Mercato internazionale editrice, 1960 — 189 p., Lire 15,000
LA RÉVOLUTION ALGÉRIENNE — *Francis Jeanson* — Milan, Feltrinelli, 1962 — 255 p.
NATIONALISME ALGÉRIEN ET GRANDEUB FRANÇAISE — *Alain Svary* — Paris, Plon, 1960 — 204 p.
CROISETTES ET CASQUES BLEUS — *Pierre Davister* et *Philippe Toussaint* — Bruxelles, Editions actuelles, 1962 — 300 p., 125 FB.
HISTOIRE DE L'AFRIQUE NOIRE. TOME I — *Endre Sik* — Budapest, Akadémiai Kiadó, Maison d'édition de l'Académie des sciences de Hongrie, 1961 — 406 p.
LES MUSULMANS D'AFRIQUE NOIRE — *J. C. Froelich* — Paris, Editions de l'Orante "Lumière et nations", 1962 — 407 p.
MAHOMET, PROPHETE ET HOMME D'ETAT — *W. Montgomery Watt* — Paris, Payot, 1962 — 215 p., 3 NF, 60
DOCUMENTS SUR L'HISTOIRE DU MOYEN-ORIENT, T. I — *Weidenfeld* et *Nicolson* (ed.) — Israel, Société d'études orientales, 1960 — 582 p.
LA VIE DES FRANÇAIS SOUS L'OCCUPATION — *Henri Amoroux* — Paris, A. Fayard, 1961 — 577 p., NF 18.50
LA QUAI D'ORSAY SOUS TROIS RÉPUBLIQUES, 1870-1961 — *Georges Bonnet* — Paris, A. Fayard, 1961 — 519 p., NF 19.50
DÉBAT SUR LA FRANCE DE DEMAIN — *Jacques Rigaud* — Paris, Julliard, 1961 — 250 p., NF 10.80
L'INDUSTRIE LOURDE EN UNION SOVIÉTIQUE — *Serge Mawrizki* — Genève, Droz, 1961 — 155 p., Swiss Fr. 16
L'ÉCONOMIE DE L'AMÉRIQUE LATINE — *L. Baudin* — Paris, Centre de documentation universitaire, 1962 — NF 1,50
VENEZUELA — *Jean Ulric* — Paris, Éditions du Seuil, 1961 — 190 p.
AFRICA 1961; POLITICAL STUDIES — Strasbourg, Council of Europe, 1962 — $2.00
AFRICA: A HANDBOOK TO THE CONTINENT — *Colin Legum* (ed.) — London, Anthony Blond, 1961 — 553 p., 84s.
AFRICA: THE POLITICS OF INDEPENDENCE — *Immanuel Wallerstein* — N. Y., Council on foreign relations — 173 p., $1.25
AFRICA AND THE VICTORIANS: THE OFFICIAL MIND OF IMPERIALISM — *Ronald Robinson*, *John Gallagher* and *Alice Denny* — London, Macmillan, 1961 — 491 p., 45s.
AFRICA AND THE WEST: ELEMENTS OF FREE WORLD POLICY — *Arnold Rivkin* — N. Y., Frederick A. Praeger, 1962 — 241 p., $5.00
AFRICAN POLITICAL PARTIES: AN INTRODUCTORY GUIDE — *Thomas Hodgkin* — Harmondsworth, Penguin books, 1961 — 217 p., 3s. 6d.
AN AFRICAN ECONOMY — *Hugh Fearn* — N. Y., Oxford Univ. press, 1961 — 284 p., $5.60
AN ATLAS OF AFRICA — *J. F. Horrabin* — N. Y., Praeger, 1960 — 126 p., $1.45
ESSAYS ON AFRICAN POPULATION — *K. M. Barbour* and *R. M. Brothero* (eds) — N. Y., Praeger, 1962 — 336 p., $7.50
FRENCH SPEAKING WEST AFRICA IN TRANSITION — *Thomas Hodgkin & Ruth Schachter* — N. Y., International conciliation, Carnegie endowment for international peace, 1960 — 436 p., $.35

GOD, ALLAH AND JU JU — *Jack Mendelsohn* — N. Y., Thomas Nelson, 1962 — 200 p., $3.75

GOVERNMENT AND POLITIC IN AFRICA SOUTH OF THE SAHARA — *Thomas R. Adam* — N. Y., Random House, 1962 — 185 p., $1.65

GUILTY LAND: THE HISTORY OF APARTHEID — *Patrick Van Rensburg* — N. Y., Praeger, 1962 — 217 p., $4.95

THE NEW AFRICA — *Smith Hempstone* — London, Faber & Faber, 1961 — 664 p., 45s.

PAN-AFRICANISM: A SHORT POLITICAL GUIDE — *Colin Legum* — London, Pall Mall press, 1962 — 296 p., 27s. 6d.

PORTUGAL'S STAND IN AFRICA — *Adriano Moreira* — N. Y., Univesity publishers, 1962 — 265 p., $3.95

REMAKING AFRICA — *Nigel Heseltine* — London, Museum press, 1961 — 160 p., 18s.

REVOLUTION IN AFRICA — *K. Madhu Panikkar* — London, Asia publishing house, 1961 — 202 p., 25s.

SOUTH AFRICA 1906-1961: THE PRICE OF MAGNANIMITY — *Nicholas Mansergh* — N. Y., Praeger, 1962 — 104 p., $3.50

TROPICAL AFRICA: PROBLEMS AND PROMISES — *George T. Kimble* — N. Y., Foreign policy association, 1961 — 64 p., $.50

WHITE SETTLERS IN TROPICAL AFRICA — *L. H. Gann* and *P. Duignan* — Harmondsworth, Penguin books, 1962 — 170 p., 3s. 6d.

CONGO TRIBES AND PARTIES — *Daniel Biebuyck & Mary Douglas* — London, Royal Anthropological institute, 1961 — 48 p., 5s. 4d.

IN THE NGOMBE TRADITION: CONTINUITY AND CHANGE IN THE CONGO — *Alvin W. Wolfe* — Evanston, Northwestern Univ. press, 1961 — 167 p., $6.50

GHANA POPULATION ATLAS: THE DISTRIBUTION AND DENSITY OF POPULATION IN THE GOLD COAST AND TOGOLAND UNDER UNITED KINGDOM TRUSTEESHIP — *T. E. Hilton* — London, Nelson & Sons, 1961 — 40 p., 50s.

THE KENYATTA ELECTION: KENYA 1960-1961 — *George Bennett* and *Carl G. Rosberg* — N. Y., Oxford Univ. press, 1961 — 230 p., $4.80

THE ROAD TO SUEZ: A STUDY OF WESTERN-ARAB RELATIONS — *Erskine B. Childers* — London, MacGibbon & Kee, 1962 — 416 p., 30s.

THE ALGERIAN PROBLEM — *Edward Beher* — N. Y., Norton, 1962 — 260 p., $4.50

WAR IN ALGERIA — *Tanya Matthews* — N. Y., Fordham Univ. press, 1961 — 147 p., $3.50

ANCIENT ISRAEL: ITS LIFE AND INSTITUTIONS — *Roland de Vaux* — London, McGraw-Hill book co.

CITIES OF CENTRAL ASIA — London, Central Asian research centre, 1961 — 20 p., 10s.

ECONOMIC SURVEY OF ASIA AND FAR EAST — 1960 — N. Y., United Nations, 1961 — 171 p., $3. 21s.

POLITICS, PERSONALITY, AND NATION BUILDING: BURMA'S SEARCH FOR IDENTITY — *Lucian W. Pye* — New Haven, Yale Univ. press, 1962 — 307 p., $7.50

THAILAND: ASPECTS OF LANDSCAPE AND LIFE — *Robert L. Pendletotn* and *others* — N. Y., Duell, 1962 — 321 p., $10.00

INDONESIAN ECONOMICS, V. VI — *Dutch Scholars* — Vancouver, Univ. of British Columbia, 1962 — 443 p., $7.50

REBELS IN PARADISE: INDONESIA'S CIVIL WAR — *James Mossman* — London, Cape, 1961 — 257 p., 18s.

L'ISLAM FACE AU DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE — *Jacques Austruy* — Paris, Éditions ouvrières, 1960 — 140 p., NF. 7.80

AT THE FEET OF MAHATMA GANDHI — *Rajendra Prasad* — London, Asia publishing house, 1961 — 335 p., 21s.

CHANGING INDIA — *N. V. Sovani* and *V. M. Dandekar* (eds.) — N. Y., Asia publishing house, 1961 — 356 p., $7.50

THE DEVELOPMENT OF THE INDIAN ECONOMY — *W. B. Reddaway* — London, George Allen & Union ltd., 1962 — 216 p., 30s.

THE NATIONALIST MOVEMENT: INDIAN POLITICAL THOUGHT FROM RANADE TO BHAVE — *D. Mackenzie Brown* — Berkeley, Univ. of California press, 1961 — 244 p., $1.50

STATE ENTERPRISE IN INDIA — *R. C. Agrawal* — India, Chaitanya publishing house, 1961 — 271 p., $3. 25s.

THE CHANGING SOCIAL POSITION OF WOMEN IN JAPAN — *Takashi Koyama* — Paris, UNESCO, 1961 — NF 7

THE JAPANESE PEOPLE AND FOREIGN POLICY: A STUDY OF PUBLIC OPINION IN POST-TREATY JAPAN — *Douglas H. Mendel, Jr.* — Berkeley, Univ. of California press, 1961 — 269 p., $6.50 52s.

PARTIES AND POLITICS IN CONTEMPORARY JAPAN — *Robert A. Scalapino* and *Junnousuke Masumi* — Berkeley, Univ. of California press, 1962 — 190 p., $3.75

AWAKENED CHINA: THE COUNTRY AMERICANS DON'T KNOW — *Felix Greene* — N. Y., Doubleday, 1961 — 425 p., $5.95

BRITAIN AND CHINA — *Evan Luard* — London, Chatto & Windus, 1962 — 256 p., 25s.

CHINA'S POLITICS IN PERSPECTIVE — *Harold S. Quigley* — Minneapolis, Univ. of Minnesota press, 1962 — 266 p., $4.50

CHINESE COMMUNIST STUDIES OF MODERN CHINESE HISTORY — *Albert Feuerwerker* and *S. Cheng* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — 287 p., $4.00

THE CHINESE REVOLUTION — *Tibor Mende* — London, Thames & Hudson, 1961 — 190 p., 18s.

COMMUNIST CHINA TO-DAY — *S. Chandrasekhar* — London, Asia publishing house, 1961 — 199 p., 21s.

COMMUNIST CHINA'S FOREIGN POLICY — *R. G. Boyd* — N. Y., Praeger, 1962 — 147 p., $4.50

CONTEMPORARY CHINA. V. IV, 1959-60 — *E. Stuart Kirby* (ed.) — Hong Kong, Univ. press, 1961 — 363 p., 37s 6d

LAW AND SOCIETY IN TRADITIONAL CHINA — *T'ung-tsu Ch'u* — Vancouver, Univ. of British Columbia, 1962 — 304 p., $13.50

THE NATIONAL INCOME OF COMMUNIST CHINA — *Alexander Eckstein* and *others* — N. Y., Free press of Glencoe, 1961 — 215 p., $6.75

THE RED BARBARIANS: THE LIFE AND TIMES OF MAO TSE-TUNG — *Roy MacGregor Hastie* — Philadelphia, Chilton company, 1961 — 224 p., $3.95

THROUGH ENCOURAGEMENT OF THE SCRIPTURES: TEN YEARS IN COMMUNIST SHANGHAI — *Helen Willis* — Kowloon, The Christian book room, 1961.

TO CHANGE A NATION: PROPAGANDA AND INDOCTRINATION IN COMMUNIST CHINA — *Franklin W. Houn* — N. Y., The Free press of Glencoe, 1961 — 250 p.

THE WALL HAS TWO SIDES: A PORTRAIT OF CHINA TODAY — *Felix Greene* — London, Cape, 1962 — 416 p., 25 s.

EDUCATION AND PROFESSIONAL EMPLOYMENT IN THE USSR — *Nicholas De-Witt* — Washington, Government printing office, 1961 — 856 p., $5.50
GOVERNMENT IN THE SOVIET UNION — *Robert L. Schuman* — N. Y., Thomas Y. Crowell, 1961 — 190 p., $1.95
LENINGRAD TO SAMARKAND — *M. A. H. Ispahani* — Karachi, Forward publications trust, 1962 — 151 p., Rs. 7.50
McGRAW-HILL ENCYCLOPEDIA OF RUSSIA AND THE SOVIET UNION — *Michael T. Florinsky* (ed.) — N. Y., McGraw-Hill, 1961 — 624, p., $23.50
RUSSIA UNDER KHRUSCHEV — *Abraham Brumber* (ed.) — N. Y., Praeger, 1962 — 660 p., $8.75
RUSSIAN BOLSHEVISM — *Y. Boyko* and *others* — Munich, Verlagshaus Bong for the Independent Ukrainian association for research of national problems in soviet theory and practice, 1961 — 336 p.
THE RUSSIAN INTELIGENTSIA — *Richard Pipes* (ed.) — N. Y., Columbia Univ. press, 1961 — 234 p., $4.50
THE SOVIET ECONOMY: STRUCTURE, PRINCIPLES, PROBLEMS — *Nicolas Spulber* — N. Y., W. N. Norton, 1962 — 311 p., $5.95
SOVIET SCHOLASTICISM — *Thomas J. Blakeley* — Dordrecht, Reidel, 1961 — 176 p., Gldrs. 19.75
SOVIET MAN AND HIS WORLD — *Klaus Mehnert* — N. Y., Praeger, 1962 — 310 p., $5.95
SOVIET SOCIETY: A BOOK OF READINGS — *Alex Inkeles* and *Kent Geiger* (eds.) — London, Constable, 1961 — 703 p., 63 s.
STUDIES IN SOVIET THOUGHT — *J. M. Bochénski* and *T. J. Blakeley* — Dordrecht, Reidel, 1961 — 141 p., Gldrs. 17.50
THE TAPROOT OF SOVIET SOCIETY — *Nicholas P. Vakar* — N. Y., Harper, 1962 — 204 p., $4.95
FORCES OF CHANGE IN LATIN AMERICA — *Wymberley R. Coerr* — Washington, Department of State, 1961 — 12 p., $.10
NEW FRONTIERS FOR AMERICAN YOUTH: PERSPECTIVE ON THE PEACE CORPS — *Maurice L. Albertson, Andrew E. Rice* and *Pauline E. Birky* — Washington, Public affairs press, 1961 — 212 p., $4.50
PAN AMERICA IN CRISIS — *William Manger* — Washington, Public affairs press, 1961 — 104 p., $3.25
SOCIAL CHANGE IN LATIN AMERICA TODAY: ITS IMPLICATIONS FOR UNITED STATES POLICY — N. Y., Harper & Brothers, 1960 — 353 p., $5.00
THE UNITED STATES AND LATIN AMERICA — *Dexter Perkins* — Baton Rouge, Louisiana state Univ. press, 1961 — 124 p., $3.00
AMERICANS IN SUMATRA — *James W. Gluld* — The Hague, Nijhoff, 1961 — 185 p., Gldrs. 14.25
THE MAN FROM MISSOURI — *Alfred Steinberg* — N. Y., Putnam, 1962 — 447 p., $6.50 (Biografia do Presidente Truman).
THE ART OF THE POSSIBLE: GOVERNMENT AND FOREIGN POLICY IN CANADA — *James Eayrs* — Toronto, Univ. press, 1961 — 232 p., 56s.
CANADIAN ECONOMIC POLICY — *T. N. Brewis* and *others* — Toronto The Macmillan company of Canada, 1961 — 365 p., $5.50
SOCIAL CLASS AND SOCIAL CHANGE IN PUERTO RICO — *Melvin Tumin* and *Arnold S. Feldman* — Princeton, Univ. press, 1961 — $8.50
CASTRO'S CUBA — *Nicolas Rivero* — Washington, Robert B. Luce, 1962 — 239 p., $4.50
CASTRO'S REVOLUTION: MYTHS AND REALITIES — *Theodore Draper* — N. Y., Praeger, 1962 — 211 p., $4.50

IMAGE OF SPAIN — *James Cleugh* — N. Y., Pitman, 1961 — 264 p., $5.95

THE BRITISH CABINET — *John P. Mackintosh* — London, Stevens, 1962 —£2 10s.

THE GOVERNMENT OF GREAT BRITAIN — *Graeme C. Moodie* — N. Y., Thomas Y. Crowell, 1961 — 207 p., $1.95

THE LAST DAYS OF THE BRITISH RAJ — *Leonard Mosley* — N. Y., Harcourt, 1962 — 263 p., $4.95

THE LIQUIDATION OF THE BRITISH EMPIRE — *C. E. Carrington* — London, Harrap, 1961 — 96 p., 8/6

THE LIVING COMMONWEALTH — *Kenneth Bradley* — London, Hutchinson, 1961 — 543 p., 50s.

TWENTIETH-CENTURY BRITAIN — *Alfred F. Havighurst* — Evanston, Row, Peterson, 1962 — 486 p., $7.90

BERLIN 1961 — Washington, U.S. Department of State, 1961 — 48 p., $30

CONTEMPORARY GOVERNMENT OF GERMANY — *Elmer Plischke* — Boston, Houghtotn Mifflin, 1962 — 248 p., $1.95

GERMANY BETWEEN EAST AND WEST — *Wolfgang F. Stolper* — Washingtotn, National planning association, 1960 — 80 p., $1.75

GOVERNMENTS OF GERMANY — *Arnold J. Heidenheimer* — N. Y., Thomas Y. Crowell, 1961 — 224 p., $1.95

SCHIZOPHRENIC GERMANY — *John Dornberg* — N. Y., The Macmillan co., 1961 — 302 p., $4.95

SELECTED DOCUMENTS ON GERMANY AND THE QUESTION OF BERLIN, 1944-1961 — London, Her Majesty's stationery office, 1961 — 483 p., $4.85

THE SHAPING OF POST-WAR GERMANY — *McInnis*, and *others* — Toronto, J. M. Dent & Sons, 1960 — 195 p.

THE STRUCTURE OF THE EAST GERMANY ECONOMY — *Wolfgang F. Stoper, Karl W. Roskamp* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1960 — 80 p., $1.75

THE TRANSFORMATION OF AUSTRIAN SOCIALISM — *Kurt L. Shell* — Albany, State Univ. of New York, 1962 — 305 p., $10.00

GRUNDLAGEN UND IDENN DES SPANISCHEN STATES DER GEGENWART — *Walter Wefers* — Bonn, Bouvier, 1961 — 130 p., DM 15

DEUTSCHLAND UND DER SOWJETKOMMUNISMUS — *Ernest J. Salter* — Munich, Piper, 1961 — 305 p., DM 8.80

WIRD ASIEN ROT? — *Eckhard Budewig* — Stuttgart, Seewald, 1961 — 237 p., DM 14.80

GESPRACHE IN MOSKAU — *Gerd Ruge* — Cologne, Kiepenheuer, 1961 — 357 p., DM 16.80

EIN AFRIKANER IN MOSKAU — *Michel Ayih* — Cologne, Verlag für Wissenschaft und Politik, 1961 — 196 p., DM 14.80

EKONOMIKA I POLITIKA GOLLANDII POSLE VTOROI MIROVOI VOINY — *V. A. Val'kov* — Moscow, Izdatel'stvo instituta mezhdunarodnykh otnoshenii, 1961 — 220 p., Kop. 89

ÍNDICE DA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL (*)

N.os 13 a 16.

ÍNDICES DE AUTORES

(*) Reproduzido por incorreções.

ÍNDICE DE TÍTULOS

ÍNDICE DE ASSUNTOS